

Notas Contemporâneas **de** **Eça de Queirós**

ÍNDICE

De Port Said a Suez
Ramalho Ortigão
Brasil e Portugal
A Inglaterra e a França Julgadas por um Inglês
Vítor Hugo
Três Prefácios:
 I – Prefácio dos *Azulejos* do Conde de Arnoso
 II – Prefácio do *Brasileiro Soares* de Luís de Magalhães
 III – Prefácio das *Aquarelas* de João Dinis
A Academia e a Literatura
A Europa
Os Maias: Tomás de Alencar – Uma Explicação
A Decadência do Riso
Os Grandes Homens de França
Um Santo Moderno
A Europa em Resumo
Positivismo e Idealismo
Uma Colecção de Arte
Espiritismo
As Rosas
Cozinha Arqueológica
O Bock Ideal.
Um Génio que era um Santo
A Revista
Na Praia
No Mesmo Hotel
Antigas Visitas
França e Silo
Encíclica Poética
O Marquêsinho de Blandford
A Rainha
Eduardo Prado
Almanaques
A Crítica a *Os Maias*
Três Americanos

DE PORT SAID A SUEZ

1870

I

SR. Redactor: – Acedo da mais perfeita vontade ao seu desejo de ter a história *real* das festas de Suez. Conto-lhe, porém, simplesmente e descarnadamente, o que me ficou em memória daqueles dias confusos e cheios de factos: tanto mais que as festas de Suez estio para mim entre duas grandes recordações – o Cairo e Jerusalém: estio abafadas, escurecidas por estas duas luminosas e poderosas impressões: estio como pode estar um desenho linear a lápis, entre uma tela resplandecente de Decamps, o pintor do Alcorão, e uma tela mortuária de Delaroche, o pintor do Evangelho.

Talvez em breve diga o que é o Cairo e o que é Jerusalém na sua crua e positiva realidade, se Deus consentir que eu escreva o que vi na terra dos seus profetas. Hoje faço-lhe apenas a narração trivial, o relatório chato das festas de Port Said, Ismailia e Suez.

Tínhamos voltado, eu e o meu companheiro, o conde de Resende, de uma excursão às pirâmides de Gizé, aos templos de Sakkarah e às ruínas de Mênfis, quando no Cairo soubemos que estavam na baía de Alexandria os navios do quediwa que deviam levar-nos a Port Said e Suez.

Vínhamos do sossego do deserto e das ruínas, e logo na gare do Cairo, ao partir para Alexandria, começámos a envolver-nos, bem a custo, naquela confusão irritante que foi o maior elemento de todas as festas de Suez. A previdente penetração da polícia egípcia tinha esquecido que trezentos convidados, ainda que não tenham a corpulência tradicional dos paxás e dos vizires, não podem caber em vinte lugares de vagões, estreitos como bancos de réus. Por isso, em volta das carruagens havia uma multidão tão ávida como no saque de uma cidade.

Jonas Ali, o nosso *drogman*, um núbio, intrigou, conspirou, clamou e alcançou-nos numa carruagem de segunda classe, miseravelmente desmornada, dois lugares empoeirados.

Confesso que foi com o maior tédio que comecei a atravessar a magnífica natureza do Delta. Demais, os caminhos de ferro egípcios não têm uma velocidade fixa. Vão aos caprichos do maquinista, que, de vez em quando, pára a máquina, desce, acende o cachimbo, ri com algum velho conhecimento de estrada, sorve minuciosamente o seu café, torna a subir bocejando, e faz partir distraidamente o comboio. Nesse dia, porém, o ar estava nublado, chuvoso; o maquinista levou-nos rapidamente a Alexandria. Na baía esperavam o «Marsh», o «Fayoum», o «Behera», navios do paxá. O embarque fez-se com a confusão habitual, complicada com os embaraços de um mar agitado: os barcos iam cheios de gente, uns de pé, outros sentados na borda, roçando pela água, outros gravemente equilibrados sobre a acumulação pitoresca das bagagens: ria-se, fulminava-se a organização e a policia das festas, gritava-se um pouco quando os barcos pesados oscilavam mais inquietadoramente. Nós subimos para o «Fayoum», que devia levantar ferro nessa tarde, apesar do tempo contrário e dos mares que víamos partir de longe na linha de rochedos que precede a baía de Alexandria. E ao outro dia, por uma bela manhã, entrávamos em Port Said por entre os dois grandes molhes que se adiantam paralelamente pelo mar, feitos de poderosos blocos de pedra solta. Port Said é uma cidade improvisada no deserto. É uma

cidade de indústria e de operários: isto dá-lhe uma especialidade de fisionomia: estaleiros, forjas, serralharias, armazéns de materiais, aparelhos destilatórios. Tal é Port Said. A sua construção foi determinada pela necessidade de haver um vasto porto, que fosse uma estação de navios, à entrada do canal, e primitivamente, para que engenheiros, maquinistas, directores de obras tivessem um centro. Isto dá-lhe um aspecto de cidade provisória. Como havia espaço, as ruas são largas como praças e compridas como avenidas: as casas são baixas, de materiais ligeiros: sente-se a construção rápida e a incerteza da duração. Ali em Port Said, apesar dos seus doze mil habitantes, não há ainda um viver definitivo e regular. Não há estabelecimentos feitos na esperança de duração: não há comércio fixamente estabelecido: tem tudo o aspecto de uma feira, que hoje ganha e prospera, e amanhã se levanta e se dispersa. E isto porque, apesar da confiança de toda a população na prosperidade do canal, nenhuma profissão, nenhum comércio se quer arriscar a estabelecer-se de um modo definitivo, correndo o perigo de ver aquele começo de cidade estiolar-se e morrer miseravelmente. Pois tal seria a sorte de Port Said, bem como de Ismailia, se o canal fosse uma inutilidade, abandonado do comércio e da navegação.

A sua construção ressentia-se, pois, destas circunstâncias: nem edifícios, nem monumentos, nem construções sólidas e sérias: tudo é ligeiro, barato, provisório. A igreja católica é como uma grande barraca: vê-se o céu azul através do seu tecto feito de grandes traves mal unidas. Tudo isto dá a Port Said um aspecto triste. No fim das festas, tempo depois, quando ali tornei a passar, em viagem para Jerusalém, pareceu-me pela apatia de vida, pelo silêncio, que o deserto começava de novo a aparecer por entre aquela fraca aparência de cidade.

Mas naquele dia 17, da inauguração, Port Said, cheio de gente, coberto de bandeiras, todo ruidoso dos tiros dos canhões e dos hurras da marinhagem, tendo no seu porto as esquadras da Europa, cheio de flâmulas, de arcos, de flores, de músicas, de cafés improvisados, de barracas de acampamento, de uniformes, tinha um belo e poderoso aspecto de vida. A baía de Port Said estava triunfante. Era o primeiro dia das festas. Estavam ali as esquadras francesas do Levante, a esquadra italiana, os navios suecos, holandeses, alemães e russos, os *yachts* dos príncipes, os vapores egípcios, a frota do paxá, as fragatas espanholas, a «Aigle», com a imperatriz, o «Mamoudeb» com o quédiva, e navios com todas as amostras de realeza, desde o imperador cristianíssimo Francisco José, até ao caide árabe Abd el-Kader. As salvas faziam o ar sonoro. Em todos os navios, empavesados e cheios de pavilhões, a marinhagem, perfilada nas vergas, saudava com vastos hurras. De todos os tombadilhos vinha o vivo ruído das músicas militares. O azul da bala era riscado em todos os sentidos pelos escaleres, a remos, a vapor, à vela; almirantes com os seus pavilhões, oficialidades todas resplandescentes de uniformes, gordos funcionários turcos afadigados e apopléticos, viajantes com os chapéus cobertos de véus e de *couffies*, cruzavam-se ruidosamente por entre os grandes navios ancorados; as barcas decrépitas dos Árabes, apinhadas de turbantes, abriam as suas largas velas riscadas de azul. Sobre tudo isto o céu do Egipto, de uma cor, de uma profundidade infinita. À noite a cidade iluminava-se, enchia-se de músicas e festas populares. As esquadras tinham as suas armações e cordagens cobertas de fios de luz. Durante toda a noite os fogos de artifício, numa grande linha de terra, faziam, sobre o céu escuro, um grande bordado luminoso.

Na baía havia um viver completo, como numa cidade: bailes a bordo dos navios, jantares, visitas trocadas, recepções, passeios a remo, serenatas nos escaleres. De tudo isto saía uma luz, um ruído, um fluido de vida poderosamente original. Havia em Port Said um café-cantante, memorável pela excentricidade da sua alegria: estava tão cheio de gente, que era necessário fumar, beber, ouvir, de pé, sufocado, hirtos. Quando no

palco aparecia a atriz para dizer a sua canção, as mil vozes daquela imensa multidão, acompanhadas do tinir cadenciado dos copos, do bater dos pés, dos assobios, dos uivos, dos gritos, começava repetindo, com estrondo assombroso, a canção conhecida da atriz. Era bestial e extraordinário.

No dia seguinte ao da chegada, descemos todos a terra para a cerimónia da inauguração. Do lado oposto aos molhes, para além da cidade, tinham-se construído três pavilhões, estrados tapetados e brasonados, sobre a areia húmida da espuma do mar. Era nesse lugar a celebração religiosa: os ulemás e os padres cristãos deviam abençoar e consagrar nos seus ritos o canal de Suez. Um grande cortejo de convidados precedidos dos príncipes, entre os quais sobressaía a pensativa e bela figura de Abd el-Kader, dirigiu-se para esse lugar, entre duas fileiras de soldados egípcios, de arcos, de bandeiras, e de árabes que abriam grandes olhos. No pavilhão principal, de cores triunfantes, colocavam-se os convidados reais e imperiais e os mais que podiam caber; no outro pavilhão estavam os ulemás maometanos; no terceiro os padres latinos, gregos, arménios e coptas.

Quando tudo estava colocado e o grande rumor da chegada e da confusão se acalmou, os ulemás prostraram-se, voltados para o lado de Meca, os padres cristãos começaram a missa, a artilharia salvou nas esquadras. Entretanto a multidão apinhava-se sobre a areia húmida e em volta dos estrados; a grossa figura vermelha do quediwa estava radiosa, a imperatriz tinha um ar de satisfação discreta, Mr. De Lesseps tinha o seu belo e inteligente sorriso. Em redor e até ao fundo horizonte, o mar sereno reluzia. Quando a artilharia findou, Mr. Bauer adiantou-se à beira do estrado e falou. Mr. Bauer é um homem baixo, pálido, de cara feminina e larga, cabelos pendentes em anéis sobre os ombros, asseado, barbeado, perfumado, delicado, e com uma voz assombrosa. O que ele dizia eram palavras de fraternidade entre o Oriente e o Ocidente, esperanças de uma humanidade mais profunda, unida por aquela ligação marítima, palavras afáveis aos convidados reais, e recordações piedosas dos corajosos trabalhadores, que durante aquela obra de luta morreram obscuramente. Quando ele disse o nome de Mr. De Lesseps, toda a imensa multidão bateu as palmas. Mr. Bauer findou, e o cortejo voltou à praia e dispersou-se pelos navios. Durante toda a noite os fogos de artifício, os clamores alegres da cidade, o ruído dos escaleres, as músicas, encheram a baía de vida.

Ao outro dia os navios começaram a mover-se lentamente, voltando a proa para um ponto da baía de Port Said, onde se erguiam, como os dois umbrais de uma porta, dois obeliscos de madeira vermelhos. Era a entrada do canal de Suez.. Entretanto corriam por todos os navios estranhos boatos.

II

Dizia-se que o «Latife», pequeno vapor que na véspera linha partido como explorador, encalhara; que os navios reais e imperiais, os vapores egípcios com os convidados não podiam passar na estreiteza do canal, e que apesar de aliados da sua artilharia, e sem lastro, pediam mais água do que o canal tinha de profundidade; que o vice-rei e Mr. De Lesseps tinham partido para ver o «Latife»; que se resolvera, em último caso, fazê-lo saltar; que as festas cessavam, e tudo regressava a Alexandria, como no tempo das derrotas de Actium.

Em Port Said e a bordo dos navios havia inquietações: os comissários, as oficialidades, os engenheiros, interrogados, calavam-se discretamente, esperavam ordens de Ismailia – e receavam. Com efeito o «Latife» estava encalhado. Isto, em primeiro lugar, demonstrava a impraticabilidade do canal – o «Latife» é um pequeno vapor, estreito, calando pouco, quase um rebocador. Além disso, era um obstáculo

material, brutal, a que os outros navios fizessem uma tentativa corajosa.

Dizia-se que o vice-rei estava desolado, que Mr. De Lesseps perdera a sua habitual e impassível firmeza de espírito, e que se telegrafara para Paris anunciando o resultado desastroso. Realmente, depois de dez anos de tantos esforços e tantas lutas, tantos combates com o deserto, e tantos combates com a intriga, depois de tantos milhões sorvidos pelas areias, de tantas vidas aniquiladas, de tantos créditos fundados, de tantas festas anunciadas, depois das bênçãos de Mr. Bauer e das ovações a Mr. De Lesseps, era doloroso ver tudo aquilo findar repentina e vergonhosamente, ver-se que num canal feito para a navegação não cabiam navios, que aquilo era uma obra ridiculamente grandiosa, e que em lugar de tudo terminar em triunfos, tudo terminava em gargalhadas! Estivemos nestas incertezas parte do dia. Esperava-se o vice-rei, que fora num pequeno escaler ao canal ver o desastre do «Latife». Enfim.. pelo começo da tarde, os navios começaram a mover-se, as inquietações findaram, o vice-rei voltava, o «Latife» estava desencalhado, a «Águia» seguia, e a obra de Mr. De Lesseps começava a justificar-se.

O «Fayoum», então, penetrou corajosamente no canal.. O «Fayoum» era o maior navio do cortejo. Caminhava-se com grande cuidado; no meio do canal bandeiras brancas marcavam precisamente a linha que deviam seguir os navios, para acharem a necessária profundidade de água. Conservavam-se minuciosamente em distância; ia-se devagar, sondando; havia mais cuidados e escrupulosos receios, do que na navegação de um labirinto de rochas. Na realidade, o canal aparecia-nos estreito, baixo, e a cada momento receávamos ver a proa do navio ir atufar-se nas areias das margens elevadas. O canal, ao sair de Port Said, atravessa o Mensaleh, antigo lago lamacento. Nós víamos de ambos os lados do canal reluzir ao sol aquela água morta, pesada, esverdeada.

Foi esta a primeira grande dificuldade dos trabalhos. Era necessário, no meio daquele largo lodaçal, abrir um canal navegável e construir margens. As dificuldades cresciam com a insalubridade daqueles lugares miasmáticos. Felizmente, ao violento sol do Egipto, o lodo extraído e deposto, a fim de formar as margens, secava rapidamente. Houve ali esforços heróicos. Os operários da Europa desertaram daquele trabalho perigoso. Era necessário empregar os habitantes das margens daquele lago de lamas: estes entravam até à cintura na água espessa, tiravam com as mãos a maior quantidade de lodo possível, apertavam-no ao calor do peito até secar, e iam-no enfileirando em pequenos montículos, formando assim o começo das margens. As dragas vinham por fim, e aprofundavam e aperfeiçoavam aquele trabalho elementar.

Depois do lago Mensaleh o canal entra definitivamente no deserto, até ao lago Timsah, à beira do qual está Ismailia. A meio do caminho de Ismailia, o «Fayoum» encalhou na areia da margem direita, desembaraçou-se com grandes esforços. seguiu, mas, como a pouco espaço encontrasse o caminho obstruído por outro navio que estava encalhado, lançou ancoras durante a noite. Havia uma lua admirável, que iluminava de um lado e de outro a extensão branca do deserto. Aquele lugar onde estávamos parados tinha sido precisamente um dos mais difíceis do trabalho, chamava-se El-Guisrh. Havia ali enormes dunas de areia, que era necessário remover. O vento do deserto incomodava e impedia os trabalhos. Viviam ali, em trabalho incessante, dezoito mil operários. Da terra que se tirava para fazer o leito do canal formaram-se, de um lado e de outro, parapeitos enormes: à maneira que os parapeitos cresciam, mais difícil era conduzir-lhes acima a terra que se tirava; os árabes levavam-na, resvalando, rolando, caindo; em cestos chamados *couffins*; recusavam-se obstinadamente a empregar outro qualquer meio moderno e eficaz, para conduzir a terra, que não fosse o *couffin*. Calculou-se que todos os cestos empregados, sendo colocados em linha, dariam três vezes a volta ao globo. Todavia os parapeitos ainda não eram obstáculos bastantes contra o vento do

deserto e contra a invasão crescente das areias: fixavam-se ali paliçadas, elevavam-se muralhas de lama seca, faziam-se plantações numerosas e vivazes para impedir a flutuação das areias. Naquela multidão de operários havia a mais absoluta ordem: ali, e em todo o percurso dos trabalhos, havia hospitais, ambulâncias, armazéns: incessantes caravanas percorriam o deserto trazendo víveres. Os europeus, logo ao princípio, esmagados pela imensidade e estranheza do trabalho, desertaram. Vinham então gregos, dálmatas, armênios, árabes. Todas as raças, todas as línguas, todas as religiões ali se reuniam. Do interior do deserto corriam as tribos de beduínos a pedir trabalho. Havia enormes acampamentos.

Mr. De Lesseps andava sempre no caminho dos trabalhos, no seu belo dromedário branco, envolto no *burnu* árabe, aclamado pelos operários. Aquelas pobres raças da planície e do deserto estavam fascinadas por duas coisas novas para elas – o ganho pelo trabalho, e a água abundante!

Nada restava agora daquele grande movimento, senão, a grandes espaços, algum abarracamento levantada à beira do canal, donde os operários vinham saudar com grande ruído a passagem dos navios.

Ao outro dia pela manhã entrávamos, ao ruído das salvas, no lago Timsah. No fundo víamos a cidade de Ismailia. Era ali o centro das festas. Ismailia é a capital do canal.

É um porto admirável, inacessível às tempestades, à simples agitação da água; não porto de passagem como Port Said ou Suez, mas perfeita estação de descanso para a navegação do Oriente. Comunica com o Egipto pelo caminho de ferro e pelo canal de água doce. Tem praças, largos, ruas de futura capital. Não é cidade rude e trabalhadora como Port Said, cheia de oficinas e de operários. É uma cidade cheia de *chalers*, de esboços de palácios, de passeios arborizados, de cais largamente construídos. Tem já os refinamentos civilizados de uma capital; tem mesmo já uns pequenos ares de corrupção; as almeias exiladas do Cairo, refugiadas em Esneh no Alto Egipto, têm-se vindo aproximando de Ismailia. Tudo aquilo assenta, é verdade, sobre a areia, e para os lados do deserto vive uma população árabe em toda a sua pitoresca miséria. Mas a sua colocação é excelente: confinada entre um deserto e um lago- tem para se abastecer o baixo vale do Nilo, a seis horas de distância, e para comunicar com o mundo a navegação do canal. Pela sua posição é um porto forçado, e o melhor do Oriente. Todos os paxás do Egipto têm tido, como os antigos tiranos, o desejo de ligar a sua memória à edificação de uma cidade: Mehemet-Ali, Said-Paxá, Abas-Paxá, todos. A cidade que este último original fundou, Abasfate, ainda hoje está acabando de se desmoronar perto do Cairo, no caminho da antiga Heliópolis, numa vasta planície deserta.

Ismail-Paxá será talvez mais feliz, e Ismailia poderá vir a ser a capital europeia do velho Egipto, como Alexandria é a sua capital comercial, e o Cairo a sua capital histórica.

III

Ismailia estava tomada por uma extraordinária multidão. Nos largos areais, para além do cais, tinham-se construído acampamentos para os viajantes que não vinham de Alexandria nos navios. Tinha-se improvisado hotéis semelhantes a grandes dormitórios. Havia pequenos vapores ancorados servindo para alojamentos. O aspecto da cidade naquele dia era poderosamente vivo e original.

Os regimentos egípcios tinham acampado junto do lago. Ao centro, num largo espaço que há ao pé do canal de água doce, estavam as tendas para os xeques, que são os chefes das aldeias árabes, ou chefes das tribos do deserto. As tendas abertas por

diante deixavam ver os grandes lustres pendentes, os tapetes de Meca e de Damasco, onde se encruzavam as soberbas figuras dos xeques, fumando gravemente o narguilé. – Tinham-se estabelecido barracas enormes, onde, a todo o momento, se serviam a todos os convidados e a todos que entravam, refrescos, vinhos, saladas, e jantares. Havia toda a sorte de jogos, de danças, de músicas. As tribos beduínas tinham acampado perto. – Eu vi uma caravana beduína em descanso no largo dos bazares: tinham cravado no chão duas lanças, e em volta os cavalos e os homens, figuras duramente esculpidas em bronze, altivamente enfaixadas nos albornozes, faziam um grupo estranhamente pitoresco. – As largas ruas estavam cheias de uma multidão ruidosa, colorida, original. – Tinham, vindo almeias do Fayoum (província) que debaixo das tendas celebravam as suas misteriosas e estranhas danças. O imperador da Áustria e a imperatriz tinham passeado por Ismailia, montados em dromedários; depois disso as ruas estavam cheias de viajantes, equilibrados sobre as excêntricas selas dos camelos e dos dromedários. Havia por toda a parte tocadores, cantadores, mágicos, fascinadores de serpentes.

Os beduínos formavam danças e lutas, e carreiras de cavalos. Alguns, de pé sobre os dromedários lançados a galope, faziam toda a sorte de destrezas e de equilíbrios, jogando a lança. Tudo isto era acompanhado pelas salvas constantes dos navios, e pelos hurras das marinhas. À noite, a cidade transformou-se em luz. Por todos os largos estavam acesos grandes fogos. Via-se ao fundo do lago, através dos navios iluminados, brilhar fantasticamente a cidade, feita de pontos de luz. Os acampamentos estavam flamejantes. Em todas as tendas dos xeques havia cantos de mulheres árabes acompanhados de darabuka. Os fogos de artifício estalavam por todo o ar. No meio de grandes grupos, entre um círculo de fachos enormes, dançavam as almeias. Em outros círculos alumados, a multidão abria os olhos diante dos improvisadores árabes. A luz escorria por entre toda aquela multidão, tomada de alegria. Havia sobre a cidade e o lago aquele forte rumor das festas, que é composto dos cantos, das músicas, das vozes, dos aplausos, tudo harmonicamente confundido, e que pela força da sua originalidade arranca o homem para fora da vida vulgar, com irritantes atracções. Tudo isto víamos nós ao atravessar a cidade, nas enormes carruagens que nos levavam ao grande baile de Ismailia, no palácio novo de Ismail-Paxá. O palácio, cercado de jardins, tinha neles uma iluminação de gosto oriental. Havia luzes espalhadas por todos os ramos de árvores, entre as folhas das flores, na terra dos vasos. Sobre a erva estavam desenhados arabescos de luz de um aspecto original. O canal de água doce que corre ao pé estava cheio de barcos iluminados, onde havia cantores árabes que passavam numa perpétua serenata. Ao começo da noite, entre as mesas, os árabes estendiam às vezes a mão, metiam os dedos nos pratos, e afastavam-se comendo desdenhosamente. Nas salas, o baile era apenas uma oscilação sufocada de corpos. O ouro bordado das fardas arranhava os ombros nus, e os enormes sapatos dos xeques do deserto rasgavam os longos vestidos das loretas. Não havia ordem, nem espaço, nem ar, nem alegria. Era brutal e pesado: fatigava. A maior parte da gente dispersou-se pela cidade, a ver as iluminações e as festas populares.

Quando eu saí para ir a um café italiano, em companhia de alguns oficiais ingleses, ver as almeias de Beni-Ironef dançarem a dança da abelha, encontrei Mr. De Lesseps, no peristilo, que procurava ansiosamente o seu paletó.

Mr. De Lesseps é uma figura delgada e nervosa, bigode curto e branco, e dois olhos que faiscam em negro, cheios de inteligência e sinceridade. Tem uma fisionomia e, sobretudo, um sorriso, que revelam tendência para as concepções abstractas, mas firmeza nas dificuldades da vida.

Mr. De Lesseps é diplomata, orador, engenheiro, financeiro e soldado. Tem de tudo isto, e esta harmonia de qualidades é o segredo da sua inquebrantável força, e do

seu constante triunfo nesta obra do Suez. Foi andando a visitar o deserto líbico, em companhia de Said-Paxá, então vice-rei, que ele resolveu, com apoio de Said, encetar a sua obra: desde então quantas lutas, já com a Inglaterra que intriga contra ele e que o difama, já com a Turquia que lhe tira os seus trabalhadores, já com os capitais que se retraem diante dos seus planos, já com o deserto que contradiz a ciência das suas teorias, já com o cólera que lhe destrói os seus operários, quantas lutas, até que pudesse tranquilamente procurar o seu paletó, numa festa que celebrava o fim de tantos ásperos trabalhos!

Ao meio da noite, quando eu vinha para bordo, as luzes morriam miseravelmente por toda Ismailia e a sombra cobria o lago. Ao outro dia, a grande procissão dos navios saía do lago Timsah, em direcção a Suez. Começava então já a ver-se, ao lado do canal marítimo, o canal de água doce –que vai indo quase paralelamente com ele até Suez. De resto a paisagem começa a ser de uma uniformidade monótona: a fulva vastidão do deserto de ambos os lados do canal. O canal de água doce é uma das maiores obras de Mr. De Lesseps e um dos episódios mais notáveis da perfuração do istmo. Os operários do canal tinham de trabalhar no deserto. A primeira necessidade era a água: um exército de operários não podia subsistir durante muitos anos apenas com água trazida pelas caravanas. Ao princípio, quando as obras estavam ainda junto do lago Mensaleh, tirava-se a água de alguns poços isolados, fazia-se vir da próxima cidade de Damietta, ou destilava-se a água do mar. Mas, a maneira que os trabalhos caminhavam para o centro do istmo, as dificuldades apareciam. Não havia poços, nem água do mar. Damietta estava longe. O tonel de água começava a custar vinte e cinco francos. Demais, como vinha em caravanas, qualquer demora, qualquer transtorno lançava a sede entre os operários, e começavam as confusões de trabalho. As inquietações sobre a água cresciam. Então Mr. De Lesseps resolveu ir ao Nilo, a trinta e cinco léguas, buscar água doce e trazê-la ao deserto por um canal que seguisse uma linha quase paralela ao canal marítimo, costeasse os lagos Amargos, passasse ao pé das montanhas de Djebel, e fosse ter a Suez. O canal seria, assim, para uso dos operários, para a irrigação daqueles terrenos áridos, e para a navegação de pequenos barcos. Nós víamos, com efeito, o canal doce, cheio de velas, cujas pontas aguçadas e brancas saíam acima das margens. Um dos episódios épicos do canal de água doce foi a passagem das dragas. Foi necessário levar aquelas monstruosas máquinas até ao pé dos lagos Amargos, para atacarem as areias do Serapeum. Foram transportadas pelo canal de água doce.

Centenares de homens iam-nas levando à corda, das margens. Mas aquelas enormes máquinas a cada momento encalhavam, voltavam-se, ou, quando o vento era violentamente contrário, faziam força para trás. Para as tirar do lodo, para as impelir, para as equilibrar, eram necessários esforços sobre-humanos, onde sucumbiram muitos valorosos operários. Foi ao anoitecer que chegámos aos lagos Amargos. – Toda a esquadra do cortejo ancorou aqui durante a noite. Havia uma lua esplêndida, que enchia o lago de luz, e desenhava vagamente até ao horizonte as ondulações do deserto.

IV

Os lagos Amargos são os restos do antigo golfo Helisopolete, águas do mar Vermelho que vinham até aqui. – Foi neste lugar que passaram os Hebreus, guiados por Moisés; foi aqui que ficaram sepultadas as legiões dos faraós, quinze mil homens e mil e duzentos carros. Para o lado do Egipto, a lua branqueava uma vasta planície: era Gessen, a terra dos patriarcas. Os faraós tinham dado aquele lugar aos Hebreus, lugar então cheio de culturas e de searas, hoje coberto de areias. Foi dali que eles partiram em demanda de Canaã. Dali tomaram para o sul, para os desertos da Arábia e do Sinai, para

evitar o encontro dos exércitos egípcios. Moisés conhecia bem aqueles lugares. A sua mocidade tinha-se passado no istmo. Demais, aquele lugar era tradicionalmente a passagem dos que vinham da Síria, pela Caldeia e pela Idumeia. Abraão, José, Jacob tinham ali passado nas suas viagens ao Egipto. Foi por ali também, mas um pouco mais ao norte, a pouca distância do lago Timsah, que muitos séculos depois o descendente de tantos patriarcas, e de tantos profetas, Jesus, passou levado por sua mãe que fugia para o vale do Nilo. Os Árabes mostram ainda hoje este lugar. Enquanto olhávamos aqueles lugares bíblicos, os fogos de artifício estalavam por todo o ar.

Ao Outro dia pela manhã íamo-nos aproximando de Suez Saímos devagar, porque a maré do mar Vermelho já vinha contra nós. Foi esta questão de marés, e de desigualdade de níveis entre o mar Vermelho e o Mediterrâneo, a origem de uma das grandes oposições que se fizeram ao canal.

Dizia-se que, segundo as sondagens feitas sob a direcção de Lepère em 1799, o mar Vermelho era nove metros mais alto que o Mediterrâneo: dizia-se também que a obra era impraticável, por causa das areias movediças e dos ventos do deserto: dizia-se, por fim, que a navegação do mar Vermelho não podia, pela sua dificuldade, pelo seu perigo, constituir nunca um verdadeiro caminho marítimo. Uma comissão internacional foi ao istmo esclarecer estas dúvidas. Era uma legião de sábios, de arqueólogos, de engenheiros, de geólogos.

Said-Paxá fez-lhes recepções reais. Atravessaram o istmo, nos seus estudos, de Suez a Peluse. Sondadas todas as enseadas, todos os lagos, estudaram todos os terrenos. Acamparam grandiosamente, e seguia-os uma caravana de cento e setenta camelos. Os Árabes vinham de todos os pontos, para ver passar aquele estranho cortejo. A comissão dissipou todas as objecções.

O nível dos dois mares foi declarado igual, por novas e mais perfeitas sondagens; reconheceu-se que as areias não eram um obstáculo: se as areias trazidas pelo vento deviam sepultar o futuro canal, porque não tinham sepultado já os lagos Amargos, porque não tinham coberto as antigas ruínas, porque não tinham, ao menos, apagado os vestígios das caravanas da última peregrinação de Meca? Por último, o mar Vermelho foi, contra os impugnadores do canal, declarado bom, como via marítima. O que tem de mal o mar Vermelho? Alguns rochedos. Não os tem o Adriático? Não os tem a Mancha? Não os tem o Arquipélago? O mar Vermelho tem ventos regulares; o mar Vermelho tem enchentes conhecidas; o mar Vermelho tem a admirável claridade das suas noites. Impede isto a navegação? Se o mar Vermelho foi de uma navegação fácil para as frotas de Salomão; se Venezianos e Portugueses puderam, ali bater o Turco, o que se dirá hoje, com os meios científicos de navegação, e com vapor? Todas as objecções caem de *per si*. Nas margens do canal começávamos nós a ver muitos acampamentos. de operários: vinham até quase à água bater as palmas aos navios que passavam, acenando com lenços e véus entre grandes hurras. Dos navios respondiam. Havia um forte sol: o deserto luzia até ao horizonte. Víamos à nossa esquerda o caminho das caravanas, que vão a Meca, a Medina, a Bagdad. e a Damasco, na lata Síria. A Arábia, a Ásia, ficavam para além daquele deserto. Do lado do Egipto, ao fundo do areal coberto de salinas, estava a escura e triste cidade de Suez. Para além estende-se. o monte de Djebel Attaka, chamado do Libertamento, porque, quando as caravanas que vêm do deserto o avistam, é que estão fora de perigo. Ao fundo, esbatida na pulverização de luz do horizonte, entrevia-se a cordilheira do Sinal. Ao meio-dia entrávamos em Suez, no meio das salvas.

Soez é uma cidade escura, miserável, decrepita; é o começo de novas regiões; é já quase a Ásia e a Índia.

Tem um aspecto. mortuário: o cólera e a .peste aparecem, com efeito, ali

frequentes vezes.

Em alguns bairros arruinados,, quase desabitados, . conserva, porém, nas suas construções desmoronadas um notável carácter da velha e pura arquitectura árabe. – De resto, a civilização europeia começa a representar-se em Suez por cafés-cantantes e por *gourgandilles* de Marselha.

Suez tem tido, até há pouco tempo, um viver incompleto pela falta de água. Em Suez a água era conservada em caixas de ferro, trazidas do Cairo. À água da fonte de Moisés, que está a três léguas, só a podem beber os camelos. No tempo da chuva havia, além da do Cairo, alguma água potável a seis léguas de distância. No tempo de calma a sede era uma doença: havia mercados de água, onde os preços eram fabulosos, horríveis. Os ricos bebiam uma água meio salubre. Os pobres bebiam a água dos camelos ou morriam de sede. Em Suez não havia (e ainda não há hoje) uma árvore, uma flor, uma erva. Havia gente que, tendo sempre ali vivido. não fazia ideia da vegetação. Contava-se de árabes de Suez, que, vindo ao Cairo pela primeira vez, fugiam das árvores como de monstros desconhecidos. Isto fez a raça dura, áspera, hostil. O canal de água doce mudou esta face das cousas. A água é gratuita e abundante No dia em que a água chegou a Suez, foi uma vertigem. Os pobres árabes não podiam crer: mergulhavam-se nela, bebiam até lhes fazer mal, estendidos sobre as margens do canal, davam gritos loucos. Alguns estavam aterrados e pasmavam da perda de tanta riqueza. A população gritava cheia de amor em volta de Mr. De Lesseps, prostrando-se e beijando-lhe as mãos. E desde então, a cidade tende a reviver e a criar-se.

Quando chegámos a Suez, separou-se aquela caravana de convidados que havia seis dias safra de Alexandria.

Uns ficaram em Suez, outros foram para o Cairo. Nós fomos para as costas da Arábia, para os lados do deserto do Sinai ver o oásis de Moisés. No ((êxodo» diz-se: «E os filhos de Israel vieram depois a Elim, onde havia doze nascentes e setenta palmeiras.» Eram estas doze fontes e setenta palmeiras que nós íamos ver, passando o mar Vermelho numa barca árabe. Tínhamos feito a nossa peregrinação através do canal; a esquadra da Europa tinha as suas âncoras no mar Vermelho; a obra de Mr. De Lesseps estava completa. Havia dez anos que um grupo de trabalhadores, numa segunda-feira de Páscoa, estava reunido na praia, no lugar que depois foi Port Said; não havia nada nesse lugar, senão a bandeira egípcia plantada sobre a areia. Um homem saiu do grupo, descobriu-se, e disse:

«Em nome da companhia de Suez, dou a primeira pancada de alvião neste terreno que abrirá às raças do Oriente a civilização do Ocidente.» E cavou a areia com o alvião. O homem que disse aquelas palavras era Mr. De Lesseps: e, como se vê, a pobre pancada de alvião tem feito largamente o seu caminho.

RAMALHO ORTIGÃO

(CARTA A JOAQUIM DE ARAÚJO)

Newcastle, 25 de Fevereiro de 1878

Meu caro colega: – Recebi a carta de V. pedindo-me, com pressa, a biografia de Ramalho Ortigão. Creio que o que V. deseja é a biografia do espírito de Ramalho Ortigão, a história interior, a do seu talento, não a história exterior, a da sua vida. Um homem de letras, que não escreve as suas memórias, tem realmente direito a que os outros lhas não escrevam. De resto, a história de Ramalho Ortigão conta-se facilmente: – tem vivido com honra e trabalhado com valor. Pode-se acrescentar que nasceu no Porto (intelectualmente em Lisboa), e que possui duas qualidades eminentes, de grande resultado moral, raras nos seus contemporâneos: – não é bacharel e tem saúde. A biografia do seu espírito é mais complexa.

Diz-se geralmente – Ramalho Ortigão, autor das «Farpas»; não seria inexacto dizer – as «Farpas», autoras de Ramalho Ortigão. A sua obra tem-no criado. Se- ele, há sete anos, dá às «Farpas» tempo, cuidados, estudo – as «Farpas» têm-lhe pago regimento, têm-no *feito*. Têm-lhe dado a disciplina de raciocínio, a observação, a exclusiva fé na ciência, a crítica, uma bela elevação moral, uma forma magistral- As «Farpas» têm sido para ele, a grande escola da ironia: Ramalho tem feito na ironia a sua educação e a sua carreira. A epígrafe invocativa das «Farpas» é inteiramente exacta, como história do seu progresso: é a ironia que o tem libertado da rotina, da adoração dos falsos deuses e dos falsos diabos, das mistificações da política, das pequenas ambições, dos pequenos luxos, da enfatuação, da melancólica escravidão dos partidos, das superstições sociais e dos mandamentos transcendentais. É a ironia que, fazendo-o livre, o tem feito justo.

Ramalho Ortigão *depois* das «Farpas», é um homem inteiramente diferente de Ramalho Ortigão *antes* das «Farpas». E, todavia, ainda não há um ano que eu vi um estudo, pintando-o como um janota amigo dos cortes excêntricos, e julgando o *boulevard* a mais nobre instituição dos tempos modernos. Esta apreciação não era uma perfídia, nem um erro: era um velho *cliché*, a tiragem recente de uma antiga estampa: era uma *rotinice*.

A rotina, numa das suas formas mais estúpidas, é a persistência caturra numa primeira impressão. É o grande vício chinês. Há dois mil anos a China, num momento de grande impulso interior, abriu os olhos da alma e concebeu, num relance, uma certa ideia do Universo, do Homem, da Arte e da Sociedade: dois mil anos passaram e a China persiste, impassível, na adoração e no uso destas concepções primitivas. O português moderno tem muito do chinês. A primeira impressão que nos vem à retina, fica-nos perpetuamente no espírito. Ramalho Ortigão há anos. (o seu talento podia dizer há séculos). foi visto no Chiado com um chapéu panamá, gabando os méritos de Mademoiselle Rigolboche, a antiga Carlos Magno da prostituição; há sujeitos para quem Ramalho, apesar de trinta volumes de «Farpas», é ainda hoje o homem do chapéu panamá e o Plutarco de Mademoiselle Rigolboche.

Eu conheci-o antes das «Farpas». já tinha então as qualidades eminentes de corpo e de coração: era forte, era são, era bom, era alegre; mas dos cabelos aos bicos dos sapatos, era, em cada polegada, um literato; mais – era um janota. O chapéu panamá era então exacto. Paris, ou antes um dos lados de Paris, o Paris do chique, das *cocottes*, das operetas, dos *boursiers*, dos *jockeys*, das dançarinas e dos pequenos tiranos – deixara-

lhe nos olhos e no espírito um grande deslumbramento: se lá se tivesse estabelecido então, teria escrito, com fervor, no «Figaro»; teria ido todas as tardes ao Bois curvar o espinhaço diante da libré verde e oiro do personagem taciturno e caquético que então dominava o mundo; iria, por estilo, jantar *chez Vachette*, com o ramo de violetas de uniforme e gabar as grandes ideias do reinado, bebendo *Romanée-Imperial*; publicaria em casa de Michel Levy um volume intitulado os «Contos do Asfalto»; e, declarada a guerra, como era bravo ter-se-ia alistado nos Zuavos, e morrido heroicamente em Gravelotte ou Saint-Privat. Em Portugal era a contrafacção lisboeta deste tipo amado; dizia-se conservador; admirava, Deus me perdoe, os tenores de São Bento (de que mais tarde devia fazer a prodigiosa caricatura); detestava a democracia, porque lhe supunha caspa: era, entre nós, barbado, o S. Paulo do *crevetismo*; escreveu um livro, «Em Paris», que foi a sua Carta aos Coríntios; se não era inteiramente devoto, achava a religião um acessório indispensável ao homem bem-educado; e preferiria decerto ter escrito a «Família Benoiton» a ter composto «Os Lusíadas». Ao mesmo tempo, conservara-se na forma um literato português; era um purista – tinha o estilo vernáculo, quinhentista, arcaico, obsoleto: exprimia as suas preferências de *boulevard* na linguagem de Bernardes; as suas ideias eram de *dandy*, a sua prosa de frade.

E em dez anos, por um prodigioso trabalho dentro de si, sobre si – é o autor das «Farpas»!

As suas primeiras revelações tinham sido no «Jornal do Porto»: havia já então nos seus folhetins saídas, *boutades*, repentes, jactos de veia; que mostravam um espírito original, mais sarcástico que irónico, petulante, amando a luta. Mas a sua bela veia natural era inteiramente inutilizada pela sua pesada prosa vernácula; era como um ágil jogador de *cri cket* metido dentro de uma armadura do tempo de D. Sancho II; depois não tinha disciplina, vadiava, entretido com bagatelas. ocupando-se a dismantelar aqui uma pacata assembleia da Foz, além um pobre poeta lírico da Rua das Hortas. Não tinha as armas modernas, nem via o inimigo moderno: a sua ironia precisava um estilo e uma filosofia.

Pertencem a este período, creio, as «Histórias Cor-de-Rosa». Li-as há dez anos, e tenho a impressão de um livro arranjadinho com jeito, deste romantismo modernizado em que os gritos de paixão plebeia são substituídos pelos suspiros de uma sensibilidade elegante; alguma coisa de ornamentado, acetinado, precioso, *d'étagère* rica; e terminando por uma página admirável, a «Visita de Pêssames», em que já se entrevia o realista, o caricaturista, com os processos quase científicos do escárnio.

O grande sucesso da «Lanterna», tendo posto à moda, como sistema, o riso de oposição, deu, talvez, origem às «Farpas»: mas a intenção, cabe-me dizer a pretensão das «Farpas», era mais larga, bem mais crítica; um *vaudevillista* heróico, representante da *gaminerie* na Revolução, lançava a «Lanterna» contra um homem: nós queríamos lançar as «Farpas» contra um mundo. Tais são os ardores, as destemidas ilusões da mocidade!

Apenas nas «Farpas», Ramalho Ortigão bem depressa achou a sua formar desembaraçou-se da velha armadura quinhentista – e saltou de dentro, rápido, vivo, brilhante, vergando e sacudindo a sua frase como uma lâmina de florete. Mas antes de atacar, ele não o pode negar, teve um momento de hesitação, muito perdoável, decerto; via diante de si, na fileira inimiga, tantos santos da sua antiga devoção! É duro, por exemplo, para um velho conservador, ter de atirar estocadas ao belo peito do orador do parlamentarismo. de voz sonora e presença agradável: é duro para um antigo literato, frequentador do (<Amor e- Melancolia», ir perseguir de ferro em punho, até debaixo das saias da Academia, todo um povo agachado e trémulo de tropos e de lirismo. Debalde vozes exaltadas e tentadoras lhe diziam que todo aquele grupo de abusos

políticos, literários e sociais, eram antigos réus, a que o bom senso e o bom gosto (para não invocar entidades mais altas) tinham feito um processo profundo, e que haviam condenado à morte: estavam ali, contra um muro; podia com a consciência calma atirar-lhes, segundo o seu temperamento – balas ou cebolas. Ramalho hesitava: aqueles réus eram os seus deuses. Teve um acto de grande, de tocante honestidade: foi, ele mesmo, refazer-lhes o processo... Voltou desolado: os deuses eram de palha! Testas, corações, que julgara cheios, davam o som de oco.. E o seu velho mundo, que amara, e que sempre julgara forte e são como o mármore, tinha fendas esbeçadas por onde escorria vérmina!

Não tardou a hesitar: o folhetinista diletante acabava; começava o panfletário ilustre.

O primeiro fim das «Farpas» foi promover o riso. O riso é a mais antiga, e ainda a mais terrível forma da crítica. Passe-se sete vezes uma gargalhada em volta de uma instituição, e a instituição alui-se; é a Bíblia que no-lo ensina sob a alegoria. geralmente estimada, das trombetas de Josué, em torno de Jericó. Há uma receita vulgar para produzir o riso: toma-se, por exemplo, um personagem augusto; puxa-se-lhe a língua até ao umbigo; estiram-se-lhe as orelhas numa extensão asinina; rasga-se-lhe a boca até à nuca; põe-se-lhe um chapéu de bicos de papel; bate-se o tambor e chama-se o público. Mau método, meu caro! Apenas a multidão ri o seu riso, e sai – o personagem recolhe a língua, contrai a orelha, franze a boca, esconde o chapéu de bicos – e continua a ser augusto! As «Farpas» tinham inteiramente outro processo: – era obrigar a multidão a ver *verdadeiro*. Um grande pintor de Paris dizia-me, o ano passado: – *A multidão vê falho*. Vê, em Portugal sobretudo. Pela aceitação passiva das opiniões impostas, pelo apagamento das faculdades críticas, por preguiça de exame – o público vê como lhe dizem que é. Que amanhã o «Diário de Notícias», ou outro órgão estimado, declare que o Hotel Aliança, ao Chiado, é uma maravilhosa catedral gótica, que insista nisto na local e no folhetim – e numa semana o publico virá fazer no Largo do Loreto semicírculos extáticos e *verá*, positivamente *verá*, as ogivas, as rosáceas, as torres, as maravilhosas esculturas do Hotel Aliança. Um dos fins da arte realista é obrigar a *ver verdadeiro*. As «Farpas» tinham esta maneira: fazer rir do ídolo, mostrando por baixo o manequim. Ramalho Ortigão era admirável nestas demonstrações; por exemplo, um orador ilustre falava em São Bento; ninguém como Ramalho para recolher numa bacia os períodos escorridos – e mostrar ao público que aquela eloquência sublime eram as fezes biliosas de velhos compêndios decorados.

Para fazer isto é precisa uma certa coragem. Os Franceses dizem: é necessário uivar com os lobos. Eu digo: é útil balar com os carneiros; ganha-se a estima dos nédios, as cortesias dos chapéus do Roxo, palmadinhas doces no ombro, de manhã à noite uma pingadeirazinha de glória. Mas ir sacudir, incomodar o repouso da velha Tolice Humana, traz desconfortos; vêm as caluniazinhas, os odiozinhos, os sorrisos amarelos, a cicuta de Sócrates às colheres. Todavia, Ramalho Ortigão foi sempre estimado; nunca, creio, nem nos jornais, nem nesse grande «Diário, de Noticias» falado, que se chama, em Portugal, Conversação, se remexeu seriamente cicuta para Ramalho. Isto, dizem os cépticos, provém de que geralmente. num país civilizado e onde a arnica não é barata, se respeita uma consciência limpa, que usa uma bengala sólida. De modo nenhum: provém de que Ramalho Ortigão não põe azedume na sua ironia.

II n'a pas d'enfer dans le feu de la forge.

Nunca odiou. Quase inútil é dizer que nunca invejou. Não faz privilégios, nem tem ressentimentos; quando eu, o seu melhor amigo, escrevo uma página medíocre (o

que me sucede diabolicamente., frequentemente) diz-mo logo, furioso: que B hoje o insulte, esmaga-lhe. o crânio: que B amanhã escreva «Os Lusíadas», beija-lhe as mãos.

Este culto da justiça foi, desde que começou as «Farpas», a sua religião. E pelo princípio de que um poeta deve ser tão poético como os seus poemas e um moralista tão moral como o seu ensino – aplicava a justiça a si, com um rigor de místico. Decidindo-se a fazer «Farpas» contra tudo que não fosse recto. fazia às vezes, na intimidade, «Farpas» temerosas contra si; se sentia um desfalecimento, ou uma parcialidade, ou um despeito, ou uma preguiça, ou uma tentação, meditava, falava artigos terríveis contra Ramalho Ortigão. Quando, debaixo do critico, o *dandy* queria reaparecer, atirava-lhe ditos tão cruéis. tiradas tão flamejantes – que o *dandy*, embrulhado na tempestade, sumia-se, como um diabo de mágica, nas trevas do subsolo.

– «Meu caro, ensinava-me ele muitas vezes, quando se critica os outros, é necessário ser-se irrepreensível.» Não me compete a mim, seu colaborador de então, falar desse primeiro período das «Farpas». Às vezes releio um desses velhos números; e a verdade é que os meus artigos parecem-me antiquados, frios como um mosaico, de uma graça senil, inteiramente desbotados; e nos dele, que vigor! que frescura! que cor! Conservam todo o calor com que foram escritos – o riso tem a mesma sonoridade cantante. É que o verdadeiro espírito das «Farpas» estava com Ramalho. Eu achava-me naquela publicação, não inteiramente como Pilatos no Credo, esta comparação seria irreverenciosa para as «Farpas», mas como um curioso numa profissão alheia. Eu era um diletante de oposição. E para Ramalho Ortigão as «Farpas» eram a *sua obra*: iam já tomando, para ele, a gravidade de uma missão.

Elas tinha sido, até aí, simplesmente um instrumentozinho de demolição; uma pequena catapulta, envernizada, de pau-preto, com ferrarias muito lustrosas, – ora aplicada contra um ridículo, um abuso, um vício, um sistema, ora, mais alto, contra uma instituição, casualmente, raramente, contra um indivíduo-tipo, símbolo de tendências ou de ideias (raramente, porque ele e eu tínhamos horror ao nome próprio: nas provas, antes de pentearmos os períodos, catávamos-lhes os nomes próprios). Mas Ramalho Ortigão, já nesse tempo pensava em dar às. «Farpas» uma feição mais larga.

Estava cansado de rir, dizia. As «Farpas», segundo as declarações do editor, tinham dois mil assinantes; isto representava de cinco a seis mil leitores: se, propunha ele, aproveitando um tal auditório, nós lhe ensinássemos alguns princípios? Fiquei aterrado: ensinar! Eu era, sou ainda, em filosofia, um turista facilmente cansado, em ciência um diletante de coxia. Converter a alegre catapultazinha numa austera cadeira de professor!... Fui prudentemente para a Havana.

E Ramalho, só, fez as novas «Farpas», as boas, as grandes; as ilustres. São as que realmente me agradam. As outras estimo-as pelas recordações que me trazem desse tempo alegre- e moço: estas admiro-as pelo seu valor moral e literário, amo-as pela glória que elas dão ao meu amigo.

Para ensinar há uma formalidadezinha a cumprir – saber. E Ramalho, .havia tempos, andava-a cumprindo com ardor: entrava na ciência com a exaltação de um convertido. Reconhecera que o moderno homem de letras deve possuir, em uma generalidade suficiente, os princípios do movimento científico contemporâneo; – e, como um guerreiro que num arsenal se arma rapidamente para uma batalha urgente, começou a prover-se dos elementos essenciais da filosofia, da economia, da moral, da política, da história, das belas-artes, da ciência, da indústria. Foi um período da sua vida muito grave, de grande elevação moral; quase religioso. A ciência deu ao panfletário o deslumbramento que Paris tinha dado ao *dandy*: tornou-se a sua preocupação, o seu fim, o seu vício, mas a sua força. Com que ardor trabalhava! Como se tivesse diante de si um monte de dois mil anos de ciência, e só doze horas para o desbastar! Naturalmente o seu

trabalho tinha, tem ainda talvez, a irregularidade da sofreguidão: ia do socialismo à astronomia, da história à química, lendo hoje um estudo sobre o jubileu de Bonifácio VIII, amanhã um *compte-rendu* sobre a refinação dos açúcares. Enchia-se de noções, de factos, de pontos de vista, de ideias. E dava tudo às «Farpas»: elas eram então como uma janela aberta, por onde entravam para o País grandes rajadas de civilização e de educação, irregulares e imetódicas, como todas as rajadas, mas varrendo os miasmas, e trazendo sempre alguma boa semente. Que admirável, por exemplo, o volume dedicado à «Instituição em Portugal»! A pedagogia tinha-o constantemente atraído: o espectáculo de uma geração atrofiada de espírito e raquítica de corpo, desolava-o: e não tem deixado de pedir uma reforma da educação – que faça os corpos sãos e as almas livres.

Alguns amigos nossos achavam então (e diziam-lhe) que as «Farpas» tinham um *excessivo aparato científico*, e que ele, como acontece aos pobres que herdaram grandes fortunas, não podia quase tirar o lenço do bolso, sem mostrar habilmente maços de notas de banco. Eu mesmo, creio, o censurei: parecia-me que ele estava torcendo a vocação às «Farpas»: elas eram uma sátira – não um curso. Na invasão asiática do cristianismo – havia a legião dos iconoclastas, para derrubar os ídolos e, atrás, a corte dos apóstolos, para fundar a Lei Nova. As «Farpas» eram os iconoclastas: vinham para dismantelar os bustos olímpicos: deviam deixar aos S. Paulos o cuidado de plantar as cruces. Mas, no fundo, ele tinha razão; não espalhava erudição por vaidade, mas por filantropia. Via o País numa ignorância crassa., fradesca – e com a liberalidade de um filantropo, que considera dos pobres todo o dinheiro que ganha, apressava-se em atirar profusamente, aos destituídos de espírito, todo o seu pecúlio de ideias. E depois tinha outra razão: é que os da sua geração que, com grande ciência e grande autoridade, podiam ensinar, persistiam num silêncio impassível. Realmente, a não ser o silêncio de Antero de Quental, o maior de todos, a mais poderosa organização filosófica e crítica da Península neste século, – silêncio imposto até aqui pela doença, como explicar a mudez marmórea dos outros? Há quase doze anos apareceu, vinda parte de Coimbra, parte daqui, parte de acolá, uma extraordinária geração, educada já fora do catolicismo e do romantismo, ou tendo-se emancipado deles, reclamando-se exclusivamente da Revolução e para a Revolução. Que tem feito ela? A não ser Teófilo Braga, constantemente, Oliveira Martins, nos intervalos das empresas industriais, e Guerra Junqueiro, o grande poeta moderno da Península – quem trabalha? Onde estão os livros? Esta geração tem o aspecto de ter *falhado*.

O tempo urgia; ninguém falava. Ramalho achou-se sentado num pequeno púlpito, com quatro ou cinco mil ouvintes, e julgou necessário, em lugar de os divertir, instruí-los: fizera-os rir – agora fazia-os pensar. É o que sentiu muito bem, num artigo sobre a literatura portuguesa, o «American Correspondent», de New York.

«No meio do marasmo ignóbil das letras portuguesas, diz em resumo, uma só individualidade vive: é Ramalho Ortigão. Nas *Farpas* faz a sátira do seu tempo, mas dá também noções muito justas sobre as questões mais vitais; encarrega-se do trabalho de demolição e de reconstrução.»

As «Farpas», com efeito, tal qual ele as criou modernamente, são a obra mais viva da literatura portuguesa. Poderia parecer cómico que eu tivesse esta opinião de uma publicação que na sua capa azul tem o meu nome, fazendo ângulo com o dele, ao lado da cabeça do famoso Diabo, se não fosse absolutamente conhecido em Lisboa, na província, que eu há seis anos não escrevo nas «Farpas»: ele deixou lá o meu nome., deu-lhe mesmo o melhor lugar, no alto, por uma tocante superstição de amizade. De resto, no estrangeiro, onde as «Farpas» são conhecidas, também o sabem: leio no «Dicionário Universal do Século XIX», de P. Larousse, no artigo RAMALHO ORTIGÃO (José Duarte): Esta publicação (*As Farpas*, que ele traduz *Les Flèches*),

não deixa de ter analogia com as *Guêpes* de Alphonse Karr, mas com uma crítica mais larga e mais acerada, de ideias muito avançadas, tocando em todas as questões da política, da arte e da ciência. Ramalho Ortigão redige-a, só, desde 1872.»

Nos trinta volumes das «Farpas», que ele tem publicado só, há com efeito tudo: há ciência, há crítica, há arte, há paisagem, há romance.

Tem perseguido, sem descanso, os vícios portugueses – pequenos e grandes. Não os deixa: ora vergastando-os com sarcasmos, ora persuadindo-os com reflexões. As vaidades do falso janotismo, os hábitos dissolventes do namoro, a dependência do patrocínio, as educações atrofiadoras, o sentimentalismo mórbido, o desleixo dos interiores domésticos, a religião por chique, a porcaria inveterada, etc., etc., tudo tem procurado destruir pela ironia e pelo argumento, pela troça e pela lógica. O lisboeta, deve-lhe ser grato. Ramalho tem-se ocupado paternalmente dele: enquanto a maioria da imprensa, com um desprezo superior pela felicidade material e moral do lisboeta, apenas regista as suas datas biográficas – nascimento, jornadas, anos e óbito – Ramalho tem procurado reformar os seus costumes, ensinando-lhe a educar os filhos, a escolher uma esposa, a arranjar o conforto da casa, a trabalhar, a formar o espírito: tem, por todos os modos, procurado desviá-lo da preguiça, da frequência da poesia lírica, do abuso da mexeriquice, das fortunas arruinadas em chapéus novos e fraques de casimira; tem reclamado para ele, com impaciência, quase com cólera, as ruas limpas, a água abundante, a canalização purgada, a arborização; tem-lhe querido evitar os ridículos – as corridas de cavalos com um só cavalo, as tragédias em que o único verbo é o verbo haver, a fundação de restaurantes tristes, em que uma perdiz dura uma geração, as exposições de pintura, compostas invariavelmente e exclusivamente de um carneiro e de uma Vénus, etc., etc., etc. Lisboa deve-lhe uma estátua.

Em política, tem-se dito que Ramalho Ortigão é republicano. Nada menos exacto. Ramalho, creio, teme a república, tal qual é tramada nos clubes amadores de Lisboa e Porto. A república, em verdade, feita primeiro pelos partidos constitucionais dissidentes, e refeita depois pelos partidos jacobinos, que, tendo vivido fora do poder e do seu maquinismo, a tomam como uma carreira, seria em Portugal uma balbúrdia sanguinolenta. (Peço desculpa à nobreza e ao povo, se estou dizendo barbaridades: sou um simples artista, a minha crítica política é medíocre. Constitucionais, socialistas, miguelistas e jacobinos, de resto, para mim, como romancista, são todos produtos sociais, bons para a Arte, quando são típicos, todos igualmente explicáveis, todos igualmente interessantes. O dever do artista é estudá-los, como o botânico estuda as plantas, sem se importar que seja a beladona ou a batata, que envenene ou nutra.) O que Ramalho mais tem odiado e invectivado na política é a retórica: é o que o exaspera no constitucionalismo: e a prodigiosa caricatura que tem feito da retórica parlamentar, da retórica ministerial, da retórica régia, da retórica burocrática, é que lhe tem dado a reputação republicana. Não penso, porém, que ele fosse hostil ao sistema, se o sistema não tivesse um tão desordenado fluxo labial. Se o sistema trabalhasse praticamente, em lugar de perorar com furor, estou convencido que Ramalho não o importunaria: ele supõe, creio, que o que há de mais urgente, certas reformas sociais, pedagógicas, económicas, poderiam bem fazer-se dentro do sistema, se os tropos não tomassem todo o lugar das ideias. É contra este abuso do tropo, que Ramalho tem conduzido, bem inutilmente, uma campanha viva, astuta, arrojada, pertinaz. A retórica é como a sua filha querida, a hidra de Lema: por cada velha cabeça decepada, nasce-lhe uma cabeça nova. Tenho visto imagens, lirismos, figuras, terem uma vitalidade, que desconcerta, aterra a imaginação do homem simples. Esta frase por exemplo: *o nosso programa é ordem e moralidade* – tem resistido a tudo o que Ramalho lhe tem aplicado – a injúria, a moca, o veneno, a maldição, a apóstrofe, a súplica, o murro, o nitrato de prata – tudo! De que

substância é feita?

Se Ramalho tem guerreado a retórica conservadora, não tem poupado a retórica democrática, que não é em Portugal menos nociva: é a sua vaga fraseologia idealista, que mantém tanto moço :estimável num humanitarismo enevado e sentimental, em que aspiram a ver toda a Europa livre, sem pauperismo, sem guerra, sem prostituição, sentando-se em banquetes fraternais, presididos pelos génios, numa concórdia universal, sob a protecção de Jesus, não do Jesus católico, mas do Jesus revolucionário, democrata, que sorri do alto dos Céus, enquanto as searas nascem por si, em campinas arcádicas, ao som dos coros da liberdade... Não é neste estilo que escrevem os nossos jornalistas democratas, os nossos operários? É ainda a remota influência deste lirismo democrático, que faz dizer aos conservadores de cinquenta anos, com o sorriso melancólico de quem fala em amores defuntos: – Ah, a república é uma bem formosa quimera!

Mas a glória de Ramalho é o seu estilo, e as suas concepções satíricas. É, sem dúvida alguma, o estilista mais poderoso de Portugal: tem uma linguagem viva, colorida, bem cunhada, de uma grande elasticidade e de uma grande solidez, ferindo admiravelmente, colando-se à ideia como um estofado, ao mesmo tempo prática e resplandecente. É um grande paisagista, por exemplo. Diz-se geralmente que Júlio Dinis é o *nosso paisagista*. Júlio Dinis, com efeito, faz sentir admiravelmente a impressão genérica da paisagem: sente-se bem a grandeza nobre da montanha, quando lá nos leva, sente-se bem o plebeísmo humilde do faval, quando no-lo faz atravessar. Mas Ramalho dá-nos o *realismo* da paisagem. O outro é um Fromentin, menos a cor. Este é um Corot, com mais relevo. A sua descrição da galeria do sr. Visconde Daupias é, em pura literatura, uma página inexcelsa. Teófilo Gautier, o mestre, não tem nada superior. Certas pequenas paisagens das «Farpas» são prodigiosas: é a Natureza surpreendida em flagrante, com o tom, o verde, o luminoso, o esfumado ou o saliente, o fresco ou o tórrido; na sua pena há um pincel. À mesma maravilhosa execução na reprodução ou na criação de tipos, de figuras, sobretudo dos que têm um destaque cómico: com um traço sóbrio, intenso, incisivo, põe o personagem em vida, num relevo indelével. Seria um romancista extraordinário, se fosse psicólogo como é desenhista e se tivesse o instinto certo do momento dramático, como tem a visão exacta da atitude caracterizante. Precisa experimentar. Uma obra admirável, que ele poderia fazer, seria uma larga caricatura da época, à Pickwick, dando apenas as superfícies da vida, as grandes linhas, pondo em relevo, com uma factura ampla de contornos grossos, o *cómico* contemporâneo. Mas, como ele diz, habituou-se a fazer «Farpas», só pretende fazer «Farpas».

Falarei do seu *espírito*? É a sua glória incontestada. Ele negou um dia, nas «Farpas», que o tivesse: chamou ao espírito uma lesão cerebral, que faz ver os objectos, criticá-los, fora das correlações gerais, de um modo imprevisto, disforme e cómico. Declarou-se de simples bom senso burguês, jurou que era como toda a gente. Vaidade, grande vaidade! É apenas como ele só. É, no fim, o espírito, a *verve*, que darão às «Farpas» a imortalidade a que elas possam aspirar: não é a sua filosofia, a sua exegese, a sua estética, a sua ética, que o levarão à glória: é o seu espírito, a sua imensa veia cómica.

O espírito não é uma lesão cerebral que faz *ver cómico*: é uma disposição cerebral, que faz *descobrir* o *cómico*, que o faz descobrir através das exterioridades convencionais e as formas consagradas; achar o *cómico* numa má instituição ou num mau costume (maus pela sua ampla existência, ou maus por se perpetuarem além do momento histórico que os justificam), é pô-los em contradição com o bom senso e com o bom gosto, é anulá-los. Um acto de espírito pode ser assim um acto de grande justiça social. A palavra *espírito*, ultimamente, tem sido amesquinhada; fazem-no significar as

saídas picantes da conversação engraçada, o *bon mot*, o *lazzi*, a chalaça. Mas ele é uma mais alta entidade: é a crítica pelo riso; é o raciocínio pela ironia. Quem são os grandes precursores da Revolução, na literatura? Os grandes escarnecedores: Rabelais, Cervantes, Lesage, Voltaire. De «Gargântua» ao «Casamento de Figaro». por quem é conduzida a campanha social e revolucionária? quem desprende a ideia puramente racional dos mitos retóricos do paganismo e dos mistérios confusos do cristianismo? quem vem conduzindo a civilização para a justiça? Os que riem: Pantagruel, D. Quixote, Gil Blas, Candide. Porque é Boileau ilustre? Pelos lirismos insuportáveis das suas odes? Credo! Pela ironia gaulesa do seu «Lutrin».

O riso é a mais útil forma da crítica, porque é a mais acessível à multidão. O riso dirige-se não ao letrado e ao filósofo, mas à massa, ao imenso público anónimo. É por isso que hoje é tão útil como irreverente rir das ideias do passado: a multidão não se ocupa de *ideias*, ocupa-se das *fórmulas visíveis*, convencionais das ideias. Por exemplo: o povo em Portugal, nas províncias, não é católico – é *padrista*: que sabe ele da moral do cristianismo? da teologia? do ultramontanismo? Sabe do santo de barro que tem em casa, e do cura que está na igreja. E as «Farpas» mostram um alto bom senso, argumentando sobre as ideias para os letrados – e rindo das fórmulas para o público: e esta parte é decerto a mais brilhante, – ainda que Ramalho faça mais gosto na outra.

O seu *espírito* tem feito grandes serviços; é o seu processo, o seu instrumento, é a sua força. É a mesma medula das «Farpas»: se um dia lho tirar, como nos ameaça às vezes, elas perderão a viabilidade, a vitalidade, o movimento, o arranque, e morrerão de doença de espinha, sobre almofadas de prosa.

Falei do arranque das «Farpas»: é uma das belas qualidades do seu valor: têm ímpeto, um brio, que entusiasmo, como todas as proezas da força racional e disciplinada. Há artigos que têm um passo de marche-marche, um impulso de vigor alegre para diante, um sopro de conquista – que o espírito vai-os seguindo a compasso, electrizado, como um rapaz ao lado de uma banda marcial. São a expressão da natureza de Ramalho, impulsiva, lutadora, *mouvementée*. Ramalho Ortigão quase me parece comparável a um artista da Renascença italiana. Parece-lhe que não? Tem uma certa parecença com aqueles pintores que tomavam na história os nomes da sua pátria, o «Veronês», o «Calabrês», o «Bolonhês», homens de acção e de arte, pintando com fuga, batendo-se com valor, apaixonados dos luxos, das galas, das aventuras, adorando a cor, em revolta Contra as instituições. Naturalmente numa cidade constitucional, cheia de bicos de gás e de policia, não se pode viver a vida artística da Renascença; não há duelos ao luar numa esquina do palácio ducal, nem se suspendem escadas de seda dos balcões das Biancas e das Fiorelas, não. Ramalho é um artista da Renascença, dentro da Carta Constitucional; isto é, a vitalidade brilhante recolheu-a dos seus actos ao seu espírito: por dentro é um artista da Renascença, por fora é um súbdito de Sua Majestade. Tem, em primeiro lugar, o culto da força física e da plástica humana: ama os valentes, e apesar de o negar, tem preferências secretas pelos heróis; gosta de todos os jogos de destreza, e é o que lhe inspira aquela admiração devota pela educação física dos Ingleses; tem o amor do luxo artístico, do bricabraque, e vê-se bem pelo prazer, pela *gourmandise*, com que descreve, sempre que pode, pompas ou arquitecturas, mobílias ou jóias; adora a cor – em pintura Fortuny e a sua escola, em música Meyerbeer e os fortes mestres da instrumentação; e a sua prosa escorre de cor, com os tons crus, mas fortes dos que têm sonoridade e refração; gosta de toda a explosão de força e adora Balzac pela exuberância monstruosa do seu génio indisciplinado: se ama a luta, o combate, a *fronda*, o assalto – as «Farpas» o mostram; e, enfim, grande traço de semelhança, tem o génio decorativo, e seria feliz se pudesse organizar galas e triunfos. O seu programa de uma grande *revista rural* por ocasião da visita do príncipe de Gales

(«Carta a John Bull») é prodigioso e faria honra a um artista florentino, ordenador de festas históricas. É uma página soberba, e seria o mais belo espectáculo que podia dar um povo agrícola. Primeiro põe «ao norte do grande campo duzentos carros de trabalho formados em linha, cheios de mulheres e de moços do campo, puxados pelos grandes bois de jugos ornados de topes vermelhos, com os largos chocalhos...»; depois faz desfilar, com pompa, as grandes lavouras do Ribatejo e da Golegã «com os lavradores na frente, vestidos à portuguesa, de jaleca e cinta, montando os cavalos de Alter e de Castelo Melhor, ajazezados à Marialva, com o xairel de pele de cabra, a sela semiárabe, os estribos de pau...»; em seguida vêm os arados, as grades, as charruas puxadas por quatro ou seis juntas de bois; depois a longa e pitoresca procissão de animais, com os guardadores; em seguida os instrumentos de lavoura; atrás os frutos desde «as altas pirâmides de laranjas» até aos «feixes do trigo, do centeio e da cevada»; e enfim, num trofeu especial, «o odre, o simpático odre, o melhor símbolo da abundância e da riqueza das nossas terras, as terras do azeite e as terras do vinho!» É um programa de génio: vale tanto como as melhores galas dos Medicis, e o homem que o concebeu é um grande português e um grande artista. É por este detalhe que me parece um pintor da Renascença, apesar de ser um cidadão lisboeta: os homens assemelham-se pelo que pensam, não pelo que fazem.

A figura de Ramalho (uma vez que se trata do seu retrato) tem, no meio da figura anémica e derreada dos seus contemporâneos, o mesmo destaque vivo que tem o seu espírito entre os espíritos neutros e apagados. Tem a saúde, a firmeza, a força, a linha desempenada, a marcha sólida, o movimento ágil. Quando chego a Portugal, depois de um ano de Inglaterra – além de tanta, tanta, tanta coisa que estranho – há uma coisa que me deslumbra, e outra que me desola: deslumbram-me as fachadas caiadas, e desola-me a população anémica. Que figuras! O andar desengonçado, o olhar mórbido e acarneirado, cores de pele de galinha, um derreamento de rins, o aspecto de humores linfáticos, a passeata triste de uma raça caquética em corredores de hospital: e depois um ar de vadiagem, de ora *aqui vou, sim senhor*, de madracice, olhando em redor com fadiga, o crânio exausto, e a unha comprida, para quebrar a cinza do cigarro, à *catita*.

Triste, triste! Dá-me muita melancolia – e a minha consolação é ver duas ou três sólidas figuras, sobretudo Ramalho Ortigão. Este sim, é o verdadeiro tipo do homem moderno, sólido à fadiga, alegre ao trabalho, podendo caminhar quinze milhas, trabalhar doze horas, defender-se bem se o atacarem, sem medo à chuva, nem ao Inferno, crendo em si, e querendo por si. *A first-rate man! a capital man!*

É uma das mais belas organizações que eu conheço: tem a força, tem a bondade, tem a alegria. Tem uma alegria serena, luminosa, o que os Ingleses chamam a *cheer full mind*. Nunca o vi dar uma gargalhada; às vezes dá uma boa e sã risada, e raras vezes o vejo sem um sorriso. Educado fora do romantismo, ou antes do romanticismo, não tem o vício sentimental da *rêverie*, da tristeza mórbida, da desconsolação melancólica: é um são – no sangue e na alma. Tem duas adoráveis formas de bondade – aquele *milk of human kindness* de que faia o poeta, e que era um sentimento tão característico de Dickens, o amor dos pequenos, dos simples, dos fracos, dos oprimidos, e tem uma outra forma – a sensibilidade pronta; uma bela obra, uma boa acção, um heroísmo, uma dedicação trazem-lhe logo aos olhos o brilho húmido da admiração enternecida.

É um homem simples, no fundo: não tem ambições – excepto saber: não tem receios – excepto errar.

É uma das personalidades eminentes do Portugal contemporâneo. Escrevendo a sua língua – é um mestre incomparável; satirizando o seu tempo – é um artista completo; vivendo a sua vida – é um homem de bem.

Acabo de reler estas páginas. Para que me pediu V. a mim, pobre artista, a biografia intelectual de um homem ilustre? Aí tem o resultado: em lugar de uma metódica coordenação de ideias críticas – uma narração de impressões. Que a minha desculpa seja que lhe escrevo esta carta num sábado. Se V. viveu em Inglaterra, na província, numa cidade industrial típica, sabe o que é o sábado: uma imensa multidão brutal. rude, barulhenta, enche estas largas ruas, cruamente alumiadas dos renques fulgurantes do gás, das vitrinas das lojas: os bares, os palácios do álcool, flamejam; os *cabs* rolam, entre as estações, com uma bulha estridente; bêbedos cambaleiam e boxam-se; um pregador da rua, tomado de um ataque religioso, uiva a uma esquina versículos da Bíblia; dos salões de música saem ganidos de flautins e o estrondo de tacões de tachas batendo uma polca animal; uma prostituição insolente impõe-se, reclama salário; garotos esguedelhados, agitando os jornais, gritam com furor *as traições da Rússia*; dois enormes polícias arrastam uma velha que blasfema, bêbeda; magotes de mineiros. de cachimbo na boca, seguidos de galgos, falam a áspera língua de Northumberland; pares amorosos passam enlaçados, beijando-se sem pudor; os silvos dos comboios cortam o ar espesso; uma névoa húmida, amarelada, fétida, gela, impele ao álcool; e pelas praças, pelos becos, nos pianos dos restaurantes, patriotas exaltados de bebidas cantam a nova canção guerreira: *We don't want to fight, but by Jingo if we do!*... afirmando ainda num berreiro que «os Russos não irão, não, a Constantinopla!»

Num dia como este, um português só pode aspirar a uma aldeia do Minho ou à paz de um convento; e é desculpável que, tendo de fazer a biografia de um escritor seu amigo, não possa, inteiramente embrutecido, produzir as reflexões sábias que inspira uma obra ilustre, e se deixe ir a recordar apenas as impressões luminosas, que lhe deixou uma convivência querida.

Sou, com toda a consideração.

De V.
dedicado colega,

Eça os Queirós

BRASIL E PORTUGAL

Bristol, 14 de Dezembro de 1880

Meu caro Pinheiro Chagas: – Recebi o número do «Atlântico» contendo o seu excelente artigo «Brasil e Portugal». Como hoje é domingo, chove, e eu não posso ir passear para debaixo das belas árvores do Severn, conversarei consigo um momento, aqui, ao canto do meu lume.

Evidentemente porém o homem que lhe escreve não é aquele que você há meses abraçava, inteiro e Intacto, à esquina sagrada da Casa Havanesa; e esse demoliu-o você, desmantelou-o com as três pesadas colunas do «Atlântico», brandidas às mãos ambas num esforço entumecido de Sansão. Não conheço realmente, na história ou na legendas exemplo de uma ferocidade igual, a não ser talvez a daquele centurião muito barbado, que nas litografias do Martírio de Santo Estêvão está arremessando, com os dentes arreganhados, um penedo horrível sobre o crânio aureolado do desventurado confessor...

Assim você me esmaga sob pedregulhos desproporcionados: – é a crítica histórica, a teoria científica do meio, o reverendo Bernardo de Brito, Darwin, a revolta do Maranhão, o general Madeira, a Casa Havanesa e o seu tabaco, as Molucas (pois todas as Molucas, Pinheiro Chagas?), Lord Wellesley, rajás da Índia um a um, a Holanda e as suas colónias, Cochim e Cananor, o cadáver de Lord Mayo, a *emissão* de Newton, sinais algébricos, operações cabalísticas, «a regra de três», os climas, as raças que são iguais a N, Pernambuco e o Universo!

E tudo isto arrojado sobre a minha miserável carcaça – com arte, com eloquência, com luxos de atitude, com as elegâncias sábias de belo atleta.

Porque a hediondez da sua ferocidade não exclui, meu caro Pinheiro Chagas, a excelência do seu talento. Mas, sinceramente, você foi excessivo. Desde que recebi o seu «Brasil e Portugal», de chofre, tenho estado ocupado em apanhar laboriosamente, aqui e além, pelo chio, os pedaços de mim mesmo. Tio violentamente, porém, me despedaçou você, que não consigo reconstruir-me: não sei, por exemplo, onde pára a minha perna direita; falta-me todo um pedaço do fígado; e é apenas com dois dedos e meio que estou traçando estas regras...

Toda essa indignação, meu caro Chagas, foi provocada ao que parece (porque o caso é obscuro) por ter eu, segundo você proclama, «injuriado e descomposto Portugal!»

De que modo pérfido e vilão? – Com duas frases que intercalei de comentário a um artigo do «Times» sobre o Brasil, traduzido na minha correspondência para a «Gazeta de Notícias» do Rio de Janeiro.

Essas duas frases eram apenas duas afirmações históricas: a primeira – «que, nos fins do século passado e começos deste, Portugal se tinha tornado como uma colónia do Brasil»; a segunda – «que o nosso império do Oriente fora um monumento de ignomínia...»

Donde você conclui que eu insultei a minha pátria!

Donde eu concludo, meu caro Chagas; que você, apesar de habitar a Lisboa contemporânea de 1880, é realmente um velho personagem do século XVIII, com mais de cento e quarenta e cinco anos de idade, pintado por fora de uma cor natural de vida moderna, mas ressequido e pulverulento por dentro, que, tendo escapado milagrosamente aos anos e às revoluções, anda agora entre nós representando os modos de pensar e de falar que caracterizaram a sociedade portuguesa do tempo da senhora D

Maria I.

Você ainda se lembra que, nessas épocas piedosas *criticar* era sinónimo de injuriar: em literatura só se admitia a epístola laudatória; e como comentário às coisas públicas, só se tolerava a cantata. Quando o seu contemporâneo e amigo, o padre Manuel de Macedo, achava mau um verso de Bocage – Bocage, como você decerto se recorda de lho ter ouvido no Nicola, declarava o padre Manuel de Macedo um *bêbedo*. E note que eu vou logo aos dois grandes homens do tempo; porque, nas camadas subalternas da plebe do Parnaso, o poetastro atacado no seu estro ia fazer uma denúncia à Intendência da Polícia.

A crítica histórica não corria tais perigos. Não existia então entre nós. Mas se, nos belos tempos do senhor intendente Pina Manique, tivesse aparecido um historiador como o sr. Alexandre Herculano ou o sr. Oliveira Martins – você (que tantas vezes cavaqueou com o grande intendente pelos pátios dos conventos e lhe conhecia bem a energia e a fibra) sabe perfeitamente que o sr. Martins ou o sr. Herculano teriam ido apodrecer para uma masmorra. E porquê? Justamente por terem «descomposto o país e insultado a pátria». Por isso, você, antigo amigo de Manique, seu colega de novena, acusa-me diante da opinião, exactamente com as mesmas palavras e justamente pelos mesmos motivos com que teria sido formulado em 1801 contra um historiador um libelo da Intendência da Policial... Ah, meu caro Pinheiro Chagas, com o seu espírito e com a sua *verve*, como deve ser interessante, por uma noite de Inverno, ouvi-lo contar os casos desse tempo, da Lisboa do século XVIII, em que você floresceu – os celestiais encantos da *grade*, as comédias do Pátio das Arcas, os gorjeios da Caffarelli, as merendas, as procissões, e os dias gloriosos em que você entre açafatas e frades, de súcia com a negrinha anã D. Rosa e o senhor arcebispo de Tessalónica, acompanhava a corte que ia caçar a Salvaterra!...

Olhe, isso que você publicou no «Atlântico» tinha-o você já dito na véspera, à noite. Sabe aonde? Num sarau, em casa do senhor marquês de Marialva – naquele sarau do tempo da senhora D. Maria I que tão admiravelmente descreve o sr. Oliveira Martins no seu belo monumento a «História de Portugal». Se eu sei até com quem você entrou! Foi com o senhor conde de Vila Nova; tinham vindo ambos de acompanhar o Viático com as suas opas vermelhas.

Apenas no salão, você, meu caro Chagas, com o sapato de fivela em passo de minuete, foi, saudar uma das meninas, sécia galante da época – e comparou-lhe os olhos negros a *duas figas de Cupido*. Isto foi julgado em redor lindamente mavioso. Mas você não pôde prosseguir – porque já o Policarpo, castrado da capela real, estava cantando ao cravo...

Depois a senhora marquesa, batendo com o leque na mesa de xarão a seu lado, exclamou no silêncio:

– Lá vai mote!

E logo o nosso Chagas a glosar! E com que ternura, com que langor, o recompensaram dos requintes floridos do seu estro os dois belos olhos negros, as *duas figas de Cupido*!

Começou então o voltarete do senhor marquês. Você não foi admitido à partida do fidalgo: fez apenas um gamão subalterno com um monsenhor da Patriarcal. E pela sala, no entanto, iam sussurrando as conversações.

Discutia-se o processo de uma linda mulher de Alfama que comia crianças em salada: um desembargador aconselhou, para curar quartãs, pérolas que tivesse usado a Rainha, moídas em pó: falou-se da escandalosa aparição de Belzebu no Convento do Sacramento de Alcântara: e uma dama contou do judeu que dera uma dentada na perna do Senhor dos Passos da Graça!...

Isto arrepiou de horror. E foi então que você, Pinheiro Chagas, disse, depois de se pitadear com gozo:

– Mas há pior! Há pior!...

– Pior que a dentada? Não, ninguém podia acreditar que houvesse pior!

E você, pausado e grave, narrou o meu nefando caso: um herege, um jacobino, um traidor comprado pelo ouro do Brasil, tinha escrito que Portugal fora uma colônia brasileira, e que houvera horrores na nossa dominação da Índia!...

Fez-se na sala um silêncio trágico. As sécias, apavoradas, encolheram-se contra os monsenhores. De comovido, o herdeiro ilustre da Casa de Angeja perdeu a vaza. E os morrões das tochas pareceram mais tristes...

O senhor prior de S. Julião, esgazeando o seu olho de coruja, exclamou a tremer:

– E o monstro ainda não está no Santo Ofício?

– Trago-o de olho, meu reverendo – disse você, severo. – E hei-de ir falar ao Manique...

Ciciou então pelo sarau um suspiro de alívio. A sociedade estava salva! Chagas velava.

Já em baixo tilintavam os guizos das liteiras. Saiu-se. E foi você que, chegando-se ao senhor arcebispo de Tessalônica, e querendo resumir numa palavra todo o mundo de verdade e de ideias que se agitara nesse sarau, o esplendor intelectual que aí brilhava e para que você concorrera – disse respeitosamente ao prelado:

– Portugal é pequenino, mas é um torrãozinho de açúcar.

E Sua Eminência replicou, depois de arrotar:

– Tem você razão, brigadeiro Chagas.

Brigadeiro, sim! Brigadeiro do tempo da senhora D. Maria I! O último brigadeiro patriota!

Você lembra-se do tipo? Eram aparatosos e formidáveis; tinham estado no Roussillon; nas festas de família, noivado ou dia de anos, eram eles que se erguiam à sobremesa e com uma lágrima no bigode, batendo sobre o coração, falavam do *velho Portugal!* Possuíam opiniões; e não compreendiam que o Estado fizesse outra coisa que espanejar os louros de Arzila, nem que o pensamento passasse além das maravilhas da «Nova Castro». Decrépitos, comandando três veteranos num forte, ainda todas as manhãs, depois da sua genebra, batiam furiosamente com a bengala nas lajes, e queriam tragar o Mundo. Excelentes almas! Deixavam sempre dinheiro a uma sobrinha, e sabiam deitar fundilhos nuns calções. Odiavam o pedreiro-livre; atribuíam-lhe todos os males da pátria; e, para eles, fazer a crítica histórica do passado era ofender as glórias da nação!

– Você é o último desta nobre raça.

Bem sei, bem sei o que o meu caro Chagas me vai dizer: «E os meus livros? os meus trabalhos? as minhas opiniões liberais? a minha democracia?...»

Oh, meu caro Pinheiro Chagas, os seus livros ninguém os admira mais do que eu! E folgo dizê-lo aqui. Vejo-o há mais de dez anos na brecha, lutando, forjando violentamente o romance, o drama, o verso, a crítica, a história – e enche-me de respeito uma vida moça, agitada assim de um tão vasto labor intelectual. Talvez eu ache, com as minhas «detestáveis teorias», como você diz, que, nessa produção rica e exuberante, a parte artística (que não é menos valiosa) está um pouco concebida fora da realidade e da experiência social. Mas isso é um detalhe. A verdade é que toda a sua obra vai atravessada por um forte e harmonioso sopro de eloquência e que a veia que ali corre é larga, límpida e bela. A sua *verve* fumegante, a sua imaginação delicada e engenhosa, deram-lhe já um grande, um nobre lugar, na história literária de Portugal; e o seu saber, a sua palavra de orador, que acende e revolve, destinam-no a ter em breve um lugar,

maior ainda, na sua história política. Mas isto, meu caro amigo, não impede que você, corno patriota, seja um brigadeiro.

E o curioso é que você tornou-se brigadeiro (ninguém o nasce) com as intenções mais belas e mais generosas. Como todo o espírito activo e ambicioso, quando você começou a sua carreira, desejou distinguir-se e destacar da geração sua contemporânea por uma originalidade forte. Isto é nobilíssimo: nada mais miserável do que sair da escola e ir logo tomar um lugar servil na fila balante dos carneiros de Panurgo. Por isso você, para se orientar, olhou em redor. E que viu? Um espectáculo triste: uma mocidade arrasada e céptica, descrente de si mesma e do país, ignorando a tradição e escarnecendo as instituições, queixando-se da falta de tudo e não tratando de se prover de coisa nenhuma, odiando o solo em que nascera, a língua que falava, a educação que recebera, amuada dentro desse ódio estéril, como um mocho dentro do seu buraco., e de facto tão alheia à pátria e ao seu génio como se tivesse sido importada de França, em caixotes, pelo paquete do Havre! Isto era suficiente para indignar um coração elevado como o seu. Mas, além disso, você imediatamente compreendeu que no meio de tal geração, de tal mocidade, de tal literatura, a alta originalidade, o grande relevo, estaria nisto – *ser patriota*. Desde esse momento você possuía a sua especialidade, a sua nota individual, o seu campo próprio - a cultivar – o *patriotismo*. E com que sofreguidão, meu caro Chagas, você se apoderou dessa mina de ouro! Pudera! É que o *patriotismo* seria daí por diante para si não só uma doutrina, mas um *assunto*! Assunto para drama, para ode, para folhetim, para discurso, para grito, para solução! Enfim, o *patriotismo* era a sua magnífica carreira.

Carreira original – e para que você se preparou com uma sinceridade, um labor, uma dedicação que o honram.

Outro qualquer ter-se-ia contentando em folhear um livro de história, para colher, aqui e além, datas ou nomes de batalhas. Você, não. Você encerrou-se dentro da História, como Carlos Magno, revolvendo o pó dos antepassados. procurando penetrar-se da nobre fé que os fez grandiosos, dormindo com as façanhas do condestável Nuno Álvares debaixo do travesseiro, para surpreender e poder imitar as palpitações daquele puro coração de herói. In-fólios, códices, manuscritos, memórias, forais, crónicas – tudo você absorveu. Mil vezes você passou e repassou, como diz Michelet, o *sombrio rio dos Mortos*. Dia a dia, reviveu todo o passado épico. E enfim uma hora chegou em que você decerto se considerou digno de ter recebido em Sagres, nalguma véspera de partida de caravelas, as confidências sublimes do infante D. Henrique.

Então você abriu de par em par as portas do santuário em que até aí se encerrara; e adiantando-se para o público, com a mão sobre o peito, soltou o seu grande grito patriótico!

Mas, oh surpresa! quando você, eu, todos imaginávamos que o público ia erguer-se arrebatado, gritar numa aclamação: – *Eis um grande patriota!* – o público deixou-se ficar sentado e disse simplesmente: – *Eis um belo brigadeiro!*

É um desastre medonho, bem sei, e ninguém o lamenta mais do que eu. Mas confessemos, meu caro Chagas, que a coisa era prevista. Quando nesta nossa idade, que marcha para o futuro com a faiscante velocidade de um expresso, nesta idade em que o feito da véspera fica logo tão para trás como a queda de Tróia, e em que o herói de ontem, apenas morto, se torna logo tão vago como o mesmo Ajax – um homem que nos venha falar de Cochim e de Cananor. que reproduza as bazófias honrosas, mas obsoletas do patriotismo de Jacinto Freire de Andrade, que nos agarre pelas abas da sobrecasaca, para que fiquemos a chorar com ele o desastre de Alcácer Quibir – um tal original, no meio de uma sociedade que o não compreende, termina por parecer alguma coisa de defunto, de arcaico, de desenterrado, um verdadeiro brigadeiro do tempo da senhora D.

Maria I, que a morte esqueceu e que erra por entre nós aturdido, como uma coruja na luz.

O seu plano de ser patriota, caro Chagas, era sublime e fecundo. Sabe qual foi o seu erro? Que em lugar de apoiar o seu patriotismo nas forças vivas da nação, inspirando-se delas, para as ajudar a dirigir, você foi apoiá-lo sobre o pó dos heróis mortos, tornado-se assim desde logo seco e estéril como esse pó.

O seu patriotismo, em vez de ser de utilidade pública, era apenas de curiosidade arqueológica. Você não estivera tirando da História uma forte lição moral; recortara lá simplesmente pitorescos casos de guerra e de armada. Não trazia um programa para o movimento social das gerações futuras – apenas uma recapitulação sonora de façanhas vetustas. Esperava-se um revelador de verdades, apareceu um cronista de mosteiro.

Por isso o público exclamou: – *Eis um belo brigadeiro!* E não foi bastante severo. Deveria talvez ter dito: – *Eis um bonito sebastianista!*

É que há duas espécies de patriotismo, meu caro Chagas.

Há em primeiro lugar o nobre patriotismo dos patriotas: esses amam a pátria, não dedicando-lhe estrofes, mas com a serenidade grave e profunda dos corações fortes. Respeitam a tradição, mas o seu esforço vai todo para a nação viva, a que em torno deles trabalha, produz, pensa e sofre: e, deixando para trás as glórias que ganhámos nas Molucas, ocupam-se da pátria contemporânea, cujo coração bate ao mesmo tempo que o seu, procurando perceber-lhe as aspirações, dirigir-lhe as forças, torná-la mais livre, mais forte, mais culta, mais sábia, mais próspera, e por todas estas nobres qualidades elevá-la entre as nações. Nada do que pertence à pátria lhes é estranho: admiram decerto Afonso Henriques, mas não ficam para todo o sempre petrificados nessa admiração: vão por entre o povo, educando-o e melhorando-o, procurando-lhe mais trabalho e organizando-lhe mais instrução, promovendo sem descanso os dois bens supremos – ciência e justiça.

Põem a pátria acima do interesse, da ambição, da gloriola; e se têm por vezes um fanatismo estreito, a sua mesma paixão diviniza-os. Tudo o que é seu o dão à pátria: sacrificam-lhe vida, trabalho, saúde, força, o melhor de si mesmo. Dão-lhe sobretudo o que as nações necessitam mais, e o que só as faz grandes: dão-lhe a verdade. A verdade em tudo, em história, em arte, em política, nos costumes. Não a adulam, não a iludem: não lhe dizem que ela é grande porque tomou Calecut, dizem-lhe que é pequena porque não tem escolas. Gritam-lhe sem cessar a verdade rude e brutal. Gritam-lhe: – «Tu és pobre, trabalha; tu és ignorante, estuda; tu és fraca, arma-te! E quando tiveres trabalhado, estudado e armado, eu, se for necessário, saberei morrer contigo!»

Eis o nobre patriotismo dos patriotas.

O outro patriotismo é diferente: para esse, a pátria não é a multidão que em torno dele palpita na luta da vida moderna – mas a outra pátria, a que há trezentos anos embarcou para a Índia, ao repicar dos sinos, entre as bênçãos dos frades, a ir arrasar aldeias de mouros e traficar na pimenta. Esse, a sua maneira de amar a pátria é tomar a lira e dar-lhe lânguidas serenatas. Esse sobe à tribuna do Parlamento ou ao artigo de fundo, e de lá exclama, com os olhos em alvo e o lábio em luxúria: *Oh pátria! Oh filha! Ai querida! Oh pequena! que linda que és!* – exactamente como tinha dito na véspera, no Restaurante Mata, a uma andaluza barata. Esse, cousa pavorosa! não ama a pátria, namora-a; não lhe dá obras, impinge-lhe odes. Esse, quando a pátria se aproxima dele, com as mãos vazias, pedindo-lhe que coloque nelas o instrumento do seu renascimento – põe lá (ironia magana!) o quê? os louros de Ceuta! Quando o povo lhe pede mais pão e mais justiça, responde-lhe, torcendo o bigode: – *Deixa lá... Tu tomaste Cochim.*

É esse patriotismo que, quando alguém solta uma verdade, acode de mão à cinta, e com a «Monarquia» de Frei Bernardo de Brito apertada ao coração, exclamando: – *Olá,*

que injúria é essa à pátria? Pois não sabes tu, ignorante que nós somos ainda temidos na Índia? E a prova tenho-a neste in-fólio! E querendo garantir a indolência própria, por uma grande inércia pública, esse patriotismo aconselha que se não faça nada, nada se estude, nada se crie – porque o senhor D. Manuel foi outrora um grande rei! E apenas um homem sincero tenta despertar a alma portuguesa e o seu génio do sono em que ela se afunda – esse patriotismo corre, debruça-se, e procura tomar esse sono da pátria mais pesado e mais profundo, cantando-lhe ao ouvido a lenda embaladora da tomada de Arzila!

Este patriotismo, caro Chagas, é o dos brigadeiros vestidos à moderna. E, lamento ter de dizê-lo, parece-se muito com o seu. Os Franceses chamam-lhe *chauvinisme*: eu chamar-lhe-ia entre nós *patriotice*. E aos que o cultivam daria os nomes (segundo os seus diferentes temperamentos) de – *patriotaças*, *patriotinheiros*, *patriotadores*, ou *patriotarrecas*. É o vício fatal que leva às catástrofes. É ele que, não deixando fazer nada sob o pretexto que já se fez tudo, imobilizando a nação num pasmo fictício para o passado, a impede de trabalhar pelo futuro – é ele que dá à Áustria Sadova e à França Sedan. É ele que grita no *boulevard*: *A Berlim! A Berlim!* – quando moralmente no *boulevard* já marcham os Prussianos. Fazendo discursos como Mr. Prudhomme, produz finais como Ésquilo. E têm depois os patriotas de vir recompor as ruínas que fizeram os patriotinheiros!

Felizmente, o mundo vai vendo desaparecer essa praga funesta. Nem a Áustria, nem a França sofrem já com ela. Depois da vitória, o bom senso da Alemanha livrou-se dela bem depressa. Nestas nações, como nas mais pequenas, o que resta são patriotas, que dizem a verdade à pátria. De facto, uma tal jactância de glórias mortas, obstruindo os progressos vivos, só existe em duas sinistras classes de indivíduos, os paxás de Constantinopla e os mandarins de Pequim!

Portugal estava também até aqui isento do *patriotaça*. Nem no Governo, nem no Ensino, nem na Literatura, nem na Administração, nem no povo, nem na burguesia. eu jamais percebera essa perigosa tendência a renovar as prosápias de Jacinto Freire de Andrade. Pelo contrário, duvida-se de mais do país, das suas forças, do seu génio e da sua vitalidade latente. E é para mim uma surpresa dolorosa que você, com a autoridade do seu saber e a luz do seu talento, queira fazer aparecer entre nós a grotesca. a perigosa *patriotice* dos paxás, dos mandarins e dos brigadeiros do reinado da senhora D. Maria I.

E quem senão um brigadeiro desse tempo, um contemporâneo e amigo dilecto do senhor arcebispo de Tessalónica, frequentador galante de grades, tendo freira no Sacramento a Alcântara – poderia vir, em 1880, ter em público esta opinião, tão eloquentemente expressa por você no artigo do «Atlântico»: – «que se injuria um país quando se lhe critica o passado; e que é insultar Portugal dizer que, nos fins do século XVIII e começo deste, ele foi como uma colónia do Brasil!»

Mas, caro Chagas, o insultador, então, não sou eu. o sr. Alexandre Herculano. Ele disse-o, eu segui-o.

A pág. 245 do segundo volume da «História de Portugal». do sr. Oliveira Martins, eu li esta citação:

«Portugal, o velho colonizador da América, diz o sr. Alexandre Herculano, tinha-se tornado por sua vez uma colónia do Brasil, onde um Governo corrupto, etc.»

Quem insulta o País, segundo a sua nobre expressão, é o sr. Alexandre Herculano. E vai então a *pátria* erguer-lhe uma estátua? E ao lado do Épico luminoso que a cantou, vai resplandecer, à luz dos céus, em bronze ou mármore, a face fusca daquele que a insultou? E consente-o você, Pinheiro Chagas? E não há-de você despedaçar por suas mãos o monumento maldito? Porque a «História de Portugal», a «História da Inquisição», são insultos tremendos...

Mas eu sei que você é um patriota: e o sr. Herculano não terá a sua estátua! Você vela, de espada alta, ao lado do *velho Portugal*: e todo aquele que ao passar não se curvar, murmurando: – Só tu foste sublime e grande, e contigo tudo morreu! – você decepa-lhe a cabeça!

Tenha, pois, a bondade de decepar, não a minha, mas a cabeça do sr. Oliveira Martins, que foi ele que, de pág. 197 a pág. 297 da sua «História de Portugal», me provou, contando-me em cada frase uma torpeza, que «o Império de Portugal no Oriente foi um feio monumento de ignomínia». Esta foi a minha outra afirmação na «Gazeta de Notícias» que lhe pareceu a você «uma injúria à pátria». Aqui agora o injuriador não é o sr. Herculano, é o sr. Oliveira Martins. Esse é que é a hidra: corra você a matá-la! Ela lá está, essa hidra, esse monstro, no seu antro da Rua da Boavista, no Porto, entre as suas flores e os seus livros. Você sentirá, logo ao começo da rua, aquele cheiro de enxofre e anarquia, que se exala de todas as cavernas onde existe um dragão de escamas de bronze trincando a ordem sobre esqueletos de instituições. Mas de nada se teme um bom cavaleiro! E em serviço do seu Deus, do Deus de Ourique, das Crônicas, das Damas, das Molucas e dos louros de Ceuta – não é mais bravo que você Lançarote do Lago, o bom senhor Persival que traz um pelicano no elmo, ou esse raro e lustroso espelho de cavalaria, o louro Galaad, que anda procurando o Santo Graal e que tem a força de mil porque o seu coração é virgem!...

Mas fez-me você uma outra acusação, mais grave e mais vaga: diz você que «eu chamei a Portugal um país de bestas». Isto é divertido; e eu vejo-me forçado a citar as minhas palavras da «Gazeta de Notícias». Lê-se aí, na coluna 4^a, este período:

«...O juízo que de Badajoz para cá se faz de Portugal não nos é favorável... Não falo aqui de Portugal, como estado político. Sob esse aspecto, gozamos uma razoável veneração. Com efeito nós não trazemos à Europa complicações importunas; mantemos dentro da fronteira uma ordem suficiente; a nossa administração é correctamente liberal; satisfazemos com honra os nossos compromissos financeiros. Somos o que se pode dizer *um povo de bem*... A Europa reconhece isto; e todavia olha para nós com um desdém manifesto. Porquê? Porque nos considera uma nação de medíocres, digamos francamente a dura palavra, porque nos considera *uma nação de estúpidos*. Este mesmo *Times*....»

Aqui eu citava o «Times», o «Daily Telegraph» (poderia ter citado mil), que nos têm acusado de estúpidos, de mazorros e de intelectualmente fósseis. E depois acrescentava estas palavras minhas: – «Tais observações são decerto, além de descorteses, perversas!»

Neste momento, eu vejo daqui o leitor honesto, que vai percorrendo estas linhas, parar, pousar o jornal, o seu charuto. e dizer de si para si, ou as senhoras que costuram ao lado:

– Esta é singular! Caso lamentável e raro! O quê! é isto o que ele tinha escrito? Então, o procedimento do sr. Pinheiro Chagas não me parece regular. Pois o outro cita as palavras de um jornal inglês, ofensivas para Portugal, condena-as como perversas e descorteses, e o autor da «Morgadinha de Valfior» atribui-lhas a ele e quer-lhe fazer suportar a responsabilidade delas? Se isto são costumes e maneiras literárias, bem faço eu em odiar os literatos! Porque é que o sr. Pinheiro Chagas não citou o que o outro escrevera? Caso triste e antipático!...

Riamos, meu caro Chagas, riamos aqui a este canto, abraçados um no outro! Rebolemo-nos! Como se vê que aquele honrado homem, que lê o «Atlântico», ignora as amarguras, as necessidades formidáveis do jornalismo... A querer que você me citasse! O ingénuo! Se você me citasse, não podia fazer o artigo: e você tinha absolutamente de fazer o seu artigo!...

Eu conheço a situação: é medonha. Na véspera tem-se dito ao director do jornal, apertando-lhe ferventemente a mão, e com a voz a tremer:

– Palavra de honra, menino. Pela minha vida, que tens lá o artigo além de amanhã, às nove horas. Eu sou incapaz de te comprometer! Juro-to, pela alma de meus filhos... Boa noite. Lá o tens!

Depois, naturalmente, como você sabe, não se pensa mais no artigo. Mas, cruel destino! no dia aprazado, lá toca a campainha, lá chega, fatal, implacável, irrevogável – o moço da tipografia!

É horroroso. Sobretudo quando ele usa botas que rangem! Fica à espera, passeando no pátio ou no corredor: e aquele lento gemer de solas tristes, cadenciado e acusador, alucina!

E cá no nosso gabinete, que pavorosa luta! As cinco tiras de papel ali estão sobre a mesa, lívidas, irónicas, vazias: e é necessário enchê-las todas, de alto a baixo, com coisas extraídas do nosso interior.

É trágico. A parte da carcaça humana a que se recorre primeiro é naturalmente ao crânio, depósito de ideias, impressões, adjectivos e teorias; aperta-se o crânio nas mãos frementes: sacode-se o crânio como uma velha algibeira: – nada sai do crânio. E as botas ao longe, a ranger!

Maldição! Recorre-se então ao peito, asilo dos afectos, dos sentimentos generosos. Talvez de lá saia um canto, um grito. uma apóstrofe. Arranha-se convulsivamente o peito; bate-se desesperadamente no peito como numa porta fechada: – o peito fica mudo como o crânio. E as botas ao longe, a ranger!

Inferno! E então os crentes rezam à Virgem Maria; os ateus invocam a morte, a doce aniquilação da matéria; os mais violentos pensam em atrair o moço da tipografia com palavras doces, cortá-lo aos pedaços com uma navalha de barba, esconder os fragmentos na sarjeta doméstica... E as botas, lá no fundo, ironicamente, rangem!

Ah, caro Chagas, é daí que vêm as câs precoces. Sabe você o que eu fiz numa destas agonias, sentindo o moço da tipografia a tossir na escada, e não podendo arrancar uma só ideia útil do crânio, do peito, ou do ventre? Agarrei ferozmente da pena e dei, meio louco, uma tunda desesperada no bei de Tunis...

No bei de Tunis? Sim, meu caro Chagas, nesse venerável chefe de Estado, que eu nunca vira, que nunca me fizera mal algum, e que creio mesmo a esse tempo tinha morrido. Não me importei. Em Tunis há sempre um bei: arrasei-o.

Por isso eu compreendo bem que você não me pode citar. Que diabo! se me citasse, adeus belas frases! adeus belo patriotismo! adeus belo artigo! – E você ouvia, no corredor, as solas malditas rangendo. Talvez eu, no seu caso, tivesse feito pior...

O leitor compreende agora as razões de ordem íntima que impediram o meu amigo e colega Pinheiro Chagas de me citar?

– Bem: deixe-me então pôr-lhe diante dos olhos outro período da «Gazeta de Notícias». Escrevi eu:

«Mas a verdade é que numa época tão intelectual, tão crítica, tão científica como a nossa, não se ganha a admiração universal, ou se seja nação ou indivíduo, só com ter propósito nas ruas e pagar lealmente ao padeiro. São qualidades excelentes, mas insuficientes. Requer-se mais: requer-se a forte cultura, a fecunda elevação de espírito, a fina educação do gosto, a base científica, a altura de ideal, que na França, na Inglaterra, ou na Alemanha, inspiram na ordem intelectual a triunfante marcha para a frente; e nas nações de faculdades menos criadoras, na pequena Holanda ou na pequena Suécia, produzem esse conjunto eminente de sábias instituições, que são, na ordem social, a realização de formas superiores de pensamento.»

Este é que devia ser (e creio que realmente é) o ponto em discussão entre nós. Eu

digo que Portugal, nesta época em que não pode fazer conquistas, nem tem já continentes a descobrir, deve esforçar-se por ganhar um lugar entre as nações civilizadas pela sua educação, a sua literatura, a sua ciência, a sua arte – provando assim que ainda existe, porque ainda pensa.

Fomos grandes pelo que outrora fazia as nações grandes – a força: procuremos tornar-nos fortes pelo que hoje faz as nações fortes – a ideia. Foi esta nobre superioridade que eu desejei à minha pátria.

Você, meu caro Chagas, a isto responde: que Portugal não necessita ciência, nem gosto, nem literatura, nem arte, nem cultura, nem um conjunto de sábias instituições, e que desejar-lhe tais vantagens é insultá-lo! E você dá a razão porque é que Portugal não precisa nada disto: é, diz você, porque Portugal outrora possuiu Cochim e Cananor, e porque o nome português é ainda respeitado em Ceilão!

Porque o não tinha dito há mais tempo, meu caro Chagas?

Estou vencido. Eu (que, como você afirma, sou um ignorante) não sabia realmente desse respeito que nos tributa Ceilão. Mas agora vejo com evidência que Portugal não necessita nem forte cultura intelectual, nem educação científica, nem elevação de gosto; não precisa ter escolas. nem mesmo saber ler: esses esforços são para a França, a Inglaterra, a Alemanha, países não privilegiados; Portugal, esse, tem tudo garantido. a sua grandeza, a sua prosperidade, a sua independência, a sua riqueza, a sua força – desde que (como você afirma com a autoridade do seu saber) há nos mares do Oriente uma ilha, onde debaixo de um coqueiro. à beira de um arroio, estão quatro indígenas, de carapinha branca e tanga suja, ocupados de cócoras a respeitar Portugal!

Com efeito, tendo isto, Portugal tem tudo. Você está bem certo que os indígenas existem lá debaixo do coqueiro? Assevera-nos que não se acham ali comendo bananas, ou entrançando esparto, ou pensando no Buda divino? Afiança-nos que, dia e noite, eles não fazem mais que respeitar Portugal, ali firmes, de cócoras, sob o coqueiro? Bem. Então somos grandes: é evidente! Somos fortes: está provado!

Não, meu bom Pinheiro Chagas, não, eu não «descompus a pátria» – como você afirma com a sua pena de pato, trémula de horror. Somente amo o meu país de um modo diferente, de um modo íntimo – e burguês como eu: é por isso que nos não compreendemos. Não sendo poeta ou orador como o meu caro Chagas, não posso dedicar cantatas à pátria, nem balançar diante dela, como incensadores, as frases rangentes. donde sai um aroma. Numa alma discreta de burguês não há lugar para esses grandes sopros patrióticos que atravessam as almas do trovador, largas e profundas como o mar. Em nós outros não é por gorjeios de rouxinol parlamentar, por apostrofes balbuciadas aos pés das Molucas, por soluços de um peito sufocado de êxtase, por serenatas e endechas, que se traduz o amor do país; é por emoções pequeninas, triviais e caseiras, que pouca relação têm com a estrondosa tomada de Ormuz: emoções de burguês que vive no estrangeiro. ao canto solitário do seu lume solteirão.

Não lhas descrevo, porque temo o seu sarcasmo... Mas enfim para que não seja eu só a rir-me, nesta carta – aí entrego à sua justa hilaridade esta ridícula confissão: é verdade, amigo, é verdade, é com um segredo enternecimento que eu vejo por aqui às vezes, em dias de festa, pendendo de uma humilde janela, sobre o seu formoso campo azul e branco, a venerável imagem das Quinas, que não tem culpa das odes em que serve de rima, nem das arengas em que serve de tropo, e que lá se balança à brisa estrangeira, modesta e grave, como convém a quem viu tanto perigo e tanto mar!...

Você, bem sei, acha isto risível. Mas que diabo! Você é um poeta, um orador, um lutador – e eu sou apenas um pobre homem da Póvoa de Varzim.

Creio que temos conversado bastante. Não terminarei, porém, sem aludir a uma parte do seu artigo que me não parece prudente: é quando você fala de somas recebidas

da «Gazeta de Notícias», do alto preço .por que me vendi para injuriar o país, etc. Eu bem sei que você usou notáveis precauções oratórias: mencionou o boato, e demoliu logo o boato: depois tornou a pôr de pé o boato, para volver a derrubá-lo com furor. Isto é amável; mas enfim você traiu a confiança que eu lhe fiz. Lembra-se, Chagas? Foi naquela noite de tormenta, na encruzilhada, a poucos passos da capela solitária onde estava dobrando a finados. Eu cheguei rebuçado num manto cor de treva, e punhal à ilharga, deixando pela sombra um tinir de esporas. Um relâmpago fuzilou, e houve um *tremolo* na orquestra. Até eu lhe disse, lembro-me bem:

– Meu Chagas, esta situação patética parece mesmo inventada por você, amigo!

Você respondeu, com engenho:

– Parece. Eu teria colocado alguma luz eléctrica, batendo as roupagens de uma virgem, cuja alma o mundo não compreende...

Então eu arrastei-o para o pé do cruzeiro, onde bruxuleava uma lâmpada; e, sentados sobre os degraus de pedra fria, eu comecei a contar-lhe o meu segredo: que a «Gazeta de Notícias» me dava um milhão (um milhão em ouro) para eu injuriar semanalmente Portugal, deitar peçonha nas nascentes do Alviela e fazer saltar pela dinamite a estátua de Camões!

Você tremeu, amigo! E murmurou-me ao ouvido estas palavras:

– Prudência, prudência.

Eu repliquei com furor:

– Hei-de beber o sangue a Portugal. Hei-de beber-lho!

Um trovão retumbou. Sobre um dos braços da cruz piou um mocho. E separámo-nos, na estrada negra, quando dava a meia-noite na torre da catedral.

Você tinha-me jurado segredo. E vem agora publicar tudo no «Atlântico»! Hei-de assassiná-lo no quinto acto...

Agora outra coisa, meu caro Chagas. Você conhece a história do judeu?... Mas, enfim, sabe que a Bíblia, a Lei, o Talmude, Jeová, e outras instituições terríveis proibem aos Israelitas comer toucinho...

Um dia, a um *lunch*, um judeu é convidado pela dona da casa a servir-se de fiambre. O homem hesita, tentado por Belzebu. O sorriso da dama era adorável, o presunto corado e tenro... Mas a lei santa? Uma raça tão maltratada já pelo seu Deus não se arrisca facilmente a injuriá-Lo.

Enfim, sucumbindo à gula, o bom israelita estende a mão trémula, às escondidas (às escondidas de Jeová!) e recolhe subtilmente ao prato uma fatia gorda do fiambre.

Imediatamente no céu, que estava turvo e pesado. rebenta um trovão enorme.

– Ora aí está! – exclama o filho de Israel, deixando pender desconsoladamente os braços. – Sempre a mesma exageração! Todo aquele barulho, pelos céus fora, por causa de um bocadinho de toucinho!

Creio que esta será, a nosso respeito, a impressão geral e definitiva: estamos fazendo muito barulho por causa de muito pouco toucinho...

E pensarmos nós, caro Chagas, que enquanto você está aí ocupado a compor no «Atlântico» unia formidável equação

algébrica, para provar (Deus me perdoe!) não sei que coisas sinistras sobre as Molucas; enquanto eu me estou aqui abandonando a este palrar indiscreto – o grande Darwin publica o seu livro do «Movimento das Plantas», o professor Huxley lança o seu grande manifesto da «Educação Científica contra a Educação Clássica», Zola dá-nos o seu prodigioso trabalho sobre «Gustavo Flaubert», tantos outros trabalham e criam, e o Génio do século forja, com um ruído sublime, na sua bigorna de bronze e ouro, as ideias e as palavras que ficam!

E nós, aqui, a escrevinharmos não sei que coisinhas minúsculas, que, apenas

rabeiam um momento sobre o papel, são logo pó imperceptível!... – Você não tem vontade de se atirar a um poço? Eu tenho.

Em todo o caso, amigo, você sabe como o estimo, e quanto os seus artigos me serão sempre agradáveis, ainda que me imolem em holocausto a Ceilão. E depois, caro Chagas, como a Ovídio exilado entre os Bárbaros, é-me doce tudo o que vem daí, de Roma, da imperial Roma, chegando-me na cadência de ouro do falar latino, com um aroma dos jardins de Augusto – ainda mesmo que sejam os brandos epigramas de Higino.

Afectuoso aperto de mão de quem é amigo e confrade.

Et nunc et semper

Eça de Queirós

Bristol, 28 de Janeiro de 1881

Meu caro Pinheiro Chagas: – o «Atlântico», rompendo os temporais, só agora me trouxe as suas duas cartas, ambas muito alegres, muito eruditas ambas. E creio realmente que podemos findar aqui este memorável recontro.

Estamos, há semanas, neste circo de acaso, trocando golpes espaçados e moles, diante de César que, sob o velário de púrpura, não repara em nós; diante do renque de cavaleiros ocupados das coisas superiores da vida, a renda da casa, o namoro e a política; diante de uma plebe que, por estes tempos de miséria e frio, só pode pensar no lume e no pão, desgraçada dela! quando os tem; e diante de vestais... Talvez seja melhor não falar nas vestais.

Se lhe parece, pois, aproveitemos esta indiferença do anfiteatro para depormos sorrateiramente as armas no chão – e conversarmos aqui a um canto, limpando as bagas de suor sob o elmo...

Pois, amigo Chagas, a cousa esteve linda! E os seus três artigos hão-de ficar, inquestionavelmente, como três ricas e consideráveis peças de prosa. O que os estraga, a meu ver, é o encarniçamento excessivo com que a cada passo você fulmina a minha ignorância – e o deleite baboso com que constantemente alude à sua sabedoria!

De resto, um espectáculo delicioso; e só lamento que Molière não estivesse presente. A ele pertencia (a ele ou talvez a Henri Monnier) este belo documento humano: – Pinheiro Chagas, o nosso amável Pinheiro Chagas, de frente alta e mão na ilharga, falando da teoria do meio, dos processos científicos, da crítica científica, do positivismo, da raça latina, do saque de Roma, de Maquiavel, do assassinato de Guise, e de S. Francisco Xavier; e, julgando (com uma ingenuidade que arranca lágrimas) que todos esses pedaços de velha fraseologia crítica, apanhados pelo lixo de vetustas «Revistas dos Dois Mundos», que todos esses feitos e nomes arrastados desde gerações pelos compêndios do Liceu, são enormes revelações filosóficas, críticas e históricas – voltar-se para a minha humilde pessoa e exclamar por cima do ombro, num tom de piedade e desdém:

– Tudo isto para si, meu caro senhor, são cousas inteiramente novas!

A mim, Molière! A mim, Henri Monnier, descobridor de Prudhomme! A mim, fino Labiche, da Academia Francesa!...

Depois se eu, tímido e assustado, arrisco uma opinião, você, meu Chagas, imediatamente, dando um pontapé nas restrições que a polidez impõe à enftuação – classifica-a de *disparate!* (Textual.)

A ele, Lord Chesterfield! A ele, Marquês de Coislin! A ele, todos vós que marcastes, na sociedade, as regras da cortesia!

Você é terrível, Chagas! Ou se trate de um livro, ou de um raciocínio, ou de um herói, ou de um sistema, eis que você me aponta a dedo, e exclama com tédio:

– Vejam aquilo! Que ignorância! Não leu nada. Não sabe nada.

Depois uma pausa. E pondo-se bem em evidência, batendo na barriguinha pedagógica palmadinhas acariciadoras, eis que você murmura para os lados, banhado em riso e gozo:

– Agora, olhem para mim! Vejam isto! Que sabedoria! Li tudo, Sei tudo.

Talvez você reprove, amigo, esta maneira de o apreciar, traçando-lhe o contorno e surpreendendo-lhe o movimento, numa carícia dramatizada e tratada a cores. Que quer, Chagas? Da sua carta não me ficou a impressão de uma ideia, mas só a lembrança de uma atitude; de sorte que para a julgar tenho de empregar, não os métodos do

raciocínio, mas as artes do desenho.

De resto, caro Chagas, você tem razão. Ninguém ignora que eu sou um camelo. O meu lugar não é aqui no «Atlântico»: é lá ao longe, na extensa fila da minha caravana, pelo deserto fora, em direitura à costa do Dedjah, levando um fardo entre as duas corcundas, ruminando a ração de cardos, de olho cerrado e lábio pendente. balançando-me em cadência à melopeia de marcha que o guia vai cantando às estrelas. Enquanto que você, a própria sabedoria, com todos os atributos divinos da antiga Minerva, Palas vencedora, a luminosa padroeira de Atenas: você tem o capacete, a lança, a dupla couraça de ouro sobre os dois seios, e a túnica caindo em pregas dogmáticas: assim se explica o nimbo cor de aurora que o acompanha, e o suave aroma de ambrósia e rosa que de si se exala. Você e Minerva, você é deusa.

Somente, deixe-me lembrar-lhe que Minerva era modesta. Em geral os deuses eram modestos: misturando-se tanto à vida dos homens, temiam-lhes muito o sarcasmo. E os homens mesmo, presentemente. quando têm algum valor também são sempre modestos. Os grandes ares de sabichão, como os ares de ricaço, como os ares de valentão, passaram totalmente de moda..

Há hoje nas sociedades cultas um tom geral de bom gosto, de ironia, de fino senso, que põem bem depressa no seu lugar os fanfarrões da sabedoria, do milhão ou do músculo.

Ao nababo que nos agita diante da face uma bolsa cheia de ouro, dizendo: – *Pobretões! eu cá sou rico!* – responde-se tranquilamente: – *Talvez, mas és grosseiro!*

Ao mata-sete que nos mostre os seus pulsos de Sansão, e nos grite: – *Fracalhões, eu cá sou forte!* – replica-se friamente: – *Talvez, mas és brutal!*

E ao sabichão que, com quatro volumes debaixo de cada braço, nos venha dizer, de alto: – *Ignorantes! eu cá sou sábio!* – responde-se serenamente: – *Talvez, mas és pedante!*

E este tom, meu caro Chagas, é indispensável. Senão, os ricaços, os valentes e os sabichões, coligados entre si, tornariam bem cedo a sociedade inabitável.

Estas coisas passam-se assim, nas relações de homem para homem: mas, evidentemente, outro e bem diverso é o nosso caso. Eu (como você diz) sou um camelo; você (como eu afirmo) é Minerva. Está claro que devem ser reguladas por uma lei diferente as relações entre uma deusa e uma besta de carga.

Isto em quanto à forma, caro Chagas: em quanto ao fundo mesmo da nossa copiosa discussão, ensoberbece-me o ver que você, nestas últimas cartas, traz às minhas ideias o formidável apoio do seu sobredito saber. De facto, essas cartas, se lhe despregarmos as ricas bambinelas de estilo, se as desembaraçarmos da sua formosa ornamentação científica, aparecem-nos simplesmente como a comprovação desenvolvida das minhas ideias e das minhas palavras.– palavras e ideias que, agora, me voltam revestidas de uma autoridade imprevista e suprema!

Tomemos, por exemplo, essa fatal frase da «Gazeta de Notícias», em que eu ousei dizer que «a nossa dominação no Oriente fora um monumento de ignomínia». Ao princípio o seu furor foi grande, Chagas! Essa frase humilde, composta de quatro palavras, atacou-a você, fero e carniceiro, com um aparato de erudição suficiente para demolir os alicerces de uma obra em vinte volumes! A frase, porém, resistiu. Depois eu perdi-o de vista; você partira desvairado, dentro de uma nau, e andava gritando coisas patrióticas, lá por longe, muito longe, pelo Indostão, por Ceilão, pelas praias das Molucas!

Agora, nesta penúltima carta, você aparece, à volta .da viagem, mais circunspecto e mais grave: e, apertando-me enternecidamente a mão, confessa-me que «a nossa dominação no Oriente fora, com efeito, um monumento de ignomínia!»

E você prova-o: prova-o com um prodigioso luxo de saber! Estende pelo «Atlântico» abaixo o façanhudo sudário das históricas torpezas: lá se vê o famoso D. Duarte de Meneses pirateando, lá se contempla o terrível Afonso de Albuquerque degolando o infeliz mouro de Ormuz! E a sua justiça, tardia mas implacável, vai agora por essa História fora arrancando a cada estátua o seu dourado fictício: Vasco da Gama, cujas cinzas você ajudou a transportar, numa grande apoteose cívica, é agora apenas, segundo você, um criminoso e um assassino. Esse D. Francisco de Almeida, causa de tanta prosápia, é, segundo você agora, um sinistro autor de bárbaras carnificinas. A sua gráfica descrição da tomada de Dabul gelou-me o sangue. E, ao lê-lo, todos os nossos heróis do século XVI me aparecem como uma turba bestial de furiosos irresponsáveis, assolando terra e mar!

E exclama você ainda que as infâmias são tão numerosas, tão bastas, que com elas, pôde encher dois grossos volumes! Dois grossos volumes passados a fazer uma carnificina crítica de todos os varões ilustres da pátria! *Dois grossos volumes!* Ah! Chagas injusto. Chagas parcial – e treveja você contra mim por eu ter composto uma só frase!

Mas acrescenta você – «que se eu tivesse o menor bocadinho de crítica histórica (além das minhas duas corcundas de camelo) devia considerar que estes homens, vivendo no século XVI, partilhavam da ferocidade do seu tempo». É cómico vê-lo argumentar comigo, como se eu, sobre o assunto, tivesse escrito um in-fólio! Nessa frase curta feita de quatro palavras, como podia eu meter todos os desenvolvimentos críticos, científicos, filosóficos que você reclama? Ainda assim não dei a entender que as conquistas do Oriente se tivessem passado ontem à noite no beco venerável do Fala-Só, ou dentro da Arca, sob o olho paternal de Noé. Sim, amigo, foi no século XVI: – e deixo mesmo passar sem discussão essa ideia nevoenta que você me parece ter da Renascença, considerando uma era bárbara – o que na realidade foi todo um mundo de humanidade e de simpatia universal; como não questiono essa comparação do saque de Roma, que não foi uma expedição como as nossas à

Incha, organizada por um estado civilizado, mas uma feroz correria de mercenários, de demagogia militar, que nada tinha de comum com os exércitos imperiais de Carlos V, anarquia armada, semelhante à dos mercenários que atacaram Cartago, multidão de rapina que a fome impelia, – onde Bourbon não era um chefe único, mas um rebelde a mais.

Estes porém não são os meus pontos. Aqui está o meu ponto: – dei, numa linha, o resumo de uma época; e você, homem de erudição, acumulando factos sobre factos, prova que o meu resumo foi correcto.

Parece, pois, que tendo você concordado com os meus dizeres – resta apenas cairmos, com um grito de reconciliação, nos braços um do outro. Não! Porque você está ainda arrufado comigo. Porquê? Por eu ter ido beber as minhas informações à «História de Portugal» do sr. Oliveira Martins – em lugar de as ter procurado, com sofreguidão, na sua «História de Portugal», na «História de Portugal» de Pinheiro Chagas! Eu compreendo o furor de um historiador que tem *História* com tabuleta e porta para a rua, ao ver o freguês ir alegremente fornecer-se de ciência à *História* do vizinho e do rival: são momentos esses que bastam para depor numa alma de compilador ou de lojista insondáveis camadas de fel. E o público mesmo, o público sério, constitucional e parlamentar, pode talvez estranhar que eu, tendo aqui a «História de Portugal» de Pinheiro Chagas, monumento decerto grandioso, donde salta, por torneira de ouro, o puro e forte jorro dá verdade, fosse beber à «História de Portugal» de Oliveira Martins, fonte feita de um tijolo entre duas ervas, donde pinga espessamente a baba crassa do erro! O meu comportamento parece com efeito uma ofensa a todas as leis humanas –

mas eu vou justificá-lo...

Meu caro Chagas, conhecendo bem as suas belas obras de teatro, de polémica, de poesia e de crítica – eu totalmente ignorava que você fosse um historiador, e tivesse escrito uma «História de Portugal». Sabia, decerto, que você publicava estudos, fragmentos, episódios, constituindo uma interessante série de ensaios históricos; e a eles aludi quando procurei analisar a sua organização de brigadeiro.

Encontrara também nas «Notas sobre a Historiografia em Portugal» de Oliveira Martins (sempre este homem fatal!) menção de «uma compilação que, sob o nome de *História de Portugal*, deu à luz uma Sociedade de Literatos (o sr. Pinheiro Chagas)». E desta curiosa frase, deduzi, como todo o mundo deduziria, que alguns literatos tinham compilado uma dessas histórias anedóticas e populares, que publicam as Bibliotecas Recreativas, e que você fora encarregado pelo editor de planejar, dirigir, rever essa compilação. Francamente, pensei isto: vejo que cometi um erro abominável. Você, com efeito, escrevera uma verdadeira «História de Portugal», sob o numeroso pseudónimo de uma «Sociedade de Literatos», justamente como se pode publicar um poema sob o pseudónimo múltiplo «As onze mil virgens», ou uma opereta por «Uma Sociedade Filarmónica».

Agora que sei que esse trabalho existe e que deve ser (se você pôs nele a elevação e eloquência dos seus outros livros) uma obra forte, sólida e bela – irei lá aprender de ora em diante a amar melhor a minha pátria...

Há outro ponto em que também lhe agradeço ter concordado comigo: é acerca do *patriotismo*. No seu primeiro artigo você mostrou-se (como se tem mostrado desde o dia em que tão gloriosamente se estreou nas letras) partidário apaixonado desse patriotismo que prega que a melhor maneira de atravessar o conflito da vida contemporânea – é ir contemplar o brilho das glórias passadas: patriotismo que entende que, para termos direito a um lugar respeitado entre as nações cultas, não precisamos literatura, nem ciência, nem arte, nem maneiras, nem bom senso, nem bom gosto – mas que basta dar uma envernizadela fresca aos velhos louros de Arzila, e mostrar ao estrangeiro como eles ainda reluzem. Eu, então, modestamente (como compete a um camelo que deixa a sua caravana para vir agitar com homens, e entre homens, estas altas questões) lembrei-lhe, meu caro Chagas, que havia um patriotismo melhor, o patriotismo activo, que pensa, trabalha, cria, etc. (Vide «Atlântico».)

E você pode bem imaginar o meu júbilo ao vê-lo correr agora para mim, e arrojando para longe as crenças de toda a sua vida como farrapos importunos – gritar-me, de braços abertos, que sim, que só há um patriotismo nobre e útil, o que pensa, trabalha e cria, etc., etc.! É que o outro, aquele que você há quinze anos canta em folhetim canoro e canora estrofe – é um patriotismo oco, estéril e lamentável!

E tudo isto o diz você, com uma exaltação de convertido, os cabelos ao vento, a pupila acesa – usando as minhas próprias frases!

Muito bem, Chagas, muito bem! Há só um pequeno incidente picaresco: é que você, nesse impaciente fervor de que são tomados os que abraçam uma fé nova, esquecendo que é apenas neófito e julgando-se já messias – está pregando contra mim o sermão que eu antes de ontem preguei contra você. A carta que eu lhe escrevi, explicando-lhe a boa doutrina, – remete-ma você a mim próprio como sua, requentada e com salsa fresca em redor, para parecer um acepipe novo! É o coríntio convertido escrevendo ao seu S. Paulo – a Carta aos Coríntios! É o mouro baptizado, o cristão-novo, que no seu entusiasmo de *parvenu* da cartilha, se volta a ensinar o padre-nosso ao prior que o converteu, exclamando, com os olhos em pranto: – «Prior, quando deixarás tu de ser mouro?»

E com as minhas mesmas frases, pérfido!

E eu tinha-lhe dito ao ouvido: – «Meu Chagas, nada de declamações, é necessário trabalhar!» Você agora ergue-se em bicos de pés, e berra: – «Nada de declamações, amigo, é necessário trabalhar!»

*Aos infiéis, Senhor, aos infiéis.
E não a mim – autor do que escreveis!*

Desculpe esta correria dentro dos domínios poéticos – mas o júbilo de o ver convertido desvaira-me!

Parece, pois, que concordando tão intensamente sobre a noção do patriotismo e sobre o juízo que se deve formar do nosso império do Oriente, só nos resta cairmos nos braços um do outro, com um berro de reconciliação.

Você termina a sua carta pedindo-me numa apóstrofe comovida – que não desdenhe tanto da minha pátria!

Deixe-me tranquilizar o seu coração sobressaltado; há cousas na minha pátria que eu amo profundamente e há homens na minha pátria que eu profundamente admiro. Somente creio que as nossas admirações – não são as mesmas. Você vive num mundo fictício, convencional, artificial, por que eu apenas me posso interessar como artista, seguindo-o com um olhar curioso e triste, nesse declive por onde ele vai rolando aos abismos: por outro lado, o mundo mais vivo e real, a que eu pertença, vê-o apenas você através de um vago nevoeiro mental que lhe falseia a proporção e a verdadeira significação das cousas. De modo que não nos podemos jamais entender...

Não, engano-me. Há um ponto em que nos entendemos lindamente, uma admiração em que estreitamente estamos de acordo! Ambos nós admiramos um homem, profundamente, prodigiosamente – e esse homem é você mesmo.

Com o que sou, caro Chagas, servidor e amigo.

Eça de Queirós

A INGLATERRA E A FRANÇA JULGADAS POR UM INGLÊS

Há dias encontrei sobre a minha mesa, enchendo com desordenadas garatujas três folhas de papel «Whatman», uma carta em que o meu cão «D. José» conta as suas impressões de França à minha gata «Pussy».

«D. José» é um cão inglês, gordo, sisudo, conservador, que agora pela primeira vez saiu de Inglaterra comigo, e veio descansar de um rude Inverno saxónio nestes ares suaves, tépidos, quase latinos, do país de Anjou. «Pussy» é uma gata inglesa, cor de manteiga, que ficou em Inglaterra, caseiramente, a dormir ao canto do fogão.

«D. José» pertence a essa raça de cães ilustre e histórica que os Ingleses chamam *pug* e os Franceses *carlin*. Italiano de origem, introduzido em França pelo cardeal Mazarino, o *carlin* tornou-se, desde o século XVII, o cão favorito da Monarquia, como o galgo tinha sido o cão fiel do Feudalismo. É, com efeito, no fim da Fronda, depois desse derradeiro esforço do espírito feudal, que o *carlin* mete pela primeira vez o focinho na História. A turbulência aventureira dos galgos fazia-os incompatíveis com uma aristocracia pacificada e policiada – em que já também não havia lugar para a galantaria heróica das Longueville, das Chevreuse, das Chatillon; essas damas sediciosas e sentimentais, que alternavam as preguiças do amor com a fadiga das campanhas, e, ainda amarrotadas da *chaise longue*, iam com chapéus de plumas, e cercadas de galgos, guerrear, na Picardia, Turenne ou Monsieur le Prince. O *carlin* pesado, obeso, pacato, cerimonioso, era realmente o cão que convinha agora à França centralizada e unificada sob a autoridade real. Por isso ele é essencialmente o cão de Luís XIV e de Versailles, – tão característico do Grande Século como as cabeleiras de cachos, a tragédia clássica e a aparatosa simetria dos jardins de Le Nôtre. À maneira que Luís XIV envelhece, que vai absorvendo todo o Estado dentro da sua própria majestade, de sorte que já se não vê a França e vê-se apenas o rei, – a importância do *carlin* cresce, paralelamente. Ele chega a tomar parte nos Conselhos de Estado, tão nutrido, que se não pode mover do coxim, entre Luís XIV já cheio de rugas, já com a fístula, mortalmente enfadonho, e Madame de Maintenon hipocondríaca, coberta de negro, com o seu livro de rezas na mão. Da residência em Versailles o *carlin* conserva a nobreza das belas maneiras, as atitudes de gala, a majestade do focinho, e esse modo de olhar, com a pele franzida, em que se sente o orgulho dos Bourbons e do direito divino. O seu mesmo estilo de ladrar tem um ritmo pomposo que se não ouve nos outros cães; não direi que seja tão suave como versos de Racine; mas percebe-se que esta raça ouviu pregar Bossuet. Durante o reinado de Luís XV o *carlin* permanece cão da corte e da Casa de França. Nas gravuras do tempo, nos retratos, nas paisagens de leque, não se vê nenhuma graciosa dama de anquinhas, sem ter, como o contraste pitoresco da sua graciosidade, um pajem negro e um *carlin* gordo. A grande glória todavia do *carlin* no século XVIII foi ter sido adoptado pela filosofia e pelas belas-letas. Havia *carlin* no salão erudito de Madame du Deffand. Diderot tinha um *curlin*. E, atendendo à influência que o cão exerce sobre o homem, pode-se dizer que o *carlin* não é alheio à Enciclopédia. Foi então que a Inglaterra recebeu da França o *carlin*, como já recebera outras formas do gosto, a polidez, o corte dos casacos, correcção da prosa, a ligeireza moral, os bailados e a eloquência sacra.

Mas é só verdadeiramente durante a Revolução que o *carlin* se estabelece em Inglaterra. Depois da tomada da Bastilha, ele atravessa o canal da Mancha com a aristocracia emigrada; e tendo encontrado enfim uma terra em que o povo se não considera feito do mesmo osso que a nobreza e acha até excelente que rasteje no

enxurro, enquanto os lordes beberricam nas nuvens – o *carlin* torna-se o *pug*, faz da Inglaterra a sua pátria, e fixa-se confortavelmente, e para sempre, na paz luxuosa dos castelos, ao abrigo da democracia e da *blague*.

Foi assim que o *carlin* desapareceu da França. Hoje constitui uma antiquilha. Se por acaso ainda se encontra, é nalguma silenciosa rua de vila dormente de província, seguindo tropegamente uma velha marquesa de caracóis brancos, que, encolhida no seu mantelete de franjas, e cosida com os muros tristes dos conventos desertos, se vai arrastando para o lausperene...

O *pug* é hoje, pois, um cão exclusivamente inglês, desprendido da sua pátria francesa, podendo simpatizar com ela ou detestá-la segundo uma impressão pessoal, sem que na sua clara razão actuem ou influências de origem, ou recordações sentimentais. Para o *pug*, o Francês não passa de um estrangeiro; e seguindo os hábitos da nação que o perfilhou, ordinariamente ladra-lhe. Por isso esta carta de «D. José» me parece um documento sincero e instrutivo. E aqui a transcrevo, com as suas incorrecções, os bruscos resumos, as generalizações excessivas, em que se sente o animal que pensa por *grosso*, sem as nossas distinções esmiuçadoras, a delicadeza crítica das nossas meias-tintas.

«*Pussy* amiga: – Aproveito a ocasião em que o nosso amo foi à biblioteca, lugar de sabedoria e de solidão, onde eu não sou admitido, para te escrever o que penso desta terra de França, como to prometi ao deixar a Inglaterra, naquela manhã em que fazia um nevoeiro tão triste... Aqui não há nevoeiro – e é esta a primeira superioridade da França sobre a nossa pátria gloriosa e fusca. Sob este céu desanuviado, as neblinas do espírito dissipam-se também. Aí as ideias (e as minhas não são difíceis) apareciam-me sempre tão vagas e indeterminadas como os nossos edifícios de tijolo através da névoa húmida: aqui tenho as ideias tão nítidas como estas casas caiadas que se recortam, com precisão e relevo, sobre o céu azul-ferrete. De manhã, no pátio do hotel, entre as plantas em flor, quando me estiro ao sol, com todo este azul por cima, e a carícia macia do ar a correr-me pelo lombo – pensar torna-se para mim um prazer delicado.

«Esta mesma influência do céu doce tem-me tirado a hipocondria; já não sinto, como em Inglaterra, o atormentado desejo de uivar; antes me apetece agora um ladrar ligeiro e cantante, que é como a expressão triunfal da alegria de viver. É este céu temperado que dá aos Franceses as maneiras suaves. Entre nós a bruma regelada actua sobre os caracteres como sobre a pele: greta-os, torna-os ásperos ao contacto. Aí, quando nos encontramos, grunhimos torvamente; aqui lambemo-nos. Nada facilita mais uma civilização que um bom clima. Ainda ontem o dizia um inglês gordo que está aqui no nosso hotel, e que manda correspondência para o *Times* sobre política e sobre moral, com a assinatura de *Um Amigo da Imparcialidade*: ainda ontem ele dizia com aquela profundidade que o caracteriza: – *Sempre que o homem está ao sol e que este não incomoda, experimenta, tanto moralmente, como fisicamente, uma satisfação maior do que quando está à chuva.*

«A primeira impressão que me deu a França, *Pussy*, foi de uma adorável variedade, proveniente talvez da democracia. Tomo, por exemplo, as fisionomias de cães. Em Inglaterra, nós estamos divididos em cinco ou seis raças isoladas umas das outras como castas na Índia, sem convivermos, sem nos cruzarmos, inconciliáveis, e quase hostis. O resultado é que, em cada classe, o tipo inicial reproduz-se em todos os seus indivíduos, fielmente, fotograficamente, com uma monotonia intolerável. És tu capaz de distinguir um cão *fox-terrier* dos outros oito mil ou dez mil *fox-terriers* que honram a nossa pátria? Não. Todos são brancos como este papel, macios como casimira, do mesmo tamanho, com o mesmo toco de rabo curto e direito, uma malha castanha no

focinho, o ar ligeiro, honesto e terno. Parecem cunhados pelo mesmo molde, como as libras; e o homem que perde o seu cão, não o pode distinguir mais do cão do seu inimigo.

«Por outro lado também, como em Inglaterra todos os homens da mesma classe têm o mesmo feitio e cor de suíça. e usam exactamente o mesmo casaco, e trazem na boteira a mesma flor, e calçam luvas da mesma cor, e caminham com a mesma elasticidade de passo, e falam com o mesmo timbre de voz, e saúdam do mesmo modo brusco – se um cão perde o seu dono não o pode diferenciar da multidão uniforme. Dirás tu que o deve conhecer pelo cheiro. Difícil, *Pussy*, muito difícil! Todos os homens em Inglaterra têm o mesmo cheiro, que é composto de sabão *Windsor*, tabaco *Maryland*, água-de-colónia e carvão. Dirás tu ainda que um cão pode interrogar seu amo e diferenciá-lo pelas opiniões: não, porque todos os ingleses têm as mesmas opiniões e exprimem-se pelas mesmas frases. A posição de um cão neste caso é estonteadora; e é por isso que temos muitas vezes pensado em pôr coleiras a nossos amos.

«O mesmo sucede com as casas. Como pode um pobre cão, que não sabe ler números, distinguir a habitação de seu amo nesses longos quarteirões de tijolo, sem fisionomia e sem individualidade, em que todas as fachadas têm a mesma porta pintada de preto, o mesmo transparente meio. erguido na mesma janela, e por trás da mesma vidraça o mesmo vaso branco com o mesmo gerânio triste? Dirás tu, *Pussy* engenhosa, que é fácil penetrar pela porta entreaberta, e reconhecer a casa pela mobília: não, porque todas têm a mesma cadeira coberta de bezerro ao canto do fogão, o mesmo espelho na parede forrada do mesmo papel, e nos mesmos caixilhos floridos as mesmas gravuras enternecedoras. O grande horror da nossa pátria é a *mesmice*. Ora, como diz o *Amigo da Imparcialidade* com aquela elevação de ideias que o. torna tão venerável – *quando as cousas se parecem absolutamente umas com as outras, começa a deixar de haver variedade*.

«Aqui, neste país que me custa a entender, e onde os marqueses são socialistas da subdivisão anarquista, e a restauração do direito divino é reclamada por boémios sem botas da taverna do Gato Negro – as raças diferentes de cães, cruzando-se, têm produzido uma deliciosa infinidade de tipos. Que fantasia, que imprevisto, que originalidade, que pêlo, que focinhos, nesta malta de cães nascidos da mistura de sangues diversos e da baralhada de temperamentos contraditórios! Só queria que visses um amigo que tenho aqui no hotel. O seu nome clássico é Príamo: muito velho, muito pequeno, tem uma obesidade de cónego, padece de reumatismo, resmunga e geme, entregai-se ainda à devassidão, e gosta de cerveja: quando se move é a rebolar-se, com o aspecto toucinhento de um porquinho-da-índia: mas ordinariamente, sobretudo depois da cerveja, está sentado de costas contra uma porta, com a barriga ao léu, o olho choroso, um bocado de língua vermelha pendendo-lhe do focinho, imagem estupenda de um silenozinho borracho!...

«E as cadelas, *Pussy*! Ai, as cadelas.... Que graça, que gosto, que finura, que ar leve e vibrante, que tom irresistível de ladrar, que *pshutt* no farejar! *Pussy*, se não fosse a respeitabilidade que me dá a nutrição e o resguardo que deve ter um cão da minha tradição histórica, – eu fazia tolices. E as senhoras têm os mesmos encantos. Acho-lhes um sentimento mais pronto que o das nossas inglesas cor de ouro e de marfim, e de uma expressão mais agradável. Uma dama inglesa, se me encontra com meu amo; diz-me, como lhe diz a ele, e como diria a Jesus se <jr cruzasse na rua: – *Good morning, sir!* Aqui as francesas que me vêem caem de joelhos, com o coração e os olhos em alvo, beijam-me todo o focinho, gritam num êxtase: – *Oh, le beau toutou! Oh, le beau chéri! Oh, qu'il est beau!* Talvez as outras, com o seu seco e correcto *good morning*, sejam mais sinceras e mais profundas do que estas com os seus *toutous* e os seus *chéris*. Não

importa: .para mim vale mais uma beijoca, que eu gozo logo no focinho, do que uma grave simpatia de alma que fica escondida dentro das varas do colete. Como diz o sapientíssimo *Amigo da Imparcialidade*, numa daquelas admiráveis máximas que lembram os Platões e os Aurélios: – *As cousas que estão à vista, consideradas em relação às cousas que estão ocultas têm tanto para. o indivíduo, como para a sociedade, a vantagem de se poderem ver!*

«Nós em Inglaterra afirmamos, com a Bíblia apertada contra o coração, e a garrafa de *gin* escondida debaixo da mesa, que a moralidade dos nossos costumes é superior à de todas as nações do Universo. Tu sabes, *Pussy*, como esta pudica afectação nos parece divertida, a nós cães e gatos, testemunhas permanentes da vida Intima, diante de quem os seres racionais, no seu imbecil orgulho e supondo que somos mudos, não se dão ao incômodo de ter recato... A Inglaterra é uma pocilga de devassidão. A França é um salão de libertinagem. *Pocilga, salão* – a diferença está aqui. O pecado, entre estes amáveis franceses, é amável também; doura-o um estouvamento moço; tem no fundo uma ponta de sentimento ou de sensibilidade; e no beijo mais superficial há sempre bastante emoção para, sendo necessário, fazer uma lágrima. Em Inglaterra o pecado é bruto e cheira a aguardente.

«Nós dizemos também em Inglaterra que os Franceses, cão e homem, tendem a vadiar, não apreciam o encanto do lar como ele se aprecia aí em Inglaterra, e não têm como aí a veneração das cousas domésticas. De todos os nossos alardes, *Pussy*, é este decerto o mais desfaçadamente impudente. Tu sabes, *Pussy*, como aí os nossos amos, apenas se acende o gás, largam tão direitos e tão lépidos para o clube – como estes aqui para o botequim. Somente em Inglaterra, todo o ser racional, com calças, tem um clube, frequenta um clube, que o retém, pelo baralho e pela bebida, longe do lar doméstico: e aqui os que vão à noite para esses lugares forrados de espelhos onde se joga um sereno dominó e se filosofa amenamente, são em geral celibatários e boémios – os mesmos que aí vão sorumbaticamente para uma taverna sem espelhos emborcar copos de conhaque. Há decerto, entre nós, sujeitos que, de vez em quando, passam a noite em chinelos ao canto do seu fogão: – mas tornam eles por acaso, com a sua presença, a sala mais animada, e mais alegre o serão da família? Nós sabemos, *Pussy*, como se passam essa horas sombrias, em que o tédio escorre das paredes, penetra pela frincha das portas, acumula-se nas pregas das cortinas... O cavalheiro, de cachimbo nos dentes, lê soturnamente o jornal, tendo ao lado o copo de conhaque; *madame*, de touca e broche de ouro, tendo ao lado o copo de conhaque, lê desenxabidamente o *magazine*.. De vez em quando pousam o papel e ralam; e se sucede viverem numa harmonia bem remendada, deixam cair a prosa e dormitam. Os filhos, se são pequenos, vivem desterrados lá em cima, na *nursery*, com a criada; o papá tem apenas a respeito deles a vaga ideia de que estão vivos, e continuam a consumir a sua copiosa ração de pão com manteiga. Se os filhos são crescidos, estão nas colónias ou no bairro vizinho, mas sempre fora de casa, e sem relações, nem por visita, nem por carta, com o lar de origem. Se são prósperos e ricos, o pai tira-lhes o chapéu, ou fala às vezes deles às senhoras; se falharam na vida, passam a ser para o seu progenitor como velhas caixas de sardinhas de Nantes vazias, destinadas ao lixo social. Por seu lado os filhos, se se não separam da lareira paterna, consideram negligentemente o pai como um mero dono de hotel, e nem *pai* lhe chamam, chamam-lhe *governor*, o governador; a mãe, essa, é boa para tratar da roupa branca, e é denominada *the old woman*, a velhota; e ordinariamente estas pessoas sentam-se à mesa, em volta do bule do chá, para dizerem uns aos outros cousas desagradáveis... No entanto, que está o cavalheiro lendo no seu jornal, e que está lendo a dama no seu *magazine*? Que só em Inglaterra existe o sentimento doméstico, e que só aí o lar é doce e unido! Ora nisto é que nós somos admiráveis – no reclamo. Atribuímo-

nos majestosamente todas as virtudes, negamo-las aos outros com amargor, e esperamos que o mundo nos incense na nossa perfeição. E o mundo, ingenuamente, credulamente, incensa. Quando uma nação afirma, com energia de ferro e uma voz de trovão, que é grande, – ela passa imediatamente a ser grande. As outras não têm tempo de ir verificar, e como diz o *Amigo da Imparcialidade*, com o seu habitual esplendor de pensamento, – *nunca se pode afirmar com certeza que uma proposição é falsa enquanto se não sabe com evidência que ela é contrária à verdade.*

«Outra cousa que me espanta aqui é o sentimento de igualdade. Ainda ontem vi um esbelto galgo, da mais velha nobreza da Normandia, com avós citados nas crônicas de Froissart, correndo e brincando com um canzarrão proletário, de pêlo rude, pertencente às últimas camadas caninas, socialista talvez. Em Inglaterra um cão da Câmara dos Lordes preferiria cortar o seu rabo a ser visto conversar com um cão da plebe, fosse ele tão honesto como Catão, ou sólido no trabalho como uma máquina. E o que me surpreendeu é que o proletário estava inteiramente à vontade, sem timidez e sem servilismo falando ao galgo como a um igual, certo de que Deus os fizera a ambos cães, e com idênticos direitos aos ossos deste mundo! Em Inglaterra, o cão plebeu perderia a voz de comoção, ou se arrojaria a lambar com idolatria as patas do galgo lorde – se um galgo da aristocracia, por uma aberração mórbida, ou num momento faceto de embriaguez, ou para ganhar uma aposta excêntrica, viesse um instante fraternizar na rua com um cão da ralé. Ora se a civilização não significa igualdade –então não significa nada. Nós os Ingleses somos um povo de livres que é ao mesmo tempo um povo de sevandijas.

«E todavia, como diz o nosso compatriota, o erudito *Amigo da Imparcialidade*, com aquela sagacidade de vistas que lhe há-de obter o hábito de Sant'Iago – *é melhor que o homem não se abaixe porque tem então, segundo as leis da Natureza, uma grande probabilidade de se conservar direito.*

«Passando incidentalmente a outro formoso lado da civilização francesa, deixa-me falar-te, *Pussy*, da cozinha. Que cozinheiros estes filhos da Gália! E como, ao pé destes requintes e destes molhos, nós somos ainda o silvestre bretão, coberto de peles de feras, que no fundo lóbrego da sua caverna abocanhava pedaços sangrentos de carne mal assada, antes de S. Patrício ter aportado a estas ilhas com a sua cruz na mão, a contar-nos as coisas tristes que se tinham passado em Jerusalém!... Tu sabes que eu gosto sempre de comer, com a minha sopa, uma cenoura. Em Inglaterra dão-ma invariavelmente dura, meio crua, sem sabor e lívida: aqui é tenra, é doce, é perfumada, e é de um lindo tom vermelho... É apenas uma cenoura: mas, neste pouco, meu Jesus, quanta graça e quanta perfeição!

«Dirás tu, *Pussy*, que em compensação nós possuímos o Império das Índias. De acordo. Mas, eu uso a cenoura por causa dos meus incómodos intestinais de cão gordo: e a cenoura bem cozinhada dá-me alívio – que de modo nenhum me dá a certeza, aliás lisonjeira, de que S. M. a Rainha Vitória, a quem os anjos sorriam, é imperatriz das índias. E se houvesse um criado tão impudentemente patriótico, que, ao servir-me em Inglaterra a costumada cenoura rija e pálida, me recordasse, como consolação e compensação, o nosso domínio nas índias – eu mordia-lhe.

«De resto, *Pussy*, eu sou inglês: sei que à Inglaterra pertence o governo dos continentes; sei que o seu lugar na civilização é o mais vasto e o mais nobre. Não é uma cenoura mal cozida que me esconde a grandeza moral da Pátria. E sou da opinião do profundo *Amigo da Imparcialidade* que diz com a sua usual vastidão de ideias, na sua frase tão tersa: – *Suprimi a Inglaterra da face do Globo, e imediatamente vereis, com surpresa e com dor, que a superfície do Globo tem uma nacionalidade de menos.*

«Muito justo, mas... »

.....

Aqui, sentindo-me voltar da biblioteca, «D. José» interrompeu a sua carta. Eu não concordo com algumas das suas opiniões, excessivamente genéricas. Todavia estas mesmas generalizações, abrangendo tudo numa só cacheirada, são caracteristicamente inglesas. Ainda ontem eu lia numa revista de Londres, a «Modern Society», o estudo de um autor estimado sobre as *mulheres francesas*. E logo na primeira página esse crítico, que tem a cabeleira entremeada de louros, surpreendeu-me singularmente, dizendo-me – «que as francesas são *todas* pequeninas, de cabelo muito negro e áspero como clinas, com uma cor de pele esverdinhada e escura, o ar oleoso, e um buço tão forte no lábio superior que é quase um bigode!» É evidente que este escritor se enganou. Ao compor laboriosamente o seu artigo, baseado no Dicionário de Geografia Universal, tomou da estante, por equívoco, o tomo sobre Marrocos em lugar de tirar o volume sobre a França, e, querendo descrever as francesas de Paris, descreveu as marroquinas de Fez. Enganos destes são fáceis; e não obstam a que um autor continue a ser aclamado pelos seus concidadãos...

Assim também, há dias, o mais esclarecido jornal de Londres, o «Daily News», dizia num ponderoso artigo de fundo, a propósito da guerra no Tonquim – «que Paris não é em cousa alguma superior a Pequim». É claro que este jornalista estava embriagado. Acasos destes podem suceder: marcha-se num dia frio para a redacção, entra-se num confortável café, carrega-se um pouco no conhaque, sai-se pesadote e confuso; – e Pequim e Paris, dançando uma sarabanda alegre no crânio do crítico, aparecem-lhe, através das fantasmagorias do álcool, ambas ornados de rabicho. Ocorrência explicável – e que não impede que um jornal continue a banhar largamente de luz o intelecto dos seus assinantes...

Somente, não vos parece, amigos, que já no caso do equívoco com o dicionário, já no outro mais lastimoso da embriaguez, esta prontidão em generalizar tudo denota uma tendência condenável no espírito inglês, e na imprensa inglesa, essa lâmpada condutora da Terra? Pois então *todas* as damas, mesmo que seja em Marrocos, com bigode? Não haverá sequer, na sombra lânguida dos haréns do xerife, uma mais favorecida por Maomé, que tenha o doce lábio limpo de pêlo? E Paris *causa nenhuma* superior a Pequim? Oh, senhores! pois nem a Avenida da Ópera será um pouco melhor que a famosa Rua da Chua, a principal de Pequim, onde os mendigos nus roem ossos no enxurro, e às esquinas pendem gaiolas de vime, com as cabeças dos decapitados a gotejar sangue? Pois nem ao menos Renan e o velho Hugo, e Pasteur, e Vacherot, e Taine serão mais interessantes que esses sábios mandarins que recebem o botão de cristal da sabedoria desde o momento em que são aprovados em Gramática?...

Evidentemente, estas generalizações são desconsoladoras. E elas são a maneira usual de julgar na imprensa inglesa, nos livros de viagem ingleses, e numa conversa inglesa.

Por isso as desculpo em «D. José». Nele, de resto, não há o traço grosseiro e brutal. «D. José», de todos os escritores ingleses, parece-me o mais moderado. E esta moderação torna-se até estreiteza, retrai-se em acanhamento – quando tem de escolher adjectivos para designar o *Amigo da Imparcialidade*. Chama-lhe o *sapientíssimo*, o *eruditíssimo*, o *ilustre*, o *profundo*... Aceitáveis adjectivos quando se fale de Aristóteles ou de Buffon; mas, quando se trata deste assombroso colaborador do «Times», de todo o ponto mesquinhos e insuficientes.

A Ilustração, 5 de Junho de 1884

VÍTOR HUGO

(CARTA AO DIRECTOR DA *ILUSTRAÇÃO*)

Bristol, 20 de Julho de 1885

Meu caro amigo: – Quando Paris se preparava, com um patriotismo ruidoso, para celebrar a deificação cívica de Vítor Hugo – você desejou que fosse eu, devoto do Mestre, quem recordasse na «Ilustração» a genial grandeza do homem e da sua obra. Respondi-lhe que, nesse momento, eu sentia apenas a mesma emoção confusa que agitava Paris – e que só saberia juntar-me ao tumulto da glorificação, oferecendo a minha pobre palma verde, e deitando também alguns grãos de incenso sobre as chamas sagradas. E hoje que a apoteose cio épico dos «Miseráveis» parece já tão remota como a coroação do prosador da «Henríada», descubro ainda, perante a sua amável insistência em conhecer qual foi a acção de Hugo na minha geração literária – que este fanatismo do Mestre, de que não me quero curar, me impede toda a crítica lúcida e calma.

Eu admiro Vítor Hugo, meu amigo, justamente como ele admirava Shakespeare – *comme une brute*. Amo-o em toda a sua luz solar e em todas as suas estranhas manchas: mesmo diante daqueles lados da sua vida e da sua obra donde todos se retiram, impacientes e sorrindo, eu permaneço obtusamente prostrado. Eu sou, meu amigo, dos que acreditam ainda na sociologia de Hugo! Já vê você que a «Ilustração» nada tem a ganhar com as opiniões de uma pessoa tão embrutecida na sua superstição.

Nem sei mesmo, francamente, o que você deseja averiguar – a influência que Hugo teve na minha geração literária limita-se à influência geral que ele exerceu na literatura francesa, de que a nossa é um reflexo ao mesmo tempo bisonho e afectado. Os meus mais queridos camaradas de letras (com excepção do poeta, irmão de Juvenal, que escreveu a «Morte de D. João») nem jamais se impregnaram de Hugo, nem mesmo o admiram senão incidentalmente, pela sua fortaleza de lutador e pelo raro poder do seu verbo lírico: de resto mantêm por ele uma- respeitosa aversão.

Não é para uma carta familiar explicar esta dissidência dos meus amigos, em que entram razões de filosofia e razões de temperamento: basta dizer que a um deles, um dos mais nobres e altos espíritos críticos do nosso tempo, ouvi eu, com inexplicável horror, chamar ao Mestre «papalvo de génio» e «foco de infecção espiritualista»; e outro, a quem coube a glória de ressuscitar o velho Portugal histórico, que dormia no fundo de vetustas crónicas coberto de rapé de frade. pintou-nos Hugo recentemente, no prólogo de um livro de versos, como um enorme Sileno, borracho de ênfase, pondo à boca um cântaro colossal a trasbordar de retórica.

Enquanto à geração mais moça, Primavera sagrada que dá a sua flor «nesses escritos publicados todas as manhãs», como diz pudicamente o arcebispo de Paris – essa alude sempre a Hugo misteriosamente, chamando-lhe o «titã»; o «colosso», a «águia», o «vulcão». Não se pode saber por tais exclamações qual seja a impressão que lhe deixou a «Lenda dos Séculos»; porque esta maneira de falar de um poeta, tratando-o de «vulcão», é apenas um modo inábil de se desembaraçar do severo dever de o compreender. Suponho, que a influência de Hugo, entre nós, se manifestou sobretudo na imitação daquilo que mais nos importa como meridionais – a forma, a imagem, a maneira luxuosa de enroupar a ideia... Homens voluptuosos do país do sol, amando principalmente os sons e as cores, num poeta admiramos apenas o brilho do verbo no que ele tem de mais material: por isso, com Hugo, aplicamo-nos principalmente, a arremedar o modo estridente e lampejante de chocar a antítese. Creio que não nos

preocupamos de mais nada –como recentemente no. naturalismo, de todo indiferentes aos novos métodos de análise que ele trazia, apressamo-nos apenas a contrafazer os seus feitos inesperados de traço e de colorido. Em todas as evoluções da arte, nós nunca aproveitamos com os princípios, e ficamos sempre com os maneirismos.

Enquanto à influência que Hugo teve em mim, vale por acaso a pena, caro amigo, memorar coisa tão pessoal e tão desinteressante? Eu aprendi quase a ler nas obras de Hugo: e de tal modo cada unha delas me penetrou, que, como Outros podem recordar épocas de vida ou estados de espírito por um aroma ou por uma melodia, eu revejo de repente, ao reler antigos versos de Hugo, todo um passado, paisagem, casas que habitei, ocupações e sentimentos mortos... Fui realmente criado dentro da obra do Mestre – como se pode ser criado numa floresta: recebi a minha educação do rumor das suas odes, dos largos sopros da sua cólera, do confuso terror do seu deísmo, da graça da sua piedade e das luminosas névoas do seu humanitarismo. Tudo isto erguia em torno de mim como uma floresta: e ela comunicou-me, para bem ou para mal, muito do seu vago, das suas sombras e das suas injustificáveis visões. Foram meus, com paixão, os seus ódios; e corri enlevado atrás do voo lírico dos seus entusiasmos. É assim que sempre fiquei detestando esse personagem sorumbático e narigudo que dá pelo nome equivoco de Napoleão III nas sentinas da História – sem que de nada me tivesse servido o verificar mais tarde que ele era apenas no fundo um pobre César, quimérico, hipocondríaco. debochado e banal. É assim que me conservei acreditando dedicadamente nos Estados Unidos da Europa, mesmo quando amigos caritativos me procuravam arrancar, com súplicas e sarcasmos, para fora dessa crença infantil. Acompanhei Hugo na sua indulgência arrebatada por todos os transviados, todos os vencidos e todos os *miseráveis*. O deísmo de Hugo foi o meu; como ele, tive fé no messianismo da França – e um horror irracional, indominável, a esse quartel besuntado de metafísica que fica para além do Reno. Eis a minha lamentável confissão. É humilhante; dá-me a aparência de uma erva reles, tremendo junto às raízes de um cedro, e vivendo dos restos da sua seiva. Tem havido, é certo, bruscas revoltas na minha idolatria. O mesmo povo de Israel com toda a sua frenética paixão por Jeová – achava-o às vezes intolerável. E quando eu via ultimamente Hugo mofar o venerando e santo Darwin, como um inglês petulante e vão, de monóculo e de luvas amarelas, que pusera, por excentricidade e humorismo, um rabo de macaco nas costas do homem – deixava pender a cabeça entre as mãos, cheio de vergonha e de dor... Mas enfim, ainda realizo com suficiente perfeição o tipo do *hugólatra*. Para mim o Mestre permanece excelso e augusto entre os homens. *Je l'admire comme une brute*.

Amo toda a sua obra – romance, sátira, drama, visão, poema, crítica, discurso, cântico e canção da rua.

Ela impõe-se-me pela sua grandiosa e harmoniosa unidade. Hugo é um poeta épico: e nele, tudo, ou seja romance social, ou estrofe a «Jeanne», ou estudo sobre Voltaire – toma a forma épica. Toda a sua obra é, de facto, uma vasta epopeia, em mil fragmentos de prosa e de verso, tendo por assunto a luta do Homem e da Fatalidade – fatalidade da Natureza, fatalidade da Religião, fatalidade da Sociedade.

Pode, por vezes, pintar esse formidável combate em uma completa e patética história como os «Travailleurs de la Mer»; pode murmurar-lhe apenas uma fugitiva e trémula impressão junto de um berço, ou vendo nos campos os semeadores deitar o grão à terra. Nas estrofes de avô enternecido, ou na larga imprecação de profeta, tudo pertence à mesma epopeia.

Essa dolorosa batalha do Homem e da Fatalidade – Hugo não a analisa, nem a explica. Canta-a com a exaltação de um bardo – ora cheio de infinita compaixão, ora tomado de infinita cólera. Sob a indignação ou sob a piedade, porém, palpita sempre e

fortemente a certeza da definitiva vitória do Homem: – e ele vê-o enfim, em todo o esplendor de um Adão perfeito, desembaraçado das religiões, máscaras sufocantes e falsas do rosto de Deus, livre da realeza, forro de todas as servidões sociais, quase libertado das leis mesmas que fixam os seus pés à terra e remontando às nuvens nas invenções do século XX. Esta afirmação do triunfo último de Adão, é toda a sua filosofia: – e toda a sua prodigiosa arte foi empregada em contar os heroísmos e os desfalecimentos dessa desesperada ascensão para a luz.

Para dizer tão sublime conflito – ele criou o verbo mais poderoso e mais belo que jamais, creio eu, encantou ouvidos humanos. A língua polida e sóbria de Ronsard, de Racine, de Voltaire, admiravelmente trabalhada para exprimir sentimentos medianos e equilibrados, e por isso perfeita como Instrumento de crítica – seria inteiramente impotente para essa esforçada epopeia. Teve por isso de construir outra linguagem que pudesse traduzir todo o homem, toda a Natureza, nos seus mais adversos extremos, desde o bestial ao divino: tão fina, delicada e transparente, que nela pudesse transmitir-se, sem se evaporar, o aroma de uma simples flor silvestre; tão forte e resplandecente que, através dela, ganhassem brilho e força o diamante e o ouro; tão dúctil, penetrante, transcendente que pudesse modelar o invisível e *dizer o indizível*. Hugo *disse o indizível*, desde o esparsos cismar dos olhos azuis de uma criança, até às cordas do vento que varrem o mar da Mancha... Por isso, quando considero esta assombrosa epopeia, agitando a mais alta questão que se pode levantar ante os homens, e cantada, ao som da lira de mil cordas, numa língua como jamais houve outra na Terra – parece-me que os meus amigos queridos exageram, dizendo que este homem que assim falou era um «papalvo genial» e um «Sileno borracho de ênfase...»

Sim, decerto, Hugo não tem simplicidade, nem ironia. Divaga às vezes acerca de uma árvore, ou sobre o canto musgoso de um muro, com o clamor e o estonteamento de um profeta. É porque Hugo, como todos os profetas, vive na chama de uma ideia única – a peleja veemente do Homem e do Fado. Ela é a companheira espectral da sua vida: surge-lhe de repente de trás das coisas mais singelas, solicitando-lhe a comisseração ou a ira: – e, assim, na ramagem que geme sacudida pela tormenta, ele sente logo as lamentações de uma multidão oprimida, e não pode debruçar-se sobre um berço adormecido, sem que tanta paz lhe recorde as violências que revolvem o Mundo. E falta também a Hugo a ironia: testemunha dessa contenda de que o seu olho de vidente julga surpreender a cada instante os invisíveis e terríveis episódios, ele permanece num perpétuo estado de vibração trágica – em que se não poderia jamais produzir a ironia.

Esta ausência de ironia faz decerto cair o grande poeta em grandes fraquezas, não sendo delas a menor esse pavor misturado de adoração que lhe inspira o Universo – e que nos parece, a nós, tão anticientífico. Nenhum de nós, com efeito, que fizemos com honra o nosso exame de *introdução aos três remos*, imaginaria, jamais que nas fibras da ortiga, que Hugo tão grandiosamente e espavoridamente invectiva nas «Contemplations», se debate presa, e para sempre eriçada de cólera, a alma negra de Judas. Nós, infinitamente mais instruídos, conhecemos, graças a Deus, a honesta natureza da ortiga – e estamos ao facto de que Judas foi apenas talvez um patriota exaltado e insofrido. Encontrando aos pés uma pedra, nós não ficamos num tremor de emoção, a interpelá-la em violentas estrofes, à espera que uma voz de dentro responda revelando o inefável mistério: homens positivos, as pedras utilizamo-las para levantar mais o nosso muro ou apedrejar mais o nosso semelhante. Mas um alto espírito poético que, num perpétuo arranque, quer penetrar para além do mensurável e do tangível, decifrar a pedra e tocar no segredo das coisas – se não produz verdades que a ciência possa registar, sobe, mais que nenhum outro espírito, até às proximidades desse ideal a que nós damos, por convenção, o nome tradicional e teológico de «Deus»... E se esse

ansioso esforço para *chegar à beira de Deus*, como diz Proudhon, não faz que a terra nos dê mais frutos, nem que decresçam as dores humanas – promove uma alta educação espiritual, levanta os corações, eleva da pesada materialidade para as formas mais belas e mais puras do pensar e do sentir e dá docemente à vida não sei que gosto divino... Hugo é de todos os poetas aquele que no seu ardente idealismo mais *chegou à beira de Deus*.

Esse soluço agitado que arfa através de toda a obra de Hugo parece tirar-lhe a superior serenidade – que é a beleza soberana da arte. Mas serenidade não é indiferença. Nada havia mais sereno (se você me permite esta livre comparação) que Minerva, padroeira de Atenas; e todavia, como você sabe, ela ingeria-se nas contendas dos povos, arreplava os cabelos dos heróis, e bateu-se furiosamente, armada de diamante, em Salamina e em Plateia. A sua imortal serenidade consistia em que todas as suas acções de deusa concorriam, em uma bela harmonia, para um fim justo e belo – a independência e a glória de Atenas, o vitorioso aperfeiçoamento da sua raça formosa, a pacífica eflorescência do seu génio equilibrado, a concertada majestade da sua república – perfeita de formas como o frontão de um templo. Assim sucede com a musa de Hugo: couraçada de ouro, ei-la que trespassa de flecha os opressores, geme sem fim sobre os vencidos, perturba toda a Natureza, revolve toda a História; mas este aparente delírio tende a um fim de excelsa serenidade – a concórdia universal, a resgatadora igualdade, o reino imperecível da Justiça... E este paraíso prometido pelo poeta, distante como está, banha toda a sua obra de uma imortal claridade – que é a essência da serenidade. E a alta beleza da obra de Hugo está justamente neste forte optimismo, esta grandiosa fé no Homem, a certeza radiante de que ele triunfará das fatalidades e dos cativos.

O que apenas destoa talvez – é o excessivo papel que ele dá à França no libertamento definitivo da humanidade.

Decerto, educado por Hugo, eu creio piedosamente no messianismo da França. Ninguém mais do que a França tem contribuído para fazer do rude bárbaro do século Vi O homem culto do século XIX. Ela possui no mais puro grau essas divinas qualidades espirituais *de doçura e luz*, que são os mais penetrantes agentes da educação humana. Ninguém como ela deu ao mundo a grande lição da igualdade; e a igualdade é decerto a maior evidência de civilização. Mas, mesmo amando-se a França, não é possível aceitá-la, tal como Hugo a concebia, e como a pintou em versos bem conhecidos – coberta de ouro e de sinopla, vindo a combater só em campo o grande combate, seguida submissamente por um leão familiar, que é Deus. A criação do paraíso humano, se ela é de todo realizável, não será obra exclusiva da França armada trazendo Deus atrás, como um molosso de batalha; – mas será obra colectiva de nós todos, Latinos e Saxónios, que pertencemos a essa nação brilhante de claridade, sem fronteiras e sem capital, que se chama o Espírito...

Em todo o caso foi este messianismo da França, sem cessar e esplendidamente cantado aos ouvidos franceses como um acto de esperança, que tornou Hugo tão prodigiosamente amado da França; além da necessidade que a França teve. depois da derrota de 1870, de opor à supremacia política da Alemanha uma supremacia intelectual, encarnada, como pedia o instinto latino, não em uma classe, mas em um herói. De resto, é Hugo perfeitamente um francês, um gaulês? Antes me parece às vezes celta e teutónico. O seu génio sombrio; a sua visão descomunal; o seu inquieto espiritualismo; esse esplendor de linguagem que torna as suas ideias difíceis de circulação. porque em vez dessa ligeireza da medalha, que dá às ideias francesas a sua facilidade de transmissão, elas oferecem a pesada complicação de um monumento – tudo isso se me afigura estar em contraste com o espírito francês definido, sóbrio, exacto, regrado, claro, terso e positivo.

Ele mesmo diz algures que *Hugo* é um nome saxónio. Pelo pai pertence aos Vosgos, terra de gente tenaz; daí herdou talvez o seu férreo heroísmo de vontade. Pela mãe era da Bretanha, o reino poético das sete florestas, a mais bela das quais, a de Broceliande, pertencia de direito às fadas: daí tirou talvez a sua vasta e umbrosa imaginação. No fundo todavia é bem francês, e tem as duas qualidades latinas – ordem e luz. Há simetria no seu delírio; e as suas mais violentas concepções são repassadas de luminosidade interior.

Uma grandeza de Hugo, bem francesa, é a sua larga demência, a sua infinita piedade pelos fracos e pelos pequenos... E nisto a sua ascendência pesou consideravelmente sobre o século. Hugo decerto não inventou a misericórdia; mas popularizou-a. No próprio Evangelho, ainda há muita cólera: Jesus tem palavras inexoráveis de condenação e de castigo. Hugo, sobretudo na sua velhice, tinha chegado a um tal estado de «piedade suprema» – que perdoava mesmo aos tiranos, aos ferozes exterminadores de povos, aos monstros. E a sua justificação de Torquemada, que queimava por amor, para purificar a criatura e dar-lhe a troco de uma angústia fugitiva a bem-aventurança eterna, constitui, além de uma obra de arte incomparável, o ponto culminante da excelência moral de Hugo. Ele deu um profundo abalo de compaixão à alma humana: a filantropia, que é a aurora confusa e vaga do socialismo, coincide como prática social, com a sua predicação lírica da bondade. O seu nobre clamor pelos fracos, penetrando as almas, terá uma acção nos códigos: – e, porque um poeta cantou, o Mundo torna-se melhor.

Por uma razão paralela eu considero como eminentemente fecunda a acção política de Hugo. No seu tempo, Hugo não era um homem de Estado como Turgot: Hugo é o bardo da democracia. A ele não compete organizá-la; compete anunciá-la. Ele prega, num radiante lirismo, o advento do Reino do Homem; e a sua voz ritmada chama a ele as multidões. As instintivas massas humanas não se movem senão pela imaginação e pelo sentimento: a lógica persuade o homem culto, mas não converte o simples. Um apelo à Liberdade e à Justiça, feito em estrofes que seduzem como as antigas «vozes do Céu», arrebatava turbas que longos volumes de filosofia deixariam indiferentes. Quando se quer fazer marchar um regimento não se lhe explica, com a subtilidade de um protocolo, os motivos que levam à guerra; desdobra-se uma bandeira, faz-se soar um clarim, e o regimento arremete. O cristianismo foi feito assim, com imagens, com parábolas, com *declamações*. Todavia no tempo de Jesus, antes dele, houvera homens como Hillel, Schammaï e o nobre Gamaliel, cujas prédicas continham já todas as sementes do cristianismo. Mas quê! eram doutores, argumentadores, políticos, homens práticos. Ninguém os escutou. Surge um inspirado, lá do fundo da Galileia, que vem falando vagamente de piedade, de amor, de fraternidade e do Reino delicioso de Deus – e o Mundo, maravilhado, deixa os velhos cultos e as velhas religiões e vai atrás dele, preso para sempre. São os hinos que fazem as revoluções: – e não conceder influência social a Hugo porque ele não escreveu como Stuart Mill, parece-me não querer perceber que em todos os movimentos sociais o mais poderoso agente é o sentimento, e que tão benemérito é da democracia aquele que a exalta nos seus cantos, como aquele que, legislando, a torna depois estável e forte.

Esta carta, caro amigo, começada para lhe recusar, como inúteis e pouco originais, as minhas impressões de sectário, vai descaindo numa infundável jaculatória ao altíssimo Poeta. E ao terminar, recordando esta imensa obra, tão espalhada glória, pergunto o que ficará, daqui a séculos, de Vítor Hugo? Talvez apenas o nome – como ficaram o de Homero, o de Ésquilo, o de Dante. Com o longo volver dos tempos, os nobres génios que fizeram vibrar mais fortemente a alma do seu tempo, passam pouco a pouco a ser apenas – o estudo dos comentadores. Profeta popular outrora, aclamado nas

praças – hoje in-fólio de biblioteca, a que só a alta erudição sacode o pó. Quem lê hoje Homero? Quem lê Dante? Qual de vós, qual de nós, leu a «Odisseia» e «Os Sete diante de Tebas», e Sófocles, e Tácito, e o «Purgatório», e os dramas históricos de Shakespeare, e até Voltaire, e até Camões? Decerto, têm-se opiniões sobre o «nosso estilo de Tácito», e a «ironia de Aristófanes»; mas essas sentenças transmitem-se, já feitas, para uso da eloquência, um pouco apagadas e cheias de verdete, como os patacos que vão de mão em mão. Cita-se Virgílio – mas lê-se Daudet.

Apenas aos vinte anos, ao entrar para uma universidade, no começo de uma carreira de letras, se abre aqui e além esses que chamamos «os clássicos», e se percorre distraidamente algum episódio mais famoso – como o de «Francesca de Rimini» ou uma arenga do «Cid». Depois, só se torna a encontrar o grande poema ou o grande drama mais tarde, numa sala, sobre a mesa, com ilustrações de um Doré, uma encadernação tão dourada como a caixa de uma múmia egípcia, e servindo de ornamento, ao lado de um cofre de marfim, ou de rosas frescas num vaso da China. A «Divina Comédia», o «D. Quixote», a «Ilíada», são hoje, a não ser para os comentadores, ou para espíritos requintadamente literários – volumes decorativos. A multidão conhece apenas «Hamlet» por o ver constantemente em oleografias, vestido de negro, entre a neve de um cemitério, com a caveira de Iorque na mão. E Fausto escaparia da nossa memória – se não se apresentasse todas as noites diante dos lustres, a contar-nos, ao som dos violoncelos, os anseios da sua vasta alma, arrançados em árias e em valsas onde se embala o cismar das mulheres.

Todavia, uma coisa fica dos grandes génios: o contorno lendário da sua personalidade. É como um retrato moral que se fixa na imaginação, e que se vai reproduzindo através dos longos tempos: assim perpetuamente vemos Dante nas suas longas vestes fúnebres, lívido e sinistro, e contemplado nas ruas com terror, como aquele que voltou do Inferno. E essa imagem material torna o homem de génio tanto mais amado, quanto ela mais simboliza a atitude moral que o seu espírito tomava no serviço da humanidade: assim veneramos a figura de Voltaire, que invariavelmente nos aparece na sua poltrona em Ferney, soltando de lábios que *sorriem sempre*, e que já não podemos conceber *senão a sorrir*, esses epigramas que iam gerir mortalmente no flanco a velha sociedade.

Por isso eu. suponho que, daqui a quinhentos anos, apenas se saberá o nome de Hugo. A mocidade, nas suas primeiras curiosidades literárias, lerá uma ou outra das suas poesias líricas; só confusamente se conhecerá quem era Jean Valjean ou Triboulet.

Mas a sua personalidade será sempre lembrada: e eternamente será visto, em infinita glória, como ele mais Impressionou o seu século – não pacífico e ancestral, cercado da idolatria de Paris, mas longe, na sua ilha de Guernesey, sombrio e agitado, lançando imprecações contra os tiranos, defendendo todos os oprimidos, e por sobre o rumor do mar falando aos homens, esplendidamente, de Piedade, de Paz, de Fraternidade, de Liberdade e de Perdão.

De V.
colega e amigo,
Eça de Queirós

TRÊS PREFÁCIOS

I

PREFÁCIO DOS AZULEJOS DO CONDE DE ARNOSO

Meu caro Bernardo: – Nos tempos em que Voltaire, já depois de «Candide», mesmo já depois da «Pucelle», st contentava com cem leitores – tempos que nos devem parecer bem incultos, neste ano da Graça e de voraz leitura em que o «Petit Journal» tira oitocentos mil números, e «Germinal» é traduzido em sete línguas para que o bendigam sete povos – esses cem homens que liam e que satisfaziam Voltaire, eram tratados pelos escritores com um cerimonial e uma adulação, que se usavam somente para com os príncipes de sangue e as favoritas. Em verdade o leitor de então, «o amigo leitor», pertencia sempre aos altos corpos do Estado: o alfabeto ainda se não tinha democratizado: quase apenas sabiam ler as Academias, alguns da nobreza, os Paramentos, e Frederico, rei da Prússia: e naturalmente o homem de letras, mesmo quando fosse um poeta parasita do melancólico tipo de Nicolau Tolentino, ao entrar em relações com esse leitor de grandes maneiras, emplumado, vestido talvez de arminho, empregava todas as formas e todas as graças do respeito e punha sempre, genuínos ou fingidos, os punhos de renda de Mr. de Buffon.

Mas esta cortesia, em que havia emoção, provinha sobretudo de que o escritor, há cem anos, dirigia-se particularmente a uma pessoa de saber e de gosto; amiga da eloquência e da tragédia, que ocupava os seus ócios luxuosos a ler, e que se chamava «o Leitor»: e hoje dirige-se esparsamente a uma multidão azafamada e tosca que se chama «o público».

Esta expressão, «a leitura», há cem anos, sugeria logo a imagem de uma livraria silenciosa, com bustos de Platão e de Séneca, uma ampla poltrona almofadada, uma janela aberta sobre os aromas de um jardim: e neste retiro austero de paz estudiosa, um homem fino, erudito, saboreando linha a linha o *seu livro*, num recolhimento quase amoroso. A ideia de leitura, hoje, lembra apenas uma turba folheando páginas à pressa, no rumor de uma praça.

Ora quando este leitor, douto, agudo, amável, bem empoado, intimo das idades clássicas, recebia o escritor na sua solidão letrada – o escritor necessitava apresentar-se com reverência, e *modestement courbé*, como recomenda Beaumarchais. É um homem culto que vai a casa de outro homem culto – e esse encontro está regulado por uma etiqueta tradicional e graciosa.

Nem o filósofo que vem submeter um sistema, nem o poeta laureado no «Mercúrio Galante» que traz a sua ode, nem Chénier com as suas tragédias, nem Massilou com os seus sermões, nem os rígidos, nem os ligeiros, nenhum por mais ilustre irrompia bruscamente na atenção do leitor, sem espera e sem mesura, como se entra num pátio público. Tinha de haver uma apresentação condigna, solene, copiosa; e isso passava-se nesse pedaço de prosa em tipo largo, com citações latinas, que se chamava o «Prefácio». Aí, o autor *modestement courbé*, diante do leitor acolhedor e risonho, falava com prolixidade de si, das suas Intenções, da sua obra, da sua saúde; dizia-lhe doçuras, chamava-lhe *pio*, *perspicaz*, *benévolo*: justificava os seus métodos, citava as suas autoridades: se era novo, mostrava, corando, a sua inexperiência em botão: se era velho, despedia-se do leitor à maneira de Boileau, numa pompa triste, como da borda de um túmulo. Trocadas estas cortesias não se entrava logo secamente nas ideias ou nos factos: se o livro era de versos, o poeta, tendo o leitor ao seu lado,

balançava o incensador e fazia uma invocação aos deuses como nos degraus de um santuário; se era tratado, de moral ou história, havia no limiar do capítulo I, para que o escritor e o leitor repousassem, um pórtico de considerações gerais, dispostas com simetria à maneira de colunas de puro mármore, onde se enrolavam, em festões, flores de linguagem, viçosas ou meio murchas. Depois o autor ia levando o leitor pela mão através da sua obra como através de um jardim que se mostra, percorrendo com gosto as áleas mais enfeitadas de erudição, parando por vezes a conversar docemente à sombra de um pensamento frondoso. Assim se formava entre ambos uma enternecida intimidade espiritual. O leitor possuía no homem de letras um companheiro de solidão, de um encanto sempre renovado. O autor encontrava no leitor uma atenção demorada, fiel, crente: como filósofo tinha nele um discípulo, como poeta um confidente.

Depois, numa manhã de Julho, tomou-se a Bastilha. Tudo se revolveu: e mil novidades violentas surgiram, alterando a configuração moral da Terra. Veio a democracia: fez-se a iluminação a gás: assomou a instrução gratuita e obrigatória; instalaram-se as máquinas Marinoni que imprimem cem mil jornais por hora: vieram os clubes, o romantismo, a política, a liberdade e a fototipia. Tudo se começou a fazer por meio de vapor e de rodas dentadas – e para as grandes massas. Essa cousa tão maravilhosa, de um mecanismo tão delicado, chamada o *indivíduo*, desapareceu; e começaram a mover-se as multidões, governadas por um instinto, por um interesse ou por um entusiasmo. Foi então que se sumiu o leitor, o antigo leitor, discípulo e confidente, sentado longe dos ruídos incultos sob o claro busto de Minerva, o leitor amigo, com quem se conversava deliciosamente em longos, loquazes «Proémios»: e em lugar dele o homem de letras viu diante de si a turba que se chama o *público*, que lê alto e à pressa no rumor das ruas.

As maneiras do escritor para com estes cem mil cidadãos que estendiam tumultuosamente a mão para o livro – não podiam ser selectas e polidas, como as que tinha para com o leitor clássico que lhe abria, sorrindo e já atento, a porta da sua intimidade erudita. Para descer à praça do público não eram necessários os punhos de renda de Mr. de Buffon, como para penetrar na livraria do leitor amigo – onde o escritor ia encontrar Cícero e Aristóteles vestidos, de marroquim e ouro.

Imediatamente deixou de haver essa amável e conversadora apresentação que se chamava o «Proêmio»: nunca mais o homem de Letras desfiou ao leitor os seus motivos para discorrer ou cantar, pedindo-lhe com humildade um lugar na estante. Agora, finda a obra, o escritor, ainda suado e com o jaquetão de trabalho, atira-a para a rua brutalmente. A obra já não é a sábia composição, feita pelos ditames das artes poéticas, para ser agasalhada e encadernada por Mecenas. Ideia ou imagem, deve ser cousa viva – e como tal se arremessa ao redemoinho da vida, para ir rolar com ela, sob o pleno sol.

Assim se tornou inútil a carícia adúladora com que no antigo régimen se atraía, se prendia o leitor. Já não se conversa intimamente com ele, caminhando ao seu lado, através de páginas galantes ou solenes. O historiador, o romancista, que hoje interrompesse o correr das suas deduções, para dar um jeito aos punhos de rendas e dizer: «Nota tu, leitor amigo...», seria considerado um intolerável caturra das idades caducas. O leitor deixou de ser uma pessoa a quem se fala isoladamente e com o tricórnio na mão: e o escritor tornou-se tão impessoal como ele. Não são individualidades cultas comunicando; são duas substâncias difusas que se penetram, como a luz quando atravessa o ar.

Todavia ainda hoje há escritores que, seduzidos pela graça nobre das maneiras clássicas, quando procuram o público com um livro amorosamente trabalhado, querem pôr nesse encontro as formas aparatosas da etiqueta de outrora. São aqueles, sobretudo, que, escrevendo delicadamente e para delicados, contam apenas com o leitor dos velhos

tempos – que já não usa decerto espadim, nem cita finamente Horácio, sacudindo o rapé dos bofes de rendas, mas possui todas as finuras novas do novo gosto, e agasalha e encaderna os estilistas, os parnasian9s, os femininos, os Coppée, os Daudet, os Verlaine, com o carinho religioso com que os mecenas da época de Boileau encadernavam e reliam Tácito e Catulo.

Tu és desses: a grossa turba assusta-te um pouco, com a sua desatenção ruidosa: e confias sobretudo nesse leitor perfeito. amador raro das lindas flores modernas de fantasia e de estilo. Mas sabes como ele ama as praxes graciosas que enobreciam a vida antes da tomada da Bastilha: e nem por um lugar no Céu. entre Santo Hilário e Santo Hilarião, tu o quererias ofender, irrompendo bruscamente e democraticamente na sua atenção preciosa. Por isso desejas levar ao teu lado alguém, já mais familiar com ele, que lhe diga, seguindo as boas tradições dos saudosos proémios, *modestement courbé* – «Leitor pio, benévolo e amigo, aqui te apresento...» E sou eu que tu escolhes para esta gentil cerimónia, perfumada de arcaísmo, entre os teus amigos «simples fazedores de livros», como dizia altivamente o velho Carlyle.

Eu aqui estou, amigo. Mas receio que te suceda como aquele cavaleiro de balada, de quem eu li a história num velho in-fólio espanhol, onde ela aparecia, conceituosa e florida, para ilustrar *los peligros de las malas compañías*. Este moço, heróico e cândido, resolvera por um desses motivos de crença, de guerra ou de amor, que eram os únicos que então dirigiam as acções humanas, ir ofertar a sua grande espada a uma Nossa Senhora, cuja clara ermidinha, num pendor de serra, entre murmuroso arvoredado, era como uma fonte espiritual donde perenemente corriam os misericordiosos milagres.

Tinha este poético moço um amigo, que, nesses ardentes tempos de Santa Teresa, de S. João da Cruz e de *la Caballeria a lo divino*, era secretamente, sob a sua cota de malha, um ateu – como se já lesse todas as noites no seu alcáçar, à luz radical do *petroline*, o «Rappel» e o «Intransigent»! Como este incrédulo, chapeado de ferro, conhecia bem os trilhos da montanha, quis o devotíssimo cavaleiro que ele o acompanhasse na sua bucólica romagem. E mal suspeitava o ingénuo herói que, enquanto ele subia, com um alvoroço piedoso, esses caminhos um pouco íngremes como os da Fé, o seu camarada ia ao lado lamentando amargamente que uma tão boa espada, de golpe tão forte, de tão bela linhagem, forjada em Toledo por mestre Francisco Roiz, nata de espadeiros, ficasse daí por diante a enferrujar-se aos pés de uma Senhora – que era apenas um tosco pedaço de madeira, com dois olhos de vidro, e um pouco de cetim por cima, bordado de lantejoulas... E sabes o que sucedeu? Que apenas o cavaleiro, de joelhos, e murmurando a *Ave Reyna de Gracia*, colocou junto à imagem a lâmina puríssima – a imagem baixou severamente os olhos, e repeliu a espada com o pé justiceiro e doce que ao mesmo tempo esmaga a serpente e acaricia a Terra. A folha de aço estreme de mestre Francisco Roiz fez-se em pedaços negros, da cor do tição, que é a cor do Demónio: e sobre a selva, cheia de gorjeios e aromas, espalhou-se uma escuridão – como se a luz que a dourava se tivesse recolhido toda sob as pestanas cerradas da Senhora ofendida! Ai de mim, porque não escolhera o beato moço, para seu companheiro, algum padre íntimo do Céu, ou um escudeiro lealdoso e bom rezador do seu rosário? A imagem era espanhola, portanto impressionável; e vendo o cavaleiro e a sua espada escoltados por um céptico, que orgulhosamente pensava que não haveria santos se não houvesse santeiros, logo inconsideradamente se regulou pelo adágio que é de Espanha e de outras terras: *Dime con quien irás, te diré lo que pensarás!*

Esta história, como todas aquelas em que aparecem santos e cavaleiros, encerra fecunda lição. E não receias tu, amigo, que, à semelhança daquela Senhora espanhola, os espíritos tímidos, para quem escreveste tão acariciadoramente os teus «Azulejos», baixem os olhos e rejeitem o livro gracioso, ao ver que o vem acompanhando por estes

brejos da publicidade um Infiel, um renegado do idealismo, um servente da rude verdade, um desses ilegíveis, de gostos suínos que foçam gulosamente no lixo social, que se chamam «naturalistas» e que têm a alcunha de «realistas»? *Dime con quien irás, hijo mio, te diré lo que pensarás*. Não receias que te julguem também um «realista»?

Não temes que o teu livro, flor de literatura, casta de aroma e de cor, seja tratado como um desses frutos podres que ama o naturalismo? Frutos medonhos que têm depravado o paladar das multidões, a um ponto que só eles apeteçam e só eles se vendem, e já ninguém vai feirar aos gigos onde vermelham os frescos morangos acabados de colher no morangal do romantismo!

Ah! se a nossa amada Lisboa, velha criada de abade que se arrebeca à francesa, tivesse já compreendido o que, neste ano da Graça de 86, já largamente compreendeu a aldeia da Carpentras, famosa pela sua caturrice – que o naturalismo consiste apenas em pintar a tua rua como ela é na *sua realidade* e não como tu a poderias idear na *tua* imaginação – seria honrar o teu livro suspeitá-lo de naturalismo! Obra naturalista significaria então, para a nossa bondosa Lisboa – obra observada e não sonhada; obra modelada sobre as formas da Natureza, não recortada sobre moldes de papel; obra pousada nas eternas bases da vida, e não nesse monturo mole, feito de sentimentalismo bolorento e de cascalho de retórica, que ainda atravanca um canto da arte, e onde se vê ainda, por vezes, brotar uma florzinha triste e melada que pende e que cheira a mofo.

Mas como tu sabes, amigo, nesta capital do nosso reino permanece a opinião cimentada a pedra e cal, entre leigos e entre letrados, que naturalismo, ou, como a capital diz, realismo – é *grosseria e suidade*! Não tens tu reparado que, quando um jornalista, copiando no seu jornal com pena hábil a parte de polícia, que é o *roastbeef* da imprensa, menciona um bruto que proferiu palavras imundas, nunca deixa de lhe chamar com uma ironia cujo brilho raro o enche de justo orgulho – *discípulo de Zola*? Não tens notado que nos periódicos, quando se quer definir uma maneira especial de ser torpe, se emprega esta expressão consagrada – à *Zola*? Não tens tu visto que, ao descrever um caso sórdido ou bestial, o homem de gazeta acrescenta sempre, com um desdém grandioso: «Para contar bem como todo se passou precisávamos saber manejar a pena de *Zola*»? Assim é, assim é! Estranha maravilha da asneira! O nome do épico genial de «*Germinal*» e da «*Oeuvre*» serve para simbolizar tudo que, em actos e palavras, é grosseiro e imundo! Isto passa-se numa terra que na geografia política é uma capita e se chama Lisboa – mas que, na ordem do pensamento e do saber, é um lugarejo sem nome!

Meu Deus, sejamos justos! Também em França, em Inglaterra, há quinze anos, houve a mesma opinião sobre o naturalismo; também gritaram *grosseria, suidade*, os néscios e os malignos, ao aparecerem essas vivas, rijas, fecundas, resplandecentes criações do «*Assomoir*» e de «*Nana*». Somente em França, em Inglaterra, bem depressa os néscios compreenderam (como já muito bem tinham compreendido os malignos) que se não tratava de uma literatura expressamente libertina, filha de Bocaccio, de Brantôme e de Piron, especulando com o vício e fazendo dinheiro com ele – como paralelamente o sr. Ulbach e outros pudicos piores procuram judiciosamente acumular pecúnia, fabricando correctos quadros de virtude para uso dos colégios de meninas: mas que se estava em presença de uma larga e poderosa arte, fazendo um profundo e subtil inquérito a toda a sociedade e a toda a vida contemporânea, pintando-lhe cruamente e sinceramente o feio e o mau, e não podendo, na sua santa missão de verdade, ocultar detalhe nenhum por mais torpe, como, na sua científica necessidade de exactidão, um livro de fisiologia não pode omitir o estudo de nenhuma função e de nenhum órgão. Ora esta nobre arte não julga dever mutilar a realidade ou falseá-la, comprometendo assim o seu grandioso fim moral, só porque poderia fazer corar as meninas – as meninas que

segundo nos revelou ultimamente o castíssimo e idealíssimo Feuillet, conhecedor perfeito dos costumes da virgindade, quando estão juntas, todas de branco, num canto de sala, têm conversas *qui feraient rougir un singe*, que fariam corar um macaco! E em verdade vos digo, oh meus concidadãos, o macaco é desde Plínio considerado como a mais impudente, a mais obscena das criaturas que saíram das mãos inesgotáveis do Senhor!

Mas a nossa terra, amigo, nunca assim o compreendera. Para ela naturalismo é cousa suja – e cousa suja ficará. Desde que nós, Portugueses, laboriosamente conseguimos arranjar uma ideia dentro do crânio – a nossa preguiça intelectual, o nosso desleixo, este fundo de desdenhosa indiferença que todos os meridionais têm pelas ideias e pelas mulheres, impede-nos de lhe mexer, de a tirar do seu canto, onde ela fica ganhando bolor em tranquilidade e para sempre. Em literatura, em costumes, em política e no fabrico do chinelo de ourelo, nós estamos vivendo e estamos morrendo deste obtuso, viscoso aferro ao vago das primeiras impressões. Seria inútil ir explicar, em berros, por uma tuba de bronze, aos ouvidos da nossa suave Lisboa, acorada à beira do Tejo a ver correr a água – o que significa naturalismo. Depois de estoirmos o peito a bramar-lhe que ele não se filia no marquês de Sade, que não é *grosseria* nem *sujidade*, e que vem de Homero, através de Shakespeare e de Molière, a deleitosa cidade, leiga ou letrada, desviaria da corrente o olho lento, e murmuraria com aquela voz pachorrenta e bonachã que é tão sua: – «O naturalismo? Está falando do naturalismo? Bem sei, é *grosseria e sujidade...*»

Assim ela é, docemente cabeçuda. O que não impede que se arremesse com voracidade sobre todas essas «Nanas», esses «Pot-Bouilles», brochados de amarelo, que declarou grosseiros e sujos! E a ponto que não tolera, e deixa cobrirem-se de bolor nas livrarias, os biscoitos inofensivos que os mestres lhe cozinham com a pura farinha do idealismo. Não lhes pega! Quer lodo, que ela condena nas saías, decotada e austera.

De tal sorte, que assistimos a esta cousa pavorosa. Os discípulos do idealismo, para não serem de todo esquecidos, agacham-se melancolicamente e, com lágrimas represas, besuntam-se também de lodo! Sim, amigo, estes homens puros, vestidos de linho puro, que tão indignamente nos arguíram de chafurdarmos num lameiro, vêm agora pé ante pé enlambuzar-se com a nossa lama! Depois, erguendo bem alto as capas dos seus livros, onde escreveram em grossas letras este letreiro – «romance realista» – parece dizerem ao público, com um sorriso triste na face mascarada: – «Olhem também para nos, leiam-nos também a nós... Acreditem que também somos muitíssimo grosseiros, e que também somos muitíssimo sujos!»

Todavia há ainda nesta terra espíritos escrupulosos e tímidos que, considerando ingenuamente os livros naturalistas como imundícies in-octavo, os repelem com um desdém que é pueril e sincero, cómico, mas honroso. E para esses se torna necessário ir já gritando pela serra acima – que o teu livro, apesar de acompanhado por um desses esgaravadores de verdades que foçam nos monturos humanos, longe de ser um dos frutos podres que ama o naturalismo, é uma flor bem viçosa, bem graciosa, bem aromática! Mas preciso também dizer aos espíritos mais numerosos, e superiores, que detestam flores de papel – que o naturalismo aceita a tua flor como sua, por ser natural, forte de seiva, com seguras raízes no solo da Natureza.

Tu puseste ao livro amável o nome de «Azulejos» – nome claro, alegre, lustroso e bem meridional!... Ele exprime, gentilmente, a natureza dos teus contos, que oferecem cada um o desenho vivo e curto de um bocado da vida real, entrevisto, fixado ligeiramente, na primeira frescura da emoção. Decerto te foi sugerido por esses revestimentos de azulejos que tanto alindam as paredes de conventos, de velhas vivendas de campo, e onde se vêem, dentro de uma bordadura ingénua de folhagens de

acanto, num debuxo azul e nítido, cenas concisas da vida activa – uma caçada com lanças, uma comitiva de fidalgos viajando, barcos à vela descendo um rio, frades em recreio sob as árvores de uma cerca... Assim, tu traças nos teus «Azulejos» breves esboços da vida interior e afectiva: é aqui a história discreta de uma paixão romanesca, dessas que encheram de lágrimas o começo do século, no tempo dos brasões, dos mosteiros e das xácaras; é a ternura singela e absoluta de uma pobre costureira, rosa meio murcha de água-furtada, que o primeiro sopro da realidade inclemente faz tombar de todo esfolhada: é uma devoção de pai, religiosa e simples, toda perfumada dessas crenças de aldeia, que são fumo, como o fumo das lareiras, mas como ele revelam o descanso, a paz íntima, a alma aconchegada e contente na sua fé: é a «Guitarra do Brás», gemendo pelas tabernas a sentimentalidade doentia e viciosa dos bairros de fábricas... E todos estes quadros são *azulejos*, verdadeiramente tratados à maneira dos *azulejos* de louça num corredor de mosteiro: não há neles nada de duro, de opaco, de empastado: são fáceis e límpidos: têm a precisão fina e graciosa de um contorno azul sobre um fundo branco.

E o que me agrada no teu livro é esta maneira fugitiva, alada, acariciadora, de pintar as cousas em *azul e branco*. Revelas-te, assim, um delicado. Sem te ser estranha a essência da vida e da realidade, não parece estar no teu gosto, no teu temperamento, talvez, ir revolvê-la até ao âmago com a curiosidade áspera da paixão. A tua pena roça simplesmente os contornos da Natureza, marcando-os com um traço macio e ténue. Não escava para baixo, onde está a hulha e o ouro. Compreendes bem a utilidade e a beleza de descer até às sombrias entranhas da vida, a surpreender a palpitação que tudo determina; mas achas, com razão, mais atractivos em ficar à superfície, onde os jasmins florescem e cantam os melros.

O filho mais moço do desleixado Augias, que era também um artista em faiança, foi o único a dar o vinho da boa acolhida e aplaudir Hércules, quando ele chegou para limpar as pavorosas cavaliças do rei seu pai. Mas apenas o sereno herói, pondo a um canto a sua dava, partiu a afrontar as seculares imundícies, o filho de Augias refugiou-se na mais alta torre onde não pudesse perceber o sobre-humano trabalho de Alcides, nem sentisse os cheiros que dele se iam exalar: e aí, graciosamente, começou a pintar num vaso uma cavaliça, mas toda de jaspe e de ouro, onde estavam presos, fulvos e cor de aurora, os quatro cavalos de Febo. Assim tu, compreendendo a grandeza magnânima de quem remexe lodos e detritos para purificar o ar de um reino, achas todavia mais doce ficar a espalhar cores num vaso, vendo brilhar por entre os esteios da vinha o azul do mar da Helénia. Bem fazes tu! Colhes apenas a flor das cousas que pode ser roxa e melancólica ou amarela e festiva, mas é sempre uma flor; enquanto nós nos dobramos a analisar cientificamente as raízes que são negras, que são feias, e vêm sujas da terra rude em que mergulham e sugam.

Para fixar esses bocados de vida real. entrevistos e pressentidos, tens uma forma excelente, toda de naturalidade e de transparência. Falta-te decerto esse relevo crespo, intensamente lavrado, que em França tanto surpreende e agrada modernamente, e onde se trai o doloroso esforço do artista, numa ânsia de originalidade, gemendo e empalidecendo sobre o seu buril. Ainda bem! Foi essa forma francesa (de que os Goncourts lançaram a semente imprudente, e de que os parnasianos em prosa e verso produziram as flores extremas, frias e brilhantes como labores de joalheria) que, desembarcada, num dia desastroso, de um pacote de França, e logo macaqueada sem senso e sem gosto, originou entre nós esses estilos grotescos e insensatos que infestam toda a obra escrita da geração nova, desde o relatório até ao madrigal; estilos disparatados, pícaros, reles. eles lembram a incoerência de quem baralha palavras no tresvariar de uma febre, e lembram a pelintrice de quem, numa vila sertaneja, arvora

gravatas de veludo verde-gaio julgando reproduzir «Os requintes de Paris»; – e assim dão o horror inesperado e arrepiador de uma cousa que é ao mesmo tempo delirante e pulha!

A tua simplicidade, Deus louvado, é fluida e correcta: e possuis assim a melhor maneira na arte do conto, com essa meia-tinta, essa aguada límpida, que não empasta e deixa ver até ao fundo diafanamente.

No conto tudo precisa ser apontado num risco leve e sóbrio: das figuras deve-se ver apenas a linha flagrante e definidora que revela e fixa uma personalidade; dos sentimentos apenas o que caiba num olhar, ou numa dessas palavras que escapa dos lábios e traz todo o ser; da paisagem somente os longes, numa cor unida. Tu em boa hora seguiste fielmente esta poética, que é velhíssima, que já vem de Horácio. E isso forma um dos encantos dos teus «Azulejos».

Mas o encanto maior, para mim, está nessa vibrante e fina sensibilidade, meio chorosa e meio risonha, que em cada página palpita. Tu comesças por ter uma emoção triste em presença da vida. Oh, não derramas decerto os prantos obstinados do elegíaco, nem te devasta a desolação do profeta! Bem longe disso! A tua é uma melancolia leve, resignada, como a pode sentir quem, tendo um temperamento simpático às dores humanas, compreende ao mesmo tempo que elas são a parte iniludível, quase necessária, de um mundo em que é delicioso viver. Ora esta fé mundana no encanto da vida mantém desde logo a tua emoção num tom justo: impede-a de cair no *sentimentalismo* e no *sensibilismo*: e é ela que te dá essa ironia, tímida e esbatida, mas bem visível, que paralelamente a uma tristeza doce atravessa os teus contos, corrigindo o teu vago enternecimento de apaixonado com o seu traço de finura crítica.

E assim sensibilizado, vibrando suficientemente para sentir a subtil poesia das coisas; armado de uma ponta de ironia para impedir que as tuas criações se te azulem de todo sob a pena, num impulso de piedade sentimental, e se tornem romanescas e portanto falsas – tu pudeste fazer obra delicada e original, misturando o teu livro de graça poética e de verdade humana. São os teus contos, pois, ainda por este lado, realmente *azulejos*. A cor é azul, e portanto idealizada: mas nessa idealização de tom que pertence à imaginação e ao sonho – as figuras, pela exactidão do desenho, permanecem na realidade e são seguras expressões de vida.

Esta maneira de pintar a verdade, levemente esbatida na névoa dourada e trémula da fantasia, satisfazendo à necessidade de idealismo que todos temos nativamente, e ao mesmo tempo a seca curiosidade do real que nos deram as nossas educações positivas – parece, de resto, a maneira melhor e mais interessante para quem, como tu, nada mais quer nas regiões da arte do que saber de vez em quando, com senso e com gosto, contar uma história, imaginada ou lembrada. Doce ocupação essa, amigo, a de contista, nos vagares de um casto Decâmeron: nela encontrarás um prazer adoravelmente fino e perfeito. A arte, para os que não se enclausuraram todos nela como nos muros de um mosteiro, poetiza singularmente a existência. Se ela é na intimidade uma esposa ciumenta, absorvente e devoradora – mostra-se àqueles que apenas de longe a longe dão com ela um passeio furtivo nos velhos bosques de louro délfico, cheia de graça e de encanto que eleva! Pegar penosamente à rabiça de um arado de ferro, e i-lo empurrando desde a alva ao crepúsculo, por uma gleba ressequida e empedernida, é labor doloroso e que enche o ar de gemidos: é o labor de um Flaubert, erguendo heroicamente palavra a palavra o seu monumento, com uma pena rebelde. Mas, neste mesmo campo, tratar de um canteiro de rosas, na limpidez da tarde, quando há frescura e sombra, é cousa repousante e salutar: e o conto é esta leve flor de arte que se cultiva cantando. Distracção que encerra uma educação: passar o dia, longe da Casa Havanesa e das suas pompas, aperfeiçoando uma frase à buril, recortando uma imagem no tecido alado da

imaginação, colorindo de luz e verde um canto de paisagem – e uma alta lição de gosto que enobrece e afina mais delicadamente todo o ser.

E depois, amigo, a arte oferece-nos a única possibilidade de realizar o mais legítimo desejo da vida – que é não ser apagada de todo pela morte. Agora que o espírito, tendo uma consciência mais segura do universo, se recusa a crer na capciosa promessa das religiões de que ele não acabará inteiramente, e irá ainda, em regiões de azul ou de fogo, continuar a sua existência pelo êxtase ou pela dor – a única esperança que nos resta de não morrermos absolutamente como as couves é a faina, essa imortalidade relativa que só dá a arte.

Só a arte realmente pode dizer aos seus eleitos, com firmeza e certeza: – «Tu não morrerás inteiramente: e mesmo amortalhado, metido entre as tábuas de um caixão, regado de água benta, tu poderás continuar por mim a viver. O teu pensamento, manifestação melhor e mais completa da tua vida, permanecerá intacto, sem que contra ele prevaleçam todos os vermes da terra; e ainda que, fixado definitivamente na tua obra, pareça imobilizado nela como uma múmia nas suas ligas duras, ele terá todavia o supremo sintoma da vida, a renovação e o movimento, porque fará vibrar outros pensamentos e através das criações deles estará perpetuamente criando. Mesmo o teu riso, de um momento, reviverá nos risos que for despertando; e as tuas lágrimas não secarão porque farão correr outras lágrimas. Ficarás para sempre, vivo, para te misturares perpetuamente à vida dos outros; e as mesmas linhas do teu rosto, o teu traje, os teus modos, não morrerão, constantemente rememorados pela curiosidade das gerações. Assim, não desaparecerás nem na tua forma mortal: e serás desses eternos viventes, mais eternos que os deuses, que são os contemporâneos de todas as gerações, e vão sempre marchando no meio da humanidade que marcha, espíritos originais a que se acendem os outros espíritos, para que se não apague o fogo perene da inteligência – iguais a essas quatro ou cinco lâmpadas que leva a grande caravana de Meca, para que a elas se acendam lareiras e tochas, e a caravana possa sempre marchar, orando sempre, e segura.»

E esta promessa, amigo, não é falaz. A arte é tudo porque só ela tem a duração – e tudo o resto é nada! As sociedades, os impérios são varridos da Terra, com os seus costumes, as suas glórias, as suas riquezas: e se não passam da memória fugidia dos homens, se ainda para eles se voltam piedosamente as curiosidades, é porque deles ficou algum vestígio de arte, a coluna tombada de um palácio, ou quatro versos num pergaminho. As religiões só sobrevivem pela arte, só ela torna os deuses verdadeiramente imortais – dando-lhes forma. A divindade só fica absolutamente divina – quando um cinzel de génio a fixa em mármore; inspira-lhe então o grande culto intelectual, que é o único desinteressado e o único consciente; já nada tem a sofrer do livre-exame: entra na serena região dos incontestáveis e só então deixa de ter ateus. O mais austero católico é ainda pagão, como se era em Citera, diante da Vénus de Milo. E a Nossa Senhora do Céu, só tem adorações unânimes e louvores sem contestação, quando é o pincel de Murillo que A ergue sobre o orbe, loura e toucada de estrelas.

A arte é tudo – tudo o resto é nada. Só um livro é capaz de fazer a eternidade de um povo. Leónidas ou Péricles não bastariam para que a velha Grécia ainda vivesse, nova e radiosa, nos nossos espíritos: foi-lhe preciso ter Aristófanes e Ésquilo. Tudo é efémero e oco nas sociedades – sobretudo o que nelas mais nos deslumbra. Podes-me tu dizer quem foram, no tempo de Shakespeare, os grandes banqueiros e as formosas mulheres? Onde estão os sacos de ouro deles e o rolar do seu luxo? Onde estão os claros olhos delas? Onde estão as rosas de York que floriram então? Mas Shakespeare está realmente tão vivo como quando, no estreito tablado do Globe, ele dependurava a lanterna que devia ser a Lua, triste e amorosamente invocada, alumando o jardim dos

Capuletos. Está vivo de uma vida melhor, porque o seu espírito fulge com um sereno e contínuo esplendor, sem que o perturbem mais as humilhantes misérias da carne!

Nada há mais ruidoso, e que mais vivamente se saracoteie com um brilho de lanteroulas – do que a política. Por toda essa antiga Europa real, se vêem multidões de politiquetes e de políticas enflorados, emplumados, atordoadores, cacarejando infernalmente, de crista alta. Mas concebes tu a possibilidade de que daqui a cinquenta anos, quando se estiverem erguendo estátuas a Zola, alguém se lembre dos Ferry, dos Clemenceau, dos Cánovas, dos Brigh? Podes-me tu dizer quem eram os ministros do Império em 1856, há apenas trinta anos, quando Gustave Flaubert escrevia «Madame Bovary»? Para o saber precisas desenterrar e esgaravatar com repugnância velhos jornais bolorentos: e achados os nomes nunca verdadeiramente poderás diferenciar com nitidez o sujeito Baroche do sujeito Troplong: mas de «Madame Bovary» sabes a vida toda, e as paixões e os tédios, e a cadelinha que a seguia, e o vestido que punha quando partia à quinta-feira na «Hirondelle» para ir encontrar Léon a Rouen! Bismarck todo-poderoso, que é chanceler e de ferro, daqui a duzentos anos será, sob a ferrugem que o há-de cobrir, uma dessas figuras de Estado que dormem nos arquivos e que pertencem só à erudição histórica: o papa Leão XII, tão grande, tão presente, que até as crianças lhe sabem de cor o sorriso fino, não será mais, na longa fila dos papas, que uma vaga tiara com um número; mas duzentos anos passarão, e mil – e o nome, a figura, a vida de certo homem que não governou nem a Alemanha nem a Cristandade, estará tão fresca e rebrilhante como hoje na memória grata dos homens. Porquê? Porque um dia, numa ilha da Mancha, ao rumor dos mares e dos ventos, ele escreveu alguns centos de versos que se chamam a «Lenda dos Séculos».

Bem melhor do que eu o diz a curta canção:

*De vingt rois que l'on encense
Le trepas brise l'autel,
Mais Voltaire est immortel!*

Quer isto dizer, amigo, que os teus «Azulejos», pelo mero facto de não serem um relatório, hão-de viver tanto como os mármoreos do Pártenon! Ai de ti! ai de mim! O Sol dá luz, existe assim coruscante e redondo há centenas de séculos, e a ciência ainda lhe afiança longos milhares de anos de esplendor e de glória no alto dos céus: mas em nossas casas os fósforos de cera também pertencem à substância que dá luz, e quando alumiam tremulamente um minuto, já lhes gabamos a qualidade, reconhecidos. Os teus contos são flores de arte, modestas e simples: contenta-te que, como flores, eles durem uma manhã de Verão. Feliz serás! As minhas obras, essas, não contam mesmo para viver com esse «espaço de uma manhã» que Malherbe garante às rosas. Não sei como é: dou-lhes a minha vida toda e elas nascem mortas; e quando as vejo diante de mim, pasmo que depois de tão duro esforço, depois de tão ardente, laboriosa insuflação de alma, saia aquela cousa fria, inerte, sem voz, sem palpação, amortalhada numa capa de cor!

Mas, enfim, consolemo-nos, amigo! Pode bem suceder que um dia, mais tarde, um desses amadores de antiguidades que se entretêm a revolver o lixo dos tempos, encontre, num recanto esquecido de velha livraria, entre o pó e o bolor, amarelado e roído dos vermes, um dos nossos livros, estes teus mesmos «Azulejos» agora tão frescos e tão lustrosos ao sol. E, por curiosidade arqueológica, pode ser que esse paciente escavador das idades sacuda a poeira ao volume caduco, o folheie aqui e além... E quem sabe? Talvez a «Guitarra do Brás», gemendo dolentemente do fundo do passado, o entorneça um momento: talvez respire nos «Aromas Campesinos» o viço e a

graça idílica de aldeias e várzeas sobre que já então terá rolado, niveladora e despoetizadora, uma nova máquina da civilização... E lerá o livro todo; e o que tu pensaste fá-lo-á pensar, e sorrirá com o teu sorriso! As tuas criações perpassarão, queixosas ou alegres, com a vida .que tinham no teu espírito, por diante da sua lâmpada – tendo recebido no espírito dele uma encarnação fugitiva, e por elas o teu ser, disperso na substância, estará um instante misturado a um ser vivo, e palpitando na sua vida toda... E quem ousará dizer que isto não é uma ressurreição?

Só por isso, amigo, vale a pena que te venhas juntar àqueles que, como dizia Carlyle, são «simples fazedores de livros». E se, por acaso, nunca tivesse de chegar esse dia do reviver – ao menos em vida, achando-te entre «fazedores de livros», estarás na confraternidade de homens que têm uma nobre ocupação na existência, uma magnífica ambição, generosidade, alegria, calor e entusiasmo. E isto não se encontra em todos os vassallos de el-rei!

Traz pois o teu livro, uma resma de papel para fazeres outro, e toma o teu lugar, seguramente e largamente, nesta ilustre companhia.

Bristol, 12 de Junho de 1886

Eça de Queirós

II

PREFÁCIO DO *BRASILEIRO SOARES*

DE LUÍS DE MAGALHÃES

Meu caro Luís de Magalhães: – Quando V. no ano passado me leu o esboço do «Brasileiro Soares», o que nele logo me prendeu foi a originalidade, larga e rigorosa, com que estava modelada a figura do seu Joaquim Soares da «Boa Sorte». E todavia se há um «tipo» de que o romance e o teatro, em Portugal, tenham usado imoderadamente é, decerto, esse lavrador minhoto, enriquecido e vestido de pano fino, a que nas aldeias se chama o *brasileiro*!

Há mais de trinta anos, em novela, em drama, em poemeto, o romantismo (ou antes o maneirismo sentimental que entre nós representou o romantismo) tem utilizado o *brasileiro* como a encarnação mais engenhosa e a mais compreensível da sandice e da materialidade. Sempre que o enredo, como se dizia nesses tempos vetustos em que as musas viviam, necessitava um ser de animalidade inferior, um boçal ou um grotesco, o romantismo lá tinha no seu poeirento depósito de figuras de papelão, recortadas pelos mestres, o *brasileiro* – já engonçado, já enfardelado, com todos os seus joanetes e todos os seus diamantes, crasso, glutão, manhoso, e revelando placidamente na linguagem mais bronca os sentimentos mais sórdidos. Bastava só colar-lhe na nuca um nome bem plebeu, arranjar-lhe uma aldeia, de origem que cheirasse bem a curral, atirá-lo para o meio de páginas trémulas e regadas de Lágrimas – e ele começava logo a ser bestialmente burlesco e a enojar os delicados.

Nisto, os mestres do romantismo não procederam, originariamente, por animosidade contra uma classe cujos modos, gostos, interesses, lhe repugnassem: obedeciam de instinto a um idealismo nevoento, à teoria da alma profundamente separada do corpo, e à consequente divisão dos «tipos» literários em ideais e materiais, segundo eles personificavam o sentimento, coisa nobre e alta da vida, ou representavam a acção, que ao romantismo aparecera sempre como coisa subalterna e grosseira. Ora em Portugal o homem que mais evidentemente simbolizava a acção aos olhos turvos do romantismo – era esse labrego, que, largando a enxada, embarcava para o Brasil num porão de galera, com um par de tamancos e uma caixa de pinho – e anos depois voltava de lá, na Mala Real, com botas novas de verniz, grisalho e jucundo, a edificar um palacete, a dar jantares de leitão ao abade, a tramar eleições e a ser barão...

E note V. que este mesmo cavador endinheirado comovia o romantismo até à elegia, quando ele era ainda o *triste emigrante*, parando uma derradeira vez na estrada, para ouvir o ruído do açude entre as carvalheiras da sua aldeia; quando ele era o pobre embarcado, de noite, no mar gemente, encostado à borda da escuna «Amélia», erguendo os olhos chorosos para a Lua de Portugal...

Apenas voltava, porém, com o dinheiro que juntara carregando todos os fardos da servidão – o *saudoso emigrante* passava logo a ser o *brasileiro*, o bruto, o reles, o alvar. Desde que ele deixara de soluçar e ser sensível, para labutar durar mente de marçano nos armazéns do Rio, o romantismo repelia-o como criatura baixa e soez. O trabalho despoetizara o triste emigrante. E era então que o romantismo se apossava dele, já rico e *brasileiro*, para o mostrar no livro e no palco, em caricatura, sempre material, sempre rude, sempre risível – não por um justo ódio social contra um inútil que engorda, mas por aversão romanesca ao burguês positivo, videiro é ordeiro. que não lê versos, que se

ocupa de câmbios, só olha a Lua quando ela anuncia chuva, e só repara em Beatriz e Elvira quando elas são roliças e fáceis.

Em contraste com este «materialão» estava o homem de poesia e de sonho, magro, altivo, malfadado, eloquente, e «trazendo (como diziam a sério os estilos de então) um inferno dentro do peito». Este permanecia pobre, ou desdenhava liricamente o dinheiro: a sua ocupação especial e única era a paixão: por ele as mulheres pálidas, todas de branco, iam chorar, agarradas às grades dos mosteiros. Nos finais de actos, ele, só ele, lançava, num gesto sombrio, «as. palavras sublimes», dolentemente sublinhadas pelos violoncelos, ao rumor dos prantos abafados. O *brasileiro*, esse, dizia as sandices que nas farsas mais francas eram também sublinhadas – com um estouro sobre o tambor.

Estes dois tipos, insipidamente falsos como generalização, pareciam ainda mais postiços, mais distantes da vida e da realidade, como factura. O homem ideal era invariavelmente um grande boneco esguio, com longos e tristes bigodes de crepe, uma aguada de amarelidão na máscara de cera sempre contraída de amargura, e umas luvas brancas que ele torcia na tortura perpétua do seu atroz destino: por dentro, para lhe dar uma aparência de alma, metia-se-lhe, ao acaso, como se machuca a palha para dentro dos Judas de Aleluia, um molho seco de frases lacrimosas e balofas.

O homem material, o *brasileiro*, esse consistia num outro boneco, achamboado, tosco, com um colete amarelo, pêlos nas. orelhas, e joanetes – os imensos joanetes que o romantismo, de pé pequeno, nunca deixava de acentuar, com um traço de sarcasmo e asco. Este boneco por dentro não tinha nada, nem frases, nem palha.

E o curioso, meu caro Luís, é que, de todos os tipos habituais do nosso romance romântico – só o *brasileiro* tem origem genuinamente portuguesa, de raiz. O homem fatal e poético; a mulher de negros cabelos revoltos que perde; a mulher de pestanas baixas que salva; o arrogante fidalgo, com longos nomes e hostil ao século; o padre risonho que bendiz e afaga – todos esses vieram importados de França: e as suas dores, as suas descrenças, os seus murmúrios de amor, tudo chegou pelo paquete, e pagou direitos na Alfândega, misturado aos couros ingleses e às peças de pano de Sedan. O nosso romantismo não é responsável por essas gentis criações de além dos Pirenéus. Elas já aportavam ao Tejo e ao Douro, assim e malfeitas, fora da Natureza e da verdade. O romantismo acolhia-as com uma submissa reverência provinciana: e assim as mandava imprimir à Casa Moré e à Casa. Roland, tais como as recebia, traduzindo-lhes apenas em vernáculo os martírios e os júbilos.

O *brasileiro*, porém, era só nosso, todo nosso, deste solo que pisamos, castiço e mais originalmente português que a chalaça e a louça das Caídas. Mais que nacional, era local. Era do Minho, como o vinho verde. Ora o romantismo, que, sendo triste, amou sempre essa província verde-triste, encontrava lá o *brasileiro* constantemente, na feira, na romaria, na igreja, na várzea, na vila. No mirante caiado de amarelo, que ele avistava entre as ramadas, estava tomando o fresco o brasileiro: na caleche forrada de repes azul, que ele cruzava na estrada e que o empoeirava, vinha o *brasileiro*, de perna estendida. Muitas vezes o romantismo (incoerências inevitáveis da vida terrestre) jantava com o *brasileiro*. Assim, profusamente. acotovelando por essa província brasileiros inumeráveis, vira-os de todos os feitios exteriores: secos, obesos, de barba, rapados, miudinhos, espadaúdos, calvos, guedelhudos, fracos e fortes como os bois de Barroso. Vira-os, homens vários, com as várias, múltiplas qualidades humanas: bons e velhacos, ridículos e veneráveis, generosos e torpes, finos e suínos... Que importa!

O romantismo deduzira uma vez do seu ódio à acção e ao «homem que sua» um tipo simbólico de *brasileiro* gordalhufo e abrutado – e assim o apresentava invariavelmente, implacavelmente, em novela, em drama, em poema, como se nao

houvesse existido jamais senão aquele *brasileiro*, e fosse tão impossível mostrá-lo sem os atributos de materialidade que o individualizavam, como é impossível pintar Marte sem a sua armadura, ou contar Tibério sem esboçar Cápreas ao longe, nas brumas do mar... O *brasileiro* da rua a cada passo desmentia o *brasileiro* do livro? Que importa! O bom romântico não cuida da rua: se é um mestre marcha altivamente, com os olhos alçados às nuvens; se é um discípulo segue cautelosamente, com os olhos atentos às pegadas dos mestres.

Extraordinários, estes românticos! E bem simpáticos – os primeiros, os grandes, os que tinham talento e uma vera soberba – com este inspirado, magnífico desdém pela Natureza. pelos factos, pelo real e pelo exacto! Os discípulos, esses, louvado seja Nosso Senhor, são bem pecozinhos, e bem chochinhos!

Ora, V., caro amigo, nascido já fora do romantismo (que a nós, mais velhos, nos enternece como uma pátria abandonada), tendo aprendido a ler em Flaubert, como nós aprendemos a ler em Lamartine, faz uma coisa bem simples, que revoluciona a velha novela, hoje rara, mas ainda cultivada por alguns retardatários, no meio da evolução naturalista, com a lúgubre puerilidade de quem está espetando rosas de papel no meio de um jardim de Maio, cheio de roseiras em flor. Querendo estudar um *brasileiro*, num romance, V. faz isto, que é tão fácil, tão útil e que nenhum dos antepassados da literatura quis jamais fazer: abre os olhos, bem largos, bem claros, e vai de perto olhar para o *brasileiro*, para um qualquer, que passe num caminho, em Bouças, ou que esteja à porta da sua casa, na Guardeira, com o seu casaco de alpaca. E imediatamente reconhece que ele, como V. e como o seu vizinho, é um homem, um mero homem, nem ideal nem bestial, apenas humano: talvez capaz da maior sordidez, e talvez capaz do mais alto heroísmo: podendo bem usar um horrível colete de seda amarela, e podendo ter por baixo dele o mais nobre, o mais leal coração: podendo bem ser ignóbil, e podendo, porque não? ter a grandeza de Marco Aurélio!...

Aquele que V. encontra na Guardeira, o Joaquim da «Boa Sorte», era excelente, cândido, casto, trabalhador, verdadeiro, magnânimo, de alma forte e amante. E V. muito simplesmente, muito rigorosamente, tendo de contar como o viu e como o sentiu, comete esta audácia pavorosa, que vai fazer praguejar de cólera os veteranos do idealismo: dá ao antigo grotesco, ao *brasileiro*, todas as qualidades de coração que pertenciam exclusivamente, pelo dogma do romantismo, ao homem pálido, ao homem de poesia e de sonho...

E como procede com sinceridade, desenhando do natural, V. conserva a este *brasileiro*, que ama e sofre, toda a sua *realidade material* – não se julgando forçado, por o ter sentido capaz de emoção e tormento moral, a dar-lhe todos os atributos poéticos, a plástica macilenta e lânguida que o romantismo considerava inseparável da dor e da paixão.

Não compreendendo que um gordo e um rubicundo pudesse amar – o novelista romântico faria logo o pobre Joaquim da «Boa Sorte» magro como um Lara, de bigodes tristes: e nunca mais o deixaria comer consoladamente o seu leitão! Dos lábios do Joaquim, tornados convulsos, penduraria cachos de palavras gementes: e, para o preparar ao seu fim trágico, não lhe permitiria mais que ele se ocupasse, honesto e pacato, da sua fábrica de papel, trazendo-o sempre, de página em página, a olhar torvamente as pedras do cemitério ou a corrente que referve entre rochas... Isto, está claro, se por uma concessão inverosímil o romantismo, um dia, permitisse ao *brasileiro*, ao *torna-viagem*, ao seu bobo encartado, ter um coração humano, e batendo humanamente.

V., porém, não viu assim o bom Joaquim da «Boa Sorte». E apesar de esse *brasileiro* ter realmente, mais que qualquer homem de poesia, «um inferno dentro do

peito», V. conserva-o, no livro, como ele apareceu na Guardeira, bebendo regaladamente o vinho fresco, com um casaco malfeito, e suíças mal cortadas! Sim, V., esquecido da retórica, nossa mãe comum, chega a esta monstruosidade: tem um herói que ama ardentemente, que morre desse amor e que usa grossas suíças! Assim tu és, mocidade irreverente e revolta, que não respeitas os velhos ideais, nem as velhas regras, nem as velhas barbas – tais como os mestres as cortavam na face dos seus heróis, para glorificação deles ou para sua humilhação!

O seu livro, caro Luís, tem a realidade bem observada e a observação bem exprimida – as duas qualidades supremas, as que se devem procurar antes de tudo na obra de Arte, onde outrora se admirava principalmente a imaginação e a eloquência. Mas V. faz além disso, com o seu «Brasileiro Soares», uma verdadeira reabilitação social.

Entre nós os romances, mesmo falsos e distantes da Natureza, têm uma influência lenta nos costumes, e mais lenta, mas bem perceptível, na formação das ideias. Nós somos, como meridionais, uma raça imitadora e copista: domina-nos sempre a tendência a repetir e a gozar, em nós mesmos, os modos de ser e os modos de sentir dos personagens que nos sensibilizaram nos livros admirados e relidos. O «homem poético», por exemplo, produziu outrora por esse comprido reino, desde Melgaço até Faro, inumeráveis homens poéticos, de atitude e de palavra. Hoje quase desapareceram, nesta vasta maré positiva da democracia e da indústria: mas ainda existem, aqui e além, solitários e tristonhos, como em certos adros antigos onde se estabeleceu uma fábrica, se ergue ainda, esquecido, um cipreste, Não é raro, em vilas tristes de província, encontrar as Trindades, caminhando só, rente ao muro do cemitério, um moço pensativo e guedelhudo, embrulhado num xale-manta: é um derradeiro *homem poético*, que antes de recolher à assembleia, a ler os jornais da capital, anda ali a espairecer sombriamente, vendo só em torno de si, vendo só fora de si, um mundo que desmorona.

Por outro lado, paralelamente a estes modelos dados à província, o romance ajudou a formarem-se certos critérios consagrados. E assim sucedeu que esse *brasileiro* do romantismo, aparecendo constantemente, em novela e drama, soez e faceto – conseguiu criar, numa sociedade que não conhecia o *brasileiro* da realidade, a ideia de que todo o homem que voltava do Brasil, com dinheiro e brilhantes na camisa, era irremediavelmente um boçal, um burlesco. Pouco a pouco, formou-se assim uma larga corrente de antipatia social pelo *brasileiro*: não se compreendia que ele pudesse ter elevação no sentimento, nem gosto nas maneiras, nem cultura no espírito: e de antemão se concluía, que a sua figura devia reproduzir, em fealdade chavasca, a grosseria interior. O *brasileiro*, segundo esta lenda, tornava-se a coluna da estupidez, o esteio da banalidade: ele era o popularizador do feio e do reles: era ele que maculava as veigas bucólicas do Minho com os seus palacetes rebocados de verde-gaio; era ele que introduzia a «imoralidade» nas nossas aldeias, virginais como as da Arcádia, no tempo de Teócrito. O *brasileiro* aparecia como uma nódoa escandalosa no suave idílio português!... E assim uma criação convencional da ironia romântica chegou a envolver toda uma classe de cidadãos num descrédito que, se já não dura tio intenso e tão acre, ainda se arrasta em todos esses numerosos espíritos que, tendo uma vez formado laboriosamente uma ideia, não a mudam, não a corrigem, por indolência, por impotência, e sobretudo por indiferença pela exactidão das ideias.

V., portanto, indo buscar o *brasileiro* a esses limbos da caricatura disforme, para o fazer reentrar na Natureza, e na partilha comum do bom e do mau humano; revestindo-o, pela verdade observada, de todas as excelências morais de que o despira, sistematicamente, a calúnia romântica: mostrando no antigo tipo do bruto a possível existência do santo – executou uma verdadeira reabilitação social. V. desbrasileirou o

brasileiro, humanizando-o: e como todo aquele que, com um tranquilo desprezo das convenções, faz uma obra de verdade, V. elevou-se insensivelmente a esse feito mais raro, e melhor, que se chama uma Boa Acção.

Bristol, 21 de Maio de 1886

Eça de Queirós

III

PREFÁCIO DAS AQUARELAS DE JOÃO DINIS

O que principalmente tem caracterizado, nestes últimos vinte anos, a poesia francesa (única que conhecemos em Portugal) é, creio eu, o extremo requinte e a ciência extrema da forma.

No período lírico que vai de Lamartine a Brizeux, a poesia brotava da emoção, tão naturalmente como da terra brota uma nascente – que se prolonga, corre, abundante e fácil, reflectindo no seu curso toda a vida e toda a Natureza, céus, arvoredos, moradas marginais e os homens que se debruçam sobre a sua transparência. Hoje (para continuar esta imagem) a divina nascente parece ir secando. já não borbulha entre as relvas simples, está canalizada numa fonte de mármore, mas apenas dela, a espaços, cai alguma gota solitária, que na atmosfera glacial deste século de análise e de crítica, tão incongénere com a poesia, imediatamente gela. e se faz cristal. São estes cristais que poetas, cheios de arte e paciência, engastam em filigranas de ouro, orlam de pedrarias e põem à venda «chez Lemerre». A estes poetas deu-se em França o nome de «cinzeladores». A sua obra, realmente, pertence mais à joalharia do que à poesia.

Devemos concluir daqui que a alma francesa vai perdendo a divina qualidade da emoção? Evidentemente em França. como em toda a parte, as almas já não vibram ao contacto de certos sentimentos colectivos que outrora foram os grandes inspiradores. A religião é hoje, em Paris como em Lordelo, incapaz de produzir um único alexandrino sincero. O patriotismo tem a mesma impotência, porque as desgraças de 1870 só deram um poeta, Paul Deroulède – que, por isso mesmo que conseguiu inspirar-se da Pátria, criou infundável surpresa. tornou-se esplendidamente popular, foi investido de um pontificado, presidiu associações, derrubou ministérios, quase fez tratados de aliança. A Natureza, por seu lado, também não comove o poeta francês, que nunca foi idílico, muito tempo só conheceu os prados e as searas pelas traduções de Teócrito e de Virgílio, e quando, no período romântico, se decidiu a comunicar com os arvoredos, foi para descobrir, sob a direcção do panteísmo germânico, um fragmento de Deus em cada ulmeiro de Bougival. Resta, porém, o homem interior – o sentimento, a paixão. E pode-se acaso dizer que o Francês já não ame, já não chore, já não passe pelos êxtases e pelos amargores que são obra da sensibilidade? Não, certamente. Apesar do que afirmam críticos subtis, estou seguro de que ainda hoje em França, quando se é moço, o coração bate tão sinceramente e tão ruidosamente, como batia no tempo de Lamartine.

De que provém, pois, que, nos escassos poetas que produz a França (cujo génio crítico tem por expressão mais natural a prosa), haja tão pouca emoção apreciável? Provém, julgo eu, das qualidades mesmas do espírito francês, tão eminentemente literário. Provém de que os poetas mais modernos, entrando na arte quando o brilhante verbo romântico descaíra já numa retórica arrastada pelos almanaques, procuraram naturalmente evitar todas as velhas formas poéticas com que o romantismo traduzira a sua emoção.

Trabalham por isso com a ansiedade constante de produzir formas novas, inesperadas, que surpreendam. Quando Lamartine vogava no «Lago» com Elvira, à claridade da lua – deixava trasbordar o êxtase que o sufocava no murmúrio mais natural e mais cândido: «Como és bela! como a noite é serena! como o lago é azul!» Quando, por seu turno, Mallarmé ou Verlaine vão ao lago com Elvira, experimentam decerto a mesma emoção, porque têm a mesma mocidade e Elvira a mesma beleza. Somente nem por todos os tesouros de Salomão traduziriam essa emoção nas formas claras e largas de

Lamartine. Isso seria antiquado, retórico, e banal. O seu gosto apurado e afinado, ávido de modernismo e de originalismo, leva-os a cantar o lago e Elvira, requintando tão subtilmente a expressão do seu sentimento, entrelaçando-a em tantos labores e floreios, que o sentimento, já de si depurado e adelgaçado, inteiramente desaparece sob este luxo plástico que o afoga. Diz-se logo: – «Pobreza de poesia, disfarçada sob a riqueza da forma.» Não. A poesia lá estaria, e genuína, nascendo da sensibilidade moça. Somente foi toda diluída em literatura.

Esta é, se me não engano, a explicação do parnasianismo, cuja prática consiste em nunca chamar a um «gato» singelamente um «gato», como era o ideal de Boileau – mas pelo contrário em exprimir as coisas ou as sensações mais simples numa forma que seja, como um dos parnasianos ensinou, «rutilante de inauditismo». Duas palavras que constituem toda uma poética. E poética admirável, porque ao mesmo tempo estabelece o preceito e formula o exemplo. Deve-se ser sempre original – e, para começar, à própria originalidade se deve chamar «inauditismo».

Ora se isto é feito por poetas de Paris ou de Londres, temperamentos de artistas servidos por um gosto perfeito, trabalhando línguas dúcteis e maleáveis, próprias para qualquer subtilização da ideia, produzindo-se dentro de uma atmosfera congénere de superior elegância, já educada no artificial – a obra parnasiana pode oferecer ainda muito encanto.

É o que sucede com as extravagâncias do vestuário de um alto *dandy* de Paris ou de Londres. Quando Lord C. ou o duque de M., soberbamente brilhantes e ricos, com quarenta cavalos nas cavalariaças, parques, castelos, e toda uma lenda galante de amores e duelos, se apresentam num baile, entre uma sociedade que tudo compreende, vestidos de casaca de veludo verde-escuro e calções de cetim preto – há nisto alguma coisa de fantasista e de petulante que pode seduzir. Mas que um amanuense da administração de Marco de Canaveses, querendo reproduzir estas audácias (que leu em «O Primeiro de Janeiro»), apareça num baile da terra com uma casaca de veludo e calções feitos num algibebe de escada – e, em lugar de um *dandy* de corte, temos logo um xexé de Carnaval. Foi justamente o que aconteceu, quando, há alguns anos, os poetas moços em Portugal se lançaram na indiscreta e desastrada imitação do Parnasianismo francês. Tudo estava contra eles: o seu temperamento, a sua educação, o meio literário, o feitio da sociedade, a própria língua que manejavam. O que surgiu fatalmente foi a contrafacção achavascada de uma affectação requintada. O parnasianismo, na realidade, já era uma retórica: em Portugal foi esta coisa hedionda – o calão de uma retórica. Ainda me recordo, como modelo instrutivo desse género, de certa poesia em que um parnasiano cantava a sua amante, uma «duquesa», pisando o «asfalto» do Chiado, por entre as «acácias em flor», com botinas de «cetim verde» e uma cauda de seda «cor de *vieil-or*», enquanto ele a seguia de longe, cheio de «desprezo por Deus», triturando maquinalmente entre os dedos a «flor de Angsoka»! Nada mais completo. E o que são no fundo esta duquesa, estas acácias no Chiado, estas botinas de cetim verde, esta flor de Angsoka que é uma flor fabulosa, todas estas coisas ingénuas, delirantes e pavorosas? A casaca de veludo verde-negro de Lord C., nos ombros do amanuense de Marco de Canaveses.

Felizmente este parnasianismo entre nós tende, creio eu, a desaparecer: o espírito, como o corpo, não pode permanecer muito tempo numa atitude violenta e contorcida. Conheço muito imperfeitamente a poesia dos poetas mais novos de Portugal; mas penso que uma salutar reacção, um regresso à simplicidade e ao lirismo nativo começam a acentuar-se, com infinito alívio do bom senso e do bom gosto.

Dito isto – quase me resta só apontar para as páginas mesmas deste livro gentil, que pertence a esse movimento de sincera e pura poesia, para desde logo lhe ter dado o

louvor melhor e o mais exacto.

Aqui está, pois, um poeta que ousa modestamente esta coisa rara – ser singelo e ser claro, Não é por um esforço doloroso da imaginação, burilando com o suor na fronte labores atormentados sobre o «verso», que ele lança ao mundo o seu canto. Pelo contrário! Abandona-se simplesmente, francamente, à sua emoção, e quando ela aparece, despertada pela Natureza ou pelo sentimento – deixa-a correr numa forma límpida como a fonte, donde vem, saudável, fresca, que vai seguindo, que vai cantando, à maneira de um desses modestos regatos de prado onde por vezes se reflecte o céu inteiro.

De resto a sua Musa tem gostos simples. Não se abalança a remontar às estrelas, nem a mergulhar nos mistérios; e o caminho por onde de preferência conduz o poeta, é o familiar e estreito caminho que incessantemente trilham os passos humanos. São por isso de todos os dias as cousas que o comovem: um belo ocaso, uma lágrima surpreendida, uma paisagem, uns lindos olhos entrevistados, uma fragilidade que faz sorrir, bastam para que ele corra os dedos nesse pequeno alaúde onde as cordas não são de ouro nem de bronze – e por isso mesmo talvez dão uma vibração mais humana.

Para fielmente cantar o que sinceramente sente, não lhe são, pois, necessárias essas formas novas que devem «rutilar de inauditismo». Poderia certamente produzi-las – porque a sua factura não é difícil, havendo muito vagar e papel; mas ao servir-se delas sentiria sem dúvida o embaraço de quem, para beber água de um regato, numa sesta de Verão, tivesse de usar um pesado cálice do século XVII, todo de ouro, cravejado de pedras, tirado de um museu de artes decorativas. A ele basta-lhe um copo de cristal – quero dizer os termos transparentes do verbo familiar. Se a tarde cai, diz com singeleza – «a tarde vai caindo»; quando lhe vem uma lágrima, não a lapida no angustioso esforço com que os judeus de Amsterdão lapidam os diamantes; e, se ri, não sobrecarrega o seu riso com pesadas instrumentações à Wagner. E vede para logo a recompensa desta honestidade de espírito! Como deixa exalar livremente a alma e o verbo, encontra coisas de toda a beleza, de pura e genuína poesia, sentidas com a mais fina sensibilidade, expressa com uma delicadeza rara e cheia de encanto. Quanta graça e quanta real emoção nos tercetos do soneto «Dolor», chorando a dispersão de um lar feliz:

*Ninho de rósea luz, que um só momento
Levou a dispersar, varreu desfeito
Para não mais! – E corpo, e pensamento,
Circunscritos da vida ao giro estreito,
Parecem ter agora o movimento
De uma levada que não acha o leito...*

Alguns julgarão perceber aqui talvez um lindo eco da maneira de João de Deus. Já isto seria excelente – lembrar um mestre tão encantador. Mas o poeta das «Aquarelas» é dos que pensam como Musset, que, «quoique le verre soit petit, il faut toujours boire dans son verre»: e ninguém melhor que ele sabe que nada se ganha, antes se corre a um desastre certo querendo imitar a poesia intensamente lírica de João de Deus, ou ainda a poesia epicamente satírica de Guerra Junqueiro, ou ainda, num esforço maior e mais ambicioso, a poesia tão nobremente intelectual de Antero de Quental.

Ele contenta-se, pois, com traduzir a seu modo o seu sentimento próprio – esse sentimento tão meigo e sóbrio que transparece naqueles tercetos, e que vai reaparecendo por todo o livro. Mas não é ele só que o caracteriza. Aqui e além, repetidamente surge o lampejo fugidio de uma ironia. É o poeta que, no caminho por onde a Musa o leva, ao lado de uma coisa melancólica encontrou uma coisa risível. Nada, porém, sai de seus

lábios que tenha aspereza ou amargura. Apenas uma ironia velada de doçura, que resvala, não apoia, lança, ao passar sobre uma fraqueza humana, o breve clarão de um riso amável: – e logo foge, se some, na corrente mais larga de simpatias poéticas...

Mas para que insistir? A Natureza mesma desta poesia não suporta os comentários. Intolerável seria um jardim onde cada flor tivesse preso à haste o grosso capítulo de botânica que a explica e descreve. Prefácios para versos sinceros são infinitamente arriscados. Quando se quer mostrar a beleza de um cristal, movendo-o muito com os dedos – quase sempre se finda por lhe empanar a transparência e o brilho casto.

Bristol, 1888

A ACADEMIA E A LITERATURA

(CARTA A MARIANO PINA)

Bristol, 25 de Janeiro de 1888

Meu caro amigo: – À volta do campo, no Ano Bom, encontrei a «Ilustração», sempre bem-vinda, trazendo-me a sua vigorosa e generosa crónica sobre o concurso da Academia. Depois recebi um velho número do «Jornal do Comércio» com a designação do júri, a votação e o relatório de Pinheiro Chagas. De sorte que, tendo agora sobre a mesa o facto e os comentários, posso mais seguramente conversar sobre o divertido episódio que, durante um momento, tirou a Academia dessa sonolência em que ela se eternizava, muda e mole, com a face venerável caída sobre as folhas brancas do seu dicionário. li bem provável, porém, que todo o interesse pela ilustre assembleia que vive a Jesus, e pelo seu lento despertar, se tenha já esvaído na nossa Lisboa ligeira. E como da Malibran morta – *peut-être il est trop tard pour parler encore d'elle...*

Pois eu por mim, caro amigo, nunca senti por esse concurso nem interesse, nem curiosidade. E esta indiferença provém simplesmente de que mandei «A Relíquia» à Academia já com a certeza, a mais visível, a mais maciça certeza, de não empolgar essa apetecível inscrição de conto, torcida e arredondada em coroa de louro... A isto, V. exclamará surpreendido: «Que foi então *A Relíquia* fazer à Academia?»

«A Relíquia», caro Pina, foi à Academia, como V. pode ir a casa de Madame de Trois-Étoiles, senhora feia, de caracóis e laçarotes amarelos, que cita Marmontel e La Harpe. Não é certamente apazível penetrar num interior onde se cita La Harpe e Marmontel com lentidão e gula, passando por lábios pintados um lenço pretensioso feito de rendas de sobrepeliz. Mas se Madame de Trois-Étoiles lhe oferece todas as semanas um lugar no. seu camarote da Ópera ou da Comédie-Française, que faz V., caro amigo, quando, pela Páscoa ou pelo Grand-Prix, a hedionda senhora dá uma dessas recepções escancaradas, atulhadas, que em Inglaterra se chamam um *esmagão* e na América um *suadouro*?

V. por gratidão, por dever, toma melancolicamente um fiacre; sobe, de claqué debaixo do braço, a clara escadaria entre palmeiras e azáleas; curva o espinhaço diante de *madame*, que sorri e mergulha num frufu de sedas; rompe até ao bufete onde colhe uma *sandwich* de *foie gras*; e com o pensamento nos amigos alegres que o esperam à esquina do Café de la Paix, esgueira-se subtilmente murmurando: «Irra! que maçada!» Ora justamente assim, por dever, num fiacre, e de casaca, foi «A Relíquia» à Academia – onde todavia não teve *sandwich*.

V. sabe (ou não sabe, porque estas coisas não as conta a Agência Havas) que, há anos, a Academia das Ciências me ofereceu aquilo que aí, na Academia Francesa, se denomina um *siège* – um assento à mesa dos seus trabalhos. Se estes assentos se conservam altamente privilegiados por só os ocuparem os homens de saber forte e de viva originalidade, ou se, por degeneração, se tornaram tão acessíveis, fáceis e desacreditados, como os bancos do Rossio – não me competia a mim averiguar. Quando Madame de Trois-Étoiles. o convida para o seu camarote da Ópera, V. agradece a afabilidade sem esquadriñar primeiro se, nas banquetas de veludo, se sentam

somente arquiduques da Casa de Habsburgo, ou também caixeiros do Bon-Marché. Eu faço o mesmo, escrupulosamente. Todo o português o deve fazer – porque já a sabedoria da nossa nação o ensinou em versos medíocres e imortais:

*Pilriteiro, dás pilritos...
 Porque não dás coisa boa?
 Cada um dá o que tem,
 Conforme a sua pessoa.*

No assento que a Academia me deu só vi, como devia, o favor, a simpatia, a honra. E quando pela primeira vez, depois de uma comprida existência de reclusão, ela abre largamente as suas portas, convida todos os homens de letras a trazerem as suas obras para coroar a mais digna – pareceu-me que se eu, desprezando este apelo aparatoso, me conservasse afastado, de costas voltadas para a arena, sem me misturar aos meus companheiros de literatura, num soberbo desdém da Academia e das suas coroas, me mostraria singularmente descortês e pedante. Por isso, atirando uma capa de papel pardo aos ombros do meu livro, o único que tinha nesse ano do Senhor, «A Relíquia», ordenei-lhe que fosse à Academia; entrasse, fizesse à douta assembleia a sua reverente mesura, aceitasse o que lhe dessem, empurrão ou sorriso, e continuasse o seu natural caminho que é o da grande rua e da vida... «A Relíquia» foi, recebeu na lombada um empurrão, e remergulhou na turba livre, rosnando talvez como V. no pátio da senhora atroz que cita Marmontel: «Irra! que estopada!» Mas assim ficava paga à preclara assembleia essa visita formal – que os compêndios de civilidade chamam de *digestão*.

V. dirá talvez (e essa impressão me parece transparecer em outros comentários) que os personagens de «A Relíquia», Teodorico Raposo, Maricoquinhas, a doce Adélia, da Travessa do Caldas, e mesmo esse rabi Jeschua Natzarieh, preso por pregar contra os cultos, as autoridades e as academias do seu país – não eram talvez os mais correctos para levarem as minhas saudações a uma corporação, tão profusamente composta de conselheiros de Estado. Não creio, caro Pina. Aos nossos conselheiros e académicos (honra eterna lhes seja nesta voluptuosa terra do Sul!) não desagradou jamais encontrarem, naquele lusco-fusco em que se compraz o Naturalismo,, os olhos da Adélia, reluzentes, maganos, prometendo mil coisas. Assim o insinuou, muito finamente, com um sorriso disfarçado e picante, Pinheiro Chagas no seu Relatório. E além disso, misturados a esses indignos, quantos outros personagens n'«A Relíquia» gostosos a uma Academia! Não ia lá o facundo Topsius, historiador dos Herodes e dos Lágidas, membro do Instituto Imperial de Escavações Históricas? Não ia lá o Dr. Margaride que, pelas suas duas Tragédias de mocidade, pelo feitio rotundo do seu verbo, pelo seu afinco em «saborear o sublime», tem decerto um lugar já marcado entre os Imortais do Arco de Jesus? Não ia lá, sobre todos, com as suas contas e as suas meias, D. Patrocínio das Neves, de natureza tão congénere com a Academia que uma compreende a Religião exactamente como a outra compreende a Literatura?...

E de resto, caro amigo, a minha desculpa em enviar esta gente pecadora e plebeia está na decisiva máxima que a nossa Nação pôs em versos imortais:

*Pilriteiro, dás pilritos...
 Porque não dás coisa boa?
 Cada um dá o que tem,
 Conforme a sua pessoa.*

Eu não podia dar à Academia senão o que tinha então, e o que, ai de mim! tenho sempre – *pilritos!*

Em todo o caso, não foi esta torpeza dos meus homens e das minhas mulheres que desde logo me assegurou a impossibilidade de embolsar esse conto – para mim fantástico como os de Hoffmann. Nem foram também, por outro lado, as imperfeições da obra.

«A Relíquia» é certamente um livro malfeito. Às suas proporções falta harmonia, elegância e solidez; certos personagens, apenas recortados e não modelados, oferecem uma notação uniforme e esfumada; a forma não tem suficiente fluidez e ductilidade, antes por vezes encaroça e empasta, e por querer ser grave parece hirta como sucede aos grandes homens de província, etc., etc. Mas estes defeitos, que só podem ser sentidos por . um gosto muito afinado na perene convivência das coisas de arte, nunca poderiam provocar a condenação de um livro numa Academia que não está povoada de artistas. Não penso nisto ser irreverente para com os meus esclarecidos colegas. Como disse o príncipe de Gales ao velho e glorioso alfaiate Poole, numa circunstância conhecida e já clássica – «Não se pode razoavelmente esperar que num país todos os homens eminentes sejam alfaiates.»

O que me assegurava, pois, de antemão que o meu livro, apresentado à Academia, não obteria nem coroa, nem meias coroas?

Uma coisa bem honrosa para a Academia, meu caro amigo! A certeza de que ela obedeceria, inconscientemente, como todas as assembleias, ao surdo, seguro instinto do seu fim e da sua missão nas letras. E por isso eu não concordo, incondicionalmente, com o seu vivo, áspero ataque, nascido de resto de um amor muito nobre por toda a independência espiritual.

Desde que uma Academia existe, qual é, no fundo, a sua missão? Evidentemente constituir um directório intelectual que mantenha na literatura o gosto impecável, a delicadeza, a finura do tom sóbrio, as purezas de forma, o decoroso comedimento, todas as qualidades de distinção, de proporção e de ordem. Daqui se deduz logo que as Academias devem ter uma regra, uma medida, uma poética, dentro da qual seja o seu encargo fazer entrar, pelo exemplo e pela autoridade, toda a produção do seu tempo. E simultaneamente se depreende que elas devem condenar, como tribunal intransigente, toda a obra que, brotando do vigor inventivo de um temperamento indisciplinado, se apresente em revolta contra essa poética, revestida, para os que têm o privilégio de a conservar, da sacrossantidade duma escritura.

Ora eu não afirmo nem nego a influência literária das Academias, e a sua utilidade na vida pensante de uma nação. Sem Academias a Inglaterra produziu, produz, uma literatura de incomparável nobreza e originalidade. Mas, no dizer de dois mestres, Saint-Beuve e Renan, à Academia deve a literatura francesa aquelas qualidades perfeitas que a tornaram em todos os tempos e em todos os géneros um modelo, e que no século XVIII fizeram dela o mais persuasivo e efectivo agente da civilização que houve na Europa. Por outro lado, nos países do Sul, a Espanha tem uma Academia muito pomposa e uma literatura muito medíocre. E em Portugal não se pode avaliar a eficácia da Academia – como se não pode apreciar a utilidade de um instrumento durante longos anos esquecido ao canto de um casarão, enferrujando-se e apodrecendo sob a escuridade e o bolor.

Em todo o caso concedo que, se a uma literatura faltar, sempre presente e sempre activa, uma consciência literária, representada por uma Academia que dê a regra e o tom, essa literatura pode por vezes cair na extravagância – sobretudo se nela abundam os génios veementemente enérgicos, sinceros e apaixonados, como na literatura inglesa. Mas sobretudo sustento que, se a uma literatura faltarem os inovadores, revolucionando incessantemente a Ideia e o Verbo, essa literatura, sujeita a uma disciplina canónica, bem cedo se imobilizará sem remissão numa mediocridade castigada e fria – sobretudo

se nela predominam as inteligências claras, flexíveis, comedidas e imitativas, como na literatura francesa. De sorte que, para possuir uma literatura ideal, forte mas fina, original mas equilibrada, fecunda mas sóbria, será necessário que nela de certo modo se contrabalançam estas duas forças – a Tradição e a Invenção; que de um lado, antes de tudo, surjam os revoltosos, dando as emoções novas e criando as formas novas; e que do outro, secundariamente, actuem as Academias canalizando dentro do gosto, da elegância, e do purismo, estas correntes inesperadas de sensação e de ideia. Isto será, de resto, na esfera intelectual, o que é na esfera social o equilíbrio da Tradição e da Revolução.

Nesse equilíbrio está a condição própria da Ordem – da Ordem que, na sociedade, se reveste do nome de Justiça, e na Arte resplandece sob o nome de Beleza. Sem a Tradição, os Estados e, porventura, as Literaturas rolariam na anarquia de um desordenado e estéril individualismo. Sem a Revolução, os Estados incrustar-se-iam numa tirania inerte, produzindo, acima de todos os males, o enfraquecimento dos caracteres; e as literaturas inevitavelmente cairiam na rotina, produzindo, acima de todos os males, o adormecimento das inteligências.

Aplicando, pois, estes princípios, eu não fiz decerto mal em lançar um livro de humorismo e de ironia, rebelde à Santa Regra; e bastaria que a esse rebate, dado por mão inábil mas genuína, um só espírito acordasse e se pusesse em marcha, para que o livro não fosse totalmente inútil. Mas por outro lado a Academia (desde .o momento em que ainda existe, e teve a desabalada fantasia de acordar e de se manifestar) foi perfeitamente coerente condenando o livro de revolta, em nome da Regra de que ela se arrogou a guarda e a defesa; e bastaria que a esse aviso, estreito mas honesto, um só espírito arremessado já na extravagância reentrasse na Ordem, para que esse voto, que V. reprova, não fosse inteiramente inútil. Portanto, creio eu, a rejeição de «A Relíquia» é honrosa para a Academia. Mas é também honrosa para mim, louvado seja o Senhor!

Dirá, porém, V., incrédulo e sorrindo: «Porque não deu então Pinheiro Chagas, no seu Relatório, para excluir *A Relíquia*, estas razões – que seriam as boas, as grandes, as que ilustrariam o relator e passariam uma caiadela fresca na desbotada autoridade da Academia?»

Quem sabe, meu caro Mariano Pina! Talvez por temer que estas razões não fossem compreendidas por alguns dos académicos, alheios às coisas da literatura e da crítica. Talvez por sentir que estas razões não podiam ser aduzidas em nome duma Academia que, durante os prolongados anos da sua existência, nada tem feito para ressalvar na literatura as regras de gosto, de pureza e de delicadeza – antes tem concorrido, por pensamentos e obras, para estragar essa literatura com uma retórica, ora pançada, ora choramingona, e sempre lamentavelmente reles.

O facto é, caro Pina, que Pinheiro Chagas no seu Relatório não dá, com indizível assombro meu, as razões honrosas e altas. Antes pelo contrário! Apresenta, para. repelir «A Relíquia», razões estranhadamente comezinhas e miudinhas, rasteiras e grosseiras, como se, em lugar de falar numa Academia, se achasse conversando num botequim diante de homens incultos, incapazes de compreender tudo o que é elevado ou profundo!

Senão, veja V. O que revolta Pinheiro Chagas n' «A Relíquia»? O que aponta ele à reprovação da Academia? O sonho de Teodorico – esse sonho em que o obsceno homem presenciar aquilo que Pinheiro Chagas reverentemente chama «as grandiosas cenas da Paixão».

Mas, nesse sonho, que feição mais particularmente escandaliza e amargura o relator? Porventura lhe desagrade, como erudito, a reconstrução da velha Jerusalém, o Templo tumultuoso, e a ênfase dos seus rabis? Porventura o ofende, como crente, a

explicação familiar e petulante de mistérios garantidos e protegidos pelo Estado? Porventura o desgosta, como académico, a falta de sobriedade, de harmonia, de proporção, de purismo? – Não! Acha tudo perfeito. O que indigna Pinheiro Chagas, o que ele designa à Academia como imperdoável, é ter Teodorico visto a Paixão na sua comovente possibilidade histórica – em lugar de a ter visto, como ele textualmente escreve, *sob as formas de um Evangelho burlesco!*

Quer dizer: – para que «A Relíquia» agradasse a Pinheiro Chagas e merecesse a coroinha da Academia, eu deveria ter mostrado Jesus de chapéu de coco e lunetas defumadas, Pilatos deixando cair o pingo de rapé sobre o «Diário de Notícias», e ao lado Oseias, vogal do Sanedrim, numa fardeta de polícia civil, com um número na gola, escabichando um dente furado.

É isto um académico falando numa Academia? Não. É um homem, espirituoso e hábil, dando num botequim, para condenar um livro, as razões chocarreiras, as mais apropriadas, as únicas acessíveis à compreensão escassa dos sujeitos que em torno atiram a genebra às goelas: – Vede, rapazes, que livro inferior! Jesus a sério, como no Testamento! Pilatos a sério, como na História! Assim ninguém ri, assim ninguém goza! O que nós queríamos era Jesus a caminho do Calvário, de botas cambadas, manquejando com uma dor num calo!

Mas, ao mesmo tempo, Pinheiro Chagas sente que esses homens, ainda que toscos, devem ter um resto de confuso e supersticioso respeito pela religião desse Jesus, dentro da qual a sua vida foi moldada. E, muito sagazmente, no seu esforço de atrair a desaprovação sobre o livro, apela também para esse sentimento. Mas como? Acusando alguma brutal negação do que é dogma, ou alguma atrevida simplificação do que é mistério? Não. Tudo isso Pinheiro Chagas o julga muito complicado para essas inteligências subalternas. E aponta então o detalhe comezinho e rasteiro, ó detalhe que aqueles homens brancos mais facilmente poderiam apreciar – o cigarro que Teodorico acende no Pretório. Com a mão trémula, Pinheiro Chagas mostra o cigarro blasfemo. E exclama textualmente: – *Arre pia, arre pia na verdade ver aquele cigarro no meio de tão sublime agitação!*

Portanto, em resumo, o que revolta Pinheiro Chagas neste infeliz livro – é que nele Jesus de Galileia não aparece suficientemente burlesco, e que nele Teodorico Raposo não aparece suficientemente sério.

Nunca numa Academia se disse nada tão extraordinário! E nunca se tratou uma Academia com tanto desdém pela sua inteligência, pela sua gravidade e pela sua autoridade literária.

E aí tem V. pois, caro Mariano Pina! Se eu dependuro da túnica de Jesus um grande rabo de papel – era laureado! E o conto seria meu – se eu tenho prudentemente arrancado das mãos de Teodorico o cigarro funesto de Xabregas! – Sempre Xabregas! – Pinheiro Chagas, naquela ruidosa e valorosa azáfama que o traz redemoinhando com tanto brilho da política à literatura, confunde a Academia com o Parlamento, toma-me estonteadamente por um ministro da Fazenda, e investe contra mim por causa da questão do tabaco!

Mas enfim, louvado Deus, se as razões do Relatório para excluir «A Relíquia» não são as boas – a decisão da assembleia, rejeitando pelo silêncio o livro indigno dela, foi admirável, quer nascesse de uma reflexão muito nítida, quer de um instinto enevoadado... E esse silêncio mesmo constitui o único traço literário que avisto neste concurso de literatura. Porque tudo o resto se me afigura deplorável.

A ideia do concurso, em si, é excelente, e revela naquele que a concebeu um sentimento muito lúcido e muito exacto deste país, onde toda a produção, além da

azeitona e do milho (bendito por ambos seja Deus!) tem de ser forçada e arrancada de um solo esterilizado por meios artificiais, oficiais, e de estufa. Mas a organização do concurso é particularmente e conjuntamente desgraçada!

Quem a fez? Foi um académico? Foi um dentista? Sob o rei Luís XV, e ainda sob Luís XVI, quando em Versailles se necessitava um financeiro (assim o assegura Beaumarchais), invariavelmente se chamava um dançarino. Quis a Academia, nesta clássica conjuntura, traduzir Versailles em calão? Precisando da experiência de um escritor para organizar o seu concurso – apelou ela, com a graça leviana de Luís de França, o *Bem-Amado*, para a habilidade de um barbeiro? Não sei. Mas se o encarregado foi um académico, então aí temos outro como Pinheiro Chagas, zombando impudentemente da inteligência, da seriedade e da autoridade da Academia!

Eu não conheço, muito infelizmente para mim, nenhuma das obras oferecidas a concurso e mais detidamente louvadas pelo Relatório. Basta-me, porém, saber que havia um livro de viagens, um livro de odes, um drama em verso e um romance arqueológico, para desde logo pensar que qualquer preferência, entre obras tão heterogêneas e tão insusceptíveis de comparação, nunca poderá ser determinada por motivos puramente literários e críticos. E, para a Academia permanecer na equidade, forçoso lhe seria decidir – não pelas qualidades dos escritos, mas pelas qualidades dos escritores, todos homens, todos cidadãos, todos mortais, e todos comparáveis, já no seu peso em quilos, já na sua pontualidade à missa, já no asseio da sua roupa branca.

Como se pode, por Deus, comparar livros de verso com livros de prosa, quando a natureza das duas formas e as propriedades que as caracterizam são essencialmente diferentes – uma nascendo toda da emoção e a outra da reflexão?

Quem pôde jamais comparar cartas de viagem e odes pindáricas? As qualidades de graça, de observação, de facilidade, de ligeireza, de *humour*, que fariam das cartas uma obra cheia de gosto e de interesse, desnaturariam as odes até ao grotesco – ao passo que o vasto sopro lírico, a majestade rítmica necessária para cantar Leônidas, ou mesmo o senhor duque de Ávila, dariam às cartas uma afectação intolerável.

Quem pôde jamais escolher, por comparação, entre um drama romântico em verso e um romance arqueológico em prosa, um vivendo da paixão, outro vivendo da erudição, um dando a síntese dos caracteres pela eloquência, outro dando a análise dos caracteres pela investigação? As qualidades cénicas do drama tornariam o romance enfático e vago – e os predicados de reconstrução, de ressurreição histórica, de sábio detalhe, que dariam ao romance uma viva possibilidade, converteriam o drama numa obra didáctica, difusa, chata e votada ao assobio!

Suponha V. que eu penetro na Academia Francesa com dois volumes na mão, e exclamando – «qual destes é o melhor?» – mostro de um lado o «Ruy Blas» e do outro a «Salambô»? Vê V. daí o encolher de ombros, o sorriso dessa assembleia – onde se senta Taine e onde se sentou Saint-Beuve? Diz você que no júri do concurso não havia Taines nem Saint-Beuves. Não sei – porque muitos académicos que o compunham me são, com minha grande mágoa e desproveito, absolutamente desconhecidos. Mas vejo entre eles três ou quatro homens certamente familiares com as coisas da literatura. E como sucede que esses, ao menos, não protestaram com o encolher de ombros, o sorriso dos quarenta imortais? Qual! De ombros quietos, com os lábios sérios, votaram, escolheram. uns o drama, outros o romance, com a mesma simplicidade com que se decidiram à ceia pela perna ou pela asa do frango! Mas, por Júpiter, nenhum poderá, penso eu, fundamentar o seu voto em razões que não sejam patuscamente alheias à literatura!

Caso surpreendente! E sobretudo surpreendente para mim, porque descubro que a Academia tem sobre livros a opinião do meu velho criado Vitorino! Este benemérito,

quando em Coimbra lhe mandávamos buscar a um cacifo, apelidado «Biblioteca de Alexandria», um livro de versos, trazia sempre um Dicionário, um Ortolan, ou um tomo das Ordenações: e se, por maravilha, nos apetecia justamente um destes tomos de instrução, era certo aparecer Vitorino com Lamartine ou com a «Dama das Camélias». Os nossos clamores de indignação deixavam-no superiormente sereno. Dava um puxão ao colete de riscadinho, e murmurava com dignidade: – *Isto ou aquilo tudo são coisas em letra redonda.*

Ora o júri da Academia parece também pensar que livros de viagens, odes, comédias, dramas em verso, romances arqueológicos – *tudo são coisas em letra redonda.*

Vitorino ainda vive, conserva a mesma dignidade fria, e é servente de botica no Porto. E, dada uma tal similitude de opiniões literárias, quem poderia na Academia recusar-lhe o seu voto – se Vitorino quisesse pertencer à Academia? Ninguém logicamente.

Mas basta... Creio que já superabundantemente tagarelamos sobre esta desditosa Assembleia, parecida com uma destas mãos de melodrama de quem os filhos mais amados e animados, como Pinheiro Chagas, desdenham e escarnecem, e que o filho desquerido e abandonado, como eu, piedosamente acode a defender quando um belo cavaleiro como V. lhe chama, rindo – velha ridícula e tonta

Aperta-lhe a mão, caro amigo,

o seu dedicado

Eça de Queirós

A EUROPA

Não sei o que aí se passa nessa viçosa América. Mas aqui neste ressequido continente, há já mais de dois anos, *aqueles que se distinguem por conhecer as coisas das nações*, como dizia o velho escriba egípcio do tempo de Thutmés III, recomeçam a inquietar-se e a gritar sombriamente: «A situação da Europa é medonha. Sob as crises que a sacodem, já a máquina se desconjunta. Nada pode sustentar o incomparável desastre. Este fim de século é um fim de Mundo!» E com efeito, com efeito! se, a este prolongado e triste brado, o homem que trabalha, quieto na sua morada, repara mais atentamente na Europa – ela aparece-lhe como uma sala de hospital, onde arquejam e se agitam nos seus catres, estreitos ou largos, os grandes enfermos da civilização.

Logo aqui, debaixo da minha janela, nesta Inglaterra, de aparência tão rubicunda, as «crises» se acumulam mais numerosas que as chagas no corpo clássico de Job. Primeiramente, a mais intensa e mais extensa, a que arranca mais gemidos, é a crise industrial, nascida da necessidade que a prolífica e atulhada Inglaterra tem de vender o que fabrica, para comprar o que come – necessidade implacável que a força a procurar desesperadamente mercados por toda a Terra; a arranjar povos vassalos, para obter povos fregueses; a considerar toda a honesta concorrência ao seu produto como uma perversa hostilidade contra o seu pão; a permanecer para com as nações, apesar do seu humanitarismo, num estado latente de sôfrega guerra comercial; e em breve talvez, como já prevê o professor Huxley, a fazer francamente fogo sobre todo aquele que ouse, como ela, vender algodões, ou como ela vender feno. E logo depois a crise agrícola, cada dia mais áspera, produzida por esses portos livres por onde torrencialmente lhe entra todo o fruto da terra alheia, desde as searas da América até aos pomares da Normandia; pelas extorsões desordenadas do capital intermediário; pela divisão mesma do solo, já na sua quinta parte improdutivo, porque a aristocracia territorial o conserva cerrado em parques de luxo e em imensas coutadas de caça. E depois a crise social, pela consequente conversão das classes rurais em classes industriais: a lavoura abandonada pela fábrica; uma afluência tumultuária às cidades, fazendo que o trabalho cada vez rareie mais, sob a indefinida multiplicação da plebe operária; e daí a formação dessas turbas esqueléticas de proletários esfomeados e regelados, sem lugar na sociedade e sem conforto na Natureza, rolando do *meeting*, onde a polícia os espanca, à taverna, onde o *gin* os embrutece. E depois a crise política, múltipla e confusa, feita da revolta nacional da Irlanda, do descontentamento agrário da Escócia, da desafeição eclesiástica de Gales, complicada ainda pela onda crescente de uma democracia de feitio continental, que desagrega os velhos partidos históricos, azeda o conflito das ideias com o rancor das personalidades, e pela lógica da sua tendência descentralizadora põe em perigo a solidez mesma do velho império colonial. E depois a crise religiosa: a progressiva hostilidade contra a Igreja oficial, levando as populações a armarem-se para não pagar o dízimo; o desdém cada vez mais acentuado das massas pelas seitas não conformistas, que até agora as mantinham numa salutar disciplina moral; a Bíblia, a grande lição e a grande consolação, caída em descrédito como voz divina, tornada mero livro de literatura, lirismo e crónica de um povo findo; e, enfim, pior que tudo, as almas procurando na religião menos uma regra do que uma excitação, fugindo do abstracto puritanismo para as flores e cantos dos templos ritualistas, ou para as bandeiras e pandeiretas da grosseira Salvation Army. E ainda por cima, como complemento, a crise moral, a inquietadora degeneração dos costumes: – as altas classes aristocráticas e plutocráticas refazendo a sociedade leviana e galante dos Stuarts; a sensualidade bruta, que é o fundo do temperamento inglês, irrompendo, quebrando todas as barreiras, as mais fortes, mesmo as da

respeitabilidade; o amor do luxo, do gozo, da ostentação, e do dinheiro que os compra, tornado o supremo motor da existência; o jogo adoptado como a profissão melhor por essa imensa classe, composta da «bela gente», que aposta pelo *jockey*, pelo remador, pelo atleta, pelo andarilho e pelo boxador; a honestidade apagando-se nos sentimentos como nas transacções – o negociante falsificando tudo o que vende, as famílias desfazendo-se no tribunal do divórcio, os filhos das velhas casas históricas roubando nos campos de corridas...

Mas se da verde Inglaterra passarmos ao continente, lá encontramos, nos outros organismos, reproduzidas as mesmas lesões. Todos sofrem de uma crise industrial, de uma crise agrícola, de uma crise política, de uma crise social, de uma crise moral. E cada um, por cima, pena de um mal seu e próprio – que é hereditário ou nascido dos desregramentos da vida. Logo para além da Mancha vemos a França, a nossa mãe latina, segunda pátria de todo o espírito bem-nascido, a braços com a sua terceira República, que não consegue desembaraçar-se do seu carácter provisório, nem pelo voto do *paysan*, nem pelo dinheiro da burguesia, e que na sua eterna aspiração à unidade procura o homem providencial que a cimente e a fixe no solo, levando ao poder estadistas sucessivos, que logo freneticamente derruba e arroja ao lixo, voltando-se, ora para um general, ora para um advogado, ora para um engenheiro, estonteada, ofegante, nesse afã que a traz, desde 79, *cherchant son sauveur*! Como corolário, a ânsia mórbida de enriquecer depressa, característica de todos os regímenes instáveis, estabelecendo desde o Havre até Marselha uma imensa Bolsa, com um *agent de change* em cada prédio, um sindicato colado em cada instituição, a lotaria infiltrando-se na indústria, e o *krach* todos os cinco anos! Através disto, em torno disto, uma plebe democratizada até o fio, subdividida em tantos partidos militantes quantas são as teorias sociais, todos irreconciliáveis, todos agressivos, cada um com o seu clube, a sua gíria, o seu herói e a sua substância explosiva. Depois, que grossas crises especiais – a das finanças, a da administração, a da Igreja, a dos costumes! Um orçamento que, cada dia, se desequilibra mais, sob o peso de ferro de um exército enorme, que o orgulho patriótico a obriga a manter, o dedo no gatilho, voltado para os Vosgos. A administração, o eixo resistente sobre que a França, desde Colbert, rolara com suficiente equilíbrio através de guerras e revoluções, enfraquecido, rachado, lascado pela, República, roído pela traça da corrupção. A Igreja, de que a França era a filha mais velha e bem-amada, volvida para metade da sua família espiritual em objecto de escândalo e cólera. O miasma do *boulevard* alastrando-se, espargido pelo vapor e pela electricidade, a todos os cantos da França e deteriorando mesmo a velha burguesia provincial, a austera depositária de *la haute honnêteté française*. Depois, para cúmulo, Paris complicando tudo com a sua comuna, o seu Hôtel de Ville, a impressionabilidade das suas massas, a garrulice da sua imprensa, a sua *bia que* e a sua miséria, o seu ideologismo e o seu *cocottismo*... Mil males – e o meu querido Oliveira Martins esfregando as suas mãos de filósofo, e ameaçando já esse Paris, «Capital dos Povos», de brevemente ficar reduzido a uma Corinto, onde sempre abundará o dinheiro estrangeiro, as cortesãs subirão aos altares, o estômago terá a sua glória, Arion inventará ritmos novos, e toda a noite, entre cantares e luzes, a orgia rolará da Porta de Sício à Porta de Cencreia, sob a invocação de Afrodite!

Se atravessamos o Reno, a Alemanha surge, compacta e maciça, como uma torre de incomensurável força. Mas aqueles *que se distinguem por conhecer as coisas das nações* sabem bem quanto ela é quebradiça! Numerosos estados, cada um com o seu «particularismo», como eles próprios dizem, dissemelhantes de temperamento, de costumes, de carácter, de religião, de interesses, agregados uns aos outros à maneira de animais domésticos num pátio de granja, quando sentem em torno uivar o lobo – eis a Alemanha! O que desde 70 a retém unida sob a bandeira amarela e negra, é o seu receio

constante que o urso moscovita levante as patas de um lado, e do outro bata as asas e solte o seu toque de clarim o petulante galo francês. Só por meio deste terror Bismarck consegue fazer flutuar, com tolerável estabilidade, a vasta jangada germânica: a um ponto que, para obter uma miserável lei de tabacos ou três sacos de florins, ele tem de criar um pânico de guerra nas suas gazetas, descer depois ao *reichstag* com as suas altas botas de couraceiro, a despertar o *furor teutonicus*, apontando através das perífrases délficas para os canhões já prontos do lado da Polónia ou do lado da Lorena. E daqui, quantas «crises» minando a grande Minerva armada! Os seus seis milhões de soldados sugam-na fibra a fibra. O solo avaro que mal a nutre, os impostos intoleráveis, a mesquinhez das profissões liberais, expatriam a mocidade burguesa e agrícola para a Inglaterra e para a América: a pequenez dos salários, que, permitindo produzir barato e vender barato, dá à sua indústria uma semelhança de, prosperidade, actua realmente como causa constante e surda da decadência moral e física do operário; e por fim a disciplina de quartel, militarizando tudo, desde a escola até às gares, uniformizando o Alemão no corpo e na alma, diminui-lhe a individualidade moral, como lhe anula a coragem civil. Entalada na fardeta prussiana, a Alemanha perdeu tudo o que havia de livre, de expansivo e de grande na sua natureza. O próprio génio se lhe estreita sob o peso do capacete. Onde está essa literatura tão viva, original, profunda, riosamente variada, que saía das pequenas cortes polidas e cultas em que Goethe era um semideus, e Hegel, como um profeta, acolhia peregrinos? Tudo se apagou. E descontentes com o tempo presente, as inteligências mergulham na erudição e no pó da arqueologia!

E se continuarmos, males iguais toparemos por essa Europa, em todas as nações, desde a imensa Rússia até à esguia Suécia. Sempre a dissipação dos estados, sempre a miséria das plebes! Na Rússia, as despesas do governo (não contando obras de utilidade, nem mesmo armamentos de ataque) subiram, sem que os rendimentos aumentassem, de *cento e cinco por cento* em dez anos. Ora, como o pai, o czar, gasta assim, os seus oitenta milhões de filhos, os mujiques, têm de pagar: acabrunhado de impostos, o pobre mujique corre ao agiota, vende à pressa, vende com perda, mal aparece à beira dos campos o colector fiscal entre baionetas; e a ignorância em que o Estado o traz abafado é tão sistemática, que, no ano de 1886, no mercado de Cracóvia, enquanto os agentes da pequena nobreza, mais esclarecidos sobre o preço da Europa, vendiam a medida da aveia por *setenta kopeks*, o desgraçado mujique, embrutecido, ignorando o valor do seu grão, rolando confusamente entre os dedos trémulos o grosso barrete de peles, deixava ir a mesma medida, o suor do seu ano, por *vinete* miseráveis kopeks! Na laboriosa, plácida Suécia, por. outro lado, para tudo resumir no horror de um número, o Estado tem de alimentar, pela caridade oficial, quase a *décima parte* da população – um pauperismo quatro vezes maior que o da Irlanda, esse húmido formigueiro de turbulentos mendigos!

Será necessário, para mostrar a máquina desconjuntando-se, esmiuçar a Itália, inventariar a Espanha, indefinidamente desfiar o rosário de «crises»? Será caritativo falar de nós? No nosso canto, com a azulada doçura do nosso céu carinhoso, a contente simplicidade da nossa natureza meio árabe (duas máximas condições para a felicidade na ordem. social), nós temos, ao que parece, todas as enfermidades da Europa, em proporções várias – desde o *deficit* desconforme até a esse novo partido anarquista que cabe todo num banco da Avenida. E desgraçadamente, além destes males, uns nascidos do nosso temperamento, outros traduzidos do francês, morremos a mais. de um outro mal, todo nosso, e que só a Grécia, menos intensamente, partilha connosco: – é que, enquanto contra as tormentas sociais nas outras naus se trabalha, na nossa rota e rasa caravela tagarela-se! Tagarela-se num desabalado fluxo labial, cuja qualidade, desde 1820, não tem deixado de decair, da eloquência degenerando na loquacidade – da

verbosidade descambando na verborreia!

De sorte que, olhando em resumo para o norte e para o sul, bem podem aqueles que *se distinguem por conhecer as coisas das noções* sombriamente afirmar que a máquina se desconjunta, e que a situação da Europa é medonha!

E todavia, no fundo, a situação é simplesmente normal. Natural e normal, e para ninguém pode ter terrores. Já não falo como um bicho egoísta e caseiro, que através de todas estas agonias de impérios continue a saborear os pequenos regalos da vida, o calor do lar, a amizade dos livros, o bom arroz de forno, o cigarro palreiro, e os pássaros cantando nos folhedos da Primavera. Mas mesmo para o crítico ou para o humanitário, sobretudo para esses, este *fim do Mundo* nada oferece de pavoroso.

A situação da Europa, na realidade, nunca deixou de ser medonha. Tem-no sido melancolicamente e apaixonadamente todo este século. Foi-o durante todo o século XVIII, através de mais indiferença e de uma maior doçura de vida. Tem-no sido em todos os séculos, desde que os Árias aqui chegaram, cantando os Vedas e empurrando os seus rebanhos para oeste. A «crise» é a condição quase regular da Europa. E raro se tem apresentado o momento em que um homem, derramando os olhos em redor, não julgue ver a máquina a desconjuntar-se, e tudo perecendo, mesmo o que é imperecível – a virtude e o espírito. Já o velho cronista medieval murmurava com infinita desconsolação: – «Tudo se desconjunta, e mesmo entre os homens se vai embotando a ponta da sagacidade.» Já o mais velho poeta clássico, o comedido e satisfeito Horácio, cantara tristemente, quando sobre o Mundo começava a espalhar-se a imensa majestade da paz romana: – «Tudo se afunda, e, mais que nenhum outro, este tempo é fecundo em misérias.»

Naturalmente não se queixavam de *deficits* ou de crises industriais, mas daquilo que então mais preocupava os homens cultos – o enfraquecimento da virtude, da moral, da religião, do patriotismo, da segurança pública. E gemidos iguais ouviríamos percorrendo os anais, os poemas e os textos – até aqueles que são pintados a cores vivas nos pilones de Tebas, ou gravados a fogo lento nos tijolos assírios do palácio de Senaquerib.

Mas o que são no fundo estes lamentos? São apenas, num tom mais solene e amplo, aquele queixume familiar que cada ano redizemos, quando as folhas caem e os céus se recobrem de névoas: – «Aí vem o Inverno e a noite!»

É que a sociedade assemelha-se à Natureza. E na Europa, como em qualquer espesso bosque, num fundo de vale; um momento vem em que tudo decai e fenece: – os ramos secam e racham, os mais altos carvalhos tombam de velhice, mil podridões fermentam, o solo desaparece sob os destroços, a obscuridade aterra, um longo soluço passa no vento. E, a quem então o achesse, o bosque afigura-se na verdade coisa confusa, arruinada e medonha. E todavia, tudo isso – é simplesmente Dezembro. É a vida; é a ordem. Das ramagens apodrecidas já se estão nutrindo as sementes que hão-de ser árvores: e através das decomposições conserva-se a seiva, que tudo fará reflorir e reverdecer, quando Março chegar. Ora estes tempos que vamos atravessando são o Outubro fusco que anuncia um dos grandes Dezembras do mundo. Temos já misérias, crises, dissoluções, velhas raízes que se despegam, prantos no vento; pior nos irá quando Dezembro vier: mas através de todas as vicissitudes sempre se conservará, como na Natureza, a eterna seiva, que é a eterna força.

Somente as folhagens novas de Março não ressurgem mais verdes nem mais duradouras, por terem recolhido a seiva das camadas de folhas caídas; na Natureza a força não tem um fim, não leva a nada de melhor; e não sendo moral, nem imoral, a Natureza não recua, nem progride. As árvores que nos cobrem não são mais frescas, nem mais frondosas que as que davam sombra aos homens do Lácio: e a geada, o vento

leste, a poeira não nos incomodam menos do que no tempo das «Geórgicas».

Verdade seja, também o homem não melhora nem se aperfeiçoa no que lhe é inato.

Não possuímos hoje, decerto, mais força nos músculos do que os soldados da invasão persa, mais beleza nas linhas do que os modelos da estatuária grega; não nos podemos também gabar de mais coragem que Leónidas, de mais génio que Platão, de mais poesia que Virgílio, de mais virtude que Marco Aurélio. Mas o conjunto dos homens, a sociedade, progride cada dia pela sucessiva acumulação do esforço, do trabalho, da virtude, do génio, da poesia, da coragem de cada geração que passa. E se realmente não pensamos mais profundamente do que em Atenas, sob os plátanos da Academia, nem combatemos mais heroicamente do que no desfiladeiro das Termópilas – temos decerto repartido entre nós mais justiça do que no tempo dos Gracos, e há mais saber divulgado entre nós do que no tempo de Aristóteles. E nesse século XX, de que já nos ocupámos com tão paternal solicitude, haverá ainda mais saber espalhado, e haverá mais justiça realizada.

De sorte que os males presentes, as crises, as misérias, não são mais que o natural deperecimento de Dezembro na floresta humana, donde surgirá uma mais viva, mais rica vegetação de liberdades e de noções.

Essas mesmas, por seu turno, criarão dificuldades novas na sociedade e incertezas novas no espírito. Outra vez voltará Dezembro.

Vozes sombrias afirmarão de novo, em línguas ainda não faladas, que tudo se desconjunta, que a situação é medonha! Mas quando Março por sua vez voltar, e se vir mais claro num céu mais limpo, reconhecer-se-á que, em suma, a humanidade deu outro passo decidido para a frente, no caminho da justiça. e no caminho do saber. E assim, aos tombos e aos socos, ora destroçado, ora re florido, o mundo avança irresistivelmente!

Onde nos leva entretanto esta marcha dolorosa? Não sei – e, se conhecesse o augusto segredo, não o divulgaria na «Gazeta de Notícias». Leva-nos talvez a essas cousas sublimes e vagas anunciadas [...] ¹

Gazeta de Notícias, 2 de Abril de 1888

¹ Texto incompleto.

OS MAIAS

TOMÁS DE ALENCAR – UMA EXPLICAÇÃO

(CARTA A CARLOS LOBO DE ÁVILA)

Meu caro Carlos: – Se aí no «Tempo» há bastante espaço para que um homem de letras desfaça, publicamente, uma lenda que foi enxertada sobre a sua obra, e que dela continua a viver, conceda V., a estas tiras de papel, o agasalho que elas só merecem pela sinceridade e veracidade de que vão repassadas.

Esta manhã, recebi um jornal do Rio de Janeiro, o «País», onde destacava um artigo de Pinheiro Chagas (sempre este homem fatal!) cujo título – «Bulhão Pato e Eça de Queiroz» – logo me causou confusão e assombro! Imaginei ao princípio que se tratava de um desses paralelos literários, dados outrora como temas nas aulas de Retórica, e em que se comparava, com sonora facúndia, o génio de César ao génio de Pompeio, as virtudes de Catão às virtudes de Séneca... Mas não! O artigo de Pinheiro Chagas versava sobre factos bem definidos, autenticados, com um ar sólido de pedaços de História, que deram ao meu assombro e confusão, já grandes, uma intensidade quase dolorosa. Era um artigo condenando com a máxima rispidez certa injúria que eu em prosa fizera a Bulhão Pato – e celebrando em períodos que se babavam de admiração e ternura certa desforra que Bulhão Pato tomara em verso.

A minha injúria consistira em *caricaturar* Bulhão Pato n'«Os Maias», sob os bigodes e os rasgos de Tomás de Alencar, e a desforra de Bulhão Pato fora correr à sua grande lira, e lançar contra mim uma grande sátira! Tais se me apresentaram os factos. E perante eles o meu assombro e confusão provinham de que, nesta fria manhã de Janeiro do ano da Graça de 1889, antes de ler o «País» – eu ainda ignorava totalmente a ofensa contra o simpático autor da «Paqueta» e o castigo retumbante que recebera do autor cruel dessa andaluza.

Talvez pareça pouco natural, sobretudo àqueles para quem a Casa Havanesa e o Café Martinho formam os confins do mundo, que eu não conhecesse um feito literário, tão considerável, de tão largo eco como a sátira.

A *existência dessa peça poética*, com efeito, não me era completamente alheia. Já aqui, em Paris, alguém um dia me falara dela rindo: – mas dessas galhofeiras palavras, trocadas à pressa, no rumor da rua, depreendi que era um sátira literária, impessoal, continuando um conflito de escolas, pairando nas generalizações estéticas – uma sátira em que o nosso Pato, na provinciana e académica suposição que em arte há duas grandes falanges com duas grandes bandeiras, a dos românticos e a dos naturalistas, vinha uma vez mais, paladino da alma, arremessar o seu dardo de ouro contra a soldadesca da matéria.

Que ela fosse uma sátira pessoal, *directa e crudelíssima*, como diz Pinheiro Chagas, atacando sem dúvida os meus costumes, os meus princípios, a minha moral, a minha vida – isso só hoje, nesta fria manhã de janeiro, o vim a saber pelo artigo do «País» tão sentido e fremente!

Só hoje, através das amargas repreensões de Chagas, vim a saber que a sátira me fora vibrada pelo autor da «Paqueta» em desforra, em ostentosa e berrante desforra de eu o ter encarnado na pessoa de Tomás de Alencar! E apenas recebi de chofre estas revelações, murmurei comigo, sem hesitar, imensamente divertido e imensamente

contente: – «Ainda bem! O que o nosso Pato gozou em se imaginar retratado n'Os Maias.»

«Ser retratado» num romance ou numa comédia constitui há muito, como V. sabe, caro amigo, a mais decisiva evidência da celebridade. Desde Aristófanes que põe Sócrates em cena nas «Nuvens», – até Pailleron que retrata Caro no «Monde où l'on s'ennuie», sempre a personificação de um contemporâneo aparece como a definitiva consagração da sua importância na sociedade, na política ou nas letras.

Logo que Saint-Beuve sobe a pontífice da crítica, Balzac passa a representá-lo através da «Comédia Humana» com tenaz e leónica ironia.

Apenas Gambetta se afirma como o homem providencial da Terceira República – logo Sardou o reproduz, sobre o palco, no fanfarrão «Rabagas». A celebridade do marquês de Bute em Inglaterra leva Lord Beaconsfield a dedicar-lhe todo um romance, «Lotário». E, não podendo dar um livro a cada um dos dois dominantes *dandies* Morny e Cadet-Russe, Octávio Feuillet funde-os num só, no supremo Mr. Camors. Em literatura o «retrato» torna-se assim a investidura oficial da glória.

Daqui logicamente resulta, meu caro Carlos, que «figurar» num romance ou num drama é a ambição suprema e o prazer inefável de todos os glutões de celebridade – sobretudo daqueles que vão sentindo essa celebridade murchar e desfolhar-se como uma coroa que foi feita das rosas frágeis de um dia... O nosso bom Bulhão Pato saboreia há meses, segundo me afirma Chagas, esse contentamento inefável!.

Mas para que vem então a sátira – a sátira investindo e rugindo, com os seus alexandrinos mais eriçados que as cerdas bravas de um javali?... A sátira, caro amigo, vem muito habilmente, com o astuto fim de alvoroçar o público, criar um tumulto de curiosidade, obrigar todos os olhos a volverem-se para o motivo que a provocou, para o «retrato», evidência de glória, instintiva homenagem dada ao alto poeta.

A sátira vem, assim estridente e alardeada, para que o público saiba, creia que houve realmente um retrato, e que tão grande é ainda a situação do poeta na literatura do seu tempo, tão penetrante a sua influência no mover das ideias, que um artista se decidiu a prestar-lhe esse preito sumo que a Arte, através dos séculos, tem concedido a todos os ilustres, desde Sócrates, o divino, até Monny, o mundano.

Aí está para que veio a sátira! Mas enquanto ela, diante do público, ruge com um som de latão, – o estimável autor da «Paqueta» banha-se todo ele num mar de leite, de mirra e de rosas.

Foi «retratado»? É pois ilustre! Um artista, durante novecentas páginas, aplicou-se a detalhar-lhe o feitio imortal! A sua glória faísca em plena brasa!... E os dias de Bulhão Pato agora correm em incomparável delícia, estirado numa cadeira, lendo, relendo «Os Maias», e sorrindo beatificamente coma ídolo por entre o incensa.

Pois bem! Por mais que me custe perturbar este gozo do interessante autor da sátira, eu sou, pela uniludível verdade, obrigado a declarar que o meu Tomás de Alencar não é a personificação do sr. Bulhão Pato – e que, durante o longo tempo que fui pondo de pé, traço a traço, a figura de Tomás de Alencar, nem uma escassa vez me cruzou na memória a ideia, a imagem, o nome sequer do poeta da «Paqueta»!

Para retratar um homem, já o disse com a sua costumada profundidade Mr. de La Palisse – é necessário, pelo menos, conhecê-lo. Conhecer a sua fisionomia exterior e interior – as suas ideias, os seus hábitos, os seus gostos, os seus sentimentos, os seus tiques, os seus interesses, tudo o que diversamente e unicamente constitui um carácter.

Ora, conheço porventura deste modo íntimo e miúdo o sr. Bulhão Pato? Não – nem intimamente, nem quase superficialmente. Quantas vezes, nestes derradeiros dezasseis ou dezoito anos, nos teremos avistado, através das nossas desencontradas e remotas existências? Cinco ou seis vezes, fugitivamente – na rua, nalguma saía, a uma

mesa de restaurante! Nada sei da sua vida, dos seus costumes, das suas opiniões. Nunca provei da sua cozinha! E acrescentarei mesmo (já que a defesa me impõe esta confissão dolorosa que me acabrunha). que quase não provei ainda da sua melhor poesia! Por circunstâncias inexplicáveis, e que me vexam, eu nunca li a «Paqueta». Nada sei dele! Se alguém me pedisse para traçar num papel três ou quatro feições características da fisionomia moral e literária deste poeta, eu ficaria com a pena suspensa no ar, na mais absurda e ignara hesitação.

Como ousaria eu então tentar; durante um longo romance, a pintura de um vivo de quem não conheço a vida, de um poeta de quem não conheço a poesia?

A maior razão, porém, para mim mesmo de que, criando o tipo de Tomás de Alencar, eu nunca pensei em Bulhão Pato – e que pensei sempre em outro. Tomás de Alencar, com efeito, representa alguém que viveu. É um retrato. Um retrato desenvolvido, completado com traços surpreendidos aqui e além na velha geração romântica.

Eu conheci Tomás de Alencar. Conheci-o na província, donde nunca saiu, quando ele já tinha o seu longo bigode romântico embranquecido pela idade e amarelecido pelo cigarro, como n'«Os Maias». Não era este homem profissionalmente um poeta – quero dizer, nunca fabricara livros de versos para vender a editores. Fazia, porém, versos, que apareciam num jornal de ***. E era ainda poeta pela sua maneira especial de entender a vida e o mundo. Desde o primeiro dia que o tratei, senti logo nele uma soberba encarnação do lirismo romântico. E desde logo tive o desejo, a fatal tendência, de convertê-lo num personagem. já, com efeito, este homem perpassa n'«O Crime do Padre Amaro» – tão rapidamente, porém, que o tipo vem todo condensado numa só linha. Ninguém hoje se lembra já d'«O Crime do Padre Amaro», por isso cito esse episódio. É na praia da Vieira, uma praia de banhos ao pé de Leiria, à hora do banho: – «As senhoras sentadas em cadeirinhas de pau, de sombrinhas abertas, olhavam o mar falando: os homens, de sapatos brancos, estendidos pelas esteiras, chupavam o cigarro, riscavam emblemas na areia – enquanto o *poeta Carlos Alcoforado*, muito fatal, muito olhado, passeava só, soturno, junto à vaga, seguido do seu terra-nova.» Mais nada.

Não volta mais em todo o livro. Mas nessa curta linha passa ele real, como era, tão vivo que o revejo agora, magro, com a grenha sobre a gola, fatal e soturno, admirado das mulheres, seguido do seu terra-nova. E revejo-o ainda, como numa das derradeiras vezes, anos depois, passeando rente de um muro de cemitério, ao cair da tarde, numa quieta vila da província, mais grisalho, mais soturno, falando de versos e das tristezas da vida, com o chapéu desabado sobre os olhos, embrulhado num xale-manta cinzento, seguido do seu terra-nova.

O meu trabalho n'«Os Maias» foi transportá-lo para as ruas de Lisboa, acomodá-lo ao feitio de Lisboa, começando por o desembulhar do seu xale-manta, e separá-lo do seu cão – porque estes dois atributos não se coadunam com os costumes da capital. Completei-o também dando-lhe esse horror literário do naturalismo, que Alcoforado nunca tivera – porque nesses tempos ditos ainda se não parolava em Portugal acerca do naturalismo, nem o nosso bom Chagas conhecia ainda, para dele se rir, de alto para baixo, o épico d'«O Germinal».

Em todas as feições fundamentais, porém, ele permaneceu no romance, exactamente como foi na vida.

Era dele a solenidade do Alencar. Dele a voz cavernosa e lenta. Dele o hábito (que o ajudou a matar) de atirar às goelas copinhos de genebra. Dele o costume de empregar o invocativo *filhos!* – tão inveterado que este plural vinha mesmo quando se dirigia a uma só pessoa, como se em espírito falasse a uma descendência de espíritos. Eram dele, enfim, a lealdade, a honestidade impecável, a bondade, a generosidade, a alta cortesia de maneiras: – e é bem petulante que alguém tente à força encafuar-se dentro destas nobres

qualidades, e procure resplandecer perante a multidão com o brilho que elas irradiam, repetindo assim a fábula sempre grotesca e sempre irritante da gralha que se reveste com as penas melhores do pavão!

Porque é esta questão das qualidades que faz a estupenda absurdidade do caso. Por onde se reconheceu o sr. Bulhão Pato no sr. Tomás de Alencar? Pelo feito exterior?... Foi pelos bigodes? Todos em Portugal usamos esse retorcido apêndice. Pelas receitas de cozinha? Todos os homens de letras, desde Virgílio a Dumas pai, ensinavam a arte sem igual. Pela efusão dos gestos? Todos nós nestas terras expansivas do Sul lançamos os nossos gestos até às nuvens... Em quais destes traços se reconheceu Bulhão Pato? Pinheiro Chagas, no artigo do «País», afirma que há em Alencar dois hábitos que são a reprodução escandalosa de dois hábitos de Bulhão Pato: – o andar sempre puxando a pêra e sempre recitando maus versos! (Textual.) Ora sucede justamente que Alencar não tem pêra, apenas longos bigodes cheios de poesia e tristeza.

E em quanto aos versos, é certo que os de Alencar são maus; – mas Pinheiro Chagas parece-me injusto quando implícita e explicitamente declara que são maus também os de Bulhão Pato. Como já confessei, suando de vergonha, nunca desgraçadamente li a «Paqueta»: tenho, porém, a certeza que ela não é inferior ao «Poema da Mocidade» do severíssimo Chagas. Nalguma estrofe de Pato que tem sido meu encanto e privilégio ler – encontrei sempre facilidade, elegância e doçura. E os traços portanto que Pinheiro Chagas cita, para provar a parecença do poeta vivo e do poeta imaginado, são contraproducentes – porque onde Alencar recita versos maus, Pato recitaria bons versos, e onde Pato tem pêra, Alencar só tem queixo!

Tudo isto, caro amigo, é deploravelmente cómico, insusceptível quase de ser comentado com gravidade. A julgar por estes traços exteriores, poderiam considerar-se retratados no Alencar, e vibrarem sátiras contra mim, todos os homens que em Portugal têm bigodes, cometem versos, gesticulam largo, e sabem modos de cozinhar o bacalhau – isto é, uma farta metade dos habitantes do reino!

Não! estes traços de superfície; comuns a todos, não individualizam ninguém. O que diferença e caracteriza os homens – é o seu modo de ser moral, o conjunto das qualidades e dos defeitos. Ora Tomás de Alencar tem defeitos e qualidades, separados e alternados, que vão desde a carraspana até ao cavalheirismo. Em quais das virtudes ou dos vícios se reconheceu o poeta da «Paqueta»?

Se foi nas virtudes, então aqui vemos um homem que solenemente se adianta, cercado dos seus amigos, e exclama para o público, com a fronte alçada: – «Apareceu aí um romance em que há um tipo de poeta, que tem lealdade, generosidade, uma honradez perfeita!... Ora com tão esplêndidas qualidades só eu existo em Portugal. Esse poeta, portanto, *sou eu!*»

Neste caso, nunca nas idades modernas se teria visto um tão burlesco exemplo de pedantismo e de farófia.

Mas se o sr. Bulhão Pato se reconheceu nos defeitos, então aqui temos um homem que em meio dos seus amigos se acerca do público e declara com serenidade: – «Apareceu aí um romance em que há um poeta que é um medíocre, um palrador, um farfante e um piteireiro. Ora com tão pírias qualidades só eu existo em Portugal. Esse poeta, portanto, *sou eu!*»

Neste caso, nunca no mundo se teria visto um tão doloroso exemplo de rebaixamento e de aviltamento próprio.

Paro, pelo respeito que devo ao poeta. Mas quantas cruéis e esmagadoras conclusões, uma pena mais hábil e maligna do que a minha poderia sacar desse paralelo a que o autor da «Paqueta» tão gratuitamente se ofereceu e em que se comprazeu tão levemente!

Paro também para não tomar mais tempo ao «Tempo». Foi necessária, porém, esta prolongada e miúda explicação, para mostrar que nada há de comum entre Tomás de Alencar e o sr. Bulhão Pato, além daqueles traços literários pelos quais um poeta romântico é sempre parecido com outro poeta romântico. Foi igualmente necessária para mostrar que só uma indiscreta ilusão e um zelo excessivo pela glória própria puderam levar o autor da «Paqueta» a introduzir-se, com tanto ruído e tanta publicidade, dentro do autor da «Flor de Martúrio». E visto que nada agora pode justificar a permanência do sr. Bulhão Pato no interior do sr. Tomás de Alencar, causando-lhe manifesto desconforto e empanturramento – o meu intuito final com esta carta é apelar para a conhecida cortesia do autor da «Sátira», e rogar-lhe o obséquio extremo de se retirar de dentro do meu personagem.

Em quanto à sátira, não tenho a ocupar-me dela, mercê de Deus! Nunca a li. Naturalmente nunca a lerei. Pinheiro Chagas afirma que ela é *directa e crudelíssima*: da sua vernaculidade e concordância com as regras da poética, é-me garantia a alta situação académica do satirista: fica-me, pois, a grata certeza que fui por Bulhão Pato tratado de infame, segundo todos os preceitos de Horácio! Isto me basta: – e como homem e como escritor plenamente me satisfaz.

Eis o que eu tinha a dizer sobre este incidente, filho misérrimo da ilusão e da vaidade. E tendo-o hoje esgotado tão largamente que receio que esta carta não caiba no «Tempo», nem no espaço – não haverá sátira, nem elegia, nem protestos, nem queixumes que me levem a dedicar-lhe de novo uma só linha ou honrá-lo com um só pensamento.

Paris, 1889
Eça de Queirós

A DECADÊNCIA DO RISO

Foi o grande mestre Rabelais que disse:

...Riez! Riez!

Car le rire est le propre de l'homme!

«Ride! Ride! Porque o riso é próprio do homem!» Mas como poderia pensar de outro modo o tão forte e tão profundamente humano abade de Meudon? Quando ele lançava esse salutar ditame, o mundo todo, em tomo, era alegre e ria! A Meia Idade, a idade em que o homem mais bocejou (a um ponto que, na devota Bretanha, havia orações contra o bocejo) findara ou parecia findar: – e com ela findava esse irradicável desalento, tão bem simbolizado pelo velho Albert Dürer, na sua gravura da «Melancolia», naquele formoso moço de asas potentes, que, em meio de um vasto laboratório onde se acumulam todos os instrumentos das ciências e das artes, deixa pender entre as mãos a cabeça coroada de louro, e fica inerte, considerando a *inutilidade de tudo*, enquanto um imenso morcego, por trás, se desdobra e tapa o disco do Sol. Nos dias de Rabelais – já esse formoso moço erguera a face, se revelara em toda a sua beleza e força como o génio da Renascença, e apanhando os instrumentos esparsos pelo laboratório, começava, brilhante de esperança e vida; a reconstrução de um mundo.

A Terra toda oferecia. então o viço, o tenro brilho; o rumor germinante de uma Primavera e de uma Ressurreição. O morcego teocrático da «Melancolia» fugira espavorido – e outra vez o Sol refulgia, calmo e fecundo, como no belo céu da Helénia. As soturnas torres feudais eram abandonadas às corujas e aos fantasmas – e os novos palácios abriam à luz os seus pórticos de mármore branco. Às estamenhas da penitência sucediam os brocados de gala. A vida Inteira, e até a morte, era uma festa. A própria Inglaterra, o país das névoas e das feiticeiras, *qui même ses plaisirs ler prennaient moult tristement*, como afirma o bom Froissard, entra ruidosamente na alegria universal, e a si mesma se intitula *Merry England*, a galhofeira Inglaterra.

Por toda a parte, a fantasia vai batendo o voo ligeiro; e o «Orlando» de Ariosto ensina as formas novas do heroísmo, como as ondinas de Jean Goujon ensinam as formas novas da graça.

As maravilhas da arte antiga surgem dos subsolos góticos – e Vénus, ressuscitada de novo, é deusa, e reina. A cada instante o homem adquire um domínio mais directo e largo sobre o universo: as naus portuguesas descobrem mundos, e os vidros de Copérnico revelam as realidades dos céus. Através de Cervantes, de Montaigne, de Shakespeare, a alma aprende a conhecer-se melhor e sente a sua grandeza. O mesmo Cristo, a Virgem, os santos, perdem, sob o luminoso pincel dos Italianos, a sua magreza, a sua dor macilenta, ganham as cores da paz do bem-estar divino, são consoladores e são amáveis.

Na face do Padre Eterno aparecem, enfim, por sob as rugas do fera déspota, os sorrisos do doce Pai.

A Humanidade aprende a cantar. E o bom Rabelais, em meio desta larga esperança e de tanto esforço triunfal, bem pode dizer:

...Et maintenant riez!

Car le rire est le propre de l'homme!

Mas hoje se, para grande vantagem da paróquia de Meudon e do universo, Rabelais ressurgisse, e de novo caminhasse entre nós com o seu «Gargântua», que diria

o nobre mestre? Decerto, folheando os nossos livros, cruzando as nossas multidões, vivendo o nosso viver, o bom Rabelais diria que «*chorar é próprio do homem*» – porque o largo e puro riso do seu tempo não o encontraria em face alguma. Nós, com efeito, filhos deste século sério, perdemos o dom divino do riso. Já ninguém ri! Quase que já ninguém mesmo sorri, porque c que resta do antigo sorriso, fino e vivo, tão celebrado pelos poetas do século XVIII, ou ainda do sorriso lânguido e húmido que encantou o romantismo – é apenas um desfranzir lento e regelado de lábios, que, pelo esforço com que se desfranzem, parecem mortos ou de ferro.

Eu ainda me recordo de ter ouvido, na minha infância e na minha terra, a *gargalhada* – a antiga gargalhada, genuína, livre, franca, ressoante, cristalina!... Vinha da alma, abalava todas as vidraças de uma casa, e só pelo seu *toque* puro, como o do ouro puro, provava a força, a saúde, a paz, a simplicidade, a liberdade!

Nunca mais a tornei a ouvir, esta gargalhada magnífica da minha infância. O que hoje se escuta. às vezes, é uma casquinada ou uma cascalhada (por ter o som do cascalho que rola), seca, dura, áspera, curta, que vem através de uma resistência como arrancada por cócegas e que bruscamente morre, deixando as faces mudas e frias. Eis a risada do nosso século! E o que mais dolorosamente a caracteriza é essa resistência que se lhe opõe, a pressa ansiosa de a recalcar e de a sufocar como ruído Importuno e incongénere com o nosso estado de alma. Ninguém ri – e ninguém quer rir. Temos todos o indefinido sentimento de que o riso estridente e claro destoa na atmosfera moral do nosso tempo. O rir de Lutero, que se ouvia no fim das longas ruas de Worms, o rir do grande Leonardo da Vinci, «que fazia tremer os mármore», seriam hoje actos de impertinência e de irreverência. Que olhares de surpresa e censura não provoca, numa multidão num teatro, alguma gargalhada que tenha ainda por acaso o brilhante e são retinir do riso antigo!

Cousa monstruosa! Nós ensinamos a nossos filhos a supressão disciplinar do riso! «Filho, que risada essa! Tem juízo! não rias assim!» Todos os dias estas repreensões, ternas e graves, abafam nos nossos lares a alegria das crianças, que, tendo apenas imergido da Santa natureza animal, conservam ainda, animal e santamente, *le rire qui est le propre de l'homme!*

De que provém esta desoladora decadência do riso? Haveria um estudo a compor sobre a «Psicologia da Macambuzice Contemporânea».

Eu penso que o riso acabou – porque a humanidade entristeceu. E entristeceu – por causa da sua imensa civilização. O único homem sobre a Terra que ainda solta a feliz risada primitiva é o negro, na África. Quanto mais uma sociedade é culta – mais a sua face é triste. Foi a enorme civilização que nós criámos nestes derradeiros oitenta anos, a civilização material, a política, a económica, a social, a literária, a artística que matou o nosso riso, como o desejo de reinar e os trabalhos sangrentos em que se envolveu para o satisfazer mataram o sono de Lady Macbeth. Tanto complicámos a nossa existência social, que a Acção, no meio dela, pelo esforço prodigioso que reclama, se tornou uma dor grande: – e tanto complicámos a nossa vida moral, para a fazer mais consciente, que o pensamento, no meio dela, pela confusão em que se debate, se tornou uma dor maior. O homem de acção e de pensamento, hoje, está implacavelmente votado à melancolia.

Esse pobre homem de acção, que todas as manhãs, ao acordar, sente dentro em si acordar também o amargo cuidado do pão a adquirir, da situação social a manter, da concorrência a repelir, da «íngreme escada a trepar», poderá porventura afrontar o Sol com singela alegria? Não. Entre ele e o Sol está o negro cuidado, que lhe estende uma sombra na face, lhe mata nela, como a sombra sempre faz às flores, a flor de todo o riso. Por Outro lado o homem de pensamento que constantemente, pelo fatalismo da

educação científica e crítica, busca as *realidades* através das *aparências*, e que no céu só vê uma complicada combinação de gases, e que na alma só descobre uma grosseira função de órgãos, e que sabe que porção de fosfato de cal entra em toda a lágrima, e que diante de dois olhos resplandecentes de amor pensa nos dois buracos da caveira que estão por trás, e que a todo o sacrifício heróico penetra logo o motivo egoísta, e que caminha sempre à procura da lei estável e eterna, e que a cada passo perde um sonho, e que por fim não sabe para onde vai, e nem mesmo sabe quem é – não pode ser senão um triste!

Desde que homem de acção e homem de pensamento são paralelamente tristes – o mundo, que é sua obra, só pode mostrar tristeza. Tristeza na sua literatura, tristeza na sua sociedade, tristeza nas suas festas, tristeza nos fatos negros de que se veste... Tristeza dentro de si, tristeza fora de si. E quando por acaso alguém por profissão tradicional, como os palhaços, ou por contraste, ou pela saudade da antiga alegria e o desejo de a ressuscitar, procura fazer rir este mundo – só lhe consegue arrancar a tal casquinada curta, áspera, rangente, quase dolorosa, que parece resultar de cócegas brutas feitas nos pés de um doente.

Não há que duvidar! Voltaram os tempos de Albert Dürer. Outra vez o famoso moço de asas potentes, no meio dos inumeráveis instrumentos das ciências e das artes, que atulham o seu laboratório, e diante das obras colossais, que com eles construiu, sente, sob esta produção excessiva que o não tornou nem melhor nem mais feliz, um imenso desalento, e, considerando a *inutilidade de tudo*, de novo deixa pender sobre as mãos a testa coroada de louro.

Pobre moço, que; de muito trabalhar sobre o universo e sobre ti próprio, perdeste a simplicidade e com ela o riso, queres um humilde conselho? Abandona o teu laboratório, reentra na Natureza, não te compliques com tantas máquinas, não te subtilizes em tantas análises, vive uma boa vida de pai pródigo que amanhã a terra, e reconquistarás, com a saúde e com a liberdade, o dom augusto de rir.

Mas como pode escutar estes conselhos de sapiência um desgraçado que tem, nos poucos anos que ainda restam ao século, de descobrir o problema da comunicação interastral, e de assentar sobre bases seguras todas as ciências psíquicas?

O infeliz está votado ao bocejar infinito. E tem por única consolação que os jornais lhe chamem e que ele se chame a si próprio – o *Grande Civilizado*.

Gazeta de Notícias, 1891

OS GRANDES HOMENS DE FRANÇA

A França está neste momento ocupada em verificar com ansiedade, mas com método, quais são os seus grandes homens. Este inesperado e interessante exame de consciência é limitado ao século XIX, e o seu motivo foi a decisão tomada pelo governo da República de criar um Panteão Nacional, onde esses grandes homens (ou antes os seus ossos), depois de bem escolhidos e de bem estremados, *requiescat in pace et gloria*.

O Panteão já existe – e fora outrora uma igreja. Quando Vítor Hugo morreu, e a França o deificou, foi necessário, naturalmente, procurar um templo para alojar o deus novo. A escolha recaiu sobre a Igreja de Santa Genoveva, que de resto, durante alguns anos da Primeira República, já constituía um panteão, votado (segundo a inscrição que a orna) aos *grandes homens* pela *pátria reconhecida*. Eu, que sou um hugólatra impenitente, não me queixo de que assim se despojasse Santa Genoveva.

A igreja não guardava o corpo da santa – tinha apenas o seu nome. A gloriosa padroeira de Paris já gozou longos séculos de adoração – e a sua santidade, perfeitamente estabelecida nas almas, não necessita a comprovação material de um altar. Vítor Hugo, esse, é um deus moderno – e convinha que, deste modo visível e compreensível às inteligências simples, fosse consagrado o que no seu génio havia de inconsciente e de divino. A igreja do Panteão, pois, cuja cúpula é uma das linhas aéreas de Paris mais familiares, ficou sendo o mausoléu do poeta da «Lenda dos Séculos». Jazem lá também, ao que parece, no fundo de criptas mal conhecidas, os ossos de Voltaire e de Rousseau. Mas esses restos dos dois precursores, colocados devotadamente no Panteão pela Revolução, depois arrancados de lá com rancor pela Restauração e atirados a valas incertas, depois recolhidos à pressa e com entusiasmo confuso pela República de 1848 – não têm autenticidade. E as relíquias dos dois filósofos naturalistas, expostas à veneração preguiçosa da democracia, são ainda menos genuínas que as relíquias dos santos de que eles tanto se riram no século em que se ria. Ninguém sobe à montanha de Santa Genoveva para visitar com convicção Voltaire ou Rousseau. Como santuário, até hoje, o Panteão era unicamente o santuário do divino Hugo.

Mas agora morre Renan. E a França, sem grandes dissidências, procedeu à sua canonização secular. O autor da «Vida de Jesus» era, decerto, um grande homem: – ou antes continha em si uns poucos de homens (um heresiarca, um artista, um arqueólogo, um moralista, um metafísico e um sacerdote) todos eles distintos e mesmo superiores, que, prestando uns aos outros o auxílio de suas aptidões especiais, formavam exteriormente a aparência muito aceitável de um grande homem. O artista emprestava ao erudito a graça da sua arte; o erudito comunicava ao artista a suculência do seu saber. O sacerdote adoçava o heresiarca; o metafísico vivificava o arqueólogo. E todos assim concorriam para construir um admirável Renan. O homem todavia que, dentro de Renan, mais ajudou à glória de Renan – foi o artista. Ele tinha o dom inefável de cativar as multidões como Orfeu, só com tirar da lira uns sons doces e delicados. Não creio que com esse mero tanger, de melodia alada, ele edificasse, à maneira de Orfeu, cidades duradouras: mas como Orfeu, fascinou, pela lira, muita pedra e muita alimária. Em resumo, porém, era um razoável grande homem. E como, além disso, foi um justo (alguns dizem um santo), largamente merece a sua canonização.

Canonizado, devia naturalmente recolher ao Panteão. Mas desde logo o Panteão deixava de ser um santuário privilegiado de Hugo, deus único das nossas letras. E desde que assim se abria a porta, democraticamente, a outros deuses, era coerente que se

deixasse penetrar no santuário todos aqueles em quem a multidão tivesse reconhecido o sinal da divindade. O Estado portanto declarou o Panteão acessível a todos os grandes homens de França.

Mas imediatamente surgiu esta temerosa dúvida: – quem são realmente os grandes homens de França? E depois outra dúvida mais perturbadora: – como se reconhece um grande homem? o que é um grande homem?

O governo do sr. Carnot (onde há filósofos e humanistas da Escola Normal) já tem uma opinião muito nítida e já a formulou num decreto. De facto, o Governo nomeou já por decreto três grandes homens. Esses três grandes homens (os únicos por ora que a França possui oficialmente), a quem se votou como um triunfo póstumo o Panteão, são Renan, Michelet e Quinet! E, segundo os considerandos do decreto, a grandeza é atribuída a estes três homens «por eles terem defendido o livre-pensamento» e lutado pela razão contra a fé. De sorte que, segundo a definição oficial – grande homem é aquele que ataca superiormente o catolicismo e a Igreja. Todavia este decreto de grandeza, que desde logo exclui de entre os grandes homens de França Pascal e Bossuet, é por outro lado injusto porque não compreende, entre outros, o supremo paladino da razão contra a fé, o heróico Proudhon. Porquê? Porque Proudhon foi um socialista militante. Logo segundo o Governo, grande homem, em França, é aquele que ataca a Igreja dentro de um liberalismo ordeiro! Há espíritos exigentes que consideram esta regra como intoleravelmente reles.

Pelo menos, é uma regra nascida de um sectarismo muito estreito e muito seco. E por isso de todos os lados surgiram reclamações impacientes. O sr. Leon Say e outros académicos do Centro Esquerdo requereram imediatamente que, a esses três grandes homens insuficientes, se adicionasse um outro, o maior entre todos – Thiers, preceptor da Terceira República e libertador do Território... (A cunhada do sr. Thiers acudiu, porém, suplicando ao Estado que não perturbasse os restos desse homem ilustre.) Mas já poetas e letrados declaravam, com vivacidade, que nunca seria compreensível um Panteão onde não estivesse Lamartine! E simultaneamente a Academia de Medicina protestou, com indignação, contra uma lei que excluía da grandeza o único homem verdadeiramente grande que a França teve neste século, Claude Bernard, o pai da fisiologia.

A este tempo já os romancistas perguntavam com azedume se a França, na sua distribuição de glórias póstumas, ia esquecer Balzac? E os músicos acudiam também bradando contra a indignidade de se não abrir o Panteão a Berlioz! Ninguém todavia reclamou com mais alarido que os pintores, que consideravam uma ofensa à arte francesa o não se conceder a canonização secular ao grande Delacroix e ao grande Meissonier!

Além destas reivindicações de classes (porque vieram os químicos, os engenheiros, os militares, os antiquários, os matemáticos, os economistas, etc.), outras surdiram individuais, todas justas e persuasivas. Q quê! Será possível, entre os grandes homens, não colocar logo, no melhor pedestal, Chateaubriand? E Champollion, que leu os hieróglifos dos monumentos do Egipto, e revelou ao mundo a antiguidade faraónica? Decerto Champollion é grande... Mas o marechal Bugeaud! o marechal Bugeaud, que, conquistando a Argélia, deu à França uma colónia magnífica! Que é isso diante de Arago, o astrónomo, que através dos espaços descobriu mundos e completou o mapa do céu? E Guizot? Vamos nós deixar Guizot, sem grandeza, à porta do Panteão? Vós falais, amigos, e todavia ainda vos esqueceis do maior!... Com efeito ninguém se lembrara de Augusto Comte! De acordo, Augusto Comte... Mas que a consagração de grande homem seja dada também oficialmente ao velho A. Dumas! – E assim, pela patente justiça de todas estas reclamações, o Estado, aturdido, reconheceu que não haveria

jamais Panteão onde coubessem tantos grandes homens de França.

Daqui, a necessidade de uma selecção severa. E imediatamente a dificuldade inquietadora reaparece: – Quem são realmente os grandes homens de França? Por que sinais se reconhece um grande homem? O que é, no fundo, um grande homem?

A definição de «grande homem» está feita já, e com exactidão. O grande homem é aquele que pelo raciocínio atingiu uma maior soma de verdade, ou pela imaginação as maiores formas de beleza, ou pela acção os mais altos resultados, do que todos os seus contemporâneos na latitude do século. Esta obra superior em verdade, em beleza, em bondade ou utilidade, é produzida por um não *sei quê* que possui o grande homem, que se chama *génio*, cuja natureza não está suficientemente explicada, mas que constitui uma força infinitamente maior que o simples talento, o simples gosto ou a simples virtude.

Dada, porém, a definição, permanecemos nas mesmas dificuldades, – e nunca poderemos, só por ela, organizar uma lista de grandes homens no século XIX, para colocar em um panteão. Sistemas de raciocínio que há cinquenta anos pareciam definitivos; formas de beleza que há cinquenta anos pareciam perfeitas – estão hoje em abandono ou desprestígio. E feitos de homens, grandes pela acção, e que em tempo passavam por feitos sublimes, vieram por fim a ser amaldiçoados, porque em definitivo só acarretavam desastres. (Vid. Napoleão.)

A única regra talvez segura para decretar um grande homem será ainda o entusiasmo da multidão. Não a popularidade – porque então o maior francês do século seria talvez Offenbach! (*Proh pudor!*) Mas esse entusiasmo inconsciente, quase religioso, sem nascido da adivinhação, que faz exclamar, sem provas, sem elementos de seguro juízo: «Aquele é um grande homem.» Essa vaga *vox populi* é talvez o indício mais certo da presença de Deus. O instinto das turbas foi sempre divinatório: – e só ele pode talvez surpreender bem, através das fraquezas, dos erros e da obra imperfeita, a existência, dentro de certo homem, de qualidades superiores às de todos os homens e que acima de todos o devam elevar, mesmo quando as limitações do tempo e da civilização ambiente, ou as próprias limitações humanas, lhes não permitiram o desenvolvimento pleno e perfeito.

Ora, a julgar pela suprema voz do povo, o único grande homem que a França tem tido neste século é – Vítor Hugo. Pode o Estado decretar, e as academias decidir, que há outros grandes homens, A multidão só conhece e aceita Vítor Hugo. Porquê? Ela, decerto, não sabe. Admito mesmo (como afirmam críticos) que ela nunca tivesse lido os poemas de Hugo. Que importa? Vítor Hugo é apenas para ela um nome vago – mas é um nome vago e sublime que enche o século e o mundo. Que a filosofia de Hugo tivesse tanta puerilidade como a sua sociologia, que a sua visão fosse descomunal e falsa, que o seu lirismo se ache repleto de ênfase, – isso é com os críticos, com os letrados. A multidão não leu, não esmiuçou.

O que conhece apenas são as grandes feições, como que exteriores, que constituem a esplêndida personalidade de Hugo: – o seu nome revoando por toda a Terra; a ilha ativa e agreste que habitava, no meio do mar; os seus combates de hércules contra todas as tiranias; o enternecimento dos seus apelos sublimes à bondade e à demência; a sua larga fraternidade; a sua piedade infinita pelos simples e pelos fracos; a sua volta do desterro num incomparável triunfo; a sua velhice augusta celebrada por toda a França em festas quase religiosas; o seu fim de apoteose, e todas as cidades da Terra celebrando os seus funerais.

É isto que a multidão conhece – e por estes sinais, que não encontra em nenhum outro, ela sente e consagra o grande homem.

Debalde lhe dirão que há outros tão grandes como este, e que merecem que a

Pátria os honre – o sr. J. B. Say, o sr. Ingres, o sr. Arago, etc. A multidão nunca acreditará.

E o Governo, que, numa democracia, deve ser a consciência superior da multidão, faria excelentemente não procurando mais grandes homens, e limitando-se a possuir este, e a deixá-lo solitário no seu Panteão, como foi único, pelo génio e pela universalidade da glória.

De todos os outros não se pode afirmar que são grandes, sem dar, em longos considerandos, as razões dessa grandeza. Todos eles necessitam o *quod est demonstrandum*.

E a demonstração fica sujeita a dúvidas, a contestações, a protestos. Fica, sobretudo, incompreendida pela multidão.

Vítor Hugo, pelo menos, é um grande homem – que não necessita demonstração.

Gazeta de Notícias, 1892

UM SANTO MODERNO

O cardeal Manning, cardeal-arcebispo de Westminster, primaz da Igreja Católica em Inglaterra, foi um santo: – mas foi um santo do século XIX. A essência da santidade não difere com os tempos; e a alma de um santo que viva, neste ano da Graça de 1892, no fragor e na fumaraça de Londres, é ainda idêntica, nas suas qualidades melhores, à alma de um Santo Antão no seu deserto, ou de um S. Francisco de Assis.

A forma, porém, dessa santidade tem de ser completamente diferente para que os homens a compreendam, lhe reconheçam a origem divina e a aceitem como força remidora que os vem tornar melhores. Um Santo Antão, coberto de chagas de penitência, comendo raízes numa toca, à beira de um rio caudaloso, e rechaçando de noite, com brados desoladores, os assaltos de Satanás; um S. Francisco de Assis, roubando o pai para edificar capelas, abraçando as árvores a chorar da abundância do seu amor e pregando ardentemente às aves e aos gados no meio dos campos; um S. Juan de Dios, despindo-se todo, numa praça de Sevilha, para agasalhar criancinhas nuas – não poderiam persistir durante um dia no meio da nossa civilização, onde tudo o que excede a mediania e desconcerta a rotina harmoniosa é eliminado pela polícia em nome da ordem.

E estes três grandes santos, dos mais puros da cristandade, considerados hoje pela magistratura e pela ciência como vagabundos ou insensatos, terminariam o seu sonho celeste em asilos, se não em prisões. O santo que a Inglaterra acaba de perder (na Meia Idade o cronista diria «de alcançar»), o arcebispo-cardeal de Westminster tinha uma alma de tanta piedade como Santo Antão, e de tanta caridade como S. Juan de Dios. Se houvesse nascido sendo Eduardo, o *Confessor*, rei de Inglaterra, certamente em dias de neve se despiria também nas ruas de Londres para agasalhar as criancinhas. Mas nasceu depois da Enciclopédia, foi educado na Universidade de Oxford, viveu na Era Vitoriana – e a sua santidade tomou naturalmente a *forma social*, única que poderia ser compreendida nos nossos tempos, e produzir neles um bem visível.

Como santo, a sua vida íntima todavia não se afasta muito da vida dos outros santos do hagiológico. Começou, como tantos. desde Santo Agostinho, por viver no erro – ou naquela fé que ele depois descobriu ser o erro. Sofreu as paixões da carne – e delas só conservou a tristeza e a amargura. Fez penitência – e, como outros santos, *conheceu enfim o Senhor*. Rico, espalhou todos os seus bens pelos pobres.

Prelado e príncipe da Igreja, manteve um austero viver de renúncia e abstinência. Se não se alimentava de raízes podres, como S. Pacómio, nunca cuidou do corpo mais do que o necessário para reter a alma. Habitava no palácio episcopal o quarto mais estreito e o mais frio. A sua ocupação preferida foi constantemente a oração. Teve para toda a culpa um perdão fraternal – e nenhum coração se separou dele inconsolado. A sua própria figura, descarnada, emaciada, cor de velho marfim, era a de um S. Bruno. À maneira de todos os ascetas, viveu muito para além dos oitenta anos, sempre fraco, mas sustentado pela Graça. As suas derradeiras palavras foram:. «Paz, imensa paz!» – como santo já educado em Oxford, que sabe bem que o Céu não é um *sítio*, mas um *estado*. – Todas estas feições podiam formar uma *vida devota* nos bolandistas. Não houve nela milagres – mas por culpa de Voltaire, de Darwin e dos tempos modernos. E, se as imaginações do nosso século possuísem a infinita potência de visão das imaginações do século XII, os cónegos de Westminster que cercavam o seu leito teriam decerto visto resplandecer no ar a brancura e as asas dos anjos que desciam a recolher a alma do santo cardeal, para a conduzir, cantando, ao Senhor.

Publicamente, porém, a vida do cardeal Manning foi a de um tribuno e de um

reformador. E aquele espírito que só apetecia a paz do Céu, teve, para realizar os mandados do Céu, de se misturar ao mundo, aos clamores e às lutas do mundo, com paixão, por vezes com violência. Dois grandes motivos dominaram esta sua rija actividade temporal: estender na Inglaterra a influência da Igreja Católica e melhorar em toda a Terra o viver das classes pobres. Dentro das limitações do tempo e da doutrina – foi um S. Paulo e um Karl Marx. E estas duas grandes obras de igreja e de revolução confundiam-se no seu espírito, que era simultaneamente ultramontano e democrático. O fim do catolicismo neste último quartel do século XIX devia, na sua ideia, ser a definitiva redenção dos operários, os modernos escravos do industrialismo: – e essa redenção só poderia ser tentada e realizada pela Igreja de Roma, com o seu conquistador espírito de universal caridade.

O cardeal pôs ao serviço destas duas obras uma alta inteligência e (o que num apóstolo vale talvez mais) um subtil poder de sedução. E era mesmo talvez por esta qualidade que ele mais seguramente triunfava. A sua inteligência, principalmente nos derradeiros tempos, estava um pouco envolta numa névoa filosófico-humanitária, que lhe diminuía a precisão, a vividez, a certeza – e, portanto, a força persuasiva. Mas, o seu entusiasmo, as nobres simpatias do seu vasto coração, a sua doçura, a sua enternecida bondade, o seu «magnetismo espiritual», esses operavam sempre com irresistível supremacia. A sua natureza era emocional, não intelectual. Não prendia pelo seu pensar, mas pela sua humanidade sensível.

O cardeal Manning foi um grande fascinador de almas. Já no púlpito e no confessionário de Santa Maria dos Anjos, pequena capela em Bayswater e sua verdadeira Sé pastoral; já nas poderosas sociedades que fundara e que dirigia para melhorar todo o viver moral e material dos pobres; já nas greves, nos ásperos conflitos do trabalho e do capital, em que ele aparecia como venerado árbitro – foi pela sedução, e não pelo raciocínio, que ele sempre convenceu e venceu. Nisto ainda mostrava um dom especial dos santos.

Assim, durante perto de meio século, com inquebrantável querer, ele fez a propaganda da Igreja Romana e da justiça social.

Mas o apostolado pela sua igreja, que ao começo da sua carreira fora ruidoso, polemista, controversial, agressivo para com as igrejas dissidentes, tomara, nestes últimos tempos, uma feição mais discreta, quase íntima; e do antigo fragor da sua batalha teológica, apenas restava um murmúrio de confessionário. Ao contrário, o amor dos pobres que, nos seus primeiros anos de actividade, fora nele somente um passivo e poético humanitarismo, tornara-se depois a sua missão máxima, uma missão exaltada, inventiva, iniciadora, que o lançava sempre para o lado daqueles que sofrem e que pedem uma melhor distribuição dos bens humanos.

Possuído de uma imensa autoridade moral, príncipe da Igreja e como tal resumindo em si uma larga porção da força da Igreja, centro de uma farta corrente de beneficência, que lhe trazia o ouro às mãos-cheias – ele tudo pôs do lado dos pobres, ouro, influência da Igreja e suave prestígio da sua virtude. Pobre ele próprio, porque a sua fortuna se fora toda em caridade, era menos como um majestoso protector do que como um irmão simples que ele se misturava às plebes. Para ele, como para os santos da Meia Idade, *aquele que tinha fome e sede* era o eleito de Deus, o bem-aventurado, por Deus mandado, a quem na Terra todos os respeitos são devidos, antes que lhe seja dado o reino final do Céu: – e a história que dele se conta de ter um dia, na antecâmara do palácio episcopal, onde o esperavam uma pobre velhinha e uma duquesa, corrido a tomar as mãos da mendiga sem mesmo saudar a fidalga, perfeitamente simboliza, talvez num começo de lenda, a sua índole de santo, os seus íntimos impulsos de ascetismo medieval. Por isso Londres lhe chamou o Cardeal dos Pobres. E são sobretudo os

pobres que, pela sinceridade da sua dor, lhe estão convertendo a morte numa apoteose. Quando todos os jornais de Inglaterra lhe dedicam comovidos estudos, quando em todos os púlpitos os pregadores protestantes celebram com veneração a memória do prelado católico, quando a corte, a magistratura, as academias, as associações prestam ao seu esquife o preito tradicional das flores – é apenas uma sociedade muito culta e consciente que lamenta a perda de um cidadão grande pelo saber, pela virtude, pela energia civilizadora. Mas quando de todos os bairros humildes de Londres acodem multidões ao palácio episcopal a contemplar, pela última vez, na capela-ardente, onde ele repousa, o velho cardeal dos pobres; quando milhares de operários, numa reverente procissão que se estende por três milhas de ruas, acompanham o seu funeral; quando mulheres de trabalho e crianças vão deitar ramos de flores silvestres sobre a terra que o cobre – é um povo que chora o seu bom amigo, o pai que viveu para lhes fazer bem, e pelo bem que lhes fez subiu ao Céu. Hoje já não é o Papa, mas o povo que canoniza. E neste momento, em pleno século XIX, a Inglaterra, que foi outrora a terra dos santos, e onde tão intensa e pura se conserva a emoção religiosa – está criando e consagrando um santo.

Gazeta de Notícias, 1892

A EUROPA EM RESUMO

De todas as cinco partes do Mundo, a Europa, apesar de tão gasta, permanece incontestavelmente a mais interessante; – e só ela, entre todos os continentes, constitui na realidade um continente geral de instrução e recreio. Não tem, é certo, como sua mãe, a Ásia, essa esplêndida diversidade de raças, de instituições, de mitologias, de arquiteturas, de trajes, de cerimoniais, que oferece aos olhos maravilhados do artista, desde Jafa até Iedo, e desde Ceilão até ao Tibete, um incomparável tesouro de formas e de cores: – nós aqui somos todos indo-germânicos, usamos todos o mesmo chapéu alto, vivemos todos dentro do mesmo estuque caiado, e o tom das nossas multidões é pardacento. Não tem também como a África a irresistível sedução do desconhecido; de um vasto solo que os africanistas afirmam estar cheio do divino ouro: – aqui não há monte ou vale de que não se fizesse já uma fotografia ou uma descrição nos guias de Baedeker, e de ouro não possuímos uma parcela – tudo é papel. Não podemos também, como a América, ofertar ao diletantismo crítico o sugestivo espectáculo de povos velhos transportados para um torrão novo, e ocupados uns no Sul em construir com ânsia uma ordem social, que constantemente se lhes desfaz entre as mãos, outros no Norte em unificar tanto a ordem material, e tanto mecanizar a vida, que, só com pousar o dedo sobre um

botão, o homem possa, segundo a necessidade especial da hora, tomar banho ou constituir família: – nós, aqui na Europa, ainda conservamos a nossa antiga e desgraçada estrutura social, burgueses por cima e plebeus por baixo, que de vez em quando rebocamos com sangue e lama, e os nossos confortos materiais vão tão atrasados, que no Inverno, quando o nordeste sopra, ainda há homens de génio que dependuram os casacos diante das fendas das portas. Não existem também nesta pobre Europa, como na Oceânia, essas maravilhas da Natureza, que são, ao que parece, as obras mais originais e mais fortemente inspiradas do Grande Paisagista que está nos Céus: – hoje a Europa toda, desde a costa do Atlântico até à fronteira da Tartária, forma uma massa compacta de casas e bicos de gás.

E todavia esta é a mais interessante parte do Mundo – a única na verdade interessante, porque só ela conserva preciosamente esse radiante dom da raça ariana, que eu chamarei – a fantasia. O mundo só vale pelo homem; os mais solenes trabalhos da Natureza, o Niagara, o monte de cristal cor-de-rosa da Nova Zelândia, essas florestas do Amazonas, de que Darwin já velho se recordava com assombro – são menos merecedores da nossa admiração consciente do que o simples cérebro de um pobre oleiro, que modela, curvado sobre o barro, a curva de um vaso liso. Mas o homem só vale pela fantasia – e os negros de África, que se contam por milhões, pesam menos no mundo do que – não direi já um Balzac, ou um Wagner – mas um derreado poeta de café-concerto, ritmando uma cançoneta num quarto andar da Rua Taibout.

Ora, de todos os homens, só o europeu verdadeiramente possui fantasia – quero dizer, a faculdade de *ser* ou de criar com genuína originalidade. Só ele põe fantasia, não só na sua obra, mas também na sua vida. Fantasia, que, como eu aqui a entendo, vai na obra, desde o *couplet* rimado na Rua Taibout até ao sistema de filosofia concebido em Königsberg; e vai na vida, desde esse inglês, que, para não ver os seus semelhantes, construiu um palácio debaixo da terra, até Tolstoi, artista e príncipe, que, por espírito de comunismo evangélico, guarda os porcos dos seus aldeões e mendiga pelos caminhos.

De sorte que, sob o impulso desta fantasia, sempre viva e sempre operando, todos os dias, neste decrepito continente, há na esfera do pensamento ou da acção alguma coisa nova, inédita, rara, sugestiva, pitoresca, que seduz e que retém.

A Europa é, por isso, sobre o nosso globo, o mais delicioso dos teatros públicos. Dentro dos seus amplos bastidores de mar e céu, representam dezasseis nações, algumas supremamente inteligentes. O pano nunca desce: e, em qualquer momento que chegue, o homem de outros continentes tem a certeza de se entreter magnificamente com o que no palco se *está dizendo* ou se *está fazendo*. Constantemente se desenrola aí alguma cena dessas velhas e sempre refeitas tragicomédias que se chamam a Política, a Religião, o Dinheiro, a Sociedade... E ou seja um poeta que diz o seu poema, ou uma cidade em festa que aclama o seu herói, ou apenas um excêntrico que lança a sua excentricidade, o homem do outro continente que pare e atenda, com certeza recolherá uma noção ou uma emoção, um motivo para ir pensando ou um motivo para ir rindo!

Mas, por isso mesmo que a Europa é o continente mais interessante – é também o mais habitável? Não. Além de que o clima está estragado, de que as casas são mesquinhas e tristes, de que o viver se tornou extracaríssimo, e de que o intenso rumor e movimento da comédia fatiga os nervos – sucede ainda que a Europa, como todos os teatros, vista de dentro, dos bastidores, não dá ilusão, e, portanto, não dá prazer. As civilizações muito brilhantes e as mágicas são para contemplar de longe, através da vibração luminosa da rampa. Subindo ao tablado, vemos logo que o mármore do palácio que nos deslumbrava está pintado no papelão, e que os ondeados cabelos de ouro, de que já nos íamos namorando, são uma perruca tingida, que custou quinze tostões no cabeleireiro. Aquele que vive misturado a esta representação da Europa, topa a cada instante com o avesso sórdido das coisas belas.

Desse poeta que pela manhã nos encantava, recitando a sua obra, vamos à noite saber que é um borracho que espanca a mulher. O heroísmo que víamos aclamado na cidade, e que nos elevava o coração, vamos daí a pouco descobrir que fora pago com um cheque – e vemos o cheque. Não há aqui possibilidade da ilusão – que é a fonte perfeita de todo o gozo.

E o europeu termina por ser o mais enfasiado dos homens – porque, movendo-se entre os cenários e os personagens, a cada instante palpa os papelões. reconhece sob o brilho do semideus a pelintrice do histrião, e verifica, como um budista, a completa inanidade de todas as aparências. Grande senso mostrou esse humorista. americano que tendo, em Londres, conhecido um alto estadista e um alto poeta, se recusou a conhecer outros, e abandonou a Inglaterra dizendo: – «Da minha pobre casa de madeira, no Texas, pareciam-me estes homens feitos de uma substância divina; agora descubro que são fabricados do mais ordinário dos barros. Homens e factos de uma forte civilização, é necessário vê-los de longe. E, para conservar a preciosa faculdade de admirar, vou prudentemente recolher-me ao Texas!»

Justas palavras!

Com efeito, para saborear sem desilusão esta tão interessante Europa, é necessário estar longe, no Texas – ou algures, além dos mares. O ideal, penso eu, seria habitar, por exemplo no Brasil (logo que haja aí uma pouca de ordem e de juízo público), sob um céu que não tenha, como o nosso, o peso e a melancolia de um tecto enfarruscado, dentro de uma casa que não pareça, como as nossas, uma boceta forrada de veludo e de micróbios, junto da água que não corra, como a nossa, através de canos pútridos, num ar em que não estrondeiem, como no nosso, os ruídos grosseiros de um materialismo desordenado: – e aí, em alegria e paz abundante, sob as magnificências da luz natural, dentro do conchego fresco, numa boa poltrona, fumando um charuto que não seja de couve de Hamburgo, observar, curiosamente, finalmente, com vagar e diletantismo, esta nossa Europa, em tudo o que ela *faz* e tudo o que ela *diz*, individualmente e colectivamente, desde o fútil até o grande, nessa infinita e tumultuosa vaga de ideias e factos onde a última *toilette* de Worms se embaralha com a última encíclica do Santo

Padre, e onde Paulo sobrenada ao lado de Bismarck, que se afunda.

Ora, foi para que o Brasil pudesse realizar ideal tão cómodo que nós criámos este «Suplemento»². Ele é o *compte-rendu* desta famosa representação que se dá no teatro da Europa, mandado cada semana pelo paquete, para que o enredo e os actores possam ser conhecidos sem o cansaço, a despesa, o tempo consumido em atravessar as águas e vir ao teatro, que não é confortável, nem bem ventilado, e está cheio de lazaretos. Melhor ainda! É a própria representação condensada em meia folha de jornal, com uma selecção cuidadosa dos seus episódios mais atraentes, dos seus personagens mais característicos, das suas decorações mais vistosas e ricas. Neste «Suplemento» vai o resumo de uma civilização. E toda ela deste modo se goza no que tem de mais belo ou de mais fino – sem a desconsolação de perpetuamente se surpreender a rude realidade do seu avesso. Se a Europa, como disse não me lembro que affectado poeta alemão, é no mundo o *jardim da inteligência* – nós remetemos para aí, Brasil ditoso, um ramalhete das suas flores melhores, de modo que tu te possas regalar com o encanto das cores e a harmonia dos perfumes, sem teres de descer ao jardim e sofrer-lhe a humidade, os espinhos, as lagartas e os estrumes.

Não sei qual destas luxuosas imagens te agrade mais. r a Europa um teatro, ou um jardim?

Nós começamos. Se é um jardim – recebe, como dizia Virgílio, a braçada dos lírios. Se é um teatro – *plaudite, cives!*

1892

² O primeiro «Suplemento» da *Gazeta de Notícias*.

POSITIVISMO E IDEALISMO

I

Os espíritos sérios de Paris, e mesmo os fúteis (pois que descubro uma sombra na face do «Figaro»), têm nestes últimos tempos mostrado, e talvez sentido, uma preocupação ansiosa acerca da «mocidade das escolas».

É deste nome colectivo, marcando classe e casta, que se revestem os dois ou três mil rapazes, ruidosos e desalinhados. que, no Bairro Latino, no país da boémia, frequentam as escolas – e sobretudo as cervejarias. Não os acuso desta frequência mais especialmente festiva, porque desde Descartes e Espinosa a cerveja foi sempre uma companheira e uma inspiradora da filosofia. Apenas noto, e como um mérito dos seus anos alegres, que, se eles dedicam a sua atenção ao livro, votam o seu entusiasmo ao *bock* – e há assim, em todos os seus actos e palavras, além de muito raciocínio, muita cerveja. Por cerveja eu entendo o impulso e turbulência do sangue quente – e aquecido. Em todo o caso, se alguns ficam regaladamente nos bancos da cervejaria, quando se trata dos trabalhos que a escola impõe – todos, sem que um único deserte, se reclamam da escola e dos seus bancos, desde que se trate dos privilégios que ela lhes confere como seus filhos espirituais.

Um desses privilégios, e o mais precioso para os estudantes das escolas de Paris, é o poder espancar, com tranquilidade e impunidade, todos aqueles que não partilhem as suas conclusões ou simplesmente as suas tendências, em matéria de filosofia, de sociologia, de história e de estética. Deste lado do Sena, nos bairros que não são latinos e que, portanto, são bárbaros, o cidadão que, num café, atire bengaladas a outro cidadão, porque esse não admira como ele o talento estridente de Sara Bernhardt, ou o anti-semitismo rábico do sr. Drumont, ou simplesmente as pintas de uma gravata comprada no Bon-Marché – é considerado um brutal e conduzido aos empurrões para a humidade dos calabouços.

Do outro lado do Sena, nos bairros latinos, e portanto de alta cultura, o estudante idealista, que, nos pátios da Sorbonne, agarre pelas goelas o estudante positivista, o entale contra um muro e aí lhe prove, por uma tremenda sova, a superioridade de Rover-Colard sobre Augusto Comte – é considerado um entusiasta, protegido pela policia no legítimo exercício da sua intolerância metafísica, e aplaudido paternalmente por velhos moralistas humanitários, como o sr. Júlio Simon. Este doce e antigo privilégio, que vem já dos tempos de Filipe Augusto, quando os «escolares» da montanha Santa Genoveva desancavam regularmente os sargentos do preboste de Paris, assaltavam a residência dos legados do Papa, demoliam as tabernas, aturdiam a cidade com as suas brigas teológicas, sempre sob o patrocínio dos príncipes – tem nestas últimas semanas convertido os pátios da Sorbonne em *ululantes e pulverulentos* campos de batalha, como diz um dos nossos clássicos. Com efeito, nessas rixas houve apenas poeirada e uivos – mas o motivo que as provocou é, na realidade, mais alto e de uma importância mais universal do que aqueles que têm originado, desde a guerra de Tróia, tantas guerras, onde morrem milhares de homens e se perdem milhares de contos. E, todavia, aparentemente, o motivo foi apenas o professor Aulard.

Este sr. Aulard, até há pouco pacificamente obscuro, é, ao que parece, um jacobino que começou este ano a professorar na Sorbonne um curso especial da história da Revolução Francesa, com a paixão, e portanto com a estreiteza, de um sectário. Não sei que data da Revolução o sr. Aulard estava comentando, – e se ainda ia em Mirabeau

e no humanitarismo, ou já chegara a Robespierre e ao sangue – o certo é que uma considerável porção da «mocidade das escolas», irritada com esta apologia do jacobinismo, feita na Sorbonne, e com o positivismo pregado pelo sr. Aulard em conferências através do Bairro Latino, invadiu as aulas, sufocou com berros e guinchos a facúndia do professor, apupou ignominiosamente os imortais princípios de 89, e espancou sem piedade os camaradas que estavam ali absorvendo a boa doutrina positivista e revolucionária! Estes são os escandalosos factos; e a evidência, que deles desde logo resulta, é que nesta mocidade, nascida e educada dentro do jacobinismo (e ideias congêneres), quando ele era superiormente atractivo como partido de oposição ao império decadente, e ainda depois da guerra de 1870, quando ele se tornou superiormente influente como partido de governo – há uma grande massa, uma maioria, para quem esse jacobinismo é absolutamente intolerável. Tão intolerável que o pretende expulsar do ensino das escolas a cacete!

Já isto é estranho e grave. A gravidade e a estranheza, porém, crescem, quando se verifica que esta reacção não é somente tentada contra a política, mas contra a estrutura geral da sociedade contemporânea, tal como a tem criado o positivismo científico. Sob todas as formas da actividade pensante se revela, se alastra, na geração nova, esta reacção, de um modo inarmónico, a que falta o esforço e a convergência para a unidade, mas que vem fortemente caracterizado pelo propósito de mudar as fórmulas que governam.

Assim, em história, estamos assistindo à ressurreição da lenda napoleónica, que todos imaginavam enterrada, e para sempre, no funesto vale de Sedan. Engano! Eis o grande imperador que volta *en redingote grise*, que circula triunfantemente por Paris, redivivo, aureolado em todos esses livros que cada dia agora se publicam sobre ele, e sobre as suas campanhas, e sobre as suas amantes, e sobre os seus marechais, e sobre os seus fornecedores, e sobre os seus hábitos, e sobre os seus nervos, e sobre tudo quanto miudamente o mostre na sua imperialidade e na sua humanidade.

E cada página destas se devora com paixão, como se os novos se quisessem consolar da mediocridade inglória da república burguesa, revendo, pela imaginação, as aventuras, as marchas, as vitórias, as fanfarras da epopeia imperial.

Em literatura, estamos assistindo ao descrédito do naturalismo. O romance experimental, de observação positiva, todo estabelecido sobre documentos, findou (se é que jamais existiu, a não ser em teoria), e o próprio mestre do naturalismo, Zola, e cada dia mais épico, à velha maneira de Homero. A simpatia, o favor, vão todos para o romance de imaginação, de psicologia sentimental ou humorista, de ressurreição arqueológica (e pré-histórica!) e até de capa e espada, com maravilhosos imbróglios, como nos robustos tempos de D'Artagnan.

No teatro, além de uma recrudescência de fidelidade à tragédia clássica (Racine é definitivamente deus), e de uma renovação no gosto pelo drama romântico («Hernâni» retomou posse dos corações), vemos com espanto a multidão culta correr ao melodrama de 1830 e atulhar os teatrinhos populares, onde ele se refugiara com as suas incomensuráveis paixões e terrores. E ao passo que algumas raras tentativas de comédia naturalista, repuxada até aos confins da lógica naturalista, são apupadas, repelidas para a policia correcional, – o parisiense céptico vai chorar com os dramas sacros, os piedosos autos e mistérios, em que Cristo, amarrado numa cruz de papelão, sobre um Gólgota de tabique, promete em versas alexandrinos o sumo progresso espiritual, a evolução do homem ao anjo, e um Paraíso que sublimemente nos compense dos *boulevards* deste mundo. Em poesia, a reacção é tio larga, que Coppée e os poetas da realidade estão, apesar de vivos, mais esquecidos que Florian e os bucolistas do século XVIII.

A voga voa toda para o rutilante Herédia, que nos canta luxuosamente os heróis e

os semideuses, ou para os simbolistas que, com bocados esfumados de verbo e farrapos indecisos de sentimento, nos arranjam um desses nevoeiros poéticos, onde as almas agora têm a paixão de se aninhar e de se esconder da vida. De facto, toda a poesia é bem-vinda, contanto que nos não conte o «Cocheiro de Ónibus», «A Festa de St. Cloud» e «O Pequeno Tendeiro de Montrouge», que ainda há quinze anos pareciam ser os únicos temas dignos das inteligências positivas, sôfregas de realidade ambiente e de modernismo. De novo se reimprime e se lê com ternura Lamartine! A lua das «Meditações» passa outra vez, pálida e meiga, sobre o lago – e o rouxinol e Deus reentraram na estrofe.

Nas artes plásticas, a reacção contra o naturalismo e o *pleno ar* é decisiva. Sobre a exacta, luminosa, sã e succulenta pintura da escola francesa vai-se espalhando, e cada vez mais densa, uma névoa de misticismo. Todas as formas se afinam, se adelgaçam, se esvaem em diafaneidade – no esforço de traduzir e pôr na tela o não *sei quê* que habita dentro das formas, a pura essência que conserva apenas o contorno indefinido do seu molde material.

Já muito raramente se pinta a paisagem tal como a viram os sinceros e claros olhos dos Daubigny, dos Th. Rousseau; e a ambição é fixar por meio de manchas, de lampejos, de fundos de sombras, de abstracções, a emoção risonha ou dolente que a paisagem dá à alma. Os próprios retratos nos aparecem esfumados, envoltos numa cinza esparsa do crepúsculo, como para desprender, tanto quanto possível, o homem da sua carnalidade, e não lhe perpetuar mais que a semelhança do espírito. Os temas preferidos são os que contêm o mais subtil simbolismo – e os mestres admirados e seguidos são Burne-Jones, Moreau, Aman-Jean, que nos conduzem a imaginação para o turvo país dos mitos.

II

Mas onde esta reacção contra o positivismo científico se mostra mais decidida e franca é em matéria religiosa. Ah! o nosso velho e valente amigo, o livre-pensamento, vai atravessando realmente uma má crise! Talvez a mais aflitiva que ele tem afrontado, desde que nasceu sob os claros céus helénicos e que balbuciou as suas primeiras lucubrações cósmicas e éticas, sobre os joelhos de Tales e de Sócrates.

Este pobre livre-pensamento está com efeito passando por aquela tortura, que ele já infligiu ao cristianismo no tempo de Voltaire, que é a mais humilhante que pode sofrer uma filosofia, – e que consiste em ser troçado, crivado de pilhérias, apupado pelas ruas como um xexé de entrudo. Quem jamais o diria? O livre-pensamento chasqueado alegremente, neste século e neste Paris que parecia ser o seu domínio feudal! Assim é! E o próprio sr. Aulard o confessa – o sr. Aulard que é hoje o mais glorioso paladino, e como o Roldão do livre-pensamento. No seu último e muito famoso discurso à Liga Democrática da Mocidade (que foi uma das causas do rolo e da bengalada) ele reconhece, com melancolia, que o livre-pensamento está sendo, neste Paris da Terceira República, ainda mais achincalhado do que o catolicismo no Paris de Luís XV, quando Voltaire era rei. E não só reconhece o facto, mas concede que ele é em parte justificado – «porque (acrescenta o sr. Aulard), tem realmente havido livres-pensadores muitíssimo fanáticos, muitíssimo estúpidos, muitíssimo grosseiros, muitíssimo intolerantes e muitíssimo reles»! Assim se lamenta o sr. Aulard sobre os cimos da Sorbonne.

E com razão se lamenta e se assusta, porque tal princípio que resiste fâcilmente ao martírio – sucumbe à troça. Sobretudo, quando, ao mesmo tempo, começa a ficar *fora da moda*, e se vai tornando tão impossível de usar na rua como uma cabeleira empoadada

ou uns calções de portinholas. Ora o sr. Aulard confessa ainda que (coisa horrível!) o livre-pensamento está *fora da moda*, entre a mocidade. Hoje, neste ano de 1893, é de mau-tom em Paris ser livre-pensador! É um velho chique pseudocientífico, horripelantemente burguês, que nenhum moço intelectual, de alma verdadeiramente fina, e de alto esteticismo, consentiria ainda em adoptar – e que se abandona aos velhos tendeiros liberais, aos Prudhommes do jacobinismo, da espécie grotesca de Mr. Homais ou de Mr. Cardinal, pai das meninas Cardinal.

Tudo isto é desolador. Tanto mais que ao lado deste movimento negativo contra o positivismo – surge e cresce paralelamente um movimento afirmativo de espiritualidade religiosa que aqui há anos apareceu, sobretudo na literatura, mera forma de diletantismo poético, que achava requintadamente original o dar interpretações modernas à ternura mística de S. Francisco de Assis ou ao furor de sacrifício dos mártires do século III. E não é decerto também ainda, na mocidade, o propósito de ir moralmente a Canossa bater com as mãos contritas às portas maternais da Igreja. Não! É uma outra e renovada ansiedade de descobrir, neste complicado universo, alguma coisa mais do que força e matéria; de dar ao dever uma sanção mais alta, do que a que lhe fornece o código civil; de achar um princípio superior que promova e realize no mundo aquela fraternidade de corações e igualdade de bens, que nem o jacobinismo nem a economia política podem já realizar; e de achar enfim alguma garantia da prolongação da existência, sob qualquer forma, para além do túmulo. Esta é realmente a grande ansiedade, porque quanto mais a vida para cá do túmulo se alarga em actividade e se multiplica em força, mais profundamente se infiltra na alma a ânsia do não *cessar*... Em suma esta geração nova sente a necessidade do divino. A ciência não faltou, é certo, às promessas que lhe fez: mas é certo também que o telefone, o fonógrafo, os motores explosivos e a série dos éteres não bastam a calmar e a dar felicidade a estes corações moços. Além disso, eles sofrem desta posição ínfima e zoológica a que a ciência reduziu o homem, despojado por ela da antiga grandeza das suas origens e dos seus privilégios de imortalidade espiritual. É desagradável, para quem sente a alma bem conformada, descender apenas do *protoplasma*; e mais desagradável ter o fim que tem uma couve, a quem não cabe outra esperança senão renascer como couve. O homem contemporâneo está evidentemente sentindo uma saudade dos tempos gloriosos em que ele era a criatura nobre feita por Deus, e no seu ser corria como um outro sangue o fluido divino, e ele representava e provava Deus na Criação, e quando morria reentrava nas essências superiores e podia ascender a anjo ou santo.

Tão tumultuosamente esta geração nova apetece o divino – que, à falta dele, se contenta com o sobrenatural. Assim sucede que, enquanto alguns rondam já com os braços em cruz, em torno do cristianismo, e outros mais ousados penetram na índia a procurar o budismo – há um número considerável que se senta em torno de uma mesa ou de um chapéu, e se instala confortavelmente no espiritismo. Em Paris, em todas as grandes cidades, onde o materialismo excessivo exasperou as imaginações, não se vêem senão homens inquietos batendo de novo à porta dos mistérios.

III

Estes são os factos visíveis e diurnos. E deles provém a preocupação dos bons espíritos, que já passaram os cinquenta anos, a respeito desta geração nova que chega, que vai *entrar na carreira*, como diz a «Marselhesa», e dominar intelectualmente o seu tempo. Quais serão as suas ideias (era a pergunta incessante) e quais, portanto, as formas que ela manterá ou inovará na sociedade? Todos pensavam que ela continuaria a revolução, só acreditaria na ciência e nos laboratórios, e seria jacobina, positivista e

naturalista. Mas eis que de repente ela se revela, e, por meio de bengaladas enérgicas, manifesta que a sua tendência é espiritualista, simbolista, neocristã e místico-socialista. É uma surpresa enorme; – e desagradável para o positivismo científico, que se considerava o incontestado senhor das inteligências e das vontades, universalmente reconhecido como único capaz, pela verdade e utilidade das suas fórmulas, de dar estabilidade às sociedades – e que de repente recebe sobre os ombros a bengala irreverente e rancorosa da mocidade, que crescera até agora, submissa e contente, entre as promessas do seu ensino.

Quais são as causas, quais as consequências desta revolta? A causa é patente, está toda no modo brutal e rigoroso com que o positivismo científico tratou a imaginação, que é uma tão inseparável e legítima companheira do homem, como a razão. O homem desde todos os tempos tem tido (se me permitem renovar esta alegoria neoplatônica) duas esposas, a razão e a imaginação, que são ambas ciumentas e exigentes, o arrastam cada uma, com lutas por vezes trágicas e por vezes cómicas, para o seu leito particular – mas entre as quais ele até agora viveu, ora cedendo a uma, ora cedendo a outra, sem as poder dispensar, e encontrando nesta coabitação bigâmica alguma felicidade e paz.

Assim, Arquimedes tinha por emblema na sua porta um compasso e uma lira. O positivismo científico, porém, considerou a imaginação como uma concubina comprometedora, de quem urgia separar o homem; – e, apenas se apossou dele expulsou duramente a pobre e gentil imaginação, fechou o homem num laboratório a sós com a sua esposa clara e fria, a razão. O resultado foi que, o homem recomeçou a aborrecer-se monumentalmente e a suspirar por aquela outra companheira tão alegre, tão inventiva, tão cheia de graça e de luminosos ímpetos, que de longe lhe acenava ainda, lhe apontava para os céus da poesia e da metafísica, onde ambos tinham tentado voos tão deslumbrantes. E um dia não se contém, arromba a porta do laboratório, espanca o sr. Aulard, que o guardava, e corre aos braços da imaginação, com quem larga a correr de novo pelas maravilhosas regiões do sonho, da lenda, do mito e do símbolo.

Enquanto às consequências desta fuga, é mais difícil antevê-las – e sobre elas divergem os homens ilustres que estão sendo consultados em Paris, sobre a inesperada aventura.

O sr. Vogué, na sua qualidade de neo-Chateaubriand, vê em tudo isto o advento do neocristianismo, talvez mesmo um regresso das gerações novas à Igreja, e já está amassando a hóstia para a magnífica reconciliação. Dumas filho que nos seus velhos dias se voltou para os pensamentos graves, trocou o Demi-Monde pelo Demi-Ciel, e é, entre os jornalistas do «Boulevard», um tremendo profeta, um Baruch de alcova, vê nesta atitude dos novos um sintoma evidente de que os homens «se vão amar entre si com desesperada fraternidade». Júlio Simon, que, além de filósofo, é senador, só vê e só considera os perigos que, destas veleidades místicas, podem advir à República. Coppée (porque também o bom Coppée foi consultado) entende que a ciência falhou, e que portanto os homens, desiludidos e enfatiados dessa impostora, se voltam contritamente para a fé! Zola, esse encolhe os ombros cheio de incerteza, reconhece que o ar contemporâneo está, com efeito, todo toldado de espiritualismo, e que o mais prudente para a geração nova é *trabalhar*, porque, sob o domínio da ciência ou sob o domínio da fé, o trabalho é o único promotor da felicidade. E os outros homens ilustres dizem assim, igualmente, coisas ilustres.

Eu, por mim, registro os factos. E penso que, agora, que o homem retomou posse da sua ardente companheira, a imaginação, e que tornou a provar, francamente e *coram populo*, as delícias que só ela lhe pode dar, não consentirá, nestes anos mais chegados, que o sequestrem dessa Circe adorável que transforma os seus amigos, não em porcos – mas em deuses.

Por outro lado, também já não é possível que, com a experiência de todos os confortos, e ordem, e fecundas e úteis verdades, que em torno dele, e para sua grandeza e segurança, estabeleceu a razão, ele lhe fuja de todo e se abandone completamente, como na remota Meia Idade, à direcção ondeante e quimérica da outra esposa, da imaginação. Haverá, é certo, entre os homens que chegam, uma reacção contra os rigores do positivismo científico. Muitas almas, ternas, apaixonadas, feridas pelo materialismo do século, se refugiarão no deserto. O estridente tumulto das cidades, a exageração da vida cerebral, a imensidade do esforço industrial, a brutalidade das democracias, hão-de necessariamente levar muitos homens, os mais sensíveis, os mais imaginativos, a procurar o refúgio do quietismo religioso – ou pelo menos a procurar no sonho um alívio à opressão da realidade. Mas esses mesmos não podem, nem destruir, nem sequer desertar o trabalho acumulado da civilização. Estão dentro dela, encarcerados nela – e o mais que podem é reagir, com o seu idealismo exacerbado, sobre o materialismo ambiente. O que sucederá é que, sobre muitos problemas que a ciência não pôde ainda resolver, se vai exercer, como um socorro imprevisto, a acção da fé, uma fé renovada e transformada, acomodada às exigências da civilização e da própria ciência, que poderá ser chamada neocristã – e que não será talvez mais que uma espécie de protestantismo, à Schleiermacher, filosófico e requintado. É esta acção que nós estamos vendo; ainda vaga, mas já viva, operar sobre as questões sociais com o nome de socialismo cristão. Em suma, parece certo que, por algum tempo, como sucede sempre nas épocas como esta, de grandes dissoluções de doutrinas, o mundo será atravessado, se não purificado, por um forte vento de idealismo.

Mas tudo isto são temerosas questões. Descendo delas, mais especialmente para este renascimento espiritual, este nevoeiro místico que em França e em Inglaterra está lentamente envolvendo a literatura e a arte, eu penso que ele será benéfico – benéfico como todos os nevoeiros, repassados de fecundo orvalho e donde as flores emergem com mais viço; mais cor, mais graça e mais doçura de aroma. Nunca mais ninguém, é certo, tendo fixo sobre si o olho rutilante e irónico da ciência, ousará acreditar que, das feridas que o cilício abria sobre o corpo de S. Francisco de Assis, brotavam rosas de divina fragrância. Mas também, nunca mais ninguém, com medo da ciência e das repreensões da fisiologia, duvidará em ir respirar, pela imaginação, e se for possível colher, as rosas brotadas do sangue do santo incomparável.

E isto é para nós, fazedores de prosa ou de verso, um positivo lucro e um grande alívio.

UMA COLECÇÃO DE ARTE

Havia, até há pouco, em Paris um homem que se chamava Spitzer. Tão mal conhecido era este nome daqueles que se não ocupam absorvente e unicamente de curiosidades de arte e de colecções de arte, que eu não sei se o escrevo com rigor e todas as suas letras. Entre aqueles, porém, felizmente numerosos, que têm a religião do objecto de arte, e para quem o coleccionar é a forma superior do viver, Spitzer era tão popular e venerado, como Descartes entre filósofos ou Colombo entre navegantes. Muito rico, muito erudito, de um gosto seguro, de uma tenacidade inabalável, este homem dedicou cinquenta anos da sua vida laboriosa a acumular uma colecção de objectos de arte da Renascença, tão preciosa, tão completa, com um tão grandioso ar de museu nacional, que ele parecia, no meio dela, não o dono, mas apenas o cicerone zeloso e desvanecido. Para inspirar, àqueles que não são finos entendedores, o respeito que esta colecção magnificamente merece, direi apenas que ela valeria aí, no Brasil, pelo câmbio, de vinte a vinte e cinco mil contos. É uma soma que já faz pensar. E não se encontram lá nem ouros, nem pedras preciosas. Apenas, aqui e além, uma prata branca ou dourada. As maravilhas são em barro, em vidro, em cera, em pau, em cobre, em ferro. Os vinte mil contos foram lá postos pelo génio de uma civilização.

Aos bons entendedores, a esses, só posso aconselhar que venham percorrer as dez ou doze salas do palacete da Avenida do Bosque, onde se estendem espaçadamente, numa ordem clara e simples, esses móveis, estofos, louças, esmaltes, ferragens, armas, relicários, iluminuras, cofres, dalmáticas, lâmpadas, alfaías, imagens, que dão, melhor que nenhum livro ou museu, uma lição tangível do luxo fautoso com que a Renascença revestiu toda a sua vida civil, militar e religiosa. Nada mais instrutivo, por exemplo, que as armas. A contínua e mais deliciosa ocupação do homem, durante esses tempos violentos de paixões irreprimidas, foi matar, ou, pelo menos, ferir o seu semelhante. A esta operação corrente, comezinha, de todos os dias, parece que deviam bastar instrumentos simples, baratos, cómodos, rapidamente forjados, que se pudessem embotar, despedaçar, abandonar e logo substituir, sem que isto constituísse um encargo grave no pecúlio doméstico. É este pelo menos o princípio da nossa civilização prudente – que só embeleza, com riqueza, os objectos reservados à vida cerimonial. A não ser aquele delicioso presidente, não sei se do Paraguai, se da Colômbia, que há .anos espantou o Rio de Janeiro com um guarda-sol bordado e matiz e cravejado, no castão e na ponteira, de diamantes enormes, ninguém hoje pensaria em amontoar sobre o seu guarda-sol os labores e as pedrarias de um ceptro.

Ora, para os sanguíneos e os bravios da Renascença, a espada, a adaga, o punhal, a couraça eram objectos tão indispensáveis, logo desde manhã, nas ruas e nos campos (mesmo dentro das casas, onde florescia a traição), como é a bengala, ou o guarda-chuva para nós, os anémicos deste século tímido. E todavia rara é a arma desses tempos sobre que se não tivesse exercido com ostentação e requinte a arte profusa e subtil do cinzelador e do joalheiro. Há na colecção Spitzer montantes, espadas enormes para descarregar às mãos ambas, armas de grande batalha e não de gala, embotadas e ainda enferrujadas de sangue – que são mais preciosamente trabalhadas do que as jóias da rainha de Sabá. O cabo de um desses montantes, de uma madeira rara, esplendidamente esculpida, representa um presépio! Todo um presépio – a creche, Jesus entre as palhas, a procissão dos reis Magos, S. José que sorri enternecido! – adoráveis figurinhas de uma graça piedosa que duros guantes de ferro empolgavam com furor. Um artista gastava, na sua escura oficina, um ano de inspiração a produzir uma destas armas – que um aventureiro, depois, esmigalhava em meia hora, entre gritos, sobre o ferro bruto das

armaduras.

E o luxo complicado e bárbaro não está só nas armas. O bom Spitzer aí nos mostra uma surpreendente coleção de chaves que perturba e humilha a nossa singeleza democrática. Este modestíssimo utensílio, a chave, que o serralheiro da esquina nos forja por alguns tostões, tomava na Renascença, as sumptuosas proporções de uma alfaia, tão lavrada e rica como *um* cálice de altar – e Benvenuto Cellini fazia chaves. Nem todas elas se destinavam às câmaras dos Medicis ou dos papas. E tal honesto burguês de Florença abria, ao escurecer, a sua porta, perdida num canto de rua lóbrega, com uma chave que hoje príncipes e banqueiros vão admirar com assombro e pagam com centos de libras. E campainhas! E as cobertas de cama! E os cabos de facas! Na coleção Spitzer brilha um renque extenso de facas, de garfos, cujos cabos são delicados, maravilhosos grupos de figurinhas de marfim. Todas estão nuas, todas são amorosas, todas desceram do Olimpo. Aqui temos Vénus escandalosamente enlaçada a Adónis. Além se avista um sátiro que está positivamente abusando de uma ninfa. E aquela, se não me engano, é Psiqué mais colada a Cupido do que convém à decência. Em que ceias galantes, de cardeais e cortesãos, se usavam estes talheres licenciosos? Eles não têm armas, não pertenciam a uma casa patrícia e eclesiástica. E era talvez algum sisudo mercador de Veneza, um armador de galeras, que, entre a sua vasta família, dadas as graças ao Senhor, empunhava para comer a sua honrada *polenta* estes garfos, onde um artista ainda pagão esculpira com entusiasmo a lubricidade dos deuses.

Mas toda esta magnificência da Renascença é conhecida, a teoria histórica que a explica está superabundantemente estabelecida (esse excelente Taine, que acabamos de perder, tem sobre ela centenares de páginas documentadas e decisivas) – e não é esta a lição que se tira do deslumbrante museu Spitzer. A lição é outra, não nova também, mas que se destaca aqui com especial e triunfal relevo. Através dessas largas galerias, onde rebrilha toda a arte decorativa da Renascença, estão espalhadas, aqui e além, pequenas estátuas de marfim, de madeira, de faiança, de bronze, de épocas diferentes e de sentir diferente, entre os séculos XIII e XVI. Nenhuma pertence à grande estatuária. São imagens de santos, obra de santeiros por vezes ingênuos e por vezes excessivos, provenientes de capelas ou de oratórios fidalgos. Ali temos as esguias e primitivas Virgens de marfim, conservando a atitude arqueada do dente em que foram esculpidas, o que lhes dá um ar diáfano e aéreo de aparição, pronta a remontar aos Céus, recostada na redondeza de uma nuvem. Além está um S. Cristóvão, rudemente talhado em carvalho, como compete a um santo que nunca se desprende bastante da grossa materialidade da Natureza. Acolá vemos um adorável Menino Jesus, vestido de infante espanhol, de veste de brocado e sapatos bicudos, repoltreado numa poltrona abacial de couro lavrado, onde adormeceu a sorrir, com a bochecha encostada à mãozinha cheia de anéis, – e o mundo, como uma péla, esquecido sobre o regaço. E tão confiadamente dorme, com o Orbe assim abandonado, que dá vontade de lhe tocar de leve, de lhe murmurar: «Acorda, meu menino, acorda, que é por tu dormires e te esqueceres dele, que este teu mundo vai tão mal!»

Ora, para completar a história desta estatuária de oratório, e ligar as épocas, o erudito Spitzer colocou, numa sala mais remota, a um canto, como um apêndice histórico a um livro de arte, uma breve e modesta coleção de terracotas gregas. Nada de extraordinário: apenas quinze ou vinte dessas figurinhas, cor de greda, de roupagens ligeiras, designadas pelo nome vago de «tânagras», representando deusas ou mulheres divinizadas, que se vendiam outrora por toda a Grécia nas barracas dos oleiros, e se colocavam em nichos, mais por ornato que por devoção, nas paredes dos gineceus. São obras pertencentes à indústria mais que à arte. E é depois de percorrer cinco ou seis salas cheias da exuberante e luxuosa fantasia da Renascença, que o olhar, já cansado,

encontra, numa vitrina discreta, estas figurinhas de barro e repousa um momento na sua graça simples e pura. Uma Diana apertando o coturno de caça; Leda sorrindo ao cisne que arqueia o pescoço para a beijar; outra deusa com um espelho caído no regaço; uma ninfa conversando com um fauno sobre um tronco caído – tais são os motivos familiares e singelos destes grupos, que não têm nem um palmo de altura e encerram um infinito de harmonia e de beleza. E esta beleza não deslumbra, nem sacode violentamente a imaginação. É na inteligência que se insinua, que produz uma emoção toda intelectual.

A sua influência vem da sua simplicidade. Num corpo que se inclina, em finas pregas que caem, num jeito, numa linha, surge todo o ideal...

Depois outras salas se sucedem, o olhar remergulha nos esmaltes de Limoges, na aparatosa ourivesaria eclesiástica, nos marfins mais trabalhados que rendas, nas faianças de Palissy, onde os remos da Natureza se entrelaçam ricamente, em toda essa prodigiosa invenção de formas, e labores, e recamos, com que a Renascença sobrecarregou todo o profano e todo o sagrado. As estatuetas gregas esqueceram, como esquece a luz de um céu puro se um espalhado incêndio, todo em ouro e púrpuras, de repente rompe e nos ofusca.

Eram apenas quinze ou vinte figuras, e tão pequeninas, alvejando sobre o veludo vermelho, com contornos tão simples!...

Tudo, porém, finda, mesmo a colecção Spitzer. Também o próprio Spitzer findou, podendo dizer como o velho califa de Bagdad: «Gastei cinquenta anos a acumular tesouros, e não levo comigo nem um caco!» Os tesouros do velho Spitzer, que foram o sobre-humano trabalho de toda a sua vida, cá ficaram, para que o martelo do leiloeiro os espalhe agora por todos os caminhos da Terra, como o vento faz às folhas secas. Já esta consideração entristece. E como toda a arqueologia tem um não sei quê de frio e morto que fadiga e melancoliza, é com prazer que se abandona aquelas galerias cheias de armas, que já se não usam, e de santos, que já se não adoram, e de in-fólios, que já se não lêem, para respirar na Avenida do Bosque o ar da Primavera e a frescura das primeiras folhas, que têm sempre actualidade.

E é então, quando, por um dever de crítica e de gosto, se procura recapitular e rememorar, conversando, as maravilhas visitadas, que se descobre, com assombro, que nenhuma delas penetrou e ficou isoladamente na memória! Só com esforço, coçando a testa, verificando ansiosamente o catálogo, apelando para as notas dos amigos, se consegue reconstituir, e muito vagamente, sempre com grossas lacunas, a forma de certo relicário, ou as linhas de certo bronze. Nenhuma imagem nítida, que enriqueça o pecúlio da educação artística, se trouxe daquelas vastas galerias, onde, todavia, está soberbamente representado o génio ornamental de uma grande civilização. Há apenas a impressão rica, mas informe, de um montão de labores, recamos, ornatos, florões, engastes, lampejos de metais, vidraduras de faianças, tons mortos de velhos brocados... Cada obra por si esqueceu, com a sua beleza própria. Da colecção imensa só resta, no espírito, a vaga refulgência de um tesouro.

Tudo esqueceu? Não. Desta difusa impressão, algumas imagens começam logo a destacar, muito precisas, muito claras, dando pela recordação o mesmo encanto que deram pela contemplação.

E são as quinze ou vinte terracotas gregas, as pequenas estatuetas de deusas ou de mulheres divinizadas, que há três mil anos os santeiros de Atenas vendiam por meio dracma. Só essas humildes figurinhas de meio dracma lembram, de todo aquele museu que vale, pelo câmbio do Brasil, vinte mil contos. E não há movimento, atitude, prega de roupa, que não nos ficasse na lembrança, indelevelmente. O olhar interior revê, maravilhado, a sandália de Diana, e o gesto de Leda que não repele o cisne, e o repouso nobre com que a ninfa escuta o fauno. Quanta graça, quanta pureza, quanta beleza! E eis

aí! De tantos centenares de obras de dois séculos, altamente imaginativas, regiamente instaladas em veludo pelo velho Spitzer, só meia dúzia de figurinhas de barro, saídas das mãos de um obscuro santeiro grego, e esquecidas a um canto, nos deixou uma emoção durável. É esta a lição que se tira do museu Spitzer. Não direi mesmo lição, porque nada mais temerário do que preleccionar sobre questões de gosto e arte. É apenas uma sugestão, mas salutar... Em Arte, a copiosa, exuberante, luxuosa e florida fantasia cansa, esquece e passa – e só há eternidade para a beleza pura e simples.

Gazeta de Notícias, 1893

ESPIRITISMO

Há dias, por uma das raras tardes deste fusco Inverno, em que no céu se espalhou alguma doçura e um pouco de sol desbotado, um amigo meu, E. P., que se ocupa de espiritismo, de teosofia, de magia e de ciências ocultas, por diletantismo intelectual, desejou que eu o acompanhasse ao Centro Espiritista, em Paris, onde ele ia contratar médiuns e magos para uma experimentação solene de fenómenos psíquicos.

E eu acedi – mais pela sedução do sol cor de canário, que amaciava a tarde, do que pela curiosidade dessas artes negras, que se não combinam com a nitidez e a simplicidade de um espírito latino.

O Centro Espiritista, em Paris, é na redacção da «Revista Espiritista» (creio que os adeptos vernáculos dizem «Spirita»). E logo este local me pareceu bem característico do nosso século escrevinhador. Na Antiguidade, um centro sério do sobrenatural seria numa floresta como a de Broceliande, ou numa caverna como em Samotrácia, ou num rico templo, bem apetrechado de sacrários tenebrosos e de terrores, como os de Dodona ou Delfos. Hoje, é num escritório de jornal com tabuleta à porta, campainha e capacho. De resto, todas as religiões nascentes se alojam burguesmente. Até ao tempo de Trajano, as assembleias dos cristãos, as *igrejas*, eram em terceiros andares de prédios alugados, em cubículos tristes, mal alumados por duas ou três lâmpadas de barro, que os diáconos. traziam escondidas sob os mantos.

A capela espiritista está também num terceiro andar pacato da Rua Chabannais. São duas pequenas salas, de soalhos gastos pelas botas dos médiuns, com bicos de gás, forradas de estantes, onde se acumula, em filas densas, a literatura do ocultismo. Os livros em nada se parecem com esses in-fólios. sombrios e temerosos, encadernados em pele humana, com pesados fechos de ferro, que outrora folheavam os Faustos, os Nostradamus, ou os Mágicos de Toledo. Pelo contrário! Não há aqui senão amáveis e ligeiros volumes, brochados de capas. alegres, amarelas ou cor de salmão, a três francos e cinquenta cêntimos. Mas, se não impõem pela sua majestade soturna, assombram pela sua abundância facunda. Justos Céus! quão prodigiosamente se tem escrito já sobre o espiritismo! Quanta afirmação sobre tanta incerteza! São tratados, guias, confissões, compêndios, monografias, histórias, sistemas, vulgarizações, selectas, diálogos, poemas – e tudo versando sofre nada... Sobre *nada*? Não. Sobre uma possibilidade, sobre uma nuvem que talvez esconda Juno, ou antes Psiqué, a Psiqué real e viva... Uma força existe, encerrada no mais recôndito do ser, e a que nós surpreendemos, aqui e além, de anos em anos, uma manifestação fugitiva, indecisa, mal verificada, como um pontinho de luz indistinto, logo sumido, que picasse vagamente uma vasta e maciça abóbada de treva. E sobre este ponto de claridade, entrevisto incertamente através de um buraco de agulha, já escribas diligentes compuseram e imprimiram dez mil volumes! Na Antiguidade, com isso, escassamente se teria feito um verso, um epigrama. Tal é, neste século de papel, o nosso desalmado furor de escrevinhar, *scribendi sacra fames*.

Enquanto eu percorria, assombrado, os fundos renques de prosa ocultista, o meu amigo interrogava o secretário da redacção, um moço nédio e corado, de pena atrás da orelha, que indicava médiuns, apreçava prodígios, com método, folheando livros de escrituração, como um zeloso caixeiro do sobrenatural. Arrancou logo vivamente ao meu amigo duas assinaturas da «Revista Espiritista». Sacando a pena da orelha. lançou num belo cursivo endereços de casas que fornecem *mesas falantes*. E, risonhamente guiados por ele, penetrámos noutra saleta forrada também de livros ocultistas e onde ardia um lume pálido numa chaminé adornada com o busto patrocinal de Alan Kardec. Aí justamente havia um homem, um velho, acaçapado num escabelo baixo, todo

curvado, aquecendo as mãos ao fogo – e a que nós só víamos os longos cabelos brancos e o *macfarlane* que lhe caía dos ombros, até ao chão, em pregas copiosas de manto antigo. Os nossos passos, a nossa conversa, não o perturbaram. De costas, encolhido ao lume, todo ele nos parecia, naquela postura familiar e borralheira, um simples chinó branco, de um branco sujo, pousado, para aquecer, sobre uma peanha, que um pano negro recobrisse.

O meu amigo, no entanto, insistia com o secretário, reclamando médiuns (o secretário dizia *intermediários*) que exercessem um domínio definitivo sobre as coisas inanimadas –obrigassem as mesas a ascender ao ar como santos em êxtase, e as cadeiras a pular como faunos numa bacanal.

O secretário coçava o queixo, pensativo:

– Difícil, muito difícil. Já experimentou Madame Ravier?

Sim, o meu amigo já experimentara Madame Ravier. Oh! mas Madame Ravier... Sob os seus dedos afilados e lívidos as mesas adquiriam uma mudez e uma estabilidade de bronze. E depois era extremamente desagradável o tom fanhoso e choroso com que ela invocava os espíritos.

O secretário passara a coçar a nuca:

– Difícil, muito difícil... Se cá estivesse Samperini!

– Quem é Samperini?

– Samperini! Ora essa! O grande intermediário italiano! Samperini! Mas infelizmente está em Itália, em Milão, onde tem espantado a Escola de Medicina. Oh! milagres enormes! E comprovados, verificados por fisiologistas, por cirurgiões. Samperini é monumental. Só o temos em Paris na Primavera, em Maio. Sofre dos brônquios, Samperini... Há também Slade. Mas Slade está em Chicago.

Então, de dentro da chaminé, onde a cabeleira branca mergulhava mais, a colher o calor derradeiro das brasas mortíferas, surdiu uma voz lenta, repousada, penetrada de autoridade e certeza:

– Slade saiu ontem de Chicago para Nova Iorque. Slade é hábil.

O secretário baixou logo os ombros com um olhar, um movimento dos braços gordos, que significava: «O mestre falou! O mestre sabe!» E o meu amigo, a quem a curiosidade já consumia, como a mim, interpelou então timidamente aquelas costas misteriosas, cobertas do *macfarlane*:

– O senhor conhece Slade?

Vagarosamente o homem estranho rodou sobre o escabelo, e mostrou enfim a face – uma face macerada, escavada, cor de antigo pergaminho, com tons azulados nas sombras como têm os cadáveres, e eriçada de uma barba grisalha e rude. Não respondeu ao meu amigo – e ficou com os olhos postos nele, uns olhos donde toda a luz viva se retirara, parados, quase vítreos. Depois, tirando das profundidades do *macfarlane* as mãos esguias, mais amarelas que cidra, que cruzou sobre os joelhos, murmurou, meditativamente, sem despegar do meu pobre amigo o olhar inanimado e gelado:

– Estou reconhecendo em si um médium e um vidente. A esta imprevista, espantosa revelação, o meu amigo recuou, tão bruscamente que veio dar com os ombros na estante, contra a literatura ocultista. Por fim, balbuciou:

– Um vidente? Está reconhecendo em mim um vidente?... Porquê?

O homem voltou com simplicidade:

– Porque vejo. Não é um *ver* com os olhos, mas com a alma, que penetra na sua, lhe descobre o poder latente. O senhor *pode* (se à faculdade juntar a vontade) pressentir o futuro, avistar o invisível. Mas essa força não lhe pertence propriamente, por ser em si inata e imanente: é-lhe comunicada por um espírito que o acompanha.

O meu companheiro exclamou, com legítima emoção:

– Um espírito que me acompanha? A mim!?

O homem mantinha os olhos vítreos cravados no meu amigo, ou antes, num ponto, só para ele visível, por cima do chapéu do meu amigo. E repetiu, com uma impassibilidade grave:

– Sim, que o acompanha, que está aí junto de si.

O meu amigo atirou para os lados, espavoridamente, o olhar esgazeado:

– Aqui!? Junto de mim?

– Junto de si.

O secretário, no entanto, alargava os braços, no mesmo gesto de plena aceitação e reverência, que significava: «Se ele o diz... Que homem! que mestre!» E o meu camarada, que se abatera numa cadeira, esmagado pela revelação, terminou por murmurar:

– E é um espírito bom, ou mau?

Sem descruzar as mãos dos joelhos, nem desviar a fixidez do olhar abstracto, o homem disse:

– Excelente. É um espírito que só conhece os caminhos direitos e só conduz por caminhos direitos.

O meu pobre E. P. respirou:

– Ainda bem! Ao menos há essa segurança! E é o espírito de alguém que eu tivesse conhecido, que me pertencesse?

O homem considerou novamente o ponto, só para ele perceptível, por cima do chapéu do meu amigo. E no mesmo tom sereno e certo:

– Não, não o conheceu. Mas é o espírito de alguém que lhe pertenceu, um espírito doméstico. É a irmã de seu pai!

O meu companheiro teve como um vago gemido de assombro. Com efeito! Uma irmã de seu pai morrera, muito nova, havia cinquenta anos, deixando entre todos que a tinham amado uma memória, nunca desvanecida, de inteligência e doçura! E era tão impossível que este homem, neste terceiro andar de uma rua de Paris, conhecesse a existência daquela senhora morta em 1840, no Brasil – como era impossível que nós conhecêssemos o nome do soldado que àquela hora se achava de guarda a uma das portas do palácio imperial, na Cidade Interdita, em Pequim! O meu amigo limpava o suor da testa, e balbuciava:

– Prodigioso! Prodigioso!

Então, mais para que descansasse um momento e se equilibrasse a alma abalada do meu amigo, do que para verificar se também me envolviam influências sobrenaturais, interpelei o homem alegremente:

– E eu?... Também me acompanha algum espírito?

Ele voltou para mim a face de pergaminho vetusto, e sem hesitação, com o seu modo sossegado e seguro:

– Nenhum.

Senti uma tranquilidade misturada de humilhação. E graciejei com a temeridade de quem está fora do mistério, na alumiada e sólida região da realidade:

– Caminho pois na vida desacompanhado, sem inspiração transcendente, sem egéria, sem voz socrática!...

Mas o homem nem me atendeu, só interessado pelo meu amigo, que ele contemplava com uma complacência de iniciado. E dizia, conservando sempre em cruz sobre os joelhos as mãos transparentes:

– Às vezes, muitas vezes, somos seguidos por espíritos e não lhes sentimos a influência. Assim uma pedra está envolvida pelo sol, e não tem consciência da luz nem do calor. É necessário que a alma por educação ou esforço se afine, se subtilize, adquira

uma tal superacuidade, como direi? um tão livre e fino poder de penetrar no invisível, de se fundir, de se consubstanciar com ele, que os espíritos se lhe tornem visíveis, audíveis e compreensíveis, como as formas são para os sentidos. Só então a influência dos espíritos é real e activa. Estamos desde logo diante deles como discípulos entre mestres omniscientes. É nesse momento que eles nos podem guiar, ensinar, revelar... De facto, é como se momentaneamente esta forma material do nosso corpo, que encarcera a alma, a limita, lhe comunica todas as qualidades da matéria, e lhe impede o exercício espiritual em toda a sua absoluta plenitude, perdesse a sua densidade, a sua opacidade de muro, e o espírito que está em nós, e que forma a nossa individualidade, e os espíritos já libertos que erram no espaço, pudessem irradiar mutuamente e confundir-se como luzes através de uma vidraça... Não é bem isto. Mas o verbo humano é tão impotente! Ora esta comunicação, mesmo para os mais favorecidos, para os mais *espiritualizados*, nem sempre se pode dar: – e há períodos de semanas, de meses, em que a alma está como incomunicável, fechada dentro do seu cofre mortal. É o que me sucede a mim! Eu escrevi um livro, um livro definitivo...

O secretário correu à estante, berrou, brandindo um volume de capa vermelha:

– Está aqui! Um livro admirável! Trezentas páginas! E tudo verdadeiro, verificado!...

O homem prosseguiu gravemente:

– Sim, é um bom livro. Há aí uma metafísica tão rigorosa como uma geometria. De resto, não fui eu que o escrevi. Todo ele me foi ditado pelos espíritos, linha a linha. E sabe quanto tempo gastei em o compor? Sete anos. É verdade. Trezentas páginas em sete anos! E porquê? Porque a minha comunicação com os espíritos era irregular e rara. Decorreram semanas, longos meses, em que havia em torno de mim como uma solidão e um silêncio de deserto. Depois, um dia, às vezes nos momentos mais incómodos, ao calçar as botas, ao entrar para um ônibus, sentia bruscamente o impulso de tomar o lápis... Trazia sempre comigo papel e lápis. E o lápis corria sobre o papel, desordenadamente, em garatujas disformes, sem que eu tivesse consciência do que ele escrevia, ou antes do que o espírito escrevia pela minha pobre mão. Era sempre uma frase, por vezes um período. Estes fragmentos juntos, lado a lado, como pedaços de um mosaico, formaram ao fim de sete anos um livro. Só o li depois de impresso. E era perfeito.

– Sublime! – acudiu o secretário, com uma convicção magnífica.

E o homem prosseguiu, sempre imóvel, como um ídolo, fixando serenamente o meu amigo:

– Já vê, por este meu caso, que se pode andar acompanhado de um espírito tutelar, como esse que a si o segue, sem que a alma o pressinta ou o suspeite. Porquê? Porque não se estabeleceu a afinidade espiritual. O espírito aí está ao seu lado, preparado e esperando. Mas que importa, se a sua alma jaz muito em baixo, inerte, sob densas camadas de materialidade? Por isso caridosamente o avisei. Já conhece o espírito que o segue: só lhe resta romper, pelo esforço, pela educação especial, o muro bruto da matéria, e remontar à pura espiritualidade. O espírito gentil está à sua espera.

E, de repente, sem que o sentíssemos mover, o homem apareceu de pé, erecto e rígido. Era extremamente alto, e o seu *macfarlane* negro descia até ao chão.

O meu companheiro ainda estendeu a mão, implorou um esclarecimento:

– Mas essa educação especial para que eu possa romper a matéria, quem ma há-de dar, quem me dirigirá nesse esforço, que me faça penetrar na espiritualidade? O senhor vive em Paris?

– Parto esta noite para Nova Iorque... daqui a instantes.

– Vive em Nova Iorque?

– Às vezes. Outras vezes em Constantinopla. Na Índia, também... Na Rússia, em certos meses. Vagamente pelo mundo...

O secretário bracejou com entusiasmo:

– Sempre a caminho!... Ora aqui, ora além! Anua pelo ar. Há semanas estava na Califórnia. Passou aqui, aqueceu as mãos, partiu para o Egito. Chegou ontem... Vem, aquece as mãos, desaparece. É prodigioso!

Eu lembrei, rindo:

– Exactamente como Apolónio de Tiana.

O homem voltou para mim, com severidade, os olhos vazios e pálidos:

– É bom nunca pronunciar em vão o nome de Apolónio de Tiana!

E, secamente, caminhou para a porta. Nós seguimos, com o secretário, que, vergado e risonho, esfregando as mãos, «desejava ao mestre uma jornada fecunda em obras». Ele desceu com lentidão a escada já escura. Quando chegámos ao portão, onde morria a derradeira claridade do crepúsculo, o homem estranho parou, medindo a rua, com um leve balançar do corpo – como o de uma cegonha que hesita antes de soltar o voo. E subitamente desapareceu.

O meu camarada ainda julgou entrever, ao longe, sob um bico de gás, o comprido e tenebroso *macfarlane*. Mas eu penso que o homem, que era uma sombra, se fundiu na sombra.

Na carruagem que nos levava, o meu amigo E. P. fez estas sábias considerações:

– A minha alma, segundo afirma aquele homem diabólico, jaz enterrada sob densas camadas de materialidade. Acredito. Mas ela está lá muito quieta, muito confortável, muito feliz. Para que hei-de eu desbastar, adelgaçar, e furar essas abóbadas de matéria, para que a minha alma se escape para as regiões tormentosas e aterradoras da espiritualidade? É uma coisa perigosa, uma alma assim solta pelos ares, em companhia de espíritos... Não lhe parece?

– Também me parece!

– Nada! A minha rica almazinha continuará cá dentro muito quieta. E o mais que farei, para a entreter, é carregar nas doses de Descartes e de Espinosa.

E. como se o seu corpo, que todavia não é magro, nem frágil, não lhe parecesse suficiente para reter a alma cativa e segura – o meu amigo cruzou ainda e apertou com força o paletó em que se agasalhava.

Desde essa tarde não aludimos mais ao homem estranho do *macfarlane*. E é tudo por ora o que eu conheço do spiritismo.

AS ROSAS

I

Estamos no mês de Maio – e convém falar de rosas. Quando na poesia, como num reino bem organizado, havia classes e uma pragmática, era a corporação venerável e ligeira dos Poetas da Primavera que celebrava, pontualmente, nesta fresca mocidade do ano, com o coração contente e lira fácil, a chegada das rosas. O poeta, nesses tempos arcádicos, corria constantemente por outeiros e prados, como o antigo Silvano, atento só às belezas simples e compreensíveis da Terra. Hoje, nesta anarquia que baralha as classes, o poeta invadiu a alma humana, desalojou dela os filósofos, seus caseiros hereditários desde Platão, e é ele quem tece a teia da psicologia e sopra a braseira da metafísica, donde se elevam tão densos, tão enrolados fumos... Nos sítios tradicionais da poesia, entre as relvas, junto às fontes, sob as sombras, já se não encontra um poeta. Estão todos encafuados dentro da alma.

E neste ano da Graça de 93, neste mês de Maio, de tão suave esplendor, foi um erudito, um gramatista, um professor da Universidade de Aix, autor da «Fonética Normanda» e das «Funções da Letra C nas Línguas Românticas», que, por falta de poetas, teve de celebrar as rosas num tomo ponderoso de quinhentas páginas, repleto de notas, em que narrou todos os empregos da flor adorável através dos tempos, na poesia, na arquitectura, no culto, na mística, na farmacopeia e na culinária! Assim a ciência vai usurpando as mais preciosas funções da poesia. São agora os astrónomos, e não os poetas, que penduram sonhos na Lua e nos raios das estrelas. E é um velho filólogo que se torna bucólico e que celebra as glórias da rosa.

Ela merece realmente ser cantada, porque nunca houve flor, entre as flores, com uma carreira. mais triunfal. Em tudo o que profundamente interessa o homem, o amor, a religião, a guerra, a lei, a morte, se achou sempre envolvida a rosa – e a civilização inteira está repassada dó seu perfume. E todavia ela. não pertence à grande aristocracia floral, como a açucena ou o lótus. Os seus pergaminhos, as suas cem pétalas, são recentes; – e existem na Índia, nas faldas do Himalaia, príncipes com genealogias mais remotas que a da rosa. Os Vedas não a mencionam; e os Árias, tão sensíveis a todas as forças e graças da Natureza, decerto teriam entrelaçado a rosa nos seus hinos sacros e nos seus rituais, se ela florescesse no vale feliz de Septa-Sindhu. Nos monumentos do velho Egipto, onde os escribas gravaram cuidadosamente toda a flora faraónica, não se descobre a roseira entre os arbustos nutridos pelas águas benditas do Nilo. Os velhos Hebreus, nos primeiros tempos da Bíblia, pelo menos até ao cativeiro de Babilónia, não conheceram também a rosa; e se Raquel e Rebeca se toucavam de flores, era de anémonas, desses lírios vermelhos dos campos, que Jesus depois considerava mais vistosos e ricamente trajados que el-rei Salomão em toda a sua magnificência.

A rosa aparece no mundo grego com Homero. Mas é ainda a rosa plebeia, silvestre, de cinco folhas, que nasce nas sebes. Homero mesmo não a apresenta como uma flor de beleza, mas de utilidade – uma humilde planta medicinal, donde se extraia esse óleo com que Afrodite, na «Ilíada», unta o corpo de Heitor. É só verdadeiramente com Píndaro, com Arquíloco e com o augusto «Hino a Demeter», que a rosa, já perfeita, com as suas cem pétalas, todo o seu aroma, e muitos dos seus espinhos, entra na vida dos homens e dos deuses, e enceta as suas aventuras maravilhosas.

Uma das primeiras foi a sua mudança de cor. A rosa, primitivamente, quando nasceu nas lânguidas praias de Citera, sob os. pés de Vénus, que, nesse sublime momento, emergia da espuma das ondas e pisava a terra – era branca, como os pés que a

faziam brotar. Foi depois o sangue de Vénus que a tornou vermelha, uma tarde em que a deusa, na Síria, correndo em socorro do seu lindo Adónis, ameaçado por Marte (sempre bestial e truculento), espetou o pé nos espinhos de uma roseira. Este caso lamentável foi testemunhado por muitos deuses, e depois por eles. contado, sob os arvoredos do Olimpo, a Hesíodo, a Bion, e a outros poetas, que o espalharam logo, em versos indiscretos, por todas as ilhas da Jónia. Assim nascida do pousar do seu pé divino na terra humana, e tomada vermelha pelo seu sangue, a rosa . ficou sendo para Vénus a flor bem-amada e filial.

A afeição de Vénus pela rosa foi imediatamente partilhada pelos deuses – para quem as preferências de Afrodite constituíam sempre ditames supremos. E tanto amaram mesmo a rosa, que criaram num vale da Frígia esse incomparável jardim chamado Jardim de Midas, onde só cresciam roseiras, e que espargiu o seu aroma sobrenatural por, toda a antiguidade pagã. Era de ouro a grade que o fechava; e as ruas que lhe dividiam os maciços tinham sido areadas pelos caribas com o pó de coral e de diamante. Com tanto zelo o jardinavam os deuses, que Baco não confiava a ninguém o cuidado de regar o glorioso vergei. E poetas privilegiados, como Anacreonte e Propércio, puderam ver muitas vezes pelas sestas de Maio o grande deus da uva, o conquistador das Índias, com um regador de ouro nas mãos possantes, dando de beber às rosas uma água de admirável pureza, que as náiades conduziam das Fontes Castálias. Neste jardim colhia Vénus as rosas que costumava mandar àqueles mortais perfeitos, por quem bruscamente e doidamente se namorava, nos seus passeios pelas colinas pastoris da Hélade. Foi também no Jardim de Midas que Sileno, vindo da Trácia, tomou essa espantosa bebedeira, que durou cem dias, e em que delirou tão escandalosamente, e em tantos arremessos lascivos investiu contra as deusas, que Marte e Mercúrio tiveram de o amarrar, espumante e rubro, a um grossa pé de roseira, com cordas de púrpura, que ainda viu o velho Heródoto. Júpiter descia por vezes, familiarmente, sem águia e sem raio, a este jardim terrestre – e era aí que Mercúrio e Ganimedes lhe segredavam os nomes e as moradas das mais lindas virgens da Grécia e da Ásia. Ali vinham também, à hora do orvalho, as nove musas tecer as suas coroas de rosas. E era tão penetrante a influência deste jardim, que, no monte Bórmio, seu vizinho, nunca invernavam, os lírios silvestres floriam mesmo em Janeiro, e os pastores, que pelas suas encostas guardavam os gados, conservavam até aos cem anos a flor da sua mocidade.

II

Esta ditosa flor, assim preferida e honrada pelos deuses, foi bem depressa adorada pelos homens. O douto autor das «Geopónicas» começou por estabelecer neste Tratado das Coisas Rurais, como princípio botânico, que a *rosa é de natureza divina*. E Anacreonte não tardou a exclamar, enternecido:

– «Que seria a humanidade sem a rosa?»

A humanidade nesses tempos já arranjava as rosas em coroas e grinaldas. Foi Jano (o das duas caras), esse benéfico civilizador, que inventou a arte gentil de colher e juntar as flores em ramalhete. Mas foi uma certa Glicera, ramalheteira de Ciros, que criou o ramo, o verdadeiro ramo atado com fitas, o ramo da afeição, o ramo de festa, o terrível *bouquet* que tão despoticamente se implantou nos hábitos cultos, e que, pelo preço a que subiram as flores (quatro rosas espetadas em arames e presas por um barbante custam em Paris seis mil réis) esmaga e desorganiza o orçamento do homem sociável! Glicera, destra ramalheteira de Ciros, porque não deixaste tu as flores onde elas mais felizes estavam, nas suas hastes airosas, embaladas por Zéfiro, filho da Aurora?

Ao menos, nessas idades ditosas, os ramos só se ofereciam aos deuses. E com tal

generosidade que o velho Pausânias (não o vencedor de Plateia, mas o outro, o que escreveu a «Descrição da Grécia»), indo a Talamas, na Messénia visitar uma afamada estátua de Ino (que era uma deusa do mar), não lhe pôde ver as formas, afogada como estava até aos ombros em densos montões de rosas.

O culto na Grécia e na Itália punha o seu luxo na profusão das rosas. Rosas em torno às imagens e juncando as aras. Rosas coroando os áugures e pontífices. Rosas sobre o dorso e nas pontas das reses votivas. Rosas em festões, de coluna a coluna, rosando a palidez dos mármore.

Na festa chamada Rosália, dedicada a Vénus, nas Calendas de Maio, todas as cortesãs de Roma, envoltas em véus amarelos, numa procissão lasciva e devota, ao som lento das cítaras, iam levar à Grande Deusa, sua padroeira, as primeiras rosas do ano.

Era como a proclamação sacramental da Primavera e do amor. Numa outra das lindas festas rurais da Itália, as de Dea-Dia, deusa da lavoura e dos campos, a confraria dos Freires Arvales ofertava, nos altares, pães cobertos com rosas, e depois da oblação, quando se dispersava, gritando a palavra de bom agoiro, *Feliciter! Feliciter!*, ia atirando pelas ruas e sobre o povo, às mãos-cheias, as rosas que o contacto do altar tornara sagradas. Em Maio, todos os lares domésticos eram enfeitados com rosas. E não havia colono na terra pagã, que, ao primeiro bafo dos zéfiros quentes, não pendurasse um ramo de rosas à entrada da sua cabana, ou no tronco rude do deus dos hortos, ou entre os cornos de Pã.

Pouco a pouco, como a filosofia vinha afirmando à alma do homem que ela é imortal, à maneira dos deuses – estas grinaldas e capelas de rosas, que se davam somente aos imortais, começaram a ser ofertadas aos homens, sobretudo às mulheres, pelo que nelas havia de divino. A rosa tornou-se em breve a flor oficial do amor. Era em forma de coroa que as rosas se depunham, no fresco alvor da madrugada, à porta da bem-amada, para honrar e ornar a casa como um templo. A coroa de rosas recolhida significava da parte dela um *sim* de doce promessa. As rosas deixadas fora desdenhosamente, a murchar ao pó e à chuva, exprimiam o amargo *não*.

Tibulo, numa das suas elegias, lança em rosto a uma insensível dama a imensa e dispendiosa quantidade de coroas que ele depusera em vão no limiar da sua morada. Esta amontoação de rosas desprezadas, apodrecendo à porta das matronas, chegou mesmo, no tempo em que se conservava nos lares romanos a tradição forte das Lucrécias e das Pórcias, a inquietar os edis, responsáveis pelo asseio das ruas: – e a virtude doméstica foi a desolação dos varredores urbanos, quase todos escravos asiáticos, e (oh! humilhação!) lusitanos! Depois, com o declinar da República e dos costumes, todo o ramo de rosas depositado a uma porta, com o nome do namorado (e o endereço) era vivamente arrebatado para dentro por belas mãos complacentes.

Já se não encontrava nas ruas uma rosa morrendo ao abandono. O austero Juvenal rugia: – mas que repouso para os edis, e para os lusitanos, nossos avós!

Além de as declarações de amor serem assim silenciosamente feitas por meio de rosas, toda a entrevista de amor, na sociedade culta, devia ser poetizada e perfumada com rosas. A dama que ia encontrar nalgum bosque votado a Vénus, ou num cubículo do Velabro, o seu amante, levava uma grinalda de rosas na mão, uma rosa solitária na cintura, e ao avistar aquele por quem ia ofender o amável deus Himeneu, atirava-lhe a face, docemente, um punhado de rosas soltas. Depois...

Mas passemos, abafando os passos, deixemos o par no seu êxtase – e que as rosas do Lácio lhe sejam leves!

Se a rosa estava assim associada ao cerimonial dos amores, não presidia menos profusamente a composição dos festins. O mundo antigo comia entre rosas. Coroas de rosas nas cabeças frisadas ou calvas dos convivas; cordões de rosas, a tiracolo,

alegrando a túnica escura dos escravos; festões de rosas nos muros de mármore cor-de-rosa; rosas tapetando o chão; rosas alastrando a mesa; pétalas de rosa flutuando no vinho; chuva de rosas chovendo dos tectos e dos velários, ao estridor ardente das liras. Mesmo uma parca merenda no campo não se fazia sem luxo de rosas. O simples e honesto Horácio consente em que tudo falte na sua mesa rural, menos o aroma e brilho das rosas. «Sim, meu Delius, canta ele, jantemos sobriamente, a sombra de um pinheiro, na relva bem verde, junto de um regato sussurrante, e que não haja senão um prato, e uma ânfora – mas braçadas de rosas!»

Roma chegou a ter o vício das rosas – e o Império todo sufocava deliciosamente no seu perfume. Verres, aquele que Cícero tão famosamente verrinou, só sabia viajar numa larga liteira cheia de rosas de Malta, coroado ele de rosas, com festões de rosas a envolver-lhe o corpo, e levando na mão um saco de rede recheado de rosas, que a cada instante apertava sobre a face para sorver até à alma o aroma – alma da flor. E Roma toda se abandonava às rosas, com a voluptuosidade de Verres. O super-requintado Élio Vero não podia adormecer senão sobre camadas de rosas. Outros elegantes forravam as câmaras desde os soalhos de cedro até aos tectos ebúrneos de rosas de Pestum. Galiano, quando foi imperador, mandava juncar todas as manhãs as salas e os pórticos da Domus Palatina de braçadas de rosas! Ô delicioso Heliogábalo, nos seus acessos de animalidade estética, espolinhava-se e foçava sobre montanhas de rosas!

Nestas convivências efeminadas e sensuais, a pobre rosa arriscava grandemente a sua reputação. Espalhada por sobre leitos pouco castos, debruçada dentro das ânforas orgíacas, entrelaçada nos cabelos das servas de Vénus, ela poderia bem ficar na história e na memória dos moralistas como a flor da libertinagem. Felizmente para ela, a rosa, através de todas as suas fraquezas, nunca deixou de andar ligada a duas coisas graves e fortes – a guerra e a morte.

Não havia triunfo sem rosas; e nenhum funeral seria sentido e piedoso sem que as rosas nele recordassem a fragilidade da vida. A coroa de rosas era devida, mesmo mais que a de louro, a todo o vencedor de uma batalha; e a ilustre flor, vezes sem conta, recompensou a salvação da República. As galeras vitoriosas, ao entrar no porto, traziam a alta proa enfeitada de festões de rosas. E nos cortejas triunfais uma das alegrias era a chuva inumerável de rosas, caindo de todos os terraços sobre o carro lento, em marcha para o Capitólio.

Para os mortos, a rosa era a flor consoladora. O corpo ia coberto de rosas como para um supremo noivado: – e a piedade dos parentes e dos amigos nunca deixava as sepulturas sem roseiras que a florissem... A festa das Parentálias, celebrada em memória dos mortos, era em Maio, para que estivessem já abertas as rosas, que depois do banquete funerário se levavam em cestos, se desfolhavam lentamente por cima das sepulturas. A esperança dos que se sentiam morrer, era que sobre a sua lápide nunca faltassem rosas. Para que não escapasse esta consolação aos seus manes, muitos deixavam pingues legados.

Uma dama, Cláudia Severa, no seu testamento, destinou doze contos para que as rosas no seu túmulo fossem sempre as mais belas da Campânia. E aqueles que não eram ricos faziam gravar nas campas uma súplica, pedindo ao viandante a doce esmola de uma rosa:

Sparge, precor, rosas, supra mea busta, viator!

Conservando assim estas nobres atribuições, flor de glória e flor de piedade, a rosa escapou ao desdém dos moralistas. Mas o que verdadeiramente a salvou, foi a literatura. Por isso mesmo que tanto a amavam, os poetas foram levados a comparar a

rosa, rainha de graça na Natureza, com a mulher, rainha de graça também, e também flor da humanidade. Logo entre os líricos gregos a rosa, por causa do seu botão, foi proclamada emblema da inocência. Mas aí teve de manter uma luta desesperada com a açucena. E esta rivalidade entre as duas nobres flores, que transparece já no antigo «Hino a Ceres», ambas reclamando privilégio de representar na arte a candura, a frescura da virgem, só verdadeiramente acabou na poesia latina, em que a açucena ficou definitivamente simbolizando a pureza virginal, e a rosa o rubor, ainda pudico, mas já amoroso e ardente. Desde então não houve formosura ou virtude da mulher que não fosse comparada à rosa, assim tornada pela poesia a suma e o arquétipo da perfeição, onde se resume tudo o que pode encantar o olhar e a alma. Ela é, dirão os poetas, a tentação dos mortais, o enfeite da Terra, o amor das Graças, a alegria dos deuses... Assim, antes da Virgem, a rosa possui já a sua ladainha adoradora. Filóstrato declara-a, com horrenda ênfase, o olho *do mundo*. Outro, mais rebuscado, diz o *astro das flores*.

As próprias belezas da Natureza, ainda as menos concretas, são comparadas à rosa e à sua cor adorável. São de *rosa* os famosos dedos com que a Aurora, durante dezassete séculos de poesia, abriu as portas do Oriente. É de rosa o vapor que se exala dos cavalos do Sol, fumegando no seu galope faiscante. É *róseo* também o carro em que a Lua rola silenciosamente nos céus nocturnos... De facto, quando os poetas latinos querem louvar qualquer forma do ser, ou pela sua força, ou pelo seu brilho, ou pela sua doçura, chamam-lhe *rósea*. Para Valério Flaco, um moço formoso é *róseo*. Claudiano, impressionado com as margens do Douro, lança-lhes imediatamente o inesperado epíteto de *róseas* – quando bem devia ver que, feitas de granito e de vales escavados, crestados do sol, elas eram pardacentas ou lívidas.

Assim Roma, na sua poesia e na sua vida, delirava pelas rosas. Para saciar esta paixão, toda a Itália se cobrira de bosques de roseiras. As mais célebres, por serem as mais vermelhas e perfumadas, floriram em Pestum, em Prenestes e na Campânia. Mas mesmo pela beira do mar, de Taormina à Sicília, toda a costa era um lindo roseiral. O Império envelhecia afogado em rosas. E longe, para além das fronteiras do Reno e do Danúbio, os Hunos, os Avaros, os Vândalos, sob os céus cinzentos, nas suas cabanas baixas, à beira das lagoas, dilatam já a narina ávida e brutal a esta fragrância imensa da rosa romana...

III

Antes, porém, que os Bárbaros descessem, já a rosa atravessava uma crise difícil – a sua crise cristã.

Flor dos deuses, tendo participado de todas as delícias da carne pagã, ela não podia deixar de ser suspeita aos primeiros doutores da Igreja, que fixaram, com a nova doutrina, os novos costumes.

O cristianismo, a princípio, foi uma religião triste, indigente e nua. As suas assembleias eram de noite, em cavernas, nos cemitérios, em cubículos de ruas escuras; – e os fiéis, encolhidos numa pobre túnica, com os cabelos em desalinho, sujos por excesso de espiritualismo, vinham ali, menos para celebrarem as esperanças do Céu, do que para gemerem sobre as dores e a maldade da Terra. Nos seus banquetes, os famosos ágapes que constantemente celebravam (porque quase todos se recrutavam nas confrarias de mesterais, onde o banquete comum era a mais querida das tradições), a melancolia alternava com a violência, e o pão, o peixe frito, acepipe da plebe em todas as cidades mediterrâneas, era engolido, se acreditarmos as narrações de S. Paulino e de S. Cipriano, entre queixumes e desalentos, ou entre furiosas brigas teológicas. Mesmo o amor em que o novo misticismo excitava a lascividade pagã, era neles sombrio e

funerário – e quase sempre tinha por leito as lápides dos cemitérios. Nesta tristeza fundamental, base da doutrina, não havia realmente lugar para a rosa alegre de Baco e de Vénus. E desde logo, com efeito, ela, e as suas pétalas, e a sua cor, e o seu perfume, foram banidos da Igreja, que assim surgia entre lágrimas. Tertuliano começou por fulminar, com toda a dureza do seu latim de África, num amargo panfleto intitulado «De Corona», todos os ramos e grinaldas, emblemas de prazer e festa. Logo depois S. Clemente de Alexandria, no seu «Pedagogo», ataca mais directamente a rosa como a grande efeminadora das almas. O velho Prudêncio exhibe como prova da sua virtude o seu desdém das rosas, *hic mihi nulla rosae spolia*, e felicita por verdadeiros e fiéis servos de Deus aqueles que a destruírem como planta venenosa. Assim a Igreja se arma toda – e lança a roncante falange dos seus doutores contra uma fraca flor delicada.

Felizmente, nesses primeiros tempos, ela conservava a protecção, o carinho inteiro dos imperadores e dos pontífices. Era ainda a flor do Senado e do povo romano. Em todas as instituições civis e religiosas, ainda pendiam magnificamente as grinaldas de Pestum... Mas eis que uma tarde, junto de Cremona. Constantino, marchando contra Maxêncio, vê de repente, por cima do Sol que declinava, a cruz, essa famosa cruz, toda de ouro, aureolada pela promessa divina em letras de ouro – *hoc signo vinces!* Tarde fatal para as rosas! Nela começou realmente a debandada dos deuses. Dentro de anos, já não haverá na Itália um templo, livre e seguro, onde se possa ofertar uma pomba a Vénus. Jesus de Nazaré (ou antes o Jesus do Concílio de Niceia), até aí perseguido, errante pelas catacumbas e pela névoa dos cemitérios, está instalado na Domus Palatina, lança edictos de dentro do Senado. – e sobre o Capitólio negreja uma cruz nova e de ferro. Uma manhã, sob a presidência de Teodósio, o último refúgio da crença pagã e do patriotismo romano, o altar da Vitória é destruído entre a imensa e rancorosa alegria dos bispos, que batem nos fragmentos de mármore com os seus báculos já duros. No Céu, lavado das últimas nódoas de ambrósia, triunfam as virgens e os mártires. E na Terra, enfim, a derradeira ninfa foge dos campos do Lácio, levando escondida no seio a derradeira rosa votiva.

IV

Decerto esta crise foi terrível para a misérrima rosa. Mas outra, mais decisiva, quase mortal, se acercava – porque de todos os lados a forte estrutura do Império Romano se fendia, e os Bárbaros vinham entrando. Até aí ela era uma pobre flor decaída, despedida com ignominia dos altares e das instituições. Proclamada outrora, pessoalmente por Júpiter, em concílio dos deuses, Rainha das Flores (segundo afirma Ausónio), ela perdera o seu trono e reentrava na obscuridade de silvestre. Mas, ao menos, continuava pacificamente a florir nos vergéis e nos prados, onde o velho Zéfiro, à tarde, vinha fielmente conversar com ela dos esplendores passados. Já os pontífices a não colhiam de madrugada com a fouce de prata, para perfumar e tornar mais santas as aras de Afrodite. Já, em dias de triunfo, coroando a fronte de um César ou de um Paulo Emílio (ou mesmo de um cocheiro vencedor do seu circo), ela não partilhava das aclamações de Roma.

E nunca mais entrara na Domus Palatina! Mas vivia, corada e sã (o que é melhor bem para toda a flor que tenha uma compreensão real e naturalista da vida) – e recebia, como na sua idade ditosa, a carícia dos orvalhos, e podia sentir, nos beijos longos e lentos do sol, que Febo lhe era constante.

Agora, porém, a pobre rosa estava ameaçada na sua existência material – na sua raiz, na sua semente, em cada uma das suas pétalas, outrora bafejadas pelos deuses. Os Bárbaros desciam inumeráveis e devastadores. Era como se sucessivas manadas de

touros bravios investissem, furiosamente, pelas portas indefesas e abertas do Palácio da Civilização. No mundo, durante três séculos, não se ouviu senão o fragor melancólico da grande obra greco-latina ruindo aos pedaços. Hunos, Finlandeses, Sicambros, Visigodos, Suevos, Ostrogodos, hordas após hordas, rolavam do Norte e do Leste, e, entrechocadas, arrancavam furiosamente, umas às outras, os farrapos da sociedade antiga.

Quem dirá o incomparável desastre? Povos inteiros, pacíficos e cultos, desapareciam como formigueiros varridos. Claras cidades de luxo e repouso eram apenas montões de cinzas, fumegando. Dos campos, tão sabiamente cultivados pelos preceitos de Varro e Columela, restavam apenas charnecas, onde uivavam os cães famintos. Todo o saber, toda a arte, jaziam apagados, espezzinhados, como tochas sob pés brutais. Na imensidade do desastre, onde iam as pobres rosas? Se a erva da Gália, tão vivaz e dura, secava sob as patas da égua de Átila, como poderiam resistir as rosas? Ao cabo de trezentos anos, não restava um jardim em toda a Itália. Como se conservariam jardins, se já nem existiam searas? Em cada cinquenta anos, havia quarenta anos de fome. Fome tão dura, que se comia carne humana. E através desta imensa desgraça do mundo que decerto ia findar, sempre pelos vales assolados, em longas filas, com os chuços altos, as fêmeas fortes e brancas apinhadas nos carros estridentes, os molossos latindo – hirsutos, fétidos, os trapos em sangue, passavam e repassavam os Bárbaros.

Passando assim e repassando nos vales, os Bárbaros avistavam sempre, nas alturas, grossas e tristes muralhas encimadas por uma cruz. Eram os mosteiros. A princípio subiam ao monte, arrombavam as portas a machado. Depois, convertidos, ajoelhavam nas lajes, para tocar nas relíquias santas. Dentro desses muros, assaltados ou transpostos com reverência e temor, encontravam silenciosas arcadas, homens com a face pálida sumida no capuz traçando linhas sobre pergaminhos, uma capela escura, e ao fundo, para além do poço, um horto onde se erguia, entre ervas aromáticas ou medicinais, um arbusto coberto de flores vermelhas, que os Bárbaros não conheciam.

Era a rosa – a rosa greco-romana, que no vasto desastre encontrara, entre os monges, um refúgio seguro e doce. Ali estava escondida na clausura com os outros restos da grande civilização destruída – esses rolos de pergaminho que os monges pensativamente reliam e copiavam. Assim se tinham salvado as glórias e as graças da sociedade antiga – e a rosa sobrevivera, por cuidado da Igreja, com Horácio que a cantara.

Os chefes bárbaros respiravam com delícia aquela flor singular. E quando, depois, pelos séculos IX e X, acalmada como uma derradeira vaga a derradeira invasão, a barbárie tendeu à estabilidade, e se edificaram burgos, e os chefes começaram a erguer nos cimos, ao lado ou defronte dos mosteiros, os seus fortes castelos, não se esqueceram de ir buscar ao horto monástico a flor de linda cor e rico aroma, que os maravilhava. Foram os chefes merovíngios, na sua admiração pela vida romana, que primeiramente traçaram e cultivaram o novo jardim feudal. E já o poeta Fortunato, no século X, celebra os rosais da rainha da Austrásia, todos cobertos em Maio de rosas, «que embalsamavam como se viessem do Paraíso!» Enfim Carlos Magno desce a Itália, entra em Roma e recebe aí a revelação das artes, dos palácios, das magnificências e das delicadezas da vida.

As suas residências de Ingelheim e de Aix-la-Chapelle são, por sua ordem, adornadas de pórticos, de vinhedos, de jardins. E, no seu entusiasmo, o grande imperador da barba florida termina mesmo numa capitular por decretar a cultura da rosa!

Eis, pois, a rosa penetrando no mundo feudal, sob o patrocínio do grande imperador do Ocidente! A sua carreira recomeça com renascente glória. Já cada morada senhorial, mesmo dentro das cidades, tem belos canteiros de rosas.. Ela é a flor da nobreza, como será da realeza, quando Luís XI (que, todavia, não passa por sensível às graças da Natureza) mandar emissários por toda a parte *querir des rases est des boutons*. Os grandes senhores que davam então a moda, um Tibalto, conde de Champagne, um Renato de Anjou, cercam os seus castelos de densos bosques de rosas. As damas sobretudo adoram a flor nova. no «vergel», entre os rosais que se passam todos os amores da Meia Idade. E para que a sua existência seja protegida por carinhosos cuidados de cultura, o grande mestre das ciências, o ilustre Alberto Magno, compõe um tratado sobre a rosa.

Como as «rosas são para servir», segundo já cantava Hesíodo, em breve as donas e aias as apanham às braçadas, nos jardins, para juncar os tapetes nupciais, e ornar as mesas festivas. A rosa recomeça, de facto, a sua alegre vida romana: – e poderia pensar que os Bárbaros tinham sido apenas um sonho e que se encontrava ainda em casa de Mecenas ou de Lúculo, se em torno não fossem tão incultas e rudes as barbas, as maneiras, as conversas, e as grossas peças de carne. Mas ao menos, o amor pelas rosas é tão vivo e sincero já como em Roma. Em ramo, em grinalda, solitária ou desfolhada, ela enfeita e perfuma toda a vida gótica. Quando depois de sete séculos de porcaria, a humanidade se recomeça a banhar, e nos castelos se estabelece, como costume gentil e prudente, oferecer um banho aos hóspedes que chegam em poeirenta e ruidosa cavalgada, desfolham-se nas banheiras, sobre a água, rosas vermelhas e brancas. Outra moda que se generaliza, é a dos *chapéus de rosas*, verdadeiros turbantes feitos de rosas, com que se cobrem as damas nos bailes, os trovadores nos torneios, os mensageiros de boas novas, todos os camponeses no primeiro dia de Maio. Nos banquetes reais, o condestável servia o rei de França coroado de rosas. Nas danças dos séculos XII e XIII, os pares trazem na mão ramos de rosas que trocam ao compasso das doçainas e flautas. Um dos tributos feudais mais zelosamente exigido, era o das rosas, que os solarengos, e colonos deviam trazer, cada semana de Verão, ao vílico do castelo, em cestos a trasbordar. Muitos fidalgos, foreiros de terras pertencentes aos conventos de monjas, pagavam por foro de S. João coroas e ramalhetes de rosas. Nos torneios, a rosa era tão essencial como a lança: com ela se enfeitavam os estrados das damas, com ela se coroavam os elmos dos vencedores. Na Provença, em Espanha, havia mesmo os famosos *torneios de rosas*, galantes combates em que donas e cavaleiros se entrearremessavam, com ternura e valor, pesados ramos de rosas. Mesmo na vida política e forense se instalara a flor bem-amada. Um antigo costume, mantido até ao século XVI, obrigava os duques e pares de França a ofertar, no primeiro de Maio, ao parlamento de Paris, um grande ramo de rosas numa salva de prata. Esta homenagem, chamada «Baillée des Roses», era o emblema da suserania jurídica do parlamento. Que contarei mais?... A rosa conquistara os Bárbaros: – e agora que eles iam laboriosamente, e com os destroços do passado, construindo uma civilização sua, por toda a parte a recobriam, por toda a parte a perfumavam de rosas.

V

Contarei ainda a, sua entrada triunfal na Igreja, donde fora excluída, como pagã, por Clemente e Tertuliano, e onde agora alastra os altares, invade as procissões, domina o ritual, dá o seu nome às festas mais santas, e se torna tão dogmática, que em Roma, na festa da Ascensão; as suas pétalas, desfolhadas do alto da Igreja de Santa Maria Rotonda pelas mãos do Papa, representavam os dons do Espírito Santo?

Contarei a sua ascensão ao Céu... Porque, consumando a sua apoteose, a rosa entra no Céu católico! Flor de origem essencialmente divina, como provou cientificamente o autor das «Geopónicas», ela não pode deixar de ser adoptada por todos os deuses que se sucedem nas alturas, e é acolhida por Maria e Jesus tão benevolmente como o fora outrora por Ceres e Apolo. Mesmo a religião nova reclama para si, em oposição à religião antiga, o privilégio honroso de ter dado à rosa o que ela tem de mais belo, o seu aroma e a sua cor. E é Santo Ambrósio, o grande Santo Ambrósio, no seu «Comentário aos Salmos», que assegura ser a rosa vermelha de cor por ter caído sobre ela o próprio sangue do Senhor! Não é, pois, o sangue de Vénus, na Síria, que tornou as rosas vermelhas. É o sangue de Jesus, correndo do Calvário sobre o mundo!

S. Bernardo, porém, é ainda mais afirmativo, mais decisivo. O sublime monge de Claraval sustenta (e ninguém mais profundamente do que ele penetrou nos segredos do Céu) que as rosas são *chagas de Jesus*. «Contemplai, exclama ele numa das suas *Homílias sobre o Evangelho*, esse brilho e cor de púrpura das rosas! A que pode ser devido senão a ter caído sobre elas o sangue do Salvador? Olhai! Tantas são as chagas do divino corpo, tantas são as rosas! Nos seus pés, nas suas mãos traspassadas, não vedes rosas que desabrocham? Mas a rosa maior está na chaga do seu coração!»

E todavia se a rosa é assim, ao princípio, a flor de Jesus – não tardará a pertencer de preferência (como no Olimpo) ao que o Céu católico possui de mais delicado, de mais doce, de mais amante, à Virgem Maria. Assim outrora ela findara por ser a flor privativa de Vénus. Da Meia Idade à Renascença, todos os místicos vão pouco a pouco separando a rosa de Jesus, para a consagrar toda a Maria. Desde o século XIV, a rosa é o apanágio essencial da rainha dos anjos. Maria não tem então companheira mais fiel, nem emblema mais radiante. Quando ela se mostra aos homens, as rosas nascem sob os seus pés.

Já não são estrelas, mas rosas que a toucam. Ao subir ao Céu, ela deixou o seu túmulo cheio de rosas: – e ela é verdadeiramente a rosa que renasce de toda a morte.

Já mesmo a flor da Terra e a Mãe do Céu se confundem aos olhos extáticos dos devotos. A Virgem nasce do cálice da rosa, e dela recebe todas as suas virtudes. Ela é a rosa sem espinhos, ela é a rosa de todas as rosas. E em breve a Igreja, determinando definitivamente a essência da Virgem, a proclamará Rosa Mística!

Eis a rosa, pois, tornada deusa, erguida no altar. E depois de uma tal glória e apoteose suprema, que dizer mais desta flor e da sua prodigiosa carreira? Nascida em botão de entre os pés de Vénus, ei-la desabrochando no seio de Maria! A sua história magnífica vai de um Céu a outro Céu.

Flor de maravilha, ela embeleza o amor, ela consola a morte. Com ela se coroam os que triunfam na guerra e os que triunfam na arte. Os césaes declararam-na flor do Estado e os papas flor da Igreja. Toda a festa humana é incompleta sem a sua fragrância. Nenhum génio passou sobre a Terra, desde Home o a Hugo, sem a cantar com reverência. Os prodígios e os milagres só verdadeiramente se operam por ela, desde os de Apolo até os de S. Francisco de Assis. Cada deus que se apodera do Céu, a reclama logo, lhe comunica a sua divindade, e através dela se humaniza. E do Oriente a Ocidente, todas as civilizações, umas após outras, proclamam e se transmitem O grande culto da rosa! Flor de maravilha!

E flor profundamente interesseira e astuta! Já no dia primeiro de Maio, que se vai tornando o grande festival do proletariado, eu vejo a rosa quieta e contente nas calosas mãos dos operários em folga. Nos jardinetes dos mineiros, em Inglaterra e em França, já floresce sempre, entre as saladas democráticas, um pé de roseira viçoso e prometedor. Em todos os *meetings*, nas greves, é usual que a rosa venha armando a casaca dos

chefes, ou apareça, bordada e já com a autoridade de um emblema, nas bandeiras das associações... E estou antevendo que esta hábil e intrigante flor, que foi sucessivamente helénica, pagã, imperial, feudal, católica, mística; que, captando-lhes o amor, partilhou o poder dos heróis, dos senadores, dos césaes, dos barões, dos papas, dos santos; que se identificou arteiramente com Vénus, quando era Vénus que no seu cinto fechava o mundo todo, e se identificou logo com a Virgem Maria, quando por seu turno foi a Virgem que pousou os pés sobre o orbe – anda a realizar a sua lenta conversão, e pouco a pouco se insinua e se entrelaça no novo e tremendo poder que se levanta. e toda ela se prepara, e se avermelha, e se perfuma para ser. oficialmente e ritualmente, a flor do socialismo.

Gazeta de Notícias, 1893

COZINHA ARQUEOLÓGICA

Há dias, folheando os três pesados tomos de Ateneu, pensava eu quanto, através desta nobre, piedosa e filial curiosidade, que nos leva a esquadrihar toda a civilização antiga, sobretudo a greco-latina, em cada uma das suas manifestações, desde a religião até à jardinagem – tem sido esquecida, ou menos atendida, uma das mais interessantes dessas manifestações, justamente uma das que melhor revelam o génio de uma raça: a cozinha!

Ateneu, que assim me fez lembrar esta injustiça da erudição arqueológica do nosso século, era um tremendo roedor de livros, que, sob Marco Aurélio e Séptimo Severo, se aplicou a vulgarizar toda a sorte de noções miúdas e mesmo caturras, sobre belas-letras, história, desporto, gramática, etiqueta, comestíveis, etc., numa vasta obra intitulada «*Deipnosophistae*» ou «*Doutores Jantando*». Estes doutores, que jantam, vão, ao mesmo tempo, conversando, com gravidade romana e volubilidade grega, sobre toda a coisa sabível, desde as magnificências de Homero até às propriedades da abóbora. Na sua qualidade de doutores todos eles são inesgotáveis citadores de textos – e nunca arriscam uma afirmação sem a especar com uma citação, ordinariamente de um poeta, por isso que os poetas possuíam entre os Antigos, que acreditavam sobretudo na intuição divinatória, aquela autoridade impecável que nós hoje, curvados somente ante a experimentação comprovada, atribuímos aos naturalistas. É mesmo por causa destas citações, de que a sua obra está toda incrustada e rebrilhante, que Ateneu se tornou precioso para os filólogos e para os eruditos. Ele salvou e conservou assim os nomes e fragmentos de *setecentos* poetas da Antiguidade, que pereceram todos nesse abominável incêndio das duas bibliotecas de Alexandria, a Mãe e a *Filha*, tão injustissimamente imputado ao pobre califa Ornar. O incendiário, na realidade, foi o patriarca de Alexandria, Teófilo, horrendo destruidor de livros e de obras de arte, e tão comprometedor como campeão de Cristo, que S. João Crisóstomo, quando fala nele, se vê obrigado a velar a face e a chamar-lhe *Teófilo Diabo*!

Para mim, porém, que não me reclamo da erudição filológica, o que mais me prende, nas páginas de Ateneu, não são esses Arquéstratos, esses Dífilos, esses Baquilides, esses Batos, esses centenares de poetas que ele citou a tempo, antes que o fogo católico os devorasse – mas as noções e notícias da cozinha grega, romana e alexandrina, as três grandes escolas de cozinha da Antiguidade, que ele nos conservou com enternecido cuidado, prevendo talvez a chegada dos Bárbaros, e para que se não obliterasse entre os homens a arte superior de bem comer. O comer bem foi com efeito uma das grandes preocupações do homem antigo, tão grande talvez como servir o Estado: – e assim têm podido assegurar alguns moralistas dispépticos que Roma pereceu pela barriga. já a Grécia mesma, que era sóbria por temperamento e por educação, elevou a uma alta dignidade a arte da cozinha. Platão não duvidou de a equiparar à oratória: e num dos seus diálogos magníficos envolve nos mesmos louvores os que *guisam e apresentam bem as ideias e os alimentos*. Tal era a cultura, o fino engenho, a influência social dos cozinheiros, que a Grécia, resumindo em símbolos compreensíveis e populares as glórias da sua civilização, celebrou ao lado dos seus *sete* sábios os seus *sete cozinheiros*. O maior deles era Aegis, de Rodes, o único mortal que tem sabido assar sublimemente um peixe. Outro era Nereu, de Quio, cuja sopa de congrio foi cantada por poetas, e recompensada em toda a Ática com coroas cívicas. Outro ainda, Aftonetes, de Atenas, levantou a tal perfeição a ciência dos molhos que, para o possuir como chefe de cozinha, os reis travaram entre si longas guerras... Para que citar outros? São apenas nomes, nenhum vestígio resta do seu génio adorável. De

Sófocles temos as «Tragédias», de Teócrito as «Éclogas». Mas onde estão os molhos de Aftonetes?

Se era assim entre os Gregos, simples e metafísicos, que dizer dos Romanos, que Salústio (bastante livre todavia nos seus costumes) acusa já de escravos do ventre, *dediti ventri*? A comezaina foi entre eles um poderoso factor social, quase uma razão de Estado. Catão fez decidir a última guerra púnica, mostrando, aos olhos gulosos do Senado, a beleza e o tamanho dos figos de Cartago.

À maneira que se alargavam as fronteiras da República, cresciam em Roma as escolas de cozinha – mais numerosas, já no tempo de Cláudio, do que as de filosofia e de gramática.

O ofício de cozinheiro tornou-se o mais rendoso e um dos mais privilegiados. Era quase um cargo público pelas honras que conferia – e chegou a existir uma corporação de cozinheiros do Estado. Sob Alexandre Severo, os governadores das províncias recebiam, ao partir, entre outras dotações de baixelas, de cavalos, de armas de luxo, um cozinheiro, um cozinheiro oficial, que deviam restituir ao Estado quando findava o período do seu governo.

Desses cozinheiros os mais ilustres foram os Apícios, que formaram uma verdadeira dinastia, desde Sila até Trajano. O último Apício, o mais célebre, redigiu enfim o código supremo da cozinha, no seu livro-monumento «Da Arte Culinária». Pouco a pouco, a vida se identificava com a mesa; e a palavra *convivium*, já nos dias de Cícero, significava indiferentemente a sociabilidade moral, que liga os homens, e o banquete, que os reúne materialmente em torno do mesmo guisado.

De resto a mesa constituiu sempre um dos fortes, se não o mais forte alicerce das sociedades humanas. já os Gregos diziam, na sua linguagem pitoresca e livre, que «a mesa é a alcoviteira da amizade!» Não só na vida íntima, mas na vida pública das nações, o jantar constitui a melhor e a mais solene cerimónia que os homens acharam para consagrar todos os seus grandes actos, imprimir-lhe um carácter de união e de comunhão social. Outrora não havia fundação de cidade, declaração de guerra, tratado de paz, instalação de magistratura, que não fosse acompanhada e corroborada por um festim. Ainda hoje se não cria um grémio, ou um sindicato, sem que os sócios jantem, cimentando os estatutos com champanhe e túbaras. As próprias relações do homem com a divindade estabeleceram-se sempre através da comida. O sacrifício da rês sobre a ara, era uma espécie de merenda espiritual, em que o Deus, atraído pelo cheiro da carne assada, descia e se tornava acessível ao crente; partilhando com ele das vitualhas santas. O cristianismo, neste ponto, concordou com o paganismo – e a missa, pela consagração do pão e do vinho, é um verdadeiro banquete celebrado entre a Terra e o Céu.

Ora, por Isso mesmo que a cozinha e a adega exercem uma tão larga e directa influência sobre o homem e as sociedades, é que eu estranhava, há pouco, folheando Ateneu, que a erudição arqueológica não estudasse de um modo mais experimental e íntimo a cozinha dos Antigos para lhes aprofundar mais completamente a estrutura moral. Diz-me o que comes, dir-te-ei o que és. O carácter de uma raça pode ser deduzido simplesmente do seu método de assar a carne. Um lombo de vaca preparado em Portugal, em França, ou Inglaterra, faz compreender talvez melhor as diferenças intelectuais destes três Povos do que o estudo das suas literaturas. O macarrão é por si só o mais instrutivo comentário da história das Duas Sicílias. E, sendo esta uma verdade admitida já desde Montesquieu, porque se tem descurado tão levianamente o estudo prático da culinária greco-latina?

Decerto, não são os documentos que faltam. A mesa e os seus prazeres foram um dos assuntos sobre que se exerceu, com mais afinco, o génio poético e mesmo filosófico dos Antigos. Horácio, filho delicado do Epicuro, não cessou de cantar honestamente a

garrafa e o prato.

Todo um livro dos «Epigramas» de Marcial é consagrado a celebrar o que se come e o que se bebe. Com o mesmo cálamô que traçava a «Eneida», Virgílio compôs um poema sobre os doces de sobremesa. O mais severo dos homens, Catão, dedica páginas graves à couve, às suas variedades, às suas virtudes, à sua acção nos costumes. De uma simples ceia, Petrônio tirou todo um livro. E a «História do Mundo», do sábio Plínio, é quase uma história universal dos comestíveis.

Também por isso, não há detalhe exterior que nós não conheçamos, desde que se trate de um jantar romano – sobretudo nas casas luxuosas. Logo as salas nos são familiares, com os seus soalhos de mosaico ou de madeiras preciosas incrustadas de pedras faiscantes, ou de mármore numídico que se juncava de violetas e rosas, com os seus tectos de cristal, ou feitos de lâminas móveis de marfim, para que de entre elas pudessem chover sobre os convivas aromas ou flores...

Tudo isto é conhecido, assim como as mesas, que se mudavam a cada serviço, umas de cedro, Outras de marfim, outras de limoeiro com relevos de ouro, sustentadas por pés de ónix. Uma dessas mesas magníficas custara a Cícero, simples advogado sem grande fortuna, perto de *quarenta contos*. Mas que é isso em comparação dos tapetes de Élio Vero, um elegante enfastiado e doente, que valia cada um *Cento e vinte contos*? Do esplendor das pratas e das baixelas, e dos seus preços esmagadores, contam superabundantemente os coscuvilheiros e anedóticos historiadores da «História Augusta».

Sobre a etiqueta dos banquetes temos também uma ciência segura; porque ela era tão essencial, de uma tão séria influência na vida pública, que Paulo Emílio, o vencedor de Perseu, considerava igualmente necessário ao homem de Estado, ao verdadeiro Romano, o saber organizar uma batalha e dispor um festim. Por isso os tratados abundam, marcando rigorosamente as horas mais favoráveis para um jantar delicado, o número dos convivas (que nunca deve ser inferior ao das Graças, nem superior ao das Musas), as conversações mais conducentes a uma boa e ditosa digestão (evitando sempre tudo o que se refira a processos ou negócios), a duração dos serviços, a sequência dos vinhos, o momento dos coros e da música, a ordem das saúdes oficiais e íntimas, os lugares de honra (os lugares *consulares*) nos triclinios, o modo de usar as coroas de flores e a qualidade dos presentes que à sobremesa o anfitrião distribuía ao som das harpas. E do jantar propriamente, possuímos centenas de *menus*. Começava-se sempre simbolicamente pelos ovos, *ab ovo*. E desde logo aqui aparece, a meu ver, a lamentável deficiência da nossa erudição. Nós desconhecemos como se cozinhava os ovos – ou pelo menos ignoramos o gosto, o sabor especial desses ovos iniciais. E, de facto, ignoramos o paladar de todos os pratos da alta cozinha clássica. Neste nosso fecundo período de reconstituições históricas, ainda não apareceu um cozinheiro bastante douto, que acendesse os seus fornos e refizesse um jantar romano, segundo as receitas da «Arte Culinária» do grande Apício. Os architectos têm reconstruído, com um saber forte e sagaz, os templos, as casas de cidade e de campo, as ornamentações dos jardins, os próprios sistemas de esgotos. A pintura tem ressuscitado em telas tão minuciosas, que cada pincelada resume um tratado, todos os aspectos do viver greco-latino – as ruas, os mercados, as lojas; uma primeira representação num teatro; a Via Ápia, à tarde, à hora do passeio; a leitura pública de um poeta no Forum; uma sesta luxuosa nas Termas... Armas, carruagens, trajes, mobílias, jóias, tudo está modelado com paciente perícia. Toda a civilização, material e sumptuária da Antiguidade, a poderemos ver, palpar, usar. Só não tratámos ainda de conhecer o sabor dos petiscos que comeram Lúcio ou o vasto Vitélio. Há aqui uma lacuna crassa. E tanto maior, quanto o sabor de um pitéu nos dá uma ideia mais completa do povo que o prefere do

que a forma de uma lança ou de um jarro. O homem põe tanto do seu carácter e da sua individualidade nas invenções da cozinha, como nas da arte. O Pártenon, a Vénus de Milo e as «Anacreônticas» dão menos ideia da doçura, da graça, da delicadeza, da ligeireza dos Atenienses, do que aquela sua sobremesa tão predilecta e que consistia em maçãs cozidas desfeitas em mel, depois cozinhadas em folhas de rosa. E não basta afirmar doutoralmente que o imperador Maximino preferia o pato, que Alexandre Severo só se alimentava de lebre, que Augusto era um amador constante de pescadinhas, que Albino comia quatrocentas ostras, que Adriano tinha por prato favorito a empada de pavão, que Tibério se deleitava no pepino, que na mesa de Górdio II havia todo o ano maravilhosos melões, e que Tácito amava ainda mais a salada do que a verdade. O interessante seria conhecer o preparo e o sabor destes pratos diversos, e reconstituir, com todos os seus condimentos, as pescadinhas de Augusto e o pepino de Tibério. Logo por esta paixão do pepino está Tibério explicado, se acreditarmos no ilustre Dífilo, que, mais que nenhum antigo, possuiu a ciência dos legumes, e que afiança que o pepino produz «bólis, sentimentos amargos e misantropia». Nesta apreciação do pepino está Tibério todo revelado. E o povo romano não se revela ele também, todo inteiro, naquele petisco chamado *moretum*, que era uma paixão nacional, e sobre o qual Virgílio, como poeta nacional, rimou um poema?

O *moretum* era um guisado, uma moxinifada genial, em que entrava galinha, peixe, queijo, frutas, legumes e carne migada! E tudo isto se fundia, se unificava, fazia um petisco imortal. Quem não vê aqui manifestar-se o próprio génio de Roma, cujo esforço foi sempre criar a unidade na universalidade? O *moretum* é o mais profundo e eloquente símbolo da história política e social do Império.

É pois urgente que, como um elemento de crítica, reconstituamos a cozinha antiga.

Nada mais fácil, tendo um avental, um forno, e a «Arte Culinária» de Apício.

Eu não possuo, nem conheço este tratado venerável. Mas, através de ténues e modestas leituras, tenho recolhido algumas receitas, suficientes para aqueles espíritos curiosos que queiram investigar sem cansaço, sem extensos estudos, esta feição do génio antigo.

Martial ou Aulus Gellius, não recordo qual, assegura que um bom jantar pode constar de um peixe, um bolo ou pudim, e uma garrafa de vinho. Era este um jantar muito usual na Grécia, e depois, em Roma, para a gente azafamada ou sóbria, que queria comer rapidamente, sem despesa e sem pesadume. Equivale ao jantar moderno, em Paris ou Londres, engolido à pressa antes do teatro, mesmo no mundo do luxo, e que se compõe de uma sopa, de uma costeleta, de uma fruta e de meia garrafa de Bordéus. Pois eu sei como se cozinhava este jantar em Atenas ou Roma, aí pelos tempos de Augusto e ainda mesmo sob os Antoninos. O peixe, por exemplo, pode ser uma tainha. E aqui está como ela se prepara, ó estudiosos! Tomai essa tainha. Escamai e esvaziai. Preparai uma massa bem batida, com queijo (que hoje pode ser parmesão), azeite, gema de ovo, salsa e ervas fragrantas, e recheai com ela a vossa tainha. Untai-a então de azeite e salpicaí-a de sal. Em seguida assai-a num lume forte. Logo depois de bem assada e alourada, humedecei-a com vinagre superfino. Servi e louvai Neptuno, deus dos peixes.

O outro prato, pois que se trata de um festim ligeiro, pode ser um queque ou pudim feito pela receita do ilustre mestre Crisipus. Tomai duas ou três alfaces, bem repolhudas. Lavai e enxugai. Deitai vinho dentro de um largo almofariz, e pisai, mortificai nele as folhas de alface. Passai por um ralo para que todo o líquido se escoie; e à alface assim machucada no vinho, juntaí farinha de trigo, uma pouca de manteiga e pimenta. Pisai de novo até obterdes uma massa firme. Dai a esta massa a forma de um

bolo chato e redondo. Colocai-o na frigideira com azeite, e frigi em um lume vivo. Toda a Antiguidade considerou este bolo uma delícia, e chamava-se *catilius ornatus*. Não sei se gostareis. Era um prato dilecto de Pompeu.

Poderemos depois findar, se quizerdes, pela famosa *empada de rosas*. Era um acepipe muito usado em todas as festas do culto de Vénus. Para o realizar, descei ao jardim, colhei as rosas mais largas e as mais cheirosas. Pisai-as no almofariz. Ajuntai miolos de galinha, de pombo e de perdiz, muito bem cozidos, e depois de os terdes desembaraçado das mais pequeninas fibras. Acrescentai ainda duas gemas de ovos, um fio de azeite puro, pimenta, e vinho velho, de Malvasia. Depois de ter bem mexido tudo, até conseguir uma massa leve e fina, deitai numa caçarola nova de barro, e colocai sobre um fogo lento e contínuo. Logo que a superfície se aloire, servi. Por toda a sala se espalhará um aroma de rosa – e a vossa alma bendirá Apício Célio, criador desta maravilha.

E já que tivemos rosas em empada, porque não beberíamos o famoso *vinho rosado*? As receitas para o fazer diferem – mas a mais simples e rápida é a de Pausânias. Desfolhai um ramo de rosas, guardai-as durante um dia, e deitai-as dentro de dois ou três litros de vinho velho (de Bordéus, hoje). Ao fim de três ou quatro semanas, juntai um arrátel de mel. E se pensais que o gosto e o saber de Heliogábalo podem ser seguidos com confiança, acrescentai ao vinho, horas antes de o beberdes, um punhado de pinhões esmagados, como fazia esse esplêndido e imperial estroina.

Aí está, pois, um muito fácil e acessível jantar greco-latino. Para o saborearem, condignamente, e com proveito critico, os convivas deverão estar reclinados num triclinio, e coroados de flores. Com um sofá e uma coberta de seda, arma-se um triclinio suficientemente romano. Não considero a toga ou o laticlávio indispensáveis. Um simples *robe-de-chambre*, de estofado macio e delgado, reproduz, com tolerável exactidão, as amplas comodidades da roupagem clássica. Sobre o que convém exercer vigilância é sobre os assuntos de conversação – e para isso reler de antemão as «Simposíacas» de Plutarco, que são um tratado superior do regime intelectual a seguir durante um banquete. O grande moralista debate aí e resolve quarenta e cinco questões consideráveis. A décima segunda é esta: – «Quais são os gracejos permissíveis ou inaceitáveis durante um jantar?» A décima terceira rola sobre outro ponto importante: – «Devem-se tratar à mesa matérias filosóficas?» A décima quarta versa sobre outra dúvida, ainda mais grave: – «Convém falar, ao jantar, de política?»

É de alta prudência estudar estas páginas das «Simposíacas» antes de reconstituir o festim greco-romano. Mas bem absorvida que seja a sua doutrina, e se os pratos forem cozinhados com reverente exactidão histórica, eu penso que os estudiosos que celebrarem este festim realizarão um dos mais úteis, mais práticos e mais decisivos estudos que se têm tentado sobre as civilizações antigas.

Desenterrar do subsolo de Roma ou Delfos mais uma estátua; imprimir um papiro, achado entre velhos códices de um mosteiro do monte Atos e contendo a «Constituição de Atenas», de Aristóteles – de que vale? É mais um mármore, é mais uma teoria. Mas verificar enfim o sabor do *catilus ornatus* e da *empada de rosas*; reconstituir o estado especial de espírito que produzia a cozinha greco-romana; ressuscitar por um momento a disposição, as ideias, as emoções de um antigo, jantando – eis aí um incomparável serviço feito ao estudo do passado. E não creio que possa, no actual momento das ciências arqueológicas, haver investigação mais digna de ocupar uma inteligência culta. Já vastamente explorámos a Antiguidade nas suas letras: é tempo de a esquadriarmos nos seus petiscos.

Que os estudiosos pois fechem os livros – e preparem as caçarolas.

O BOCK IDEAL

Este nome, que deveria ser o de uma cervejaria, em uma tabuleta onde espumasse num cristal muito frio uma cerveja muito loura, é na realidade o nome de uma larga associação de estudantes, no Bairro Latino, que se reúne três vezes por mês, para conversar, fumando e bebendo, das coisas do espírito, da moral, das religiões e das sociedades.

Embarcar *bocks* e desenrolar teorias não constituem ocupações heterogêneas, nem novas. Desde Espinosa, talvez mesmo desde Aristóteles, a cerveja anda intimamente ligada à metafísica. Em velhas cidades escolares da Alemanha, muitas vezes tem surgido do fundo de um *bock* uma síntese do universo. E mesmo em Paris, em cafés com nomes onde não entra o *ideal* e perfeitamente torpes, como o Rato Morto ou a Porca Que Foge, sempre que rapazes de vinte anos, que já tenham folheado num livreiro algum volume de Kant ou de Hegel, se sentam a uma mesa livre – imediatamente se cachimba, se cerveja, se filosofa. A feição original desta associação do Bock Ideal é que ela foi organizada (segundo as derradeiras afirmações do seu chefe), não só para beber o *bock* – mas sobretudo para procurar o ideal.

Se bem compreendo este moço ardente, o que a sociedade deseja é descobrir e assentar a forma ideal das sociedades futuras, e, depois de feita e comprovada a descoberta maravilhosa, dedicar inteligências e corações à valente realização dessa forma perfeita. Não pode haver fim mais nobre (outros diriam: mais santo). Para o conseguir, esta mocidade viçosa celebra assembleias, à noite, num velho prédio do Quartier Latin. Bebe o *bock*. Diz versos – versos à Lamartine, amorosos e crentes; versos à Musset, dolorosos e *dandies*; versos à Leconte de Lisle, decorativos e majestáticos... E depois escuta com reverência o sr. Melchior de Vogué. É este o momento grave e fecundo dos trabalhos da Associação, porque ao sr. Melchior de Vogué confiou ela a missão apostólica de a conduzir (através do *bock*) à busca e à conquista do Ideal.

O sr. Melchior de Vogué é hoje uma alma muito em voga em Paris. A sua influência espiritual vai desde as escolas até aos salões. A Academia Francesa já o acolheu como um mestre. Em certas *brasseries* mais idealistas do Quartier Latin, exerce a supremacia remota de um profeta fidalgo e delicado, que ensina do alto da sua nuvem. E, moralista eminentemente parisiense, tem tanta clientela na «Revue des Deux Mondes» como nesse considerável «Chat Noir», que tão habilmente mistura no seu programa de literatura e de arte o misticismo e o canalhismo.

Casado com uma senhora russa, foi o sr. De Vogué quem revelou à França os romancistas russos – que a França adoptou (apesar de tão incongêneres com a sua límpida razão crítica) por tocantes motivos de servilismo político.

E foi justamente no seu livro «Le Roman Russe», que o sr. De Vogué, pela primeira vez, manifestou as disposições morais e filosóficas com que entrava, apóstolo preciosamente literário, nas lutas de pensamento e de doutrina. Ao contrário dos mestres intelectuais da geração do Segundo Império (os Taine, os Renan, os Flaubert, etc.), que, por sentirem a sociedade contemporânea tão diferente dos ideais de beleza e nobreza que tinham na alma, a repudiavam como forma feia e baixa, e se refugiaram num cepticismo superfino – o sr. De Vogué aderiu desde logo, de espírito e de coração, ao mundo moderno, por amor dos dois factos que nele dominam, ambos de incomparável beleza e grandeza – a vitória da Verdade pela Ciência, e a vitória da Igualdade pela Democracia.

Até aqui nada há essencialmente novo – e muitas inteligências antes da do sr. De

Vogué têm tido a compreensão e a paixão do mundo hodierno. E quando o sr. De Vogué estabelecia, com a solenidade de uma revelação, a vasta lei da unidade, segundo a qual a vida moral da sociedade, como a vida física da Terra, é o resultado da «evolução anónima dos infinitamente pequenos, átomos ou almas» – não nos dava decerto também uma novidade fascinante. Já os astrónomos nos tinham afirmado que, com humildes e obscuras moléculas de vapor, se fez o orgulhoso Sol que nos alumia. Já os geólogos nos tinham contado que esses Alpes que nós vamos, nas férias de Verão, contemplar com religiosa reverência, são a obra colectiva e paciente dos grãozinhos de areia que os nossos pés pisam com desdém. Já os psicólogos nos tinham ensinado que, por meio de pequeninas e brutas percepções inconscientes, se criam consciências tão claras e fortes como foi a de um Sócrates. E já bons historiadores nos tinham provado que a História não é feita pelos reis e pelos heróis, mas por esses escuros rebanhos de seres que nós chamamos *as populações*.

Algumas destas conclusões do saber já se achavam mesmo traduzidas em factos de civilização: – e enquanto os laboratórios reconheciam que o governo do mundo pertence aos átomos (e, ai de nós, aos bacilos!) já as instituições iam resignadamente entregando às multidões a direcção dos estados.

A única fascinação nova nestas ideias do sr. De Vogué vinha da forma magnífica com que ele as ornava e ordenava – porque o sr. De Vogué é um estilista de imenso luxo, possui os gostos e a opulência de um Chateaubriand, e nunca deixa sair os seus princípios à rua sem os cobrir de veludos e rendas, em cortejo vistoso.

Onde o sr. De Vogué se mostrou mais interessante, foi perante alguns discretos reparos postos a estas tão celebradas vitórias da democracia e da ciência. São elas, realmente, duas grandes vitoriosas? Não se têm. elas, ao contrário, mostrado impotentes no seu desesperado esforço? A democracia, salda toda inteira da Declaração dos Direitos do Homem, que afirmara soberbamente a sua liberdade e a sua igualdade, encontra no homem um ser mesquinhamente sujeito a todas as fatalidades físicas e a todas as dependências sociais, e não consegue libertá-lo delas – porque contra os *direitos do homem*, declarados, protestam as *realidades da Natureza*, experimentadas. Dai todas as angustiosas contradições do século. Em lugar da fraternidade, vem a guilhotina operar como factor de civilização; – é em vez das raças fundidas numa concórdia universal, crescem as nacionalidades antagónicas, que se abominam e vivem cobertas de ferro e armas, espreitando, por cima das fronteiras, o apetecido momento. psicológico de se entredilacerarem. Da aristocracia territorial e senhorial decepada renasce, como cabeça número dois da hidra, a aristocracia argentária e industrial; – e o mundo, que deixara de ver escravos revoltados e *jacqueries*, de novo as encontra ante si, mais implacáveis e dolorosas, sob o nome de comunismo e de niilismo. E, como se isto não bastasse, a própria ciência nega a origem da democracia, que se dizia ser a *igualdade* natural – provando que a única lei universal é a *desigualdade*; que o homem, como os outros seres, está sujeito à selecção evolutiva; que o direito das espécies a vida se avalia à proporção da sua capacidade para viver; que quem triunfa e sobrevive, é o mais forte; e que, portanto, só há realidade de direito quando há manifestação de força. Diremos ainda que a democracia é uma vitoriosa?

E a própria ciência? A ciência, que tão duramente destrói assim as promessas da democracia, tem ela realizado as suas promessas? Não, meu caro sr. De Vogué. A ciência tem somente, pela magnitude e extensão do seu esforço, tornado mais saliente a pequenez da sua obra. O que acontece com a nossa arrogante ciência? Que em torno de cada curta verdade que ela conquista – se estende logo e irremediavelmente um imenso campo de incerteza.

Mais ela avança – mais se sente e se verifica a pavorosa extensão do escuro

caminho a atravessar. Apenas ela consegue, suando e gemendo, arrombar a porta que julgávamos ser a última do sacrário – imediatamente diante de nós aparece uma porta maior, mais dura, mais impenetrável. A chamada «Luz da Ciência», a cada instante mais viva e mais alta, só nos serve, por isso mesmo que aumenta em altura e brilho, para nos mostrar quanto é infinita e inacessível, em redor, a tremenda treva metafísica. A ciência realmente só tem alcançado tornar mais intensa e forte uma certeza: – a velha certeza socrática da nossa irreparável ignorância. De cada vez sabemos mais – que não sabemos nada.

Perante estas modestas e usuais reflexões, é que o sr. De Vogué triunfa. «Sim, decerto, diz ele com doçura, a democracia e a ciência têm sido impotentes no seu esforço – porque foram viciadas no seu princípio; mas há um princípio, um supremo princípio, que está fora e mais alto que a ciência e que a democracia, e que as pode inspirar, penetrar e dirigir de tal sorte, que elas, de impotentes que têm sido, ganhem a máxima potência criadora, e se tornem conjuntamente os dois sublimes e únicos instrumentos da regeneração do mundo e do estabelecimento definitivo da ordem social. E esse princípio – é o Evangelho, a caridade evangélica!»

Não esperávamos talvez tal afirmação, nem que aos nossos males sociais e intelectuais fosse prescrito, como remédio, esse *amai-vos uns aos outros*, que já não era novo no tempo de Jesus, e já não era novo no tempo de Platão.

Mas, evidentemente, ela corresponde a alguma corrente de emoção piedosa que trabalha as almas moças, a uma surda reacção espiritualista contra o materialismo dos tempos, porque ao ouvir a proclamação deste doce e antigo preceito, a mocidade intelectual rompe em gritos de alegria e de esperança, como se de repente, na fome e sede do seu deserto, começasse a cair o maná milagroso. Querem dizer alguns que, neste neo-evangelismo da mocidade do Bairro Latino, há meramente uma outra manifestação dessa vaga religiosidade literária, derradeira emanção do romantismo, que está hoje levando os artistas e os poetas a tomarem por temas preferidos as lendas cristãs e as vidas dos santos.

Talvez. O certo é que aí vemos o Bock Ideal aclamando com fervor e crença o sr. De Vogué, quando ele afirma, na sua maneira nobre e vaga (mas que satisfaz o Bock), que só o espírito do Evangelho dará à democracia essa alta direcção moral, esse espírito de simpatia e sacrifício, essas formas de amor e renunciamento, únicas capazes de fundir as classes, proteger os interesses da justiça, combater a tirania do dinheiro e realizar a igualdade na Terra. E mais o aclamam ainda, quando ele afiança que esse espírito evangélico reformará os ditames muito duros da ciência, fazendo-lhe verificar, para além da lei da selecção e da concorrência vital, uma outra lei, tão experimental e científica. como esta: a lei do amor divino, inato e imanente no amor humano...

As aclamações, de resto, são justas; tudo isto é belo e doce de ouvir. Mas, meus amigos do Bock Ideal, receio que estejais sendo logrados pelo sr. De Vogué! Porque ele mesmo confessa (e com alacridade) que há-de ser necessária uma alta autoridade moral, um grande corpo social para fazer penetrar na democracia, nas vastas e rudes massas humanas, este espírito evangélico, e desenvolver nelas, constantemente, pelo raciocínio e pela emoção, pelo ensino e pelo exemplo, esta compreensão superior, e prática da justiça e da caridade, que um dia regenerarão e porão em ordem o mundo. Assim ele o confessa, o doce apóstolo! E quando se lhe pergunta qual será essa forte autoridade, esse corpo social, ele logo, resplandecendo, declara que só pode ser a Igreja – a Igreja Cristã, a Igreja Católica.

E ardentemente o prova. Quem, senão a Igreja, será capaz de dar uma direcção divina à democracia contemporânea? Não sai ela do povo, recrutada entre o povo, e vivendo no povo, em perpétua comunhão, no pensar e sentir, com o povo? Não é ela a

grande desinteressada – porque nasceu daquele que primeiro, no Templo, expulsando os mercadores, exprimiu o seu alto desdém do capital?

Quem mais do que ela ama com doçura os humildes? Pobre, sempre triunfou pelos pobres. O seu primeiro papa era um proletário, que vivia de lançar as redes nas águas de Genezaré.

Que instituição humana há aí que mais completamente concorde e ajuste com a evolução democrata do tempo? Ela já realizou nas almas uma verdadeira república internacional: porque se lhe não entregará a missão mais fácil de a realizar nas instituições?

Oh, está claro, há-de ser preciso que a Igreja se transforme um pouco, *um quase nada* – que passe da estreiteza do Romantismo para uma catolicidade mais larga: que, em lugar de mandar às nações nuncios, lhes mande apóstolos; que retome a obra da primitiva Igreja, desentulhe o princípio cristão de todas as aluviões temporais que o sufocam, e de novo assuma o governo puro das almas, para as conduzir à justiça social!... E, na verdade vos digo, meus filhos, não há salvação para o mundo fora da Igreja!

Assim prega no Bock Ideal o sr. De Vogué. E a mocidade, Primavera sagrada da França, recebe, com enlevo, o ensino deste socialismo evangélico ou católico. Há nele, ao que parece, para estas almas novas, um delicioso refúgio contra a dureza materialista da vida. Errante através da penumbra anárquica do pensar contemporâneo, a mocidade tropeçava, procurando a orientação segura que a levasse a um futuro de justiça e verdade – quando o sr. De Vogué surgiu ao seu encontro, lhe tomou a mão trémula e, cantando-lhe as harmonias embaladoras de um Novo Génio do Cristianismo, a veio, muito docemente e habilmente, conduzindo aos pés da cruz. A mocidade encontra-se de novo nas veigas suaves da Galileia. A voz infinitamente pura, que desce da montanha, murmura: *Amai-vos uns aos outros...* Lugar augusto e único, em que jamais o homem verdadeiramente aprendeu a ser humano. E bem iria ao futuro se a mocidade aí permanecesse, por algum tempo, a receber inolvidavelmente a suprema lição da bondade, da caridade, do amor dos pobres e do amor dos pequenos.

Mas o que me inquieta (e aqui me parece ser logro) é que nesse lugar divino, nessa nova Galileia, onde o sr. De Vogué levou a mocidade, não estão somente Jesus e a sua doce lição. Para além, na sombra, por trás do sr. De Vogué, parece-me avistar um sacristão! Erra aqui um cheiro eclesiástico de incenso e cera – e há pouco, quando o sr. De Vogué citou Virgílio, o doce verso ressoou, neste ar abafado de capela, com a melancolia de um *Ite, missa est...* Lugar suspeito, este Bock Ideal! A democracia aqui usa o báculo de ouro da teocracia. A sobrecasaca do sr. De Vogué tem uma severidade triste de batina... Viestes aqui abrir a alma para receber nela a verdade, e a verdade que recebestes é toda embrulhada em hóstia. Não sei se isto vos apraz ou vos desapraz... Mas evidentemente o que tendes diante de vós não é o *bock* – é a galheta.

UM GÉNIO QUE ERA UM SANTO

I

Em Coimbra, uma noite, noite macia de Abril ou Maio,. atravessando lentamente com as minhas sebatas na algibeira o Largo da Feira, avistei sobre as escadarias da Sé Nova, romanticamente batidas pela lua, que nesses tempos ainda era romântica, um homem, de pé, que improvisava.

A sua face, a grenha densa e loura com lampejos fulvos, a barba de um ruivo mais escuro, frisada e aguda à maneira siríaca, reluziam, aureoladas. O braço inspirado mergulhava nas alturas como para as revolver. A capa, apenas presa por uma ponta, rojava por trás, largamente, negra nas lajes brancas, em pregas de imagem. E, sentados nos degraus da igreja, outros homens, embuçados, sombras imóveis sobre as cantarias claras, escutavam, em silêncio e enlevo, como discípulos.

Parei, seduzido, com a impressão que não era aquele um repentista picaresco ou amavioso, como os vates do antiquíssimo século XVIII – mas um bardo, um bardo dos tempos novos, despertando almas, anunciando verdades. O homem com efeito cantava o Céu, o Infinito, os mundos que rolam carregados de humanidades, a luz suprema habitada pela ideia pura, e

*...os transcendentales recantos
Aonde o bom Deus se mete,
Sem fazer caso dos Santos
A conversar com Garrett!*

Deslumbrado, toquei o cotovelo de um camarada, que murmurou, por entre os lábios abertos de gosto e pasmo:

– É o Antero!...

Deus conversava com Garrett. Depois, se bem me lembro, conversava com Platão e com Marco Aurélio. Todo o Céu era uma radiante academia. Os santos mais ilustres, os Agostinhos. os Ambrósios, os Jerónimos, permaneciam fora, pelos pátios divinos, sumidos numa névoa subalterna, como plebe imprópria a penetrar no concílio dos filósofos e dos poetas. Mas o escravo Epicteto aparecia, ainda coberto das cicatrizes do látigo e dos ferros – e Deus estendia ao escravo Epicteto a sua vasta mão direita, donde se esfarelava o barro com que ele fabrica os astros...

*Epicteto, meu amigo,
Quero ouvir o teu ditame
E aconselhar-me contigo...*

Então, perante este Céu onde os escravos eram mais gloriosamente acolhidos que os doutores, destracei a capa, também me sentei num degrau, quase aos pés de Antero que improvisava, a escutar, num enlevo, como um discípulo. E para sempre assim me conservei na vida.

Intimidade, porém, com aquele que eu depois chamava «Santo Antero», só verdadeiramente começou na manhã em que o visitei, com muita curiosidade e muita timidez, na sua casa do Largo de São João. Era o hereditário quarto da velha Coimbra, com as portas rudemente besuntadas de azul, o tecto alto de madeira fusca, e a cal das

paredes riscada por todas as cabeças de lumes-prontos que em cinquenta anos ali se tinham raspado, com preguiça, para acender a torcida de azeite, à hora triste em que toca a «cabra». A um canto um leito de ferro, num alinhamento rígido. Diante da janela a banca de Coimbra dos meus tempos, tábua de pinho sobre quatro pés toscos, onde uma Bíblia, um Virgílio, o caderno de papel, o maço de cigarros, pousavam numa ordem curta e árida. E no meio desta quietação das coisas, e de todo o azul e todo o ouro da manhã de Maio que entravam pelas janelas, Antero, batendo com grossos sapatos o soalho mal aplainado, parecia um leão, cheio de desordem interior e de sanha. O «olá!» que me atirou foi perfeitamente rugido. Que dor ou que afronta lhe eriçavam assim a juba loura? Abrira um gavetão, e tirava de dentro cartas, papéis, ferozmente, como se arrancasse entranhas. Num arremesso empurrou para a mesa uma pobre cadeira caduca onde se abateu com amargura – e começou então a destruir as cartas e os papéis de um modo estranho, que me maravilhou. Dobrava cada folha ao meio, esmeradamente: depois, violento e certo, ainda a dobrava em *quarto*; depois com uma atenção sombria, ainda a dobrava em *oitavo*. Sob a unha raivosa achatava as dobras: – e, empunhando uma faca como um ferro de vingança e morte, cortava os papéis finamente, fazendo com dois golpes pequenos maços bem enquadrados, que ia amontoando numa resma nítida e fofa. E todo este lento, paciente trabalho de precisão e simetria, o continuava com um modo revoltado e trágico. Fascinado, surdi do vão da janela onde me refugiara, e parando a borda da mesa:

– Oh Antero, quanta ordem você tem na destruição!

Ele dardejou sobre mim dois olhares devoradores. Depois considerou, ainda enrugado, a pilha acertada dos papéis cortados, e um sorriso, aquele sorriso de Antero que era como um sol nascente, iluminou, fez toda clara e rósea a sua boa face onde havia um não sei quê de filósofo de Alexandria e de piloto do Báltico:

– O ritmo – murmurou – é necessário mesmo no delírio.

E com efeito, naquela alma estética, sempre as angústias mais desordenadas se moldaram em formas perfeitas.

II

Foi isto, creio eu, em 1862 ou 1863. Antero já publicara a «Beatrice», talvez mesmo o «Fiat Lux»; – e todos conheciam, ainda manuscritas, as «Odes Modernas». Nesse tempo ele era em Coimbra, e nos domínios da inteligência, o Príncipe da Mocidade. E com razão – porque ninguém resumia com mais brilho os defeitos e as qualidades daquela, geração, rebelde a todo o ensino tradicional, e que penetrava no mundo do pensamento com audácia, inventividade, fumegante imaginação, amorosa fé, impaciência de todo o método, e uma energia arquejante que a cada encruzilhada cansava.

Coimbra vivia então numa grande actividade, ou antes num grande tumulto mental. Pelos caminhos de ferro, que tinham aberto a Península, rompiam cada dia, descendo da França e da Alemanha (através da França) torrentes de coisas novas, ideias, sistemas, estéticas, formas, sentimentos, interesses humanitários... Cada manhã trazia a sua revelação, como um Sol que fosse novo. Era Michelet que surgia, e Hegel, e Vico, e Proudhon; e Hugo tornado profeta e justiceiro dos reis; e Balzac, com o seu mundo perverso e lânguido; e Goethe, vasto como o Universo; e Por, e Heine, e creio já que Darwin, e quantos outros! Naquela geração nervosa, sensível e *pálida* como a de Musset (por ter sido talvez como essa concebida durante as guerras civis) todas estas maravilhas caíam à maneira de achas numa fogueira, fazendo uma vasta crepitação e uma vasta fumaraça! E ao mesmo tempo nos chegavam, por cima dos Pirenéus moralmente

arrasados, largos entusiasmos europeus que logo adoptávamos como nossos e próprios, o culto de Garibaldi e da Itália redimida, a violenta compaixão da Polónia. retalhada, o amor à Irlanda, a verde Erin, a esmeralda céltica, mãe dos santos e dos bardos. pisada pelo Saxónio!...

Nesse mundo novo que o Norte nos arremessava aos pacotes, fazíamos por vezes achados bem singulares: – e ainda recorde o meu deslumbramento quando descobri esta imensa novidade – a Bíblia! Mas a nossa descoberta suprema foi a da Humanidade. Coimbra de repente teve a visão e a consciência adorável da Humanidade. Que encanto e que orgulho! Começámos logo a amar a Humanidade, como há pouco, no ultraromantismo, se amara Elvira, vestida de cassa branca ao luar. Por todos os botequins de Coimbra não se celebrou mais senão essa rainha de força e graça, a Humanidade. E como num meridional de vinte anos, lírico de raiz, todo o amor se exala em canto – não houve moço que não planeasse um grande poema cíclico para imortalizar a Humanidade. O do meu vizinho era a «Lira» – uma desmedida lira de ouro enchendo os espaços, e cada corda encarnando uma idade humana, onde os imensos dedos de Deus, alternadamente, desferiam sons de glória e sons de martírio. Do meu poema não recorde nem o tema nem o título, e apenas que deveria abrir por uma tremenda invocação à Índia, aos Árias, à sua marcha sublime desde Gau até Septa-Sindhu!... Não éramos todavia inteiramente desregrados e vãos – porque se o fim de toda a cultura humana consiste em compreender a humanidade, já é um louvável começo discorrer sobre ela em poemas mesmo pueris. E outro bom sinal do despertar do espírito filosófico era a nossa preocupação ansiosa das origens. Conhecer os princípios das civilizações primitivas constituía então, em Coimbra, um distintivo de superioridade e elegância intelectual. Os Vedas, o Maabarata, o Zendavestá, os Edas, os Niebelungen, eram os livros sobre que nos precipitávamos com a gula tumultuosa da mocidade que devora, aqui, além, um trecho mais vistoso, sem ter a paciência de se nutrir com método. Formoso tempo, todavia, esse, em que eu, ignorante, mas amando religiosamente a ciência dos outros, perguntava a um camarada, com os olhos esbugalhados de respeito e santa inveja: – «O menino, já conheces bem a Caldeia?»

E nem por isso éramos menos alegres e fantasistas. O nosso mote, como a nossa vida, todo se encerrava naqueles dois belos versos:

*A galope, a galope, ó Fantasia,
Plantemos uma tenda em cada estrela!*

E em cada estrela plantávamos uma tenda, onde dormíamos e sonhávamos um instante, para logo a erguer, galopar para outra clara estrela, porque éramos verdadeiramente, por natureza, ciganos do ideal. Mas o ideal nunca o dispensávamos, e nem as sardinhas assadas das tias Camelas nos sabiam bem se não lhes juntássemos, como um sal divino, migalhas de metafísica e de estética; A pândega mesmo era idealista. Ao segundo ou terceiro decilitro de carrascão rompiam os versos. O ar de Coimbra, de noite, andava todo fremente de versos. Por entre os ramos dos choupos, mal se via com a névoa das nossas quimeras... Outra das ocupações espirituais a que nos entregávamos, era interpelar Deus. Não o deixávamos sossegar no seu adormecido infinito. Às horas mais inconvenientes, às três, quatro da madrugada, sobre a Ponte Velha, no Penedo da Saudade, berrávamos por Ele, só pelo prazer transcendente de atirar um pouco do nosso ser para as alturas, quando não fosse senão em berros. Com um intenso poder de idealização revestíamos todos os entes, os mais triviais, de beleza ou de grandeza, de poesia ou de terror, no desejo inconsciente de que a realidade correspondesse ao nosso sonho. Inventávamos génios – de quantas tricanas fizemos Ofélias!

Antero, ainda nos últimos anos, se lamentava por ter conservado este vício imaginativo de criar fantasmas, por nós gerados para gastar sobre eles a abundância do nosso entusiasmo, ou sobre eles cevar santas indignações. O pobre Napoleão III foi para essa nossa Coimbra um Nero, um Anticristo: tal escolasta, destro em argumentar, tomava logo as proporções augustas de um S. Tomás de Aquino, que nos deslumbrava: o bom Castilho passou por um opressor das inteligências, de cujas mãos caía a treva sobre o mundo, e que estorvava o caminhar dos tempos! Mas nada pinta melhor este engano de espírito do que a admiração, o espanto, inspirados por certo lente de Teologia, ainda moço, de face chupada e amarela, a quem nós atribuíamos um patética revolta contra os dogmas, não sei que sublimidade herética, e estranhas práticas de misticismo sensual. Era um teólogo de costumes quietos, que lia Balme e sofria do fígado. Pois corria pelos cenáculos que este padre sombrio, todas as noites, colocava uma Bíblia aberta *sobre os seios nus da sua amante*, e à luz de uma tocha se repastava das amarguras do «Eclesiastes»! E todos nós acreditávamos com inveja nesta Bíblia, nestes seios, nesta tocha... Assim era essa geração.

Em torno dela, negra e dura como uma muralha, pesando, dando sobre as almas, estava a Universidade. Por toda essa Coimbra, de tão lavados e doces ares, do Salgueiral até Celas, se erguia ela, com as suas formas diferentes de comprimir, escurecer as almas: – o seu autoritarismo anulando toda a liberdade e resistência moral; o seu favoritismo, deprimindo, acostumando o homem a temer, a disfarçar, a vergar a espinha; o seu literalismo, representado na horrenda sebenta, na exigência do *ipsis verbis*, para quem toda a criação intelectual é daninha; o seu foro, tão anacrónico como as velhas alabardas dos verdeais que o mantinham; a sua negra torre, donde partiam, ressuscitando o *precetto* da Roma jesuítica do século XVIII, as badaladas da «cabra» por entre o voo dos morcegos; a sua «chamada», espalhando nos espíritos o terror disciplinar de quartel; os seus lentes crassos e crúzios, os seus Britos e os seus Neivas, o praxismo poeirento dos seus Pais Novos, e a rija penedia dos seus Penedos! A Universidade, que em todas as nações é para os estudantes uma *Alma Mater*, a mãe criadora, por quem sempre se conserva através da vida um amor filial, era para nós uma madrasta amarga, carrancuda, rabugenta, de quem todo o espírito digno se desejava libertar, rapidamente, desde que lhe tivesse arrancado pela astúcia, pela empenhoca, pela sujeição à «sebenta», esse *grau* que o Estado, seu cúmplice, tornava a chave das carreiras. Verdadeira *chave dos campos*, no dizer francês, abrindo para a independência, para a vida e para a beleza das coisas naturais. No meio de tal Universidade, geração como a nossa só podia ter uma atitude – a de permanente rebelião. Com efeito, em quatro anos, fizemos, se bem me recorde, três revoluções, com todos os seus lances clássicos, manifestos ao Pais, pedradas e vozearias, uma pistola ferrugenta debaixo de cada capa, e as imagens dos reitores queimadas entre as danças selváticas. A Universidade era, com efeito, uma grande escola de revolução: – e pela experiência da sua tirania aprenderíamos a detestar todos os tiranos, a irmanar com todos os escravos. O nosso entusiasmo pela Polónia nascia de nos sentirmos oprimidos como ela por um czar de borla e capelo, que se chamava Basílio. Aqueles de nós que hoje leiam uma História da Vida e da Sociedade em Roma, nos fins do século XVIII, quando toda a cultura livre era vedada, e a banalidade tinha a estima do Governo por ser uma condição da docilidade, e os melhores bens se obtinham pela intriga e o favoritismo, e se educava o homem para a baixeza, e a independência se arrancava como erva venenosa, e a policia intervinha até na maneira de atar a gravata, e não se permitia aos cidadãos andar fora de casa depois das Avé-Marias – julga ver a escura imagem da vida universitária há trinta anos, quando se impunha ao estudante, com a batina de padre, a regra canónica do *Gesu*. E era por nos sentirmos envolvidos numa opressão teocrática, que, além de

pendermos para o jacobinismo, tendíamos, por puro acinte de rebeldia, para o ateísmo. De sorte que a Universidade, ultraconservadora e ultra-católica, era não só uma escola de revolução política, mas uma escola de impiedade moral.

Antero resumiu, com desusado brilho, o tipo do académico revolucionário e racionalista: e daí começou a sua popularidade – e a sua lenda. Não recordo, nem sei se é histórica, essa temerária noite, em que ele, durante uma trovoadas, e de relógio na mão, intimou Deus a que o partisse com um raio, dentro de sete minutos, *no caso de existir*. Desconfio do altivo episódio. Antero não tinha relógio; a sua exegese era já muito fina para assim confundir as maneiras de Jeová com as de Júpiter: – e, se lançou o desafio satânico, foi rindo alegremente do excesso da sua fantasia. Mas é certo que ele se afirmou sempre como o grão-capitão das nossas revoltas, desde aquela que derrubou o bom tirano Basílio, até à que nos levou para o Porto, uma noite, entre archotes, ganhando a «Marselhesa». Todos os «Manifestos ao País», que a tradição nos impunha no começo destas sedições, saíam da pena de Antero: – porque já ele era, além da melhor ideia da Academia, o seu melhor verbo. E enfim foi ele ainda que se rebelou contra outro e bem estranho despotismo, o da Literatura Oficial, na tão famosa e tão verbosa Questão Coimbrã, já não é fácil, depois de tantos séculos, relembrar os motivos dogmáticos por que se esganharam as duas literaturas rivais, de Coimbra e de Lisboa... O velho Castilho, contra quem se ergueram então tantas lanças e tantos folhetos, não se petrificara realmente numa forma literária que pusesse estorvo à delgada corrente do espírito novo. Fora, é verdade, trovador e bardo; mas renovara o naturalismo clássico com as suas traduções de Virgílio; e passara para a nossa língua Molière, um dos mais nobres avós da família psicóloga. Todas estas almas diversas (é certo) as moldava dentro de uma vernaculidade arcádica que as deformava: mas a sua arte de escrever era polida, e houve dignidade e beleza no seu prolongado amor das Letras e das Humanidades. (Seriam hoje úteis, entre nós, um ou dois Castilhos.) Em todo o caso, relativamente a Antero de Quental e a Teófilo Braga, o vetusto árcade mostrou intolerância e malignidade, deprimindo e escarnecendo dois escritores moços, portadores de uma ideia e de uma expressão próprias, só porque eles as produziam sem primeiramente, de cabeça curva, terem pedido o selo e o visto para os seus livros à Mesa Censória, instalada sob a seca olaia do seco cantor da «Primavera».

O protesto de Antero foi portanto moral, não literário. A sua faiscante carta «Bom Senso e Bom Gosto» continuava, nos domínios do pensamento, a guerra por ele encetada contra todos os tiranetes, e pedagogos, e reitores obsoletos, e *gendarmes* espirituais, com que topava ao penetrar, homem livre, no mundo que queria ser livre. Para Teófilo Braga, essa luta coimbrã foi essencialmente uma reivindicação do espírito crítico; para os outros panfletários, todos literatos ou aliteratados, uma afirmação de retórica; – para Antero, de todo alheio ao literatismo, um esforço da consciência e da liberdade. Por isso o seu ataque sobretudo nos impressionou, não só pelo brilho superior da sua ironia, mas pela sua tendência moral, e pela quantidade de revolução que continha aquela altiva troça ao déspota do purismo e do léxico. Castilho, armado da sua férula, e tendo a pretensão de dar com ela palmatoadas nas almas, aparecia aos nossos olhos, criadores de fantasmas, como um verdadeiro monstro: Antero, crivando de setas de ouro os flancos vernáculos do monstro, foi para nós como um sagitário libertador. Eu digo «nós», uso este plural de casta nobre, unicamente porque nos *simul in Garlandia fuimus*, nos mesmos bancos nos sentámos, sob o mesmo luar devaneámos. De resto, eu era meramente um actor do Teatro Académico (*pai nobre*), e rondava em torno destas revoluções, destas campanhas, destas filosofias, destas heroicidades ou pseudo-heroicidades, como aquele lendário moço de confeitiro que assistiu à tomada da Bastilha com o seu cesto de pastéis enfiado no braço, e quando a derradeira porta da

fortaleza feudal cedeu, e a velha França findou, deu um jeito ao cesto leve, e seguiu, assobiando a «Royale», a distribuir os seus pastéis.

Mas era um devoto (o termo não é excessivo) do poeta das «Odes Modernas». Todos, desde então, esperámos dele a renovação de um mundo, do nosso pequeno mundo, para nós imenso – e imenso na verdade, porque uma simples alma é um vasto mundo, e a sua renovação, no sentido da justiça ou da bondade, uma vasta obra. Antero era não só um chefe – mas um Messias. Tudo nele o marcava para essa missão, com um relevo cativante: até a bondade iniciadora do seu sorriso, até aquela grenha cor de ouro fulvo, que flamejava por cima das multidões. E havia já com efeito hábitos messiânicos nesse bando de discípulos que o acompanhavam através de Coimbra, de capa solta, enlevados na sua palavra. Essa luminosa palavra de Antero era uma das suas magníficas forças de atracção. Ninguém jamais possuiu um Verbo de tanta solidez, harmonia, finura e brilho. Todo o século XVIII considerou como um dos maiores regalos da inteligência, o ouvir Diderot conversando. Foi um dos encantos no nosso tempo ouvir conversar Antero. Em Coimbra a sua veia vibrava em pleno esplendor. Era uma lira, a lira divina de sete cordas, em que não interessava e deslumbrava menos que as outras a corda de bronze do sarcasmo. Sarcasmo que nada encerrava de triste ou de amargo, como o de um Quevedo. Antero, mesmo troçando e amaldiçoando, era um ateniense: e à sua ironia convinha, mais que a de nenhum outro ironista, o nobre epíteto homérico de *alada*. Os seus ditos abriam, através da sua geração, grandes sulcos luminosos – e puros.

Mas sobretudo se impunha pela sua autoridade moral. Antero era então, como sempre foi, um refulgente espelho de sinceridade e rectidão. De nascença a sua alma viera toda limpa e branca, e quando Deus a recebeu, encontrou-a decerto tão limpa e branca como lha entregara. Nunca, através da vida, tomou um caminho escuro ou oblíquo: com a face levantada, como um sol, rompia a passos direitos e sonoros: – e, se topava com um desses muros que constantemente se erguem nas estradas humanas, ou o demolia ou retrocedia, mas nunca condescendeu em o ladear com astúcia, mesmo quando para além reluzisse o tesouro que a sua ideia ou o seu sentimento apeteçiam. Antero foi um carácter heroicamente Integro. E não se necessitava, para lho reconhecer, uma longa e penetrante intimidade: – a sua lealdade magnífica resplandecia toda nos seus olhos claros, como uma luz santa às portas de um sacrário. O granito, o cristal, tudo o que é límpido, tudo o que é sólido, eram menos límpidos e sólidos que a sua amizade. Apesar de algum cepticismo e muita ironia, tropeçou simplesmente em grossos enganos, porque o espírito translúcido não previa, nunca se lembrava do dolo e da falsidade. Naquele erudito pessimista houve sempre um inocente. A justiça era nele ingénita. Assim era a verdade.

Que dizer da sua bondade? Por um constante aperfeiçoamento, ela chegou, nos últimos tempos, a ser perfeita. Mas já na idade ligeira e romanesca de Coimbra era imensa – e se manifestava por uma alegria magnânima. O «claro riso dos heróis», que Michelet raramente encontrou na História e que o arrebatava, foi o riso de Antero. Riso generoso do ser que ama todos os seres, e que, pelo menos dentro desse amor, acha que o mundo é óptimo, e se sente soberbamente optimista e doce. Ele teve a caridade nos anos em que, por se não conhecerem ainda as misérias do coração e do mundo, nunca se é caridoso: – e nele foi natural e simples, não como a da mocidade neo-evangélica (que, agora, por Paris e Londres, languidamente ensina o Bem), sugada, ou antes decorada, na «Vida de S. Francisco de Assis». Nessas mesmas pugnas, nessas derrocações de Bastilhas em que parecia feroz, a sua bondade andava toda inquieta enquanto a sua cólera trabalhava. Como o sagitário antigo, apenas despedia do grande arco a grande frecha, atirava largamente um passo para diante – mas era já com o desejo de ir curar a

ferida que o seu dardo rasgara. Quando, depois do encerramento tão bruto das Conferências do Casino, ele esmagou o considerável marquês de Ávila sob aquela «Carta» de tão alegre, picante e patricio desdém, soube, por um amigo, que o pobre marquês se magoara até se lhe humedecerem os olhos com uma acerada alusão à origem do seu nome de Ávila. Antero angustiado, com os olhos também húmidos, correu à «Revolução de Setembro» a gritar «erreí! erreí!», e a imprimir uma retractação apiedada que consolasse o velho...

Toda esta alma de santo morava, para tornar o homem mais estranhamente cativante, num corpo de Alcides. Antero foi, na sua mocidade, um magnífico varão. Airoso e leve, marchava léguas, em rijas caminhadas que se alongavam até à mata do Buçaco: com a mão seca e fina, de velha raça, levantava pesos que me faziam gemer a mim, ranger todo, só de o contemplar na façanha: jogando o sabre para se adestrar, tinha ímpetos de Roldão, os amigos rolavam pelas escadas, ante o seu imenso sabre de pau, como mouros desbaratados: – e em brigas que fossem justas o seu murro era triunfal. Conservou mesmo até à idade filosófica este murro fácil: e ainda recordo uma noite na Rua do Ouro, em que um homem carrancudo, barbudo, alto e rústico como um campanário, o pisou, brutalmente, e passou, em brutal silêncio... O murro de Antero foi tão vivo e certo, que teve de apanhar o imenso homem do lajedo em que rolara, de lhe limpar a lama da rabona, e de o amparar até uma botica, onde lhe comprou arnica, o consolou, citando Golias e outros gigantes vencidos. No Garrano, nas Camelas, um prato com três dúzias de sardinhas e uma canada do «tinto» não o assustavam, nem lhe pesavam. Pelo contrário! Depois, em face da Lua, na Ponte ou pelo Choupal, as suas cabriolas pelos céus da metafísica eram mais fulgentes e destrás.

III

Já porém, no meio destas qualidades esplêndidas que lhe garantiam uma vida forte, e superiormente feliz, existia um fermento de dor. Bem se descobre ele em alguns dos sonetos desses anos, que são (como todos os seus sonetos) sublimes notas postas à margem de uma alma que se interroga, Já então o ditoso Antero, tão prodigamente dotado por Deus, se considerava um filho abandonado de Deus: já o mundo lhe parece perder a cor, e ele próprio a perde também, devendo para sempre ficar *pálido e triste*: e a beleza que então lhe aparece não a goza plenamente, porque ela lhe lembra outra, transcendente e de mais puros gozos. O seu presente é uma atormentada aspiração ao futuro—mas o que é o futuro, senão sombra movediça e mentirosa? Ele, tão seguido, tão amado, erguido como chefe por uma mocidade feita à sua imagem, já se sente solitário entre turbas vãs: e os braços, que a sorte lhe deu tão fortes e movidos por uma alma tão alta, já se prepara para os cruzar com melancolia.

Todavia, em volta dele, esse era o tempo de um optimismo universal. Nas duas grandes nações pensantes, que o inspiravam, triunfava o optimismo – lírico em França, filosófico na Alemanha, mas em ambas rosado e risonho. Todos os hegelianistas prussianos eram, creio eu, optimistas: – e Pelletan, para cá do Reno, convidava o homem, tornado omnisciente e onnipotente pelo progresso, a afirmar soberbamente, e cantando, a sua realza sobre os Céus. Decerto já existiam desiludidos: mas era ainda o antigo desiludido do século XVIII, o *Candide*, depois de reconhecer que no mundo a melhor ocupação, a única que não resulta em logro, consiste em plantar quietas saladas num murado e frondoso quintal. Ainda então não safra da sua hospedaria de Frankfurt o bom Schopenhauer, bem penteado, de calças cor de flor de alecrim, para tirar das mãos de *Candide* a enxada e o regador, e lhe provar que a sabedoria realmente consiste em entrar num convento de trapistas, ou, como um *yoghi* hindu, em jazer rigidamente sob a

mangueira de Lovelane, meditando a inanidade e o mal das coisas. Ninguém então, do Reno para cá, lera ainda Schopenhauer. E um no seu quarto de Frankfurt, metodicamente, tomando o seu chocolate, outro em Coimbra, atormentadamente, porque é poeta e meridional, chegando ao mesmo resumo, num raciocinado, no outro soluçado:

Que sempre o mal pior é ter nascido!

Daqui provinham certos modos de Antero ainda então inexplicáveis – dias de tristeza e esparsa cólera, um querer e não querer entrechocados, entusiasmos que logo escarnecia, bocados de vida que deixava sumir em fumo, e esses apetites de solidão, esses períodos de trapismo artificial em que desaparecia, se embrenhava sozinho pelas espessuras do Buçaco. O espírito de sociabilidade, é certo, sempre nele triunfava; e também essa alegria, de raízes vivazes, subsistente sob as névoas do mais denso desalento, e que mesmo depois, nos piores dias, reaparecia – apenas ele se encontrasse entre camaradas de espírito congénere, e crepitasse o lume das controvérsias. Mas, já nesse tempo de Coimbra, Antero, por momentos, ante a face mais florida de mocidade e saúde, pensava na caveira.

Pessimismo, sobretudo nos seus começos, não vai sem inacção; – e a inacção é verdadeiramente a sua primeira e ligeira forma. Se tudo no mundo conduz a desilusão e poeira – como se podem considerar, sem riso e sem compaixão, esses rijos esforços que cuidam revolver mundos, quando estão meramente remexendo fumo? Daí, essas indiferenças, desprendimentos, brascas desistências da energia, que, da parte de Antero, surpreendiam e contristavam os seus amigos. Durante a grande Questão Coimbrã, quando mais ressoante rolava a briga contra a Tróia literária de Castilho, ele, o nosso invencível Aquiles –um dia desaparece... Era um abandono, pactuara o herói secretamente com Príamo? Assim o pensaram os Acaios fanáticos. Não! abalara para a Figueira, com saudades da solidão e do mar. Que importância podia ter essa rixa de literaturas e vaidades para quem, desde os dezoito anos e dos primeiros versos, viera sempre desdenhando alegremente a superstição da glória e das letras? De resto todo o esforço em Antero era acompanhado pelo sentimento secreto e divertido da sua inanidade; – e a ironia nele andava sempre ao lado da acção, soltando o seu assobio malicioso. Para quê, meus amigos? tudo é fumo e em fumo se espalha!... Esta universal desilusão, este escuro e mudo Nada para onde correm, como para um mar, todos os desejos humanos, não era todavia afirmada por Antero com amargura – antes com uma resignação risonha. «O Amor e o Bem (ensina ele então, ou parece ensinar) não se realizam nesta vida contingente e escrava, e só na outra, na absoluta, quando o espírito atinja perfeição e liberdade... No entanto, amigos, vamos aceitando as aparências imperfeitas deste mundo onde há bosques, roseiras, artes delicadas, e as mulheres entreabrem amorosamente a sua porta, e um curto heroísmo por vezes enobrece as cidades, e até se pode colher um fugitivo gozo com um cesto de laranjas e uma guitarra, de tarde, num barco, por este Mondego acima...» Assim este homem, em cuja alma iam enegrecendo as nuvens de uma áspera tormenta intelectual, era ainda para todos, nesses tempos de Coimbra, «da encantada e fantástica Coimbra» de então, um viçoso camarada, cheio de exuberância e fantasia, apaixonado e luminoso, nobre e amigo dos homens, embebendo os olhos francos na beleza das coisas, e tumultuosamente esperando que da revolução e da filosofia altos bens viessem à Terra. Do negro fermento de desilusão e dor, que ele trazia já dentro da alma, só conheciam alguns amigos, a quem ele lia os seus sonetos confessionais, e que ficavam espantados escutando a confissão, e contemplando o homem que a confessava. Desse poeta de face

ardente e veia rutilante, todo idealização, todo paixão, metafísico e batalhador, bem se podia esperar uma epopeia, o apostolado de uma religião, longas aventuras sonoras – nunca a passiva dor de um budista aspirando palidamente ao Não-Ser.

E a sua vida, com efeito, desde que saiu dessa «encantada e quase fantástica Coimbra», foi toda de movimento e de força. Antero anda então ansiosamente procurando um emprego para a sua grande alma. Viaja pela Europa Ocidental, ou antes passeia através dela os seus sonhos de liberdade e de justiça, para encontrar algures um mundo que lhes seja congénere e onde os possa plantar e cultivar com magnificência. Atravessa o Atlântico, por puro desejo de espaço e liberdade, num pequeno *yacht*; e durante semanas de tormenta trabalha descalço na manobra, ou, metido no seu beliche, que as ondas alagam, embrulhado num oleado, relê o «D. Quixote», com um interesse e uma paixão renovadas, talvez por sentir que nessa grande história da Ilusão está lendo a sua história. Percorre a costa da América, até à Nova Escócia; e aí, um domingo, tem uma visão que nunca esquece, a de uma cidade puritana (Halifax ou Lunenburg), silenciosa, como adormecida no Senhor, toda de tijolo cor-de-rosa sob um céu cor de pérola, com fundas avenidas mais pensativas que as dos Elísios, onde os namorados passeiam, numa mudez de sombras, de dedos enlaçados, de pálpebras baixas, respirando sem outro desejo a flor da sua emoção. Quantas vezes Antero me contava dessa piedosa e suave cidade, e do longo apetite que ela repentinamente lhe dera de quietação eterna! Ao cabo dos grossos mares atlânticos, Deus talvez lha mostrou como um prenúncio do seu destino: uma grande tormenta, depois um grande descanso – e um descanso a que Deus não era alheio.

Enfim Antero volta a Lisboa, encontra o Cenáculo, Encontra o nosso querido e absurdo Cenáculo instalado na Travessa do Guarda-Mor, rente a um quarto onde habitavam dois cónegos, e sobre uma loja em que se agasalhavam, como no curral de Belém, uma vaca e um burrinho. Entre essas testemunhas do Evangelho e esses dignitários da Igreja, rugia e flamejava a nossa escandalosa fornalha de revolução, de metafísica, de satanismo, de anarquia, de boémia feroz. J. Batalha Reis era o dono do aposento temeroso, e Via Láctea, galego ilustre, o seu servo. Via Láctea dormia pendurado, como um paio, da chaminé da cozinha. As suas ocupações não consistiam em escovar ou varrer. A Via Láctea fora confiada a missão transcendente de espreitar a passagem da Ideia ao longo do rio do Espírito, para nos avisar, e nós correremos e a prendermos na rede rutilante do Verbo. Durante dois anos, cada dia, a horas de sol e a horas de treva, empurrámos nós com fragor a porta da cozinha, e berrámos em ânsia: «Via Láctea! Via Láctea! viste enfim a Ideia Pura boiando na corrente espiritual?...» E durante dois anos Via Láctea, de dentro da chaminé ou de sobre a tampa de um caixote, imutavelmente rosnou com uma dignidade triste: *Num bi nada*. Aí Antero apareceu numa fria manhã – e foi aclamado. Naquela viela de Lisboa ressuscitou então, por um momento, a «encantada e quase fantástica Coimbra» de que ele sempre conservara uma saudade romântica. Antero, porém, que desembarcara em Lisboa, como um apóstolo do socialismo, a trazer a palavra aos gentílicos, em breve nos converteu a uma vida mais alta e fecunda. Nós fôramos até aí no Cenáculo uns quatro ou cinco demónios, cheios de incoerência e de turbulência, fazendo um tal alarido lírico-filosófico que por vezes, de noite, os dois cónegos estremunhados rompiam a berrar, o burro por baixo zurrava desoladamente, e no céu, sobre os telhados fronteiros, a Lua parava, enfiada. Mas toda a nossa alma se ia nesse alarido, e o vento vão da boémia a levava, para onde leva as almas descuidadas e as folhas de louro secas... Sob a influência de Antero logo dois de nós, que andávamos a compor uma ópera bufa, contendo um novo sistema do Universo, abandonámos essa obra de escandaloso delírio – e começámos à noite a estudar

Proudhon, nos três tomos da «Justiça e a Revolução na Igreja», quietos à banca, com os pés em capachos, como bons estudantes. Via Láctea começou a varrer. E do Cenáculo, donde, antes da vinda de Antero (que foi como a vinda do rei Artur à confusa terra de Gales), nada poderia ter nascido além de chalaça, versos satânicos, noitadas curtidas a vinho de Torres, e farrapos de filosofia fácil, nasceram, *mirable dictu*, as Conferências do Casino, aurora de um mundo novo, mundo puro e novo que depois, ó dor, creio que envelheceu e apodreceu...

De resto o Cenáculo estava nas vésperas de se dispersar – porque a cada um de nós, bruscamente (nessa mesma esquina da Travessa do Guarda-Mor) aparecera a Vida, enrugada, de dedo ameaçador, a avisar que ela não é musa ou ninfa que se trate com ligeireza, indiferença, e cantando. Assim aquele cavaleiro que uma noite em Paris, no Pont-Neuf, surgiu ante o senhor D. Gil, do solar de Vouzela, lhe deteve os passos que corriam ao pecado e lhe gritou brandindo a lança: – «Homem, para trás, para o Senhor!» Nós vimos a lança; e saudosamente entre nós murmurámos: – «Irmãos, não mais cavalgadas sobre o dorso macio da quimera, é tempo de irmos a concursos..

Fomos a concursos. Antero, esse, encontrara Oliveira Martins, que era um pensador, e José Fontana, que era um agita. dor; e ardentemente penetrara no Movimento Socialista, então iniciado em Lisboa com os fervores e os segredos poéticos de uma religião. Simultaneamente propagava a união ibérica, fundava sociedades operárias, instalava a Associação Internacional, lançava panfletos, conspirava, apostolava... Era, como ele dizia, «um pequeno Lassale». E, como Lassale, já invadido por um vago mal-estar, no meio da popularidade que o começava a cercar – e a sufocar.

Eu não fui testemunha dessa sua vida militante. Por meu turno partira, a percorrer os mundos deste mundo, dos velhíssimos aos novíssimos, da magoada Jerusalém à estridente Chicago. Longe, porém, soube que Antero se afastara inesperadamente da actividade revolucionária. Porquê? Abalara ele, como durante as grossas guerras coimbrãs, para a Figueira, com saudades dos areais e do mar? Não – harmonizara simplesmente a sua conduta e a sua natureza. O elemento natural do espírito de Antero era a abstracção filosófica, e só dentro dela respirava e vivia plenamente. Além disso, descendente de uma muito velha família, já ilustre na corte, de Afonso V, ele nunca se desembaraçara de certas hereditariedades de raça e de casta, e conservava, sob a sua vasta humanidade, um não sei quê de antiquado e de estreitamente fidalgo. Enfim, era um superfino artista... Como direi? O artista, o fidalgo, o filósofo, que em Antero coexistiam, não se entenderam bem com a plebe operária. Sempre sincero, lavou as suas mãos, e proclamou que só os Proletários eram competentes para exprimir o pensamento e reivindicar o direito dos Proletários. E amando ainda os homens, mas desistindo de os conduzir a Canaã, subiu com passos desafogados para a sua alta torre bem-amada, a torre da metafísica.

Quando, volvidos dois ou três anos, regressei a Lisboa, encontrei o meu amigo estirado numa cama, no quarto mais remoto de uma casa remota, quase numa trapeira, para que não lhe chegassem os ruídos da cidade, morbidamente intoleráveis à sua supersensibilidade nervosa. Ali, em solidão e imobilidade, Antero estava travando com o seu pensamento uma luta, de que os Sonetos, de 1874 a 1880, são a notação magnífica e dolorosa. E o seu pensamento em breve o arrastara a um pessimismo negro, repassado de desespero. A certeza de morrer levava Antero a indagar mais fundamente a razão de viver: – e, por mais que aprofundasse a existência, ela só lhe aparecia como uma tortura gratuita, confusa, inútil. Pedia ele então à inteligência a explicação da existência. E a sua inteligência, como ele depois contava, toda penetrada do naturalismo, que era a atmosfera onde se desenvolvera, só lhe oferecia a solução naturalista – só lhe podia afirmar que a vida, na sua forma empírica, é a luta obscura de forças obscuras. E na sua

forma filosófica e intelectual? Apenas a contemplação egoísta dessas lutas instintivas. Não há pois senão vácuo, confusão e inutilidade universais! É certo que rompe através da neve estéril, revelando as fecundidades subjacentes da terra, surge por vezes do fundo da consciência e espalha por toda ela o seu perfume tímido... Mas não nos prendamos já a essa falsa esperança, porque a flor murchará, apenas entreaberta, e o seu perfume

no vácuo universal será disperso!

A consciência é uma outra ilusão, uma modalidade efémera, pois que nada de eterno se pode nela realizar. De que serve ter sido, ou procurar ser, justo e bom? Justiça e bondade findam no pó, infecundos como o pó. A vida é um desolado logro. E o melhor é morrer, pois que nos liberta da miséria, da vergonha, do horror da universal falsidade. – Tal era então o sombrio e secreto monólogo de Antero naquele leito estreito – donde ele todavia, quando os seus amigos apareciam, sorria tão alegremente e tão meigamente aos seus amigos.

É que não o deixara nunca o espírito consolante de sociabilidade, e esse adorável bom humor que era nele como um sol imanente por trás de nuvens transitórias, e ainda essa polidez superior, quase transcendente, forma graciosa da caridade, que não lhe consentia alongar por sobre a alma dos outros a sombra dos fantasmas de que a sua andava povoada. Por mais descido e fundo que o seu espírito jazesse, naquele «poço húmido e morno» de que fala num dos seus sonetos, bastava que da borda o chamasse um voz fraternal para que o seu espírito subisse, com compostura risonha, sem vestígios da treva inferior donde emergia, penetrando logo nas alegrias e cuidados alheios, e tomando um interesse acariciador pelas coisas mesmas que, para ele, na vida, eram mais desinteressantes e vãs. Muito bem me recorde de uma noite em que subi à sua alcova com um velho amigo dele e meu, Carlos Mayer. Antero lá estava, estendido no seu leito, com uma manta por cima dos pés, a face emaciada, e sobre ela espalhada aquela sombra, semelhante a um reflexo de coisas negras, que outrora deu a Dente a reputação de descer cada noite ao Inferno. Pois essa mesma face, num momento, se iluminou de afabilidade e graça fácil. Carlos Mayer andava nessa ocasião envolvido na ciência e cuidados de uma grande indústria de destilação – e a conversa rolou sobre máquinas, processos, fermentos, salários, lucros, milhões. Antero circulava ardentemente dentro daquelas questões de química, mecânica, economia, como se elas constituíssem a paixão suprema dos seus dias solitários. O ar do seu quarto de metafísico ficou em breve mais cheio de cifras, de vozes técnicas, que o de um escritório da City. Depois, talvez porque a esse tempo eu me preocupava com a civilização chinesa, deslizámos a conversar da China. Carlos Mayer atacou rancorosamente o Império Florido. Antero, arrojando a manta, exaltou logo o Chinês, e a sua pedagogia, e a sua agricultura, e a sua arte, e a sua sociedade, e a solidez e pureza das suas instituições domésticas – com o saber miúdo e grave de um mandarim. E não era só a erudição que surpreendia, mas o fogoso interesse, como se o seu pensamento habitasse constantemente e só se comprazesse entre a Grande Muralha e o mar Amarelo. E ao mesmo tempo quanta abundância cómica, que finura e firmeza de juízos, que dizer tão luminoso e perfeito!

Já tarde, ao alvorecer, Antero chamara o criado estremunhado para nos acompanhar, quando um de nós lhe perguntou por versos. Como Antero não compunha versos por uma faculdade poética bem cultivada, e apenas certos estados da sua razão e da sua sensibilidade cristalizavam naturalmente em verso, era esta uma interrogação familiar sobre a sua saúde moral. E muito facilmente, como dando uma informação íntima, Antero tirou de entre as folhas de um livro um papel, e leu sem entono amargo

ou dolorido, com a simplicidade corredia de uma nota a lápis, aquele seu poema que Oliveira Martins depois salvou da destruição, o «Hino à Manhã», um dos mais angustiosos lamentos que tem escapado a um forte e altivo coração de homem. Assim podia aquele Antero singular, durante toda uma noite, aplicar à mecânica e à defesa histórica da China um pensamento tão profundamente ferido, tão arquejante ainda das lutas tenebrosas com a Esfinge.

IV

Passaram anos em que não vi Antero, instalado então em Vila do Conde. Sabia que o meu amigo estava quase são, quase sereno. Mas foi uma preciosa surpresa, quando, ao fim dessa separação, chegando ao Porto e correndo com Oliveira Martins a Vila do Conde, avistei na estação um Antero gordo, róseo, re florido, com as lapelas do casaco de alpaca atiradas para trás galhardamente, e meneando na mão a grossa bengala da Índia que em Lisboa eu lhe dera para amparar a tristeza e a fadiga. Era uma regressão, quase o antigo Antero coimbrão, mais amadurecido, mais doce: – apenas, no lugar da fulva grenha flamante e romântica, alvejava um sereno começo de calva socrática. Era sobretudo uma ressurreição moral, à velha maneira de Lázaro, uma miraculosa saída do túmulo pessimista e das sombras da negação. Findara a luta implacável, o seu grande coração, enfim, descansava em paz!

Como chegara Antero a esse repouso apetecido? Escutando com uma atenção mais grave, mais crente, aquela voz da Consciência, que tanto tempo desconhecera, e que apesar de todos os desenganos e sempre

em segredo protesta e afirma o Bem.

Fora atendendo reverentemente essa. doce voz; e conseguindo, por um desesperado esforço do pensamento, penetrar a sua significação; e refazendo, guiado por ela, a sua educação filosófica; e procurando depois a sua confirmação na história, nas doutrinas dos moralistas, nas confissões dos místicos, que ele chegara a descobrir, a compreender bem o fim último e verdadeiro de tudo, não só do homem moral, mas de toda a Natureza, mesmo na sua modalidade física. E essa descoberta é de inefável beleza e contentamento – pois que o fim de tudo é o Bem! O Universo tem por fim o supremo Bem – o Bem é o momento final e augusto de toda a evolução do Universo.

Possuía pois Antero, enfim, a «sua filosofia», essa filosofia que ele tantos anos perseguira como deusa esquiva entre selvas duvidosas, e que fora sempre para os seus amigos, alternadamente, motivo de esperança, de desconfiança, de entusiasmo e de sarcasmo... Mas agora Antero alcançara a deusa esquiva. E a lei moral dessa filosofia (de que ele deu na «Revista de Portugal» um esboço eloquente e poético) consistia em renunciar a tudo quanto limita e escraviza o espírito – egoísmo, paixões, vaidades, ambições, contingências, materialidades do mundo, – e em procurar a união do espírito, assim libertado e limpo de todo o pesado lodo terreno, com o seu tipo de perfeição que usualmente se chama «Deus». Essa união, em que a vontade limitada se dissolve na vontade absoluta, será tanto, mais eficaz quanto mais completa for a renúncia a tudo o que é egoísta, particular, individual. E só pela união com o Ser perfeito, de que essa renúncia é instrumento e condição, se realiza o Bem, o Bem supremo, fim verdadeiro de toda a vida, fim divino a que tende o Universo. Em resumo, a lei moral do homem é o constante aperfeiçoamento e a progressiva santidade.

De toda a filosofia de Antero (que sou bem incompetente para interpretar) só

quero reter esta linha ética, porque ela o explica nesses anos de paz e de admirável doçura. A vida de Antero em Vila do Conde era então verdadeiramente edificante – e constituía, sem doutrina, um forte ensino moral. O velho Santo Antão no monte Colzin não vivia um viver mais puro, mais entregue ao ideal, à perfeição, à Vida Eterna, do que Antero naquela casa de Vila do Conde, simplificada até ao cenobitismo, e onde por único adorno, além de livros numa estante de pinho, havia flores das sebes em púcaros de barro. Era aquele o retiro muito nu e muito limpo (porque Antero tinha o asseio e a ordem rígida de uma freira velha) de quem alegremente se despojou de tudo quanto embaraça, atravanca a vida de cada dia, para encetar a alta conquista da liberdade moral. Com ele viviam as duas meninas que adoptara, «as suas pequenas», que então ensinava e educava, e que, pelos cuidados da paternidade, o prendiam ainda ocasionalmente à sociedade. Fora desses cuidados ele só se ocupava com o aperfeiçoamento da sua alma, ou, como diria um católico, com a sua «salvação». Não salvação individual e egoísta, como a dos santos – mas salvação de todos, salvação para todos, penetração lenta no Bem próprio para dele fazer um instrumento do Bem universal. Leituras intermináveis e longamente pensadas; solilóquios constantes de um espírito, que constantemente se confessa para constantemente se corrigir; intensas meditações, em que a sua vida se confundia na vida do Ser, num desejo permanente de sentir na sua consciência de homem latejar a consciência do Universo – eis o abstracto emprego dos seus nobres dias. Outro não era o dos Solitários, nos desertos do Alto Egipto, tentando a suprema fusão com Deus. Como regressos ao mundo donde por virtude e mesmo por gosto se não sequestrara, tinha as suas Visitas ao Porto, a Oliveira Martins. Era o que ele chamava as grandes «dissipações».

Oliveira Martins vivia então na sua linda e recolhida casa das Águas Férreas. Se já houve em Portugal um delicado e grave retiro de estudo e de trabalho, sereno, hospitaleiro, superiormente polido e culto, forte em afeições, fecundo em obras, belo pela consciência e pela ciência, e como espiritualizado pelas correntes de pensamento que nele tão livremente circulavam, foi esse da saudosa casa das Águas Férreas – enquanto não veio bater à porta a Política, disfarçada, trazendo sobre a face torpe a máscara nobre do Civismo. A biblioteca ficava em baixo, abrigada no silêncio propício de vielas desertas: aí viveu Oliveira Martins os seus dias mais doces, e escreveu os seus livros mais fortes, numa regra e concentração de beneditino, cortadas às vezes por tumultuosas inspirações de artista, como, .quando ao reviver a «História da República Romana», durante quarenta horas, sem descanso, sustentado a café, ele foi empurrando com pena magnífica, através das ruas de Roma, da Porta Carmental ao Capitólio, o triunfo de Paulo Emílio. Antero encontrava aí alguns dos seus companheiros de Coimbra, mais amadurecidos, disciplinados pelo trabalho, cada um ancorado na sua pequena Ítaca, mas conservando todos o gosto das viagens incertas pelos mares da Fantasia. A «encantada e fantástica Coimbra» de outros tempos ressurgia, com mais ordem intelectual, um saber mais positivo, e uma outra consciência da vida e da sua seriedade. E, como em Coimbra, Antero era ainda a curiosidade e o encanto daquelas tertúlias, misturadas de alto critério e de belo riso, onde por vezes toda uma metafísica, em plena expansão, tropeçava e desabava sobre a ponta aguda de um *calembour*. O seguro renovo de saúde, depois das desesperanças da doença, sobretudo a paz filosófica, tinham robustecido a alegria nata de Antero – e dado à sua natureza, até aí alternadamente meiga e violenta, uma serenidade igual e contemplativa como a luz de um belo dia de Outono. Aquelas indignações de insurrecto, em que outrora constantemente o lançavam os seus instintos de superior justiça, e certos laivos persistentes de radicalismo, eram agora raríssimos nele: e as misérias ou vergonhas da política (que em casa de Oliveira Martins, já director d’«A Província», repercutiam com

particular intensidade) só causavam a Antero uma compaixão tranquila. Ele, de resto, ainda acreditava então que misérias e erros provinham do vício ou da incompetência da pequena casta política que, através de Lisboa, domina a Nação – e que, no fundo do povo, existia, latente mas intacta, uma grande energia viva, capaz de reconstituir, sob a direcção da Virtude e da Capacidade, a ordem na sociedade portuguesa. Mas desse movimento reconstituídor (para que entrevia já os chefes predestinados), Antero só queria ser a testemunha consolada, quando muito o filósofo tutelar. O seu espírito só se interessava pela essência pura das ideias; – e creio que dos seus tempos de propagandista lhe ficara uma pudica repugnância pelo manejo directo dos homens e dos factos. E todavia ninguém como ele possuía o dom melhor para arrastar homens através de desertos – a força e graça da sedução. Antero nascera pastor de almas – mas um pastor que, infelizmente, não tolerava a grosseria e a materialidade do rebanho.

O seu cuidado, nesse ano formoso em que tanto vivemos nas Águas Férreas, era construir definitivamente a «sua filosofia», que não queria desenrolar num tratado, mas (como ele dizia, rindo) condensar num catecismo, muito claro, muito simples, todo em aforismos, de quinze ou vinte páginas, que se encadernasse em marroquim, se trouxesse na algibeira como um viático da razão pura. Rindo também, muitas vezes se lamentava de não ter três ou quatro discípulos que iniciasse no seu evangelho, e que, depois de o compreenderem finamente, escrevessem por ele as Epístolas aos Galácios e aos Coríntios. Eu sempre ardentemente me ofereci para ser o seu S. Paulo, afrontar os gentílicos, derramar o Verbo. Mas Antero receava que, como artista, eu materializasse as suas ideias em imagens – imagens floridas, cinzeladas, pitorescas, e arrepiadoras portanto para quem, como ele abominava o pitoresco. Creio de resto que Antero não sentia prazer nem utilidade em publicar o seu pensamento. Considerando o estado mental da sociedade portuguesa, ele reconhecia quanto a sua doutrina e as suas conclusões pareceriam incompreensíveis, estranhas, fantasmagóricas. No seu país, Antero era como um exilado de um Céu distante; era quase como um exilado no seu século. Para que, pois, mergulhar na multidão, anunciar uma verdade que a todos se afiguraria um sonho, e um sonho nem ao menos composto com os elementos e os pedaços de realidade que entram sempre no arranjo dos sonhos? Seria o pueril labor do profeta no deserto – enquanto a caravana bebe nos costumados poços, retilha o costumeado trilho, e avança para a costumada Meca, onde morre da costumada peste. Antero era desses que intelectualmente antedatam, e que, quando escrevem, como dizia Stendhal, têm de esperar oitenta anos para serem lidos – e contestados. Por isso preferiu permanecer calado – tendo por consolação entrever «o norte para que se inclina a divina bússola do espírito humano». Só mais tarde, por um esforço de amizade, para favorecer a «Revista de Portugal», e também para entreter a solidão espiritual em que o deixara a partida de Oliveira Martins, instalado em Lisboa e na Política, é que Antero esboçou rapidamente algumas ideias, certas tendências do seu espírito, que ele considerava, e com razão (o neo-idealismo crescente da Literatura e da Arte, nestes últimos anos, o prova) serem as tendências gerais do espírito filosófico no fim do século XIX.

Antero, com efeito, vivia muito solitário em Vila do Conde – sem mesmo a companhia das suas «pequenas», que, agora crescidas e necessitando uma educação feminina e doméstica, ele colocara, depois de muito escolher, de muito cogitar, no convento das Doroteias. Como regressos ao mundo, «grandes dissipações», somente lhe restavam as visitas a Luís de Magalhães, à Quinta do Mosteiro. Antero amava a farta lavoura, a forte vida naturalista e sã que enchiam aquela antiga vivenda de frades. Mas sobretudo lhe era doce, e talvez salutar, ver, em meio de vida tão verdadeira e livre, Luís de Magalhães, robusto, exuberante, patriarcal, com aquela sua clara alma onde a alegria repica de matinas a trindades, arando os seus campos e fazendo os seus versos, como

outrora Virgílio. Estas visitas, depois a sua solidão, e sobretudo o motivo que a avivara, a definitiva entrada de Oliveira Martins na acção, levaram Antero a considerar com mais atenção, quase com paixão, a política, os seus actos e os seus homens. Sempre intensamente português, nunca alheio ao que interessava a nação, era natural todavia que a política se tornasse para ele uma realidade mais sentida, desde que um nobre amigo, um irmão, passara das ideias para os factos, e surgia como um reformador, empurrado, aclamado por tantas esperanças puras e crentes. Este novo interesse de Antero não veio senão desmanchar a suave paz intelectual que o envolvia. Seguindo o movimento do mundo político com a curiosidade com que se olha para um mar onde o barco de um irmão anda a manobrar e a rolar – Antero foi recebendo repetidas impressões de tédio e de desesperança. Aquele espírito pacificado, e tão feliz quando contemplava metafisicamente o Universo, porque sentia o fim soberanamente perfeito a que ele marcha na sua evolução – perdia a paz, perdia a felicidade, quando observava o pequeno Portugal, e este curto momento histórico em que ele se debate entre tanta baixeza e miséria moral. É certo que a sua supersensibilidade de artista; de metafísico e de solitário exageravam essa miséria e essa torpeza. E quando uma tarde, passeando por Lisboa, ele confessava a um amigo, com terror sincero, que em todos aqueles homens que se cruzavam, na fria tarde de Inverno, distinguia nitidamente o signo fatídico da aniquilação iminente, e a ferocidade mal escondida de seres esfaimados que se vão entre-devorar – evidentemente estava sofrendo de uma visão e não exercendo o seu destro e lúcido raciocínio. Assim S. Pacómio, descendo da alta Tebaida a Alexandria, soltava gritos pelas ruas, porque, sob as túnicas moles e bordadas daqueles alexandrinos votados à sensualidade e à falsa dialéctica, ele via claramente o pé de bode que revela os demónios. Mas, de resto, a visão de Antero tinha um seguro núcleo de realidade. E pelo exame dessa realidade, a que ele desfazia não somente todos os fios visíveis mas antevia os prolongamentos ainda encobertos, viera a descrever de Portugal, com uma descrença que lhe era angústia. Angústia bem contraditória num grande intelectual, que sentia o mundo, através de todas as aparências perversas, marchar sublimemente para o Bem, supremo e consolante momento da evolução do Ser. Que pode importar uma chaga em corpo, que, por efeito mesmo dessa chaga e da sua decomposição, se está transformando no puro espírito, no anjo? Tais contradições, porém, pululam no misticismo, enchem a história dos Santos do Deserto.

E a angústia era tanto mais pungente quanto Antero via o seu grande amigo Oliveira Martins que se debatia, já vacilando, no meio desse mundo por ele considerado de irresgatável torpeza. Hércules partira para limpar as cavalariças de Augias: Antero animara, acompanhara Hércules até às portas da escura infecção: – e agora o lodo, em vez de diminuir sob o esforço (que se julgara invencível) do filho forte de Zeus, parecia crescer, cada manhã mais espesso, para o imobilizar e sufocar. Desalento amargo para Antero – e repassado de cólera. Quando eu, justamente por esse tempo, o convidava a traçar na «Revista de Portugal» um «Quadro da Sociedade Portuguesa», ele recusou asperamente, declarando que, a respeito de Portugal, só «podia rugir, vomitar amargores, e esses rugidos e amargores, sem o aliviar, magoariam e contristariam outros». Era ainda aqui o homem que no meio da grande cólera, não esquece a grande caridade.

Dentro dessa caridade estava já a semente de uma nova e definitiva pacificação. Mas tinha ainda de ser fantasticamente iludido, de criar outro imenso fantasma, para o servir com amor. É seguindo fantasmas, através do «palácio encantado da Ilusão», que afinal se vem a repousar deliciosamente na paz do Senhor. Essa singular ilusão foi a Liga Patriótica do Norte. Ele próprio lhe chamava «o seu derradeiro fantasma». Antero acreditou então, e com deslumbrado ardor, em coisas inacreditáveis – na mocidade

iniciadora; na contrição dos velhos partidos pecadores; na alma quinhentista de Portugal ressurgindo; no despertar de um povo, com a vontade bem consciente, e formulada em comícios, de ser novamente esforçado e grande!

Trazido por uma turba de estudantes, que a força de uma lenda impelia, e que agitavam tochas e bandeiras, deixou o seu retiro de Vila do Conde. Sem ainda saber o que se pedia à sua forte autoridade moral, foi aclamado numa assembleia do Porto, onde os secos burgueses do tristonho burgo se entretocavam o cotovelo, murmurando com desconfiança: – «Quem é ele?» Era um símbolo. Na casa em que se hospedara, tremulava sobre uma varanda o estandarte de Portugal, anunciando, à velha moda feudal, a presença do senhor da terra, defensor das gentes e dos gados. Tão simbólico era que alguns mais exaltados, ou mais estéticos, estudavam a forma de uma dalmática de doge, toda em veludo e arminhos, com que ele devia presidir às sessões da Liga!... E a Liga, que ainda mal nascera, já findava decomposta. Tão decomposta que dentro dela não restava outro movimento senão o fervilhar dos vermes partidários, Regeneradores e Históricos. Quando se acabaram de elaborar os estatutos, que eram o programa muito complexo da Nova Vida, a Liga já não existia, dispersa, sumida, toda fugida para os hábitos da Vida Velha. Os políticos tinham recolhido aos seus centros: – a mocidade que fora arrancar Antero à metafísica, regressara, cansada desse esforço, às banquetas e aos *bocks* dos cafés da Praça Nova. Na sessão em que se leram os consideráveis estatutos só havia na vastidão dos bancos, quinze membros que bocejavam. E numa outra final, como ventava e chovia, só apareceram dois membros da Liga; o presidente, que era Antero de Quental, e o secretário, que era o conde de Resende. Ambos se olharam pensativamente, deram duas voltas à chave da casa para sempre inútil, e vieram, sob o vento e sob a chuva, acabar a sua noite em Santo Ovídio.

Assim se sumiu a Liga. E, desfeitas as formas revoltas desse estouvado sonho, Antero reentrou numa paz magnífica. Nunca com efeito, como nessa Primavera, quase toda passada em Santo Ovídio, o conheci tão sereno, tão estável na vida, de uma tão diligente e risonha sociabilidade, movendo o espírito dentro de uma liberdade tão rica. Se algum amargor lhe ficara dessa ilusão derradeira, a que tão candidamente se abraçara e que tão chochamente se esvaíra, decerto a sua ironia lho adoçou ou de todo lho dissipou. Foi talvez mesmo um motivo para subir de novo àquelas alturas do pensamento, donde as coisas se avistam na sua essência e verdade intrínsecas, sem que importem os acidentes, as modalidades e as imperfeições transitórias. Ei-lo pois de novo refugiado na impassibilidade subjectiva, na alva torre de marfim. O seu país, é certo, apodrece... Que importa – se o universo todo, onde ele é apenas uma mancha esverdeada, se move divinamente para o Bem, para a Verdade, e para a Beleza?

A este equilíbrio de alma correspondia então nele uma verdadeira pacificação fisiológica. A não ser por certos cansaços, e pelo hábito de comer como os faquires da Índia uma única vez de sol a sol (o que à nossa voracidade godo-latina se afigura uma deficiência mórbida) Antero possuía todas as facilidades e exterioridades da saúde, começando pelas rosas desabrochadas que lhe resplandeciam em cada face. E neste sossego de alma e de corpo, depois dos tormentos que ambos tinham atravessado, brilhava, com uma luz mais alta e mais visível, a sua excelência moral. Conviver então com Antero foi um encanto e uma educação. Não conheço virtude que ele não exercesse: e com uma graça tão fina e fácil, que a Virtude, através dele, aparecia, não só como a suprema utilidade, mas como a suprema elegância da Vida. A alma de Antero, com efeito, foi sempre superiormente elegante.

Logo os seus modos tinham uma harmonia carinhosa, envolvente, que era melhor que a boa cortesia social, e que não nascia somente da raça e da cultura, mas do nobre fundo dos instintos, do seu amor e alta caridade humana. Não havia nele nenhum

dogmatismo, nem orgulho de casta filosófica; e mesmo sobre doutrinas, e em coisas da sua fé, nunca usava aquela «ponta agressiva da contradição» que todos os teólogos concordam ser a qualidade mais desagradável do Diabo. Era cheio de paciência, de atenção afável, para os seres mais fastidiosos, mais viscosos. Todas as manias e preconceitos o encontravam risonhamente misericordioso. E sem esforço, a cada instante a sua inteligência, acostumada às alturas, descia até às familiaridades da rua, pequeninamente simples com os simples, tão fácil que uma criança podia brincar com ela, semelhante a essa estrela da lenda que era um mundo, e que na cabana da pastorinha vinha prestar os mais humildes serviços, e ser a fagulha que acendia a lenha e a luzinha que tremelejava na candeia. Por isso Antero cativa «toda a sorte e condições de gentes várias», como diz a Bíblia. Vi lavradores, diplomatas, industriais, toureiros, meros vadios, voltarem da sua companhia gratamente encantados, e cada um louvando nele um dom diverso. qual o bom senso, qual o saber especial, qual a gentil graça, qual a doçura. Tacanhos beatos, de relicário e opa, amavam aquele livre filósofo: e mundanos, de estouvada mundanidade, viviam no entusiasmo daquele asceta. Isto provinha, menos da sua ilimitada aptidão para compreender, que da sua amorável facilidade em se interessar: – e ainda também daquela sua delicada arte, tão rara e benéfica, provando sempre nobre raça e muita humanidade, a arte de «saber escutar». E não só de escutar, mas de ajudar o pensamento dos outros a surgir dos embaraços da expressão perra, a lançar o seu pequenino brilho: – e assim muitos afirmavam que, conversando com Antero, se sentiam inesperadamente mais inventivos, mais inteligentes... A inteligência era a dele, que, como o generoso sol, feito de ouro candente, tudo doura em redor.

Era tocante como atraía as crianças. Muitas noites em Santo Ovídio, quando junto do fogão Antero conversava, sentado no meio de um divã, na sua atitude costumada, com as pernas cruzadas, as duas mãos cruzadas sobre o joelho magro, surpreendi pequenos de seis e sete anos, que, desviando os olhos de algum livro de estampas, o contemplavam maravilhados. Ele possuía, de resto, a subtil ciência de tratar com crianças, sendo ainda ele próprio como uma criança, porque a sua alma, que tanto vivera pela cogitação, nada perdera da candidez – e era assim ao mesmo tempo muito velha e muito inocente.

O motivo desta incomparável sedução era a sua bondade, tão luminosa, tão repassada de intelectualidade. Antero nesse tempo, tornado verdadeiramente Santo Antero, irradiava bondade. Como naqueles jardins espirituais celebrados pelos místicos, donde se varreram todas as folhas secas, donde se arrancaram todas as ervas más, muito limpos e enfeitados para receber a visita do Senhor – na alma de Antero, de que ele fora jardineiro cuidadoso, não restava erva má ou folha seca, nem egoísmo, nem soberba, nem intolerância, nem desdém, nem cólera. Só as flores do Bem (de cuja duração e perfume ele outrora duvidara) floriam, e tão lindamente e frescamente que o jardineiro agora repousava, e a cada hora de sol ou de crepúsculo o Senhor podia descer e visitar o seu jardim... Quando muito, aqui, além, numa ponta de folha mais lustrosa, corria uma faísca de ironia.

Mas o sarcasmo, esse, inteiramente o abandonara, como arma de batalha que se deixa enferrujar logo que vem a bela e doce paz. Também o meu santo amigo perdera aquela exuberante veia cómica, que fazia da sua conversação como um seguido estalar de foguetes, enchendo o céu de festivo ruído, de estrelas quase verdadeiras, de sulcos cor de ouro, onde se iam levados o nosso pasmo e os nossos *ahs!* deleitados. O seu conversar agora era calmo e liso, desadornado de todos os brilhos intensos, de uma elegância muito leve, de uma lucidez muito insinuante, sempre risonho, sempre sociável, e tão naturalmente harmonioso que formaria páginas de uma incomparável prosa, só corri ser transcrito, sem necessidade de lima e arte que o apurasse. A grande

obra de Antero, na verdade, foi a sua conversação. O que resta em panfletos, artigos, ensaios, representa tão incompletamente o seu pleno, rico, povoado, fecundo espírito, como secas folhas de árvore entre folhas de papel representam um fundo bosque da Florida. Só os que o escutaram, na intimidade, ficaram conhecendo a prodigiosa abundância, originalidade, finura, profundidade e força do seu pensamento. A antiquada comparação do «relâmpago» alumando subitamente horizontes, campos, estradas, casais, toda uma vastidão de vida e terra que se não suspeitava sob a escuridão, descreve muito graficamente o efeito intelectual de Antero conversando. E o encanto estava em que todo este deslumbramento era produzido com muita simplicidade – quase com humildade.

Tão fortes qualidades morais fundidas numa graça tão cativante, modos tão suaves e amoráveis servindo uma tal energia pensante, faziam de Antero de Quental uma personalidade magnificamente consoladora. No meio da mediocridade espiritual, e da inconsiderada rudeza dos costumes, e do materialismo argentário, os espíritos delicados encontravam na sua intimidade, e mesmo na sua fugidia convivência, um repouso semelhante ao que o corpo cansado e pisado do calor, do pó, dos encontrões de uma feira de gado, recebe ao penetrar na frescura e na elevação de um templo.

Antero possuía uma alma onde, na meiga e intraduzível expressão de França – *il faisait très-bon*. Por isso todos os intelectuais, que uma vez o encontrassem, lhe conservavam para sempre um sentimento que era misturado de amor e não dissemelhança da devoção. E tínhamos ainda nele um confortante orgulho, pois bem sentíamos que esse homem tão simples, com uma má quinzena de alpaca no Verão, um paletó cor de mel no Inverno, vivendo como um pobre voluntário num casebre de vila pobre, sem posição nem fama, sempre ignorado pelo Estado, nunca invocado pelas multidões, era o elo rijo, o mais rijo elo de fino ouro, que prendia Portugal ao mundo do pensamento. Ora uma nação só vive porque pensa – e pelo que pensa. *Cogitat, ergo est*. Naquele humilde, pois, que se comprazia entre os humildes, estava a mais larga e mais rica soma da verdadeira vida de Portugal.

Como aquela noite de Coimbra em que o conheci, era também de Primavera e de luar a noite derradeira que passámos juntos em Santo Ovídio. De tarde andáramos por sob os nobres e seculares arvoredos da quinta. Depois ele descansou no meu quarto, estendido na cama, com o seu cigarro, como nos tempos escolásticos. Pela varanda, orlada de glicínias, aberta sobre os jardins, entrava frescura, paz, o murmúrio dos repuxos dormentes, todo o aroma esparso das rosas de Maio. Antero amava aquela velha vivenda patricia, refúgio excelente para um erudito, ou para um magoado da vida que procurasse um ermo ainda florido e onde a severidade fosse risonha. E assim viemos a conversar desta materialidade dos tempos, e estridor das cidades, e exageração da actividade cerebral, e aspereza das democracias, que começam a empurrar tantos seres sensíveis ou mais imaginativos para a quietação religiosa e para o Deserto moral. Antero pensava que uma forte reacção espiritualista e afectiva se seguiria à materialidade deste duro século utilitário e mercenário; – e, rindo, lembrou a sua antiga ideia, a fundação da Ordem dos Mateiros. Estes monges do idealismo teriam por missão o reconstituir, em toda a sua beleza e dignidade primitivas, a vida rural, a mais elevada, porque imolando toda a civilização sumptuária, e portanto todos os apetites, e paixões, necessidades falsas que dela derivam, e reclamando apenas o seu bocado de terra, o seu bocado de pão, conquista socialmente a verdadeira liberdade, e através dela se prepara a atingir espiritualmente a verdadeira perfeição. Mas não era esta a obra melhor dos Mateiros. Toda essa reorganização do mundo, na forma de quietos e fecundos hortos, servia de base a uma alta renovação religiosa. Qual? Antero tendia para uma mistura do platonismo e do budismo. Eu preferia que os Mateiros, retomando

a grande obra de cultura que fez a conversão do cristianismo católico em cristianismo histórico, a adiantassem, deslocassem o cristianismo da região da história para a região da psicologia, removessem toda a aluvião eclesiástica e teológica, e descobrissem, revelassem o ponto verdadeiramente divino – o estado da consciência de Cristo... Tudo isto ocorria muito familiarmente, sem pompas exegéticas ou filosóficas; e terminámos mesmo por escorregar da filosofia para a fantasia, organizando a Ordem, os seus estatutos, a sua disciplina, o seu traje, o seu cerimonial. Toda a dificuldade foi que, para esta adorável reconstrução da terra e da humanidade, percorrendo os nossos amigos, só encontrámos três Mateiros sérios. E eu próprio, tão delicado, reclamava já confortos, regalias estéticas, e uma poltrona no Deserto. Depois apareceu o conde de Resende, que imediatamente pediu o hábito e a enxada, e ofereceu, para se erguer o primeiro mosteiro, uma das suas terras, Canelas ou Resende. A velha quinta de Resende parecia a Antero excelente, quase fatídica para uma obra de conquista espiritual – pois sob os seus históricos arvoredos fora educado Afonso Henriques, de entre eles saíra a velar as armas na Sé de Zamora, e, depois, cavaleiro cristão, a bater o Moiro, e a fundar o reino cristão. Aceitámos a quinta com apostólico fervor. Mas o senhor de Resende teve exigências tão epicuristas a respeito do refeitório, que Antero, indignado, apesar da magnífica oferta, o expulsou logo da Ordem como tihoso, servo irremediável da carne... Assim riamos, brincando com os problemas, entre o aroma das rosas naquela noite de Maio.

Já tarde acompanhei Antero à casa que ele habitava na Rua de Cedofeita. Conversámos sobre os seus planos – porque agora as «pequenas», crescidas, iam sair das Doroteias, e para as instalar no mundo, devia ele repenetrar no mundo. Pensava pois em voltar à sua ilha, a S. Miguel, como sendo um mundo mais sereno, mais puro, mais fácil. Lisboa, para Antero, era uma Nínive revolta e sórdida. Diante da sua porta aberta ainda nos retardámos em pensamentos ligeiros da vida e da sorte. Por fim: – «Adeus, Santo Antero!» – «Velho amigo, adeus!» Ele mergulhou lentamente na sombra do corredor... E não o vi mais, nunca mais!

Foi para S. Miguel, para o seu mundo mais doce, mais fácil... Depois uma tarde, como aquele filósofo Demónax, de quem conta Luciano, «concluindo que a vida lhe não convinha, saiu dela voluntariamente, e por isso muito deixou que pensar e murmurar aos homens de toda a Grécia». O que dele pensam os homens da nossa Grécia, não o sei – pois que de há muito na nossa Grécia uma apagada tristeza traz os homens desatentos e mudos. É morta, é morta a abelha que fazia o mel e a cera! Quem se nutre ainda do gostoso mel? Quem se alumia com a pura cera? Por mim penso, e com gratidão, que em Antero de Quental, me foi dado conhecer, neste mundo de pecado e de escuridade, alguém, filho querido de Deus, que muito padeceu porque muito pensou, que muito amou porque muito compreendeu, e que, simples entre os simples, pondo a sua vasta alma em curtos versos – era um Génio e era um Santo.

In Memoriam, 1896

A REVISTA

A direcção da «Revista Moderna» deseja que eu a explique e a louve diante dos amigos que ela já pressente, e risonhamente espera, no Brasil e em Portugal. E tal louvor é docemente fácil. Aparecendo neste meado de Maio, com as flores de Maio, sem ruído, na ponta ligeira das suas páginas bem ornadas, tão silenciosamente como as próprias rosas de Maio, ela tem por programa dar notícias e dar imagens: – e eu não conheço programa, que, sob esta simplicidade familiar, imponha trabalho mais áspero, e, depois de realizado com disciplina e com gosto, seja de uma utilidade mais substancial para todos aqueles, inumeráveis, que no imenso in-fólio do mundo apenas têm o vagar de percorrer açodadamente o índice!

A notícia e a imagem são com efeito os resumos supremos, postos em curtas linhas e em finos traços, de vastos e complicados movimentos do pensamento e da acção. Quando o meu jornal conta que se achou e venceu o bacilo de uma peste – quantos anos de paciente experimentação, de atenta e sagaz análise, de ansiedades e lutas com a matéria rebelde, ele resume nessa linha apressada e seca! Quando a minha ilustração, numa estreita gravura, me mostra uma inundação ou um incêndio ou uma batalha, quantos desesperos, e angústias, e bestiais egoísmos, e renunciamentos magníficos, e tormentos da carne, e espantos da alma, ela condensa e imobiliza nesses contornos ligeiros sem consistência e quase sem sombra! Notícias e imagens são assim extractos fortemente concentrados da vida ambiente, que, caindo na nossa imaginação, desenvolvem nela toda a emoção viva que em si contêm, – exactamente como essas gotas de essências, que, entornadas num vaso de água, o repassam do seu sabor, do seu aroma, da sua virtude nociva ou benéfica. O Tempo, o velho da negra fouce, é quem ordinariamente se encarrega de reduzir a notícias e imagens os mais complexos e longos factos do espírito ou da vida. Tudo quanto subterraneamente ou ambientemente serviu para os criar, desenvolver, e vivificar, ele vai cada dia eliminando e tragando, até que o facto fica desbastado, descarnado, na nudez do seu esqueleto essencial, cabendo todo numa linha impressa ou nos curtos riscos de um lápis esperto. Os maiores acontecimentos da história, que agitaram durante séculos impérios e massas humanas, andam hoje comprimidos dentro da página de um compêndio que as crianças decoram, merendando e rindo. Todas as grandezas, e conquistas, e devastação de raças, edificações de cidades que tornaram Ramsés igual aos deuses, não dão para mais de uma. frase erudita, nem para mais de um desenho representando um vago faraó de barba encaracolada, com as duas mãos imóveis sobre os joelhos. E daqui a quatro ou cinco mil breves anos, a Revolução Francesa, cuja história atulha bibliotecas e ainda se não completou – andarà contada nas escolas em vinte ou trinta palavras, e a única imagem, suficientemente expressiva para a comentar, será um bando de esfarrapados derrubando uma fortaleza.

Ora, fazer rapidamente, e cada semana, esta simplificação concentrada da história, como o Tempo detidamente a faz através dos séculos vagarosos, é tarefa mais arquejante do que fabricar uma nobre teoria social ou desenrolar uma nova fórmula de arte. Com duas resmas de papel, uma colecção de sistemas, alguma fantasia especulativa, muito vagar, muita independência, facilmente se constrói um sistema filosófico ou estético, decente e até vistoso... Mas resumir nitidamente, substancialmente, numa coluna, toda esta tenebrosa, intrigada, conflitiva, dispersa história da guerra turco-grega – eis aí façanha de que Hércules, com toda a sua leviandade heróica, se arredaria, preferindo com certeza voltar às cavaliças de Augias!

E no entanto essa tarefa difícil é a mais utilmente generosa que pode hoje

empreender uma revista. Tão profusa, e complicada, e tumultuária, e rápida se tem tornado a vida moderna que, se os seus factos dominantes não fossem flagrantemente apanhados em imagens concretas, e fixados em resumos lípidos, nós teríamos sempre a aflitiva sensação de irmos levados num confuso e pardacento redemoinho de ruído e poeira. Seria como se diante de nós se folheasse vertiginosamente um livro, ou passassem, em manchas sucessivas e fugidias, grossas estampas que o vento baralhasse e levasse: e assim ficaríamos sem ler jamais o enredo da nossa própria história, ou sem demorar nunca os olhos nos gestos da nossa acção. Sobretudo sofreriam esta estonteada impressão aqueles que vivem longe da Europa, e todavia incessantemente olham para a Europa como para o palco onde se representam cada dia as mais pitorescas, as mais instrutivas, as mais patéticas, as mais alegres, as mais profundas, as mais bem escritas tragicomédias humanas. Sem alguém bem dedicado que lhes resuma finamente os entrecos, e lhes transmita num traço, verídico a originalidade das atitudes, esses não distinguiriam de longe, neste magnífico teatro, mais do que um rolo de sombras, sem forma e sem nome, tumultuando em acções que não pareceriam ter razão nem fim. A «Revista» é dedicada amiga que destaca da massa sombriamente movediça as cenas e os actores que, por um momento, merecem risos ou lágrimas...

Mas o melhor serviço desta «Revista» será quando nos guie através da obra incessante da civilização – ou antes vigie à beira da imensa torrente da civilização, e rapidamente detenha e colha as obras melhores, antes que todas tumultuariamente passem e mergulhem no escuro mar que as devora. Pensemos que a França escreve cada ano dez mil livros! e a Inglaterra catorze mil! e a Alemanha dezasseis mil! E quantos quadros se pintam! E quantas estátuas se modelam! E quantas conclusões da ciência! E quantas invenções da fantasia! Toda esta produção rola com brilho vacilante: e como poderiam, aqueles que não vivem parados a observar a estranha corrente, saber do bom livro, ou da fina obra de arte, ou da descoberta do saber, ou da gentil elegância, se a «Revista», com rápida segurança, não escolhesse e apanhasse, de entre a vaga fugitiva, a obra que merece ficar, enquanto as outras se embrulham e se somem na névoa que tudo apaga?

Mas se eu tentasse celebrar todos os serviços que presta a «Revista» condensando a história, murmurando a anedota, detalhando os costumes, resumindo as letras, expondo a arte, contando a ciência, engastando a fantasia, mostrando todo um mundo a outro mundo, eu não deixaria, nestas páginas de estreia, espaço para ela começar alegremente as suas ondeantes e esparsas funções, que podem ir desde a crónica de uma revolução até ao desenho de um figurino. Nem me retardo mesmo em a louvar pela graça e luxo com que ela se veste e se adorna, para passear, conduzindo o seu público, através da civilização... De resto eu notava que ela nasce em Maio e com as flores de Maio. Ora de nada serve espetar diante de uma roseira um eloquente cartaz, exaltando as rosas que vão abrir, o brilho da sua carnação, a fina excelência do seu aroma, os cuidados que se empregaram na sua cultura; e os ramos que, com elas, se comporão para embelezar a vida. O melhor é que a roseira desabroche, – e, se as flores forem de resplandecente viço, não faltará quem as admire, e as respire, e as corte, e as conserve. Sobretudo uma *roseira*, que, como a da velha e graciosa lenda do Indostão, sabe os anais dos povos, desfia os segredos da Natureza, murmura os boatos dos palácios e das choupanas, repete as nobres coisas que estão nos livros, ensina as maravilhas escondidas na arte, conhece divertidas ou tocantes histórias, e depois, só por si, é, como qualquer outro florido e perfumado arbusto de jardim, um «ser de beleza», e portanto, segundo afirma o poeta inglês, um «criador de felicidades»!

NA PRAIA

Numa praia da Normandia, ao entardecer, diante do mar que lentamente adormece, e do céu onde apenas resta a vermelhidão afogueada e cansada do coruscante Sol que o sulcou, está estendida sobre a fina areia uma família, gozando a majestade e a frescura do crepúsculo, naquele recolhimento decoroso que compete a quem alugou um *chalet* de três mil francos, e acarretou de Paris cavalos e carruagens para comunicar luxuosamente com a Natureza.

No meio avulta fortemente a madama, obesa, entronada sobre a sua cadeirinha de palha, com uma boina branca, e, sobre os ombros mais largos que ancas de égua, uma *capeline* a que se sente, mesmo de longe, a riqueza e o preço alto. Ao lado, o marido, magricelas e mole, desenha apenas, na areia pálida, um traço escuro. Outra forma encolhida, com os joelhos agudos contra o queixo agudo, é talvez de um parente pobre ou de um parasita. E a única linha nobre e digna ressalta de dois cães enormes, sentados com o focinho para o mar, em desconfiança, na esperta guarda dos seus donos, atentos àquele rolar da vaga, pequenina e lenta, mas que teimosamente avança para eles, espumando e rosnando.

Nesta beleza, e nesta quietação magnífica, alguém aparece, atravessa, vagarosa e pensativamente, por trás, sobre as dunas do areal. Aos brandos passos, imediatamente, os dois cães saltam latindo com furor, arremetem contra aquele temerário, que ousou pisar a areia dos seus amos e caminhar para o mar dos seus amos. Inquieto, o marido corre, em largas pernadas esguias, de bengala erguida, retendo e ameaçando os cães... E então da vasta massa da madama rompe um brado rouco, um brado áspero, um brado sublime: – *Imbécile! Qu'est-ce que vous avez à gronder ces pauvres chéris? Eh bien!... Quand ils mordront on paiera le médecin!*

Os cães recolheram, de rabo encolhido, sob a ameaça balbuciada do senhor. Com o dorso vergado, o senhor recolheu sob a ira soberana da madama. E quem vinha passando, passou.

Quando eles morderem se pagará ao médico! Grito precioso, na verdade, porque nele vêm resumidas todas as fealdades de uma alma, como por vezes, num único bafo de aragem à esquina de uma viela, vêm todos os fedores de um bairro sujo. Desde logo se reconhece que a nédia matrona é uma ricaça, uma argentária, dona de belos prédios, com um cofre profundo no Banco de França, longamente acostumada a comandar e dispor, secamente desdenhosa de graças e sensibilidades, mole e toda de banhas por fora, por dentro toda dura e de ferro. O seu sentimento mais vivo reside no zelo violento, quase feroz, pelos privilégios de todos os seres que fazem estreitamente parte da sua casa – sobretudo dos seres favoritos, ou porque lhe afaçam o capricho ou porque lhe honram o luxo. Nesta, os seres favoritos são os dois cães, que evidentemente se tornaram o cuidado supremo do seu vago bocado de coração, e como uma parte mesmo da sua gorda substância. Ela e os seus dois cães constituem, portanto, o universo – o resto é uma sombra que, como todas as sombras, se pisa. Se os seus cães querem morder, toda a perna humana, segundo a ideia da boa madama, pertence legitimamente aos seus cães. Que as mais belas ou as mais úteis pernas fiquem dilaceradas – mas que os seus cães se regalem, se satisfaçam, provando, com a mesma dentada, vivacidade, audácia e o louvável rancor das pernas estranhas, que podem transpor o muro da casa sagrada. E aquele que impeça os cães de ferrar, gozar a delícia sangrenta de um rasgão em carne sã, esse, na ideia da madama, será um impertinente, que prive os seus animais de uma regalia e a ela lhe. impõe uma afronta. Por isso quando o pobre marido despega os ossos magros da areia fina, e acode, tropeçando, de bengala trémula, ela fulmina o

entremetido, grita furiosamente: – *Imbécile!* – Como ousou ele, com efeito, interromper *ces pauvres chéris*, no momento triunfante em que eles vão, os pobres queridos, esfrangalhar o homem temerário que invadira ao crepúsculo aquela praia, onde os seus donos digeriam, e portanto dominavam? E é ela então que os chama, quando eles voltam de rabo humilhado, os anima, os consola, e lhes promete mudamente que, noutra tarde, não serão empecidos, morderão todas as pernas a que têm direito, por serem os cães dela, matrona muito rica, muito nédia e muito poderosa.

Ivan, é *Terrível*, senhor das Rússias, alimentava os seus ursos favoritos com criancinhas de mama, porque os ursos, pobres queridos, se deleitavam com essa caminha muito tenra, de um sabor de leite. Era um monstro... Mas, no fundo, a alma de Ivan não é moralmente mais monstruosa do que a desta burguesa do Boulevard Haussmann. Toda a diferença está na largueza do poder. O sinistro Ivan possuía a onnipotência – era, por direito, tão dono das crianças como dos ursos, a quem podia, com a mesma segurança, atirar uma criança ou todo um povo. A roliça madama, essa tem a ferocidade severamente limitada pela polícia – e só não oferece, todos os dias, uma perna humana ao dente dos seus cães, porque ainda é mais egoísta do que feroz, e teme para a sua própria e rica pele as violências do Código Penal... A sua torpe alma, porém, e genuinamente ivânica.

Como o velho Ivan, ela tem a suprema e descarada indiferença do sofrimento alheio. Naquele bojudado seio não passou a mais fugitiva inquietação pelo mal que fariam os dois formosos brutos, quando se arremessaram, furiosos, para as dunas. Os brandos passos podiam ser de uma criança, desviada um momento do amparo da mãe, correndo na areia; ou os de um velho, doente, aquebrado, frágil; ou os de uma linda e alegre rapariga no viço do seu desabrochar; ou os de um mendigo, ou os de um príncipe... Que importava à obesa fêmea? Não era gente da casa, porque contra essa os cães não romperiam. Era apenas alguém de *outra* casa, portanto da *outra* humanidade, alguém para cães – exactamente como se fosse febra morta em torno de um osso... «Que tem que eles mordam?» A ardente dor, o sangue pingando, uma larga ferida a curar, não a comovem mais do que os riscos que o seu guarda-sol de cabo dourado cava na areia. E não é propriamente nela gosto perverso e material do sangue. A vista de uma canela rasgada, mesmo pelos seus cães, pobres queridos, seria repugnante à vasta madama, ofenderia o seu amor ordeiro das coisas sãs e limpas. Não! o que ela tem é soberana insensibilidade por todo o sofrer quando ele não desmanche o seu gozo contínuo e regrado da vida. Dor que grite e se estorça junto dela decerto a emociona, porque a incomoda; e solicitamente fará tudo (até emprestará talvez a sua carruagem!), para que a dor vá berrar para longe, muito remotamente, onde os berros não encham o *seu* ar, que respira, de tumulto e de agonia. Nisto se diferencia do bárbaro Ivan para quem gemidos, convulsões, sangue golfando, eram incomparáveis delícias. Não! a nossa madama já pertence ao século XIX, por esta delicadeza afinada e educada dos sentidos recobrindo um fundo de sentimentos selvagememente cruéis; e é dessas que, fugindo horrorizadas de um dedo que se cortou e sangra, permanecem marmoreamente desinteressadas e serenas diante das mais sombrias desgraças morais. O velho Ivan teria corrido sofregamente, para gozar os seus cães estracinhando o homem que passava. A toucinhenta madama, essa, depois de os seus cães morderem e se saciarem, decerto se afastaria, com a mão na face – para não presenciar, ela tão limpa e calma, os gemidos, a nojenta carne rasgada...

Mas onde a madama absolutamente se diferencia de Ivan, o *Terrível*, é na certeza que tem, e em que foi rigidamente criada, da onnipotência do dinheiro. Quando *eles morderem se pagará ao médico!* Esta é a; parte preciosa do seu dito ilustre. Está aqui toda a moral, e toda a religião, e toda a lei do argentário. A rodela de ouro, o papel azul do banco, constituem as únicas realidades do universo. Se o dinheiro importa, só pelo

dinheiro o homem sofre, só pelo dinheiro o homem se contenta. Ingenuamente, ela pensa que o mordido se não desolaria com o mal da mordedura – mas com a despesa do médico. Para quem vive exclusivamente entre o metal, no cuidado do metal, e que por isso se metalizou, a perda do metal é a única dor verdadeira. Se os médicos fossem gratuitos, como o ar (único dos quatro elementos que ainda se conserva relativamente gratuito), esta boa matrona não compreenderia que os seus cães causassem dano esfrangalhando uma perna humana – nem que o homem da perna realmente padecesse transtorno com as dentadas que o estropiavam. Que lhe podia, na verdade, importar a ferida desde que o tratamento era gratuito? Não havia desembolso – logo não havia sofrimento! Sucede porém, neste imperfeito mundo, que os médicos são dispendiosos: – e, portanto, a nossa obesa madama, no fundo da sua obesidade, reconhece que os seus doces cães, mordendo, fazem um mal – porque originam uma despesa. Pois bem, ela, rica, muito rica, paga a despesa! É exactamente, para o dorido, como se os médicos fossem gratuitos. Que razão lhe resta, pois, de se queixar (e mesmo de não querer ser mordido), desde que, para ele, dessa aventura de praia e cães, não resulta despesa? É ela que paga, magnanimamente. Rica, muito rica, pode bem pagar, e com gosto, as *despesas* que os cães fazem nas pernas que passam. Os seus cães não se privam – ela goza. É uma mera tabela de preços, Se os cães escavacam um bocado do homem – ela paga o bocado: se escangalham o homem todo – ela paga o enterro.

E esse marido *imbecil* (como ela tão justificadamente gritou) que ideia o impele, quando assim corre, com a bengala irada, ameaçando, castigando os cães? Penetrado dos sãos princípios da sua madama sobre o dinheiro e o mal humano, ele acudira decerto, polidamente, para poupar ao homem uma despesa... Mas não sabia o imbecil que ela paga sempre esses gastos de luxo? Com que direito impede, pois, que os seus pobres queridos, transportados àquela praia da Normandia para arejar e recrear, saltem às canelas que não são do seu rancho? Esse seu movimento arrebatado de bengala, nasceria de uma baixa inquietação de avaro? Assim ela decerto o pensa – por isso o injúria. Retendo os cães, o magricelas só procurou talvez economizar sordidamente uma conta de médico!... Quanto custaria o conserto da perna? Trezentos francos? E por trezentos francos, então, ele rouba aos seus cães um gozo, e os humilha publicamente, e dá publicamente uma prova de adunco apego ao dinheiro, naquela praia onde alugaram um *chalet* de três mil francos, com cocheiras! Imbecil, escandalosamente imbecil!

Madama ao menos mostrou a sua largueza generosa – pronta a pagar qualquer perna, por mais valiosa, que os seus cães consumirem. E é por isso que o acha *imbecil* e o despreza – porque, ao lado dele, se sente magnânima e sensível. Sim, magnânima e sensível! Nunca ela brutalizaria os seus cães por eles mostrarem alegria e força! Nunca ela consentiria que homem mordido pelos cães desembolsasse dinheiro, precioso dinheiro, na custosa cura das feridas!... E talvez ante aquela grave e fresca paz do crepúsculo de Julho, que lentamente se estendia sobre a terra e o mar, a nédia matrona respirasse contente, porque, desinteressadamente, diante do céu e do mar, que nunca a convidarão a jantar nem a saudarão no Bois, mostrara magnanimidade e mostrara sensibilidade!

É uma fera, uma deselegante fera, com aquela deformidade adiposa que só tem a fera humana, quando é fêmea? Não. É uma madama civilizada do Boulevard Haussmann. Somente, é uma dessas almas especialmente secas e duras, como as têm feito, na sua classe, desde o reinado de Luís Filipe, a democracia, o predomínio, do dinheiro, a educação positiva. e a decadência do Evangelho.

NO MESMO HOTEL

Já Alfred de Musset, em versos medíocres, mas imortais. nos ensinou que quinze dias, quinze curtos e ligeiros dias,

Font d'une mort récent une vieille nouvelle!

De uma morte recente uma velha notícia... Com efeito! E não só a notícia envelhece, desbota, engelha, desce ao lixo como o jornal em que primeiramente rebrilhou e ressoou – mas também com. cada Sol que se afunda no mar, o morto mais morre, mais se afunda na terra. Há pouco era uma personalidade que revolia, atravancava todo um reino; agora é uma forma inerte, embrulhada num pano, que cabe num caixão esguio: dois meses rolam, como duas gotas numa vaga, e já nem mesmo se lhe distingue o vulto na vasta impersonalidade do pó! Assim, vinte curtos dias correram desde que D. António Cánovas caiu morto, com um tiro, no hotel de Santa Águeda: e eis que já a ardente, esvoaçante, estridente notícia da sua morte caducou, regelou, se alinhou, seca e rígida, entre os parágrafos mortos da história, e já D. António Cánovas, o homem forte que enchia a Espanha de oceano a oceano, desde Cuba até às Filipinas, se esvai, recua diluidamente para o passado, sombra ténue confundida. com outras sombras ténues, um incerto Cánovas, que se perde entre os vagos Metternichs e os esfumados Cavours...

Mas o que não caduca, o que permanecerá, dando sempre um arrepio novo, é a história tão simples e trágica daqueles cinco dias de Verão em que o assassino viveu, quietamente e cortesmente, no mesmo hotel, com o homem que vinha assassinar! Não, nem na realidade ambiente, nem nas coisas criadas pela imaginação, existiu nunca episódio mais intensamente sinistro! É numa pequena estação de águas, em Santa Águeda, onde Cánovas toma banhos termais para o seu reumatismo, e habita o único hotel daquela aldeia entre montes. Uma tarde. num banco do jardim que precede o hotel, ele conversa alegremente (era exuberante e subtil conversador>, quando de um ônibus, do ônibus que chegava do caminho de ferro, se apeia iam sujeito, de paletó alvadio, segurando a sua maleta de lona. Ao passar, este homem, avistando o presidente do Conselho, o senhor constitucional da Espanha, poderoso e ilustre, ergue com reverência o seu chapéu mole. E Cánovas, na sua familiaridade fácil, tão grandemente espanhola, saúda logo, com um aceno de mão, condescendente e afável. A quem acenou assim, risonhamente, D. António Cánovas? À Morte – à *sua* Morte, que o vem buscar a Santa Águeda. Foi a Morte que chegou agora das profundidades do Destino, agasalhada num paletó alvadio, com a sua foice dentro da maleta de lona. E Cánovas, no banco do jardim, junto de uma moita de flores frágeis que lhe hão-de sobreviver, continua contando, gracejando – enquanto a Morte, a *sua* Morte, paga ao cocheiro do ônibus, e serenamente, sem pressa, transpõe a porta do hotel.

A Morte entrou. A Morte pede um quarto, simples e barato, no último andar, para onde sobe atrás do criado, que lhe leva a mala onde ela leva a foice. Aí dependura o paletó no cabide, lava as mãos da poeira da jornada – e, debruçada da estreita janela, a Morte estende os fundos e agudos olhos para baixo, para o jardim, para o *seu* homem. Ele não se moveu, recostado no banco, entre o seu rancho, conversando com a viveza, o contentamento saudável, a renovada elasticidade de vontade e pensamento que lhe deram aqueles limpos ares, as benéficas águas que curam dores nos joelhos. Porque Cánovas veio a Santa Águeda curar as dores ligeiras que o inquietam... A Morte espreita da janela alta. E para além, através das árvores, aparecem os tricornes de oleado, os

vivos talabartes amarelos da Guarda Civil, destacada em Santa Águeda para cercar, honrar, velar o presidente do Conselho... Mas uma sineta tilinta vagarosamente. r o jantar. A Morte desce a escadaria de pedra. Sem rumor, modestamente, quase encolhida. ocupa a sua cadeira na comprida mesa, onde já abancaram, com ruído, nédias matronas de buço e altos pentes de tartaruga. coronéis agaloados e desabotoados, clérigos que murmuram as Graças palpando o pão. Também, decerto, por entre os vasos com flores do monte, alguns belos olhos, num oval perfeito de quente palidez, refulgem, espargem a sua aveludada carícia. Mas a Morte não repara. Ainda que a dizem irmã do Amor, não foi para aquelas moças, de franzina cinta, que ela veio a Santa Águeda, das profundidades do Destino, no caminho de ferro, em segunda classe. Concentradamente percorre o *menu*, desdobra o seu guardanapo. O criado barulhento serve a sopa: – e a Morte, cansada e com apetite, come daquela sopa, de que, ao lado, numa mesa reservada, na mesa de Sua Excelência, está também comendo o *morto*.

Então começa a espantosa história dos cinco dias, Constantemente, nos corredores, nas ruas mal calçadas da encovada aldeia, nas estradas assombreadas de carvalho e pinheiral, o assassino cruza o homem que vai assassinar. E é sempre o mesmo respeitoso erguer do chapéu mole – o mesmo aceno afável da mão poderosa. Até se encontram de manhã, cedo, ambos em chinelas, na galeria dos banhos. À remota Santa Águeda, perdida nas serras, só se afoita quem toma os banhos que curam as dores; – e a Morte, resignadamente, cada manhã, toma o banho que a disfarça. Cánovas já conhece aquele homem, que sempre encontra, muito modesto, quase bucólico, nos caminhos das colinas mais verdes – ou contornando o muro do jardim com pensativa lentidão. já mesmo uma tarde murmurara, com distraída indiferença, ao chefe da polícia: – «Quem será este homem?» E o chefe da polícia afirmara com imensa certeza: – «É o correspondente de um jornal de Itália, que toma. os banhos... »

Cánovas findara talvez por simpatizar com aquele jornalista de face inteligente, que para proveito do seu jornal, se embebia na estudiosa contemplação do homem forte que governava a Espanha. Toda a vida do presidente, de resto, mesmo o seu trabalho político, se desenrolava diante do homem pensativo de chapéu mole. Nesses dias abrasados de Agosto. naquela aldeia termal afundada entre montes, era do arejado jardim do hotel que o estadista dirigia o Estado. Com a pasta pousada no banco, abria os telegramas, relanceava os relatórios, defendia Cuba, reprimia as Filipinas, exercia a sua onnipotência escrevinhando sobre o joelho – e a Morte rondava e olhava para ele. Quantas vezes, nesse banco, conversando com os secretários, depois do almoço, naquele límpido metal da sua voz, que o gesto decidido atirava para longe soberbamente – ele mencionou planos, reformas, ideias de força, enredos de prudência, todo um trabalho de governo, potente e dúctil, demandando um viver longo, um domínio firmado, a sequência de uma energia que não oscila sobre a sua vasta base de ferro. Os secretários admiravam... Ele exclamava, seguro: – «Mais tarde eu direi!... Para o ano eu farei!...» E o homem do chapéu mole pensava: «Talvez o mate antes de anoitecer!» Isto durou cinco dias.

Porque tardou assim cinco dias, o homem do chapéu mole? É que, cousa sinistra! a Morte sabia que, matando, morreria. Para ele, e com clara consciência, tamb4m aqueles dias de banhos na quieta Santa Águeda eram os derradeiros do mundo. De manhã, acordando no seu quarto do terceiro andar, abrindo a janela à fina aragem da serra e ao aroma dos pinheiros, decerto considerava que talvez não tornasse a ver nem montes nem pinheirais, nem gados pastando, nem crianças brincando à beira das sebes – e que nunca mais abriria uma janela cheia de sol e de azul, porque, para todas as horas restantes numa espessa masmorra, as suas mãos estariam amarradas por algemas

de ferro. Hesitava? Não! Uma justiça superior o marcara gloriosamente para vingar os seus irmãos torturados, e toda a miséria humana!... Mas talvez essa tortura lhe aparecesse mais incerta, e essa miséria menos pungente, ali, longe das famintas vielas das duras cidades, entre a doce quietação das colinas eternas, contemplando a suavidade dos vales, com os seus verdes retalhos de lavoura, onde o homem acha, em segurança, o pão e a liberdade. E talvez então murmurasse: – «Bem; será para amanhã!...» Era mais um dia para passear nas frescas alamedas, e respirar o crespado e cheiroso ar da serra, e recolher sossegadamente, à tardinha, quando a sineta do hotel, sonora em todo o vale, toca para o jantar... Mas certamente o mataria! Jurara vingar os tormentos dos seus irmãos – e depois, incessantemente, o fascinava a ideia do seu nome retumbando em toda a Espanha, enchendo o mundo. O homem que executara Cánovas!... Era o seu retrato em todas as vidraças – a sua vida, de revoltado humanitarismo, contada com ardente curiosidade como se conta a dos heróis! Que espanto e escuro terror inspiraria o seu grande gesto! Mas nos desolados recantos onde se abriga, sem lume, quase sem pão, no seu secular opróbrio, a plebe sofredora – de quanto amor e admiração seria o seu nome cercado! Oh! devia matar, fatalmente, nessa tarde! O revólver enlanguescia, esperando, no fundo da maleta de lona... E todavia, ao atar em roda do pescoço a gravata, sentia, num curto arrepio, o frio ferro do garrote. «Talvez hoje não possa... Mas será amanhã!»

E esse dia, como sempre, era ocupado em solitárias caminhadas. Que pensamentos o acompanhavam, pelas silenciosas estradas orladas de carvalho e faia? Sempre os mesmos e vagos: vingar a humanidade, entrar na história... E, certamente também, fugir depois de matar. Estudou talvez, através dos montes, atalhos e esconderijos. Mas não se fortalecia nessa esperança. Depois, a grandeza da sua missão reclamava nobreza de atitude. Que humilhação perante o mundo, se soldados, correndo, o apanhassem encolhido, solapado no mato, como um larápio! E a fuga, se a realizasse com segurança, era o seu nome *sem* assombro, *sem* glória, *sem* bênçãos... Revolvendo estas cousas confusas, muitas vezes na estrada, alcançava Cánovas, entre o seu rancho, perseguido alegremente por pequenos esguedelhados a quem distribuía pesetas. Logo o chapéu mole se erguia, respeitoso – e lá vinha, para a Morte, o aceno superior da mão poderosa. E ambos recolhiam, na frescura da tarde, enquanto a sineta do hotel, sonora em todo o vale, chamava para o jantar. E quando, à noite, as senhoras na sala abandonavam a costura, e o *whist* findava, ambos subiam, pelas mesmas escadas, Cánovas para o seu quarto atulhado de papéis de Estado, de longos planos demandando um viver longo, e a Morte para cima, para o terceiro andar onde apenas, a um canto, pousava a maleta de lona... Santa Águeda adormece, no silêncio que baixa dos montes. Só algum cão uiva, num casal remoto. E no corredor o velho relógio trôpego, com o seu tiquetaque, marcha, tiquetaca para a hora derradeira do homem poderoso, bem defendido, certo do poder e da sorte – enquanto por cima, sem se apressar, a Morte se despe, a Morte apaga a vela.

Enfim amanhece, é domingo. Porque escolheu esse dia, o homem do chapéu mole? Ah! Estes domingos em que a burguesia mais vistosamente se mostra no seu luxo rico e no seu tradicionalismo estreito, as senhoras rojando as grandes sedas de missa, os homens resplandecendo nas suas botinas de verniz novo, e todos numa fileira decorosa arrebanhando para a igreja, para a reverência dos dogmas – enervam sempre asperamente os racionalistas, os igualitários... Cánovas voltou da missa. Sentado no banco do jardim, junto de uma porta envidraçada, corre o jornal, olha o seu relógio, esperando o almoço. Tique, tique, tique – o ponteiro corre. – O homem forte que governa a Espanha tem apenas um minuto a viver, sob aquele generoso sol que cobre Santa Águeda. A Morte trepou ao seu quarto, abriu a sua maleta, tirou a sua foice. Já

desce a escadaria, cruzando as senhoras que sobem com as suas sedas de domingo, os seus devotos livros de missa. E depois...

Mas então a tragédia perde o seu interesse violento. Há apenas um nobre homem morto que os seus amigos, numa assombrada dor, levam, para começarem a sua apoteose. E há outro homem com as mãos algemadas e também já morto, que os soldados arrastam para o garrote.

No entanto, pelas quietas colinas de Santa Águeda, os pinheirais, altos no desatento azul, não cessam o seu indolente, eterno ramalhar: robustas vacas pastam num prado, onde um esperto arroio reluz e corre atarefado; e nos silvados as borboletas, aos pares, voam deslumbradamente por cima das madressilvas e das amoras maduras.

Revista Moderna, 5 de Setembro de 1897

ANTIGAS VISITAS

A França, oficialmente e como estado, devia desde o século XVIII quatro visitas imperiais à Rússia... Oh! visitas cerimoniais e de amizade, porque Napoleão I com a Velha Guarda em Moscovo, e Alexandre I com os Cossacos em Paris, nos Campos Elísios, não se podem realmente contar as visitas de festa e de boa esperança – ainda que Napoleão levava aos Russos o que eles mais necessitariam, a ideia da liberdade civil, e Alexandre trazia aos Franceses o que eles sempre adoram, a certeza de uma mudança de governo... A primeira visita russa foi a de Pedro, o Grande, quando o rei da França, Luís XV, menino e formoso, ainda dormia ao lado do seu aio, o pomposo marechal de Villeroy, e duas saias governavam a França em nome do regente – a de Madame de Parabère e a do cardeal Dubois. A segunda foi a do *czarvich* Paulo (depois Paulo I) em 1782, quando Marie Antoinette resplandecia em Versailles, e Robespierre copiava minutas de testamentos num escuro cartório de Arras. A terceira foi a de Alexandre II, na Exposição de 1868, quando Napoleão, com os seus grandes bigodes encerados, aparecia, por sobre a Europa, como o árbitro pensativo e forte. A quarta enfim foi a de Nicolau II, no ano passado, no Outono, quando as árvores dos Campos Elísios, entusiasmadas, se cobriram de flores de papel. E pelos acasos às vezes divertidos, às vezes profundos da Democracia e da Sorte, coube ao presidente da República retribuir estas antigas visitas devidas à Rússia pelo Império e pela Monarquia. Assim, pela força iniludível da continuidade histórica, o sr. Félix Faure em São Petersburgo representou um pouco os Napoleões e um pouco os Bourbons. E não havia, neste encargo herdado dos regímenes mortos, incoerência política ou social. As classes elevadas (e na Rússia só elas existem, todo o resto é paisagem e gado) apreciam essencialmente a França pelo seu brilho militar – que é obra do Império, e pela sua elegância culta – que é obra da Monarquia. A essa sociedade, que ainda há pouco falava mais gramaticalmente o francês que o russo, a França aparece como o harmonioso conjunto de uma civilização perfeita, já acabada quando a Monarquia acabou – e a que a República não juntou nem traço, nem retoque, nem camada de novo e superior verniz. Na realidade, o sr. Félix Faure deve um terço da sua recepção esplêndida à batalha de Austerlitz – e outro terço à «Athalie» de Racine. E talvez mesmo a feitos mais subalternos e fáceis? Não seria o sr. Félix Faure aclamado pela Sociedade de São Petersburgo, menos como presidente da República Francesa do que como presidente do Paris cosmopolita? Uma princesa russa (todos os jornais o contaram com orgulho) abraçou, no delírio do seu francesismo, o criado de quarto do presidente da República! Foi este considerável abraço dado por amor dos serviços magníficos que a República tem feito à Instrução, ou por medo das tropas alemãs estendidas ao comprido da fronteira russa?... Não! não creio que ela procurasse, de braços ávidos, esse peito bem engomado, para adorar nele a política colonial do sr. Ferry ou para nele se abrigar do furor germânico. O que a simbólica princesa simbolicamente abraçou, no escudeiro do sr. Faure, foi a delicada cozinha do Paillard, as comédias de Meilhac, o gosto de Madame Paquin, e a doçura da Avenida das Acácias nas finas tardes de Maio. Ah! Nestas simpatias de nação para nação, quando elas germinam em classes aristocráticas e ligeiras, não se imagina quanto por vezes influi a ciência de um cabeleireiro!

Mas das quatro antigas visitas russas que o presidente da República agora pagou com tanto tacto, e tanto garbo, só duas, realmente, pelo seu carácter afectivo, penetrante, enternecido, mereciam ser retribuídas com a cooperação sentimental de toda a França – a de Nicolau II, e a de Paulo I. O imperador Alexandre II veio a Paris, à Exposição de 1868, como a uma feira, num confuso rancho de soberanos em que, por ter faltado o

Papa, se salientou o sultão. E a viagem do outro, do pai da Rússia, de Pedro, o *Grande*, foi a brusca arremetida de um urso, um urso curioso das coisas que luzem, que, pela rudeza do seu pêlo e modos, e as suas prendas geniais, assombrou, scandalizou e divertiu. Desta visita, ao menos, ficou para a França e para a sua literatura uma página de Saint-Simon, de grande vida e de grande cor. Mas da outra, da de Alexandre II nada restou, – a não ser, por amor da Polónia, um pobre polaco preso, e, por especulação com a mesma Polónia, o sr. Floquet para sempre ilustre! Não! as belas visitas, bem ornadas, bem conduzidas, e em que a etiqueta apenas policiou o sentimento, foram as duas – a que Paulo I fez à monarquia de Versailles, e a que Nicolau II fez à república do Eliseu. E de resto como elas se assemelham, apesar do imenso e atulhado século que as separa – e durante o qual tudo mudou em França, a não ser o que nela é imutável, o espírito clássico! E não somente se parecem no programa das festas, inspirado por esse espírito clássico, mas sobretudo no fervor com que os dois czares, idênticos esses, feitos da mesma massa autocrática, foram acolhidos pelas duas França tão diversas – a França do tempo de Paulo em que a força do Estado se resumia toda num homem gordo com um manto de flores-de-lis, e a França do tempo de Nicolau em que a força do Estado (segundo afirmam) se fragmentou, se dispersou por inumeráveis homens gordos, em mangas de camisa, vendendo vinho por trás de balcões de zinco...

Foi em Maio de 1782 que Paulo, então *czarvich*, veio, em nome de sua mãe, a grande Catarina, visitar Luís XVI. A Revolução andava então no seu agradável período filosófico: – e Marie Antoinette, com tamancos de camponesa, fabricava requeijões na leitaria de Trianon, ao som galante das árias sabiamente rústicas de Gluck e de Piccini, tocadas em redor, sobre as relvas, por pastores vestidos de cetim. A corte de França, como a literatura, era bucólica: – e em toda ela palpitava não sei que graça ligeira de bailado e de ópera cómica. Para a visitar, o *czarvich* Paulo, muito coerentemente, tomou um título de ópera, o título de «Conde do Norte». Era um homem franzino e pequenino, como sucede às vezes aos Romanoffs, com uma face chata e redonda de calmuco, onde todavia os olhos revelavam doçura e finura. Mas a condessa do Norte (uma princesa de Wurtemberg) impressionou a corte pela opulência viçosa da sua beleza loura, láctea e rósea, que lembrava Marie Antoinette – em muito grosso e muito empastado. Logo no dia da sua chegada, o conde do Norte correu sofregamente a Versailles, incógnito, para contemplar a maravilha do mundo. Como era domingo, assistiu do fundo de uma tribuna à missa, depois à soberba procissão tradicional dos cavaleiros do Espírito Santo. E voltou deslumbrado com os trajes, as maneiras, a harmonia e a pompa – sobretudo com o encanto sumptuoso de Marie Antoinette. Bem se compreende, pois, a emoção com que ele, e a condessa do Norte, e os *outros bárbaros* (assim se dizia) se prepararam para o enorme dia, para a recepção solene em Versailles!

Logo às cinco horas da madrugada os cabeleireiros, comandados pelo sublime Léonard, começaram a construir o penteado monumental da senhora condessa do Norte – que se espartilhou desesperadamente num prodigioso vestido de brocado, couraçado de pérolas, com uma profusão de pedrarias, e majestosas anquinhas de seis côvados de roda! Toda esta vasta e cintilante armação atulhava um coche imenso, em que se sumia, abafado, o herdeiro de todas as Rússias. Ali! não era decerto uma pura delícia, essa infundável jornada de Paris a Versailles, aos solavancos tilintantes das berlindas douradas, pela estrada mal empedrada, no terror ansioso de amarfanhar as anquinhas e os falbalás – e de escangalhar a preciosa arquitectura do penteado imenso, donde a cada balanço se evola uma nuvem de pós, embaciando as altas vidraças. Todo esse fastidioso caminho o passou a senhora condessa do Norte em transes mortais... E depois houve surpresa e desapontamento na recepção. Luís XVI, sempre acanhado, com um embaraço afogueado de gordo, baixou as pálpebras espessas, adiantou o pesado beijo, murmurou

tardios e vagos sons, quando o conde do Norte findou o seu cumprimento bem preparado e bem sentido. De sorte que o czarvich apresentou à pressa ao rei duas cartas que trazia, uma de Nápoles, outra de Parma, e passou, em procissão, aos quartos do pequenino delfim (o primeiro, o que morreu em 1789, na véspera da Revolução) a quem abraçou, beijou, felicitando a governanta, a senhora princesa de Guéméné, por ter o encargo de tão adorável, excelsa criança...

– Recorde sempre, minha senhora, ao senhor delfim, esta visita que eu faço ao seu berço, como uma prova de afeição profunda., e como penhor da amizade e *aliança* que eu desejo eternas entre os nossos estados!

Estas palavras voaram através de Versailles, aplaudidas como muito avisadas e muito belas! Ainda que a corte, que acabara de humilhar a Inglaterra, favorecendo triunfalmente a independência da América do Norte, sorriu a esta expressão de aliança que pareceu, sobretudo aos duques e aos marechais. ligeiramente ousada e intrusa. E logo ao jantar de gala, nessa tarde, Luís XVI se mostrou mais familiar, mais afectuoso. De resto, a hora das comidas era sempre, para este bondoso príncipe, aquela em que o seu coração se dilatava e se entregava. Mas a afabilidade e efusão cativante do acolhimento aos Russos veio toda de Marie Antoinette, que não cessou de louvar a condessa do Norte, indagar dos seus gostos, suplicar a sua amizade – e que terminou ao fim do jantar por lhe oferecer um leque todo cravejado de diamantes, com uma luneta presa ao cabo, picada também de pedrarias.

– Sei – disse a rainha à condessa – que tem como eu a vista curta. Consinta, pois, que lhe dê o remédio com esta bagatela, que a fará lembrar de mim...

– Toda a vida conservarei este leque – voltou a condessa do Norte à rainha – pois que lhe deverei a felicidade de ver melhor a Vossa Majestade!

Esta linda réplica encantou Versailles. Depois houve um concerto, com todas as galerias iluminadas, de incomparável esplendor. Os condes do Norte recolheram a Paris às três horas da madrugada, tão estafados que ambos adormeceram no coche; e a senhora condessa conservou dois dias uma atroz enxaqueca de todo aquele brilho, aquele aparato, e sobretudo (como ela se queixou) do longo esforço «para fazer frases graciosas».

Depois começou para o czarvich Paulo o programa de festas que a República, por não possuir outras magnificências além das que criou a Monarquia, e em obediência ao espírito clássico, repetiu docilmente na recepção do czar Nicolau. Visita aos Inválidos. Visita ao Louvre. Visita a Notre-Dame. Visita a um túmulo ilustre (nessa ocasião foi o de Richelieu). Representação de gala no Théâtre-Français com uma comédia então muito famosa, o «Mercúrio Galante». Representação de gala na Ópera com a «Ifigénia em Tauride» de Glück, e o «Devin de Village», «palavras e música de João Jacques Rousseau... Nestas galas; a estas visitas (está claro!) nunca assistia o rei, que a sua grandeza retinha em Versailles. Não compareciam mesmo os príncipes de sangue. Quando muito, às vezes, o introdutor dos embaixadores, Mr. de Lalive, acompanhava Suas Altezas Imperiais. Assim foi na visita à Academia Francesa, que celebrou uma sessão em honra dos condes do Norte. Aí o inevitável La Harpe declamou no seu costumado tom «áspero e horripilante» uma tremenda epístola poética em louvor do conde do Norte, que corou, se recusou, quando (em versos chatos mesmo para La Harpe) foi comparado a Pedro, o Grande. Depois, La Harpe, voltado para a condessa do Norte, princesa alemã, exerceu o seu sacerdócio, esboçou um quadro crítico da poesia alemã: – e foi então a condessa que corou, escondeu a face embaraçada por trás do leque, porque o grande crítico citava erradamente os poetas, confundia as obras, baralhava as épocas, espargia inépcias, com pompa estridente. Mas já Mr. de Arnaud se erguera, com um ponderoso manuscrito onde o doutíssimo homem, sem compaixão,

dissertava sobre Júlio César. Hora dolorosa em que (segundo o testemunho de uma das damas da grã-duquesa) os condes do Norte se retinham num esforço sublime para não ceder ao mole bocejo que corria através de toda a ilustre companhia. Depois perorou o grande Condorcet, com engomada ênfase, sobre a filosofia alemã: – e de novo a desditosa condessa do Norte (que, como toda a princesa alemã do século XVIII, manuseara a sua metafísica 1 teve de se refugiar por trás do leque, arrepiada, porque o grande Condorcet ia desenrolando, sobre o absoluto e o contingente, banalidades vergonhosas. Quando ele acabou, o ilustre D'Alembert distribuiu aos príncipes e à sua comitiva as «senhas» de marfim da sessão – dirigindo a todos saudações e cumprimentos galantes. Infelizmente D'Alembert, além de uma fealdade desabrida, possuía uma voz muito estridente, quase ladrada – de sorte que os príncipes, espantados e recuando, não sabiam se ele lhes declamava louvores, se lhes gania injúrias. E a sessão findou conversando a senhora condessa do Norte com todos os Imortais, a todos citando o título ou mesmo trechos das suas obras, por entre amabilidades que o bom grão-duque teve de encurtar – porque passava das três horas, e o jantar da «gente de qualidade» era então às duas, e todo o séquito imperial, sobretudo as damas, em movimento desde a madrugada por causa dos penteados e das anquinhas, desfalecia de debilidade.

Dias depois foi a festa de Trianon, oferecida especialmente pela rainha, com ópera e bailado. As senhoras estrearam então um penteado, que depois se tornou muito querido na cidade e na corte, apesar do seu peso e do seu perigo. Consistia ele em entremear os cabelos, elevados em outeiro, de ramos de flores naturais, cujos pés, para que elas conservassem frescura e brilho, se metiam em garrafas chatas cheias de água, muito astuciosamente disfarçadas entre os grossos rolos empoados. Era um jardim sobre a neve. Algumas damas traziam assim sobre a cabeça seis, oito garrafas de cristal, com o seu peso de água e de flores. Por vezes de uma garrafa desprendida dos ganchos, desequilibrada, escorriam doces e lentas gotas sobre os ombros nus e radiantes. Então era um fio de cascata caindo de um alto rochedo florido. A condessa do Norte, porém, desdenhou esta inovação, plantando simplesmente nos cimos do seu toucado um pé de roseira, toda de ouro, sobre a qual, com delicadas molas, se balançava, batia as asas, abria o bico, pipiava, um passarinho todo de pedrarias. Marie Antoinette, maravilhada, louvou, até apeteceu esta jóia! A ópera nessa noite cantada no Trianon foi a muito deliciosa, muito famosa «Zémire et Azor», em que a rainha discretamente colaborara com Glück. Mas os condes do Norte sobretudo se encantaram com o bailado, cheio de graciosa melancolia e de sensibilidade, da «Jovem Francesa Cativa no Serralho». Depois nos jardins, iluminados como um Paraíso, houve uma ceia de trezentos talheres, muito suave e risonha. Madame Elisabeth, a irmã de Luís XVI, teve aí, conversando com a condessa do Norte, um dito que revooou por Paris, entrou na História, a tornou tão tocante como uma princesa de conto moral:

– Não quero casar. Eu só poderia desposar o filho de um rei... Ora um príncipe deve governar os estados de seu pai. E para reinar ao longe eu perderia a doçura de ser francesa e viver junto do trono de França...

Mas, de todas as festas em honra dos condes do Norte, nenhuma se comparou à de Chantilly, onde, durante quatro deslumbrantes dias, se exerceu, com suprema magnificência, a engenhosa e histórica hospitalidade dos Condés. Para os cento e cinquenta convidados do príncipe de Condé, circulavam quinhentos escudeiros de libré (sem contar a criadagem imensa do parque e das coutadas), e com uma ordem tão discreta e silenciosa, que todo o palácio, como notou a senhora condessa do Norte, lembrando o estrépito eslavo, parecia servido por «espíritos invisíveis»: Cada dia, quase cada hora, trouxe o seu deslumbramento, em banquetes, cortejos através do parque, festas sumptuosamente rústicas, óperas, bailados, mascaradas, iluminações, fogos,

adoráveis concertos nos lagos, caçadas à luz de archotes, surpresas causando tanta delícia em viver que a senhora condessa, à noite, ao adormecer entre o sussurro embalador de músicas errantes, suspirava e murmurava: – «Ah! se o *czarvich* fosse delfim de França!...» Penso no entanto que havia momentos menos divertidos, porque de vez em quando (sobre Chantilly pesou sempre a fatalidade da erudição) o príncipe de Condé arrastava os condes do Norte e os hóspedes mais grados para o seu gabinete de história natural – e dissertava. E era necessário também escutar os feitos de guerra do grande Condé, e admirar com religiosa emoção as suas armas, os seus mapas, as suas relíquias militares... Mas finda esta hora severa (em que de resto se comprazia o *czarvich*) o príncipe de Condé era o mais apressado em restituir os seus convidados aos jogos, às graças e aos risos. Marie Antoinette não se consolou de que a etiqueta e a desconfiança tristonha do pobre Luís XVI a impedissem de assistir a este elegante conto de fadas, – sobretudo a certa ceia, na Ilha do Amor, tão divinamente iluminada que cada folha parecia uma estrela, e em que, à sobremesa, o deus tutelar da ilha, um delicioso cupido vivo, surtiu de repente, com as suas armas e as suas flechas, de dentro de um ananás perfumado... Mas tudo finda, e depressa, sobretudo prazeres de príncipes... Quando chegou a tarde docemente melancólica em que os condes do Norte recolhiam a Paris, quase brotaram lágrimas de todos esses nobres olhos. O duque de Enghien, esbelta criança de dez anos, ofereceu à grã-duquesa um ramo de esplêndidas flores, que ela beijou, que a encantou, porque a boa alemã adorava as flores, e não podia saciar esse amor no seu sombrio São Petersburgo. E foi então que, já à portinhola dos grandes coches, o príncipe de Condé disse ao *czarvich*, com uma seriedade sensibilizada:

– Vamos estar bem longe um do Outro, meu senhor!... Mas, se Vossa Alteza Imperial o permitir e o rei não se opuser, poderei talvez um dia ir a São Petersburgo pagar a visita tão preciosa que Vossa Alteza fez à França.

O *czarvich* acudiu, também comovido:

– Oh, com que entusiasmo receberemos um príncipe de França!... E minha mie, a imperatriz, teria particular prazer em acolher Vossa Alteza nas nossas bárbaras terras.

O príncipe de Condé suspirou, sorriu:

– Ai de mim, meu senhor, são sonhos!

Eram sonhos. Nenhum príncipe da Casa de França deveria jamais, em nome da França, visitar as «terras bárbaras do Norte». E depois sucedeu que para todos esses príncipes em breve o destino (outros dizem a justiça imanente que habita o invisível) mandou horas temerosas. O mais alto de todos, o rei de França, foi guilhotinado. A rainha Marie Antoinette foi guilhotinada. Madame Elisabeth, que só podia desposar um filho de rei, foi guilhotinada. O duque de Orleães foi guilhotinado. Todos aqueles fidalgos e delicadas damas de Trianon e Chantilly foram guilhotinados, mortos a tiro e a chuço, como bichos, nos pátios das prisões. Depois o lindo duque de Enghien, que tão gentilmente oferecia flores, foi fuzilado nos fossos de Vincennes. O duque de Bourbon foi assassinado... De facto, quase nenhum dos que tanto folgaram e resplandeceram nesse radiante Maio da visita russa, morreu no seu leito e na paz de Deus, de que tão pouco se lembravam! Sim! O *czarvich* Paulo, já imperador, já Paulo I, morreu no seu leito – estrangulado.

E por ter esta sociedade magnífica de França acabado assim no cadafalso, no exílio, na miséria das revoluções, é que coube ao sr. Félix Faure o pagar à corte da Rússia a visita devida, já prometida, nos fins do século XVIII, uma tarde, em Chantilly, pelo senhor príncipe de Condé.

FRANÇA E SIÃO

As relações de corte entre a França e o Sião, avivadas agora pela visita semipasmada, semienfastiada, de Chulalongkorn, datam de 1685 – quando em Marselha e depois em Paris apareceram dois siameses, de simarra, e mitra, perguntando, sem ansiedade nem ruído, se alguém avistara uma embaixada mandada, havia longos meses, com preciosos presentes, por el-rei de Sião a el-rei de França... Uma embaixada? Não! Ninguém em Marselha, nem em Versailles, vira essa embaixada magnífica... Os siameses suspiravam de leve. Bem! então é que o mar amargo a tragara, como traga tudo o que vem do lustroso Oriente, até cada tarde o Sol! E os dois siameses, sem mais pesar ou embaraço, começaram a contar, desde Marselha até Paris, o intenso entusiasmo que el-rei de Sião sentia pelo cristianismo, e sobretudo por aquele grande rei de França, que lhe aparecia como o mais sapiente e o mais forte da cristandade... De sorte que se o grande rei lhe mostrasse estima e confraternidade real, sob a forma solene de uma embaixada, decerto ele abandonaria os falsos deuses, e, lavado pela concha de água que tudo lava, penetraria na verdade, para se tornar também o rei muito cristão do Oriente!

Este preito à sua grandeza, igual aos que outrora recebera Salomão, e a probabilidade de uma conversão tão vastamente útil à cristandade, impressionaram Luís XIV, que acabava de revogar o Edicto de Nantes, se considerava lugar-tenente de Deus (como ele declara no seu «Manual» para uso do delfim). e fora por esse tempo comparado a Deus, e com vantagem, por um alto teólogo da Provença.

O grande rei entrara então na sua desagradável velhice. Perdera todos os dentes – e já os beiços moles se encovavam, repuxados pelas gengivas nuas, causando desgosto a Vénus. A larga face conservava majestade, mas rígida, com as rugas como entalhadas em madeira. E o olhar, outrora brilhante, era agora apenas agudo e triste. Além disso, desde que, na sua evolução através dos pecados mortais, ele deslizara da luxúria para a gula, sofria de indigestões, cólicas, acidez, gases retumbantes, que o tornavam taciturno e amargo. Quantas cruéis perseguições dos protestantes provieram do intestino doente de el-rei! A seca e meticulosa Madame de Maintenon, com quem Luís casara, era tanto enfermeira como esposa e portanto duplamente onipotente sobre um rei beato e priápico, que amava a carne, tema a morte, e não queria amar nem morrer fora de braços não autorizados pela Igreja.

Esse casamento do rei de França, celebrado uma noite de Inverno em Versailles, às escondidas, pelo simples cura da paróquia (que recebeu como espórtula um bispado), e tendo por únicas testemunhas dois criados de quarto, fora resultado de um pacto taciturno entre a Maintenon e os Jesuítas. Em troca da coroa secreta que recebia, a austera viúva de Scarron, antiga huguenote, deveria obter do rei a perseguição dos huguenotes... E o pacto foi lealmente cumprido. Tendo já composto uma «Memória para Aconselhar a Perseguição», a devota dama, que dera a Luís o requinte superior de concubinar com uma santa, empregou então outros meios, além dos doutrinários, para persuadir o baboso e majestoso rei de França. Por seu lado, a Companhia, discretamente, num murmúrio, de olhos baixos, aconselhou o casamento. Desde esse dia, Madame de Maintenon serviu fielmente a Companhia, tão largamente servida de resto, e tão poderosa, que os bispos de França tremiam do criado de quarto do Père Lachaise. E foi ainda a ex-viúva Scarron que trabalhou para esta embaixada ao rei de Sião, que era toda virtualmente em proveito e glória da Companhia.

Na escolha, porém, do embaixador, apareceu logo uma dessas influências de camarilha que tornavam tão pitoresco o Antigo Regime. Para uma missão toda religiosa, toda espiritual, que tendia a converter um rei idólatra e com ele todo um reino, foi

escolhido um velho capitão-de-fragata, o cavalheiro de Chaumont. Com razão o Grande Seminário das Missões, arrepiado, exalou a sua inquietação. Certamente, Mr. de Chaumont possuía crenças muito fortes, uma devoção muito edificante... Mas a ciência teológica? Poderia ele discorrer proveitosamente sobre a Religião, e, sobretudo, desfazer as objecções que o rei idólatra, sob a inspiração do Demónio ameaçado na sua posse, não deixaria de apresentar com capciosa abundância? Por isso o Seminário propunha que se completasse a embaixada com um *coadjutor*, teólogo forte, bom dialéctico, e dotado da insinuância cortesã indispensável para a conversão de um rei do Oriente. A proposta surpreendeu Luís XIV:

– Um coadjutor de embaixada! Nunca ouvi falar desse estranho cargo de coadjutor de embaixada... Todavia, na espécie, é razoável, pela importância e perigos da viagem, e por ser obra de Deus.

E assim foi adjunto ao capitão-de-fragata de Chaumont, como coadjutor, o abade de Choisy, superiormente douto em matéria de proselitismo e propaganda, pois que escrevera uma «História da Igreja» em catorze facundos volumes. Além deste abade, acompanhavam a embaixada seis padres jesuítas – mas esses como matemáticos, geógrafos, botânicos, sem encargo especial da alma do rei, e só destinados a restabelecer o mapa e a estudar os recursos de um reino onde a Companhia esperava em breve ter colégios e plantações. Outro membro eminente da embaixada era o conde de Forbin, oficial de marinha, que, tendo escaramuçado com os piratas de Argel, passava na corte por possuir uma «considerável experiência do Oriente», e a quem por isso o ministro da Marinha, o horrendo Seignelay (que lançara catorze mil obuses sobre Génova, cidade aberta e desartilhada!) distribuiu o cargo, não menos pitoresco que o do abade de Choisy, de major *da embaixada*, com deveres de língua, *drogman* e mestre de cerimónias. E enfim havia uma omitiva de fidalgos menores e filhos segundos que partiam, não por curiosidade ou apetite heróico de aventuras, mas, como diz nas suas «Memórias» o próprio Forbin, «para agradar e fazer a sua corte ao rei!»

A embaixada embarcou em duas fragatas, «L'Oiseau» e «La Maligne», onde seguiam também os dois siameses que a tinham motivado, trazendo a estranha nova desse remoto rei do Oriente, deslumbrado pela grandeza de Luís e sôfrego da verdade católica... E foi através deles, durante os primeiros repousos de um mar muito sereno até Teneril e, que a embaixada começou a suspeitar vagamente o estado do país desconhecido para onde ia vogando com tanta confiança e tanto aparato.

O rei de Sião, como Luís XIV, envelhecera – e o poder resvalara para um certo aventureiro grego da ilha de Samos, chamado Constâncio, que desembarcara uma manhã nas costas de Sião, sem sapatos nem gibão, e começara logo a exercer as suas divinas prendas de grego. Dentro de poucos dias, era secretário do primeiro-ministro, ou, como se dizia em siamês nesse tempo, do *barcalon*. E meses depois, era ele o *barcalon*, pois que o rei, fascinado com a graça, a astúcia, a eloquência, a destreza, as invenções daquele divino grego, se desembaraçara do outro *barcalon*, bronco e ronceiro – e, da melhor maneira, da bela maneira definitiva que se usa no Oriente, e que impede as intrigas importunas do ministro despedido, separando do corpo a cabeça que as urdiria.

Erguido a *barcalon*, o admirável Constâncio (cujo pai, na velha Samos, continuava vendendo tranquilamente, na sua taberna, o áspero vinho de odre das colinas de Âmpelo), teve uma ideia ocidental – a de apoiar o seu poder na amizade e na força de um rei na Europa. Mas qual? Dos povos então fortes no mar, o Inglês e o Holandês só o sustentariam se ele, como *barcalon* todo-poderoso, lhes garantisse grossos lucros mercantes no Sião – e o Sião, apesar da reluzente lista que Fernão Mendes Pinto deixou das suas riquezas, é na realidade país escasso. Aos Portugueses não desejava o astuto

Constâncio dar entrada larga no Sião. Ah! os Portugueses (como ele depois confessava) eram feras do mar! E bem poderiam, desapossados da Índia, buscar desforra no Sião, que eles sempre lamentavam de não terem, por seus pecados, conquistado em lugar da fatal Índia! Restavam pois os Franceses, que o bom Constâncio considerava «mais fáceis de enganar», sobretudo acariciando a sua leviana e confiada vaidade. E o grego, impudente como seu avô Ulisses, engodara o grande rei de França com a promessa daquela conversão à complicada e trabalhosa fé cristã, conversão inverosímil, da parte de um soberano velho, que, em matéria espiritual, se achava perfeitamente ditoso dentro da fácil e repousada fé budista.

No entanto, as fragatas vogavam; e ao fim de três meses, lograram avistar o cabo que fora das Tormentas, e agora, por fortuna de el-rei D. Manuel, o era da Boa Esperança. O fero Adamastor, que se tornara português desde que Camões o cantara, causava sempre tormentas e danos a todas as naus que entrassem naquelas águas, de que a maligna Tétis o continuava cercando, sem levarem no estandarte, sobre campo branco, a cruz vermelha de Cristo. Mas, ao tempo desta embaixada já findara a pagã Renascença, e com ela a força um momento revivida das ninfas e dos tritões. Apesar de muito ranger os dentes amarelos e muito sacudir a barba esquelética, ante aquelas naus que arvoravam as flores-de-lis, o bom Adamastor apenas as pôde empurrar para uma enseada baixa, com correntes traidoras entre rochedos, donde logo um vento, já internacional e cosmopolita, chasqueando o velho gigante, facilmente as safou. E a derrota seguiu durante outros três lentos meses, com sobressaltos, com transtornos, até que enfim assomaram a um pardacento banco de lodo, que era a barra de Sião.

O conde de Forbin, começando os seus deveres de mestre de cerimónias, saltou num bote para cumprimentar o governador da barra, levando um dos submissãoários na esperança de atacar logo alguma das almas rebeldes. Mas aí começou para o brilhante mestre de cerimónias um amargo e humilhante desapontamento. De recamado uniforme, coberto de plumas, com talabarte de seda e matiz, viera ele, esperando visitar um personagem no seu palácio. Encontrou uma cabana de bambus, coberta de folhas de palmeira, e dentro, num esguio espaço «sem poltronas, sem tapetes, sem lustres» como ele conta, três indivíduos «sem sapatos, sem meias, sem cabeleira, sem chapéu, com um vil paninho à cinta para lhes velar a nudez indecente! »Todavia, apesar do seu escândalo, o major da embaixada, à porta, rojando na lama as fofas plumas do seu chapéu, numa cortesia funda, à moda grande de Versailles, perguntou onde se encontrava o governador da barra. Um dos sujeitos seminus e encruzados sorriu, e murmurou com doce polidez:

– Sou eu!

O senhor major da embaixada recuou, com nojo daquele selvagem. Mas depois, a tudo o que ele lhe pediu, lhe indagou ou lhe propôs, o selvagem redobrava de polidez e doçura para murmurar: *Amay, amay!*... E *amay* em siamês (pelo menos no siamês desse tempo) é uma expressão comodamente genérica que significa «não sei», «não há», «não posso»...

O major voltou para bordo, lívido e indignado. E as duas fragatas foram subindo o rio desconsoladamente, sem «encontrar aldeias ou castelos», até Bangkok, onde o governador, ainda mais polido que o da barra e tão nu como ele, continuou a murmurar *amay*. Mas aí os dois siameses trazidos de França desembarcaram à pressa para ir à capital, a Ódia, anunciar ao rei de Sião a chegada do embaixador de França.

A corte levou quase um mês a preparar o cerimonial da entrada. Depois ainda a embaixada consumiu quinze mortais dias até chegar a Ódia, onde foi alojada, com alarido dos fidalgos, em cabanas de bambu. E finalmente quase outro mês se arrastou em decidir a questão gravíssima, quase terrível, da entrega da carta de Luís XIV a el-rei

de Suo. Essa carta devia passar directamente da mão do embaixador para a mão do rei, como logo exigiu Mr. de Chaumont com altiva, inquebrantável firmeza. Mas aí surgia a dificuldade inextricável! El-rei de Sião não recebia os embaixadores num trono, com degraus, e acessível; recebia numa vasta sala nua, com um muito alto postigo aberto no topo, junto ao tecto, onde o rei, desfranzida uma cortina, aparecia, saudava e desaparecia. Como se poderiam assim encontrar as duas nobres mãos? Os franceses sugeriam a construção de uma escada, tapetada de brocados, por onde o embaixador solenemente trepasse ao real postigo... Horror intenso dos siameses! Um rei assim tão aproximado seria para sempre um rei poluído! E por seu turno, com uma imaginação toda oriental, propuseram que o embaixador levasse na mão uma vara de ouro, de três metros, terminada numa taça também de ouro, onde pousaria a carta, que el-rei de Sião colheria, levemente e afavelmente debruçado do postigo.

E assim foi. No grande dia o embaixador e a sua comitiva, uns em palanquim, outros a cavalo, com um estrepitoso séquito de mandarins, entre alas de povo prostrado e de testa no pó, entrou pelo muro exterior do palácio, atravessando primeiro um pátio cheio de elefantes, dominados pela massa soberana do sagrado Elefante Branco – e depois outro pátio onde se enfileiravam, sentados no chão, quinhentos homens com os braços pintados de listras azuis, *que eram os carrascos!*

Precedido de arautos, entre bandeiras, o embaixador transpôs a sala de audiência, com a vara de ouro na mão. Depois, ao cabo de longas etiquetas e prostrações, um tambor ressoou, toda a corte se agachou, de face nas lajes, e, no alto do postigo entre a cortina desfranzida, el-rei surgiu. Era um velhito magrinho, enrugadinho, todo rapado, com uma enorme verruga no queixo, eriçada de dois pêlos longos e mais rijos que piaçaba. Imediatamente o embaixador avançou, com a vara de ouro na mão... Mas, ou porque a vara fosse realmente curta, ou porque o embaixador, por altivez francesa, para afirmar bem a grandeza do rei de França, não a erguesse suficientemente, el-rei de Sião, para colher a carta, tanto se debruçou que se despenharia, se mãos invisíveis e decerto trémulas o não tivessem apanhado, com ânsia, pelas abas do seu gibão cor de fogo! Toda a corte estremeceu de terror sagrada. E todos os fidalgos da embaixada romperam a rir desabaladamente, certos da orgulhosa malícia do embaixador, e felizes de testemunharem enfim, depois de tão fastidiosos meses, naquelas terras selvagens, alguma coisa (como dizem as «Memórias») «bem espirituosa, bem brilhante e bem francesa»!

E Constâncio? Esse não descansava, metido com o embaixador e com os jesuítas em fundos conciliábulo onde se decidiu que a aliança de Sião (isto é, de Constâncio) e da França, se selaria definitivamente quando el-rei de Sião mandasse a Versailles uma autêntica, numerosa e deslumbrante embaixada. E essa embaixada veio, tão autêntica, tão siamesa, que Versailles e mesmo Paris, não compreendendo que realmente existisse um povo com tais trajes e tais modos e tal língua, sinceramente acreditaram que a embaixada era uma luxuosa mascarada, engenhada por Madame de Maintenon para divertir o tédio de Luís XIV e lhe acariciar o voraz orgulho.

Depois sucedeu uma coisa inesperada... Este embaixador siamês, voltando ao Sião com o prestígio que dão as viagens e a frequência das cortes estrangeiras, criou um partido, tramou uma revolta, depôs o velho rei da verruga peluda, e prendeu o astuto Constâncio, que, para maior segurança, mandou serrar entre duas tábuas! No Sião era esse, e ainda é, o meio de inutilizar um homem de génio ardente... E então, serrado assim pelo meio aquele subtil Constâncio, e enterrado Luís XIV em Saint-Denis entre os apupos da população, a França e o Sião mutuamente se esqueceram durante dois longos séculos.

Revista Moderna, 5 de Outubro de 1897

ENCÍCLICA POÉTICA

Nosso Santo Padre Leão XIII, acatando, como bom pontífice e cuidadoso colono do Lácio, os preceitos venerandos de Columela e Varrão, começou, nas Calendas de Setembro, por um tempo muito claro e muito doce, a vindimar com amor a vinha do Vaticano. No Vaticano há uma frondosa vinha... Nem ela podia faltar na morada do Papa, pois que Jesus, na noite da Ceia, recordando os vergéis e as parreiras de Chorazim e Cesareia, e os cachos maduros a que os vindimadores espremiam o suco, como sangue generoso destinado a levantar os corações dos homens, murmurou triste e pensativamente: «Eu sou. a vinha e meu Pai é o vinhateiro!...» De resto, desde os tempos vetustos da Roma dos Reis, sempre a vide rastejou ou se enroscou ao olmo sobre a colina do Vaticano. Mas, ou por causa da insalubridade desses ares pesados do Mons Vaticanus, que já Tácito acusava, ou por causa da escassez do solo duro que desconsolava Cícero – o vinho da colina era tão delgado e rascante que Marcial, superfino conhecedor, o considerava uma peçonha, e, no Livro VI dos «Epigramas», grita assustado ao seu amigo Amiano que erguia a taça: «*Vaticana bibis? bibis venenum!* Bebes vinho do Vaticano? bebes veneno!» Sob a vigilância, porém, dos Papas sumptuosos como Inocêncio VIII, e Leão X, e Alexandre, e Júlio II, essa vinha pontifical, tratada pelos ditames do saber renascido, acabou por produzir um vinho tão seivoso e perfumado que os Bórgias, os Carafas, os Farnésios, o preferiam ao de Chipre, e mesmo ao de Siracusa, para administrar aqueles venenos de Estado tão proveitosos, durante a Renascença, à supremacia, opulência e majestade das grandes famílias papais. Hoje essa vinha, decaída da sua importância trágica, honesta e fraca como o papado, dá dez pipas de um vinho também decaído, claro e palhete, que o Vaticano bebe e reparte com os hospícios de Roma.

Antes, porém, de começar a sua vindima, Nosso Santo Padre Leão XIII, tão benéfico para os nossos corpos como para as nossas almas, desejou ensinar aos seus filhos espirituais o avisado regime que melhor conserva a saúde, robustece a força, torna o espírito subtil e livre e conduz a uma velhice verdejante... E ainda neste cuidado observou ele, como puro Papa romano, a tradição ritual de Roma – porque, sempre outrora no Lácio, em manhã de vindimas, um grande pontífice, o *Flamen Dialis*, cercado pelo Colégio Pontifical, com o ramo de oliveira na mitra branca, descia às vinhas, e antes de imolar a ovelha a Júpiter, de pisar uns bagos na taça sagrada para ofertar aos deuses as primícias do vinho novo, recitava paternalmente algumas das antiquíssimas máximas do tempo de Numa, em que se aconselhava a sobriedade, as serenas e fáceis alegrias, a asseada singeleza, e esse desdém dos mármore, dos vasos de Corinto, dos acepipes raros, que dera tão doce quietação aos Sabinos, e tornara a Etrúria tão forte... Para nos penetrar dessa fecunda lição o Papa empregou também o verso latino com aquela elegância límpida, ainda que um pouco mole, que o tornaria merecedor de pontificar, se não nos tempos de Ovídio, ao menos nos tempos de Ausônio. E com tão sábia minuciosidade tratou, nestes hexâmetros copiosos, dos aprestos da mesa, e da escolha atenta dos vinhos na adega, e da excelência da galinha e do anho, e da preparação prudente dos ovos, e dos legumes onde deve sobressair a «couve saborosa», e da sobremesa onde cumpre que resplandeça a «maçã rubicunda – que essa dissertação, ainda que sob a forma de epístola, e dedicada a um certo Fabrício Rufo, patrício romano, constitui realmente, para todos os católicos, uma «Encíclica Poética sobre a Alimentação Cristã». Decerto ela não foi metrificada em concílio ecuménico, sob o bafo e a inspiração do Santo Espírito, e não a reveste, portanto, o selo sagrado da infalibilidade papal. Mas todas as recomendações que emanam do Papa,

mesmo familiares, e murmuradas sobre o prato, possuem inevitavelmente um cunho de certeza, pois que foram elaboradas naquele espírito, que, único entre todos os espíritos, não pode vacilar nem errar. A água de uma fonte não muda na sua pureza e eficácia segundo foi recolhida em vasos santos, com pausados ritos, por um grande bispo, para baptizar um rei sicambro – ou por uma velha; de touca e tamancos, numa chaleira, para ferver o chá de um herege. E nós, mortais confusos, atarantadamente enrodilhados na dúvida, temos fatalmente de venerar, e sofregamente seguir, como dogmas, os conselhos do único mortal, que, neste mundo de incerteza e obscuridade, permanece seguro e lúcido. Ainda mesmo sob a sua forma risonha, e destinada a deleitar nos Elísios a alma douda de Fabrício Rufo, esta epístola do Santo Padre baixa, pois, sobre todos os católicos, com a força e a autoridade de um mandamento.

E foi por isso que, com respeitosa mágoa, encontrámos neste polido mandamento, de tão esbelta latinidade, uma doutrina que desmente toda a sublime experiência da vida evangélica, e se coloca em mundano antagonismo com a seráfica história dos Doutores e dos Santos. E tanto que, na primeira surpresa, julgámos ser essa uma epístola inédita de Horácio, composta pelo delicioso e impenitente pagão, mestre persuasivo da mediania ditosa, numa tarde de Maio, entre as roseiras de Prenestes, enquanto Cloé, coroada de violetas, arrefecia na fonte os cântaros dos dois divinos vinhos. misturados, o faustiano e o mássico! Mas não! O sapiente poema gastronómico fora trabalhado pelo herdeiro de Pedro, dentro da atormentada barca de Pedro!

Deslizemos sem reparo sobre os primeiros versos da epístola, em que Leão XIII, com o seu fino e amorável sorriso, estende sobre a mesa a toalha que ele deseja muito fina, muito alva, ornada de alguma prata. A limpeza, apesar de esquecida no catecismo, é na realidade a quarta virtude teologal. Santo Agostinho, na sua casa de Hipona, mantinha um asseio estremado – e, sob os olhos consentidores de sua mãe, Santa Mónica, comia com colheres de prata. Oh! bem sei! a alma de Santo Agostinho era uma açucena cristã, com as raízes ainda mergulhadas no torrão da idolatria, e por vezes embalada e até perturbada por aragens muito doces que sopravam da Sicília e da Grande Grécia, acarretando o aroma das essências queimadas nos altares de Afrodite! S. Tomás de Villeneuve, porém, rígido santo esse, limpo de toda a poeira pagã, possuía um saleiro de prata – pequeno, leve, sem valor, mas de prata! O ardente S. Remígio era também o proprietário tímido de uma colher de prata – única, lisa, sem lavores, mas de prata, e com que ele comia as suas ervas nos grandes dias, como quando converteu Clóvis, rei dos Francos. Tão excelsos precedentes de bispos e doutores autorizam santamente o Santo Padre a aconselhar que, na mesa muito vistosa que nos oferece, o asseio dos puros linhos seja avivado com o brilho de algum metal precioso.

Mas, logo posta a mesa, o bem-amado pontífice contraria toda a experiência da história eclesiástica, recomendando, com jucundo zelo, que se subam da adega os vinhos mais finos e frescos, «pois que eles espalham a alegria na alma e a libertam do escuro cuidado!» Não, Santíssimo Padre! Toda a rutilante legião dos santos, bispos nas cidades ou eremitas no deserto, protesta, mostrando os «Acta Sanctorum», contra o vosso preceito horaciano. S. João Crisóstomo, o esforçado Santo Elói, S. Pedro Damiano, que purificou a Cristandade, S. Leão, que, com o seu cajado, repeliu das portas de Roma as hordas de Átila, tantos ainda, inumeráveis como as estrelas, e como elas iebrihantes de claridade imanente, nunca beberam vinho! Se S. Policrónico, às vezes, à noite, sorvia de leve meio cálice, era com choroso sacrifício, para se libertar das gastralgias que o impediam de arrebanhar robustamente, para Cristo, o duro e resistente povo da sua Sé de Babilónia. Mas Santo Iago nunca percebeu sequer que verdejassem vinhas sobre a Terra! E S. Romualdo colocava diante da sua gruta um jarro de vinho velho de Quio, para o escarnecer, como licor grotesco que leva aos. esgares, aos passos

cambaleantes, aos dizeres asininos e babados... A clara bebida destes justos foi a água! E alguns só a aceitavam quando ela se tornara bem morna e salobra. S. Porfírio expunha a sua bilha ao sol, à poeira dos caminhos, à babuge dos bichos, para que ela se corrompesse, e, assim impura, ficasse própria da sua impureza. Santa Catarina de Génova entornava no seu púcaro vinagre e sal – para não beber menos amargamente do que Jesus bebera no Calvário. E esta mesma água, estragada com amor, só a provavam aos goles, não para contentar, mas para exasperar a sede, e produzir o precioso sofrimento donde saíria o precioso resgate. Durante os oito derradeiros anos da sua espantosa vida, S. Lupiciano não bebeu: e no ardor dos estios, entre os rochedos abrasados onde escolhera a sua cova, mergulhava as mãos num balde de água lodosa., para acalmar a pele que lhe estalava, encarquilhada, como um pergaminho sobre o lume. S. Lupiciano não bebeu durante oito anos – mas Santo Alberto não bebeu durante vinte, e a sua cabana dominava um vale todo cortado de frios regatos, saltando de rochas claras.

E onde houve, Santíssimo Padre, robustezes magníficas e almas lavadas de cuidados, que se comparem às destes ditosos?

S. Zebino, aos oitenta e seis anos, caminhava carregado de grossas cadeias de ferro enrodilhadas no peito e nos braços, e arrastando, com tal peso e fragor, que atroavam as solidões de Ceto. S. Nilo vivia, e muito gostosamente, com o pescoço medido numa canga imensa, feita de grossos toros de árvore. A força destes santos, que apenas se dessedentavam, como as feras dos seus desertos, no fio barrento de algum regato avaro, excedeu a dos heróis de Homero, que jantavam um boi, despejavam um tonel, e morriam moços. Solitários houve que, importunados. de um modo excessivo por Satanás, lhe arremessavam aos cornos um penhasco ou a coluna tombada de uma vasta ruína. E a alegria destes simples era tão perfeita, tão transparente a quietação dos seus corações, que só o contemplar o translúcido lampejo dos seus olhos sumidos nas rugas, ou o riso inefável das suas velhíssimas bocas desdentadas, curava as maiores melancolias humanas. Em Alexandria, todos os atormentados, todos os doloridos de alma, os filósofos que na filosofia não encontravam repouso, os voluptuosos que na voluptuosidade só recolhiam a amargura, empreendiam a dura jornada ao monte Colzin para considerar durante momentos, como um casto céu de serenidade, donde a serenidade descia. a face de Santo Antão...

Mas se Nosso Santo Padre, no carinhoso desejo de nos ser indulgente, se esqueceu da influência da água sobre o corpo, a quem comunica a sua elasticidade, e sobre o espírito, que penetra da sua limpidez – como perpassou ainda sem proveito por sobre a ensinadora História dos Santos, quando, para a mesa do seu dilecto Rufo, a fim de que ele cresça em energia de entendimento e rija actividade de corpo, recomenda a vaca, a galinha e a vitela?... Galinha e vitela! Ah! Ah!... Galinha e vitela! Mas os mais resolutos e diligentes santos nunca provaram desses pratos, que lhes pareceriam de culpada, escandalosa gula! Os solitários só comiam pão, aquele duro bolo chato, do tamanho da roda de um carro sabino, que cada mês, pela Lua nova, os serventes dos mosteiros da Tebaida traziam em enormes ceirões, nas ancas dos dromedários, e repartiam pelos eremitérios, anunciando também as novas de Roma e das Sete Igrejas da Ásia. S. João Capristano, Santo Ambrósio de Sena, S. Carlos Borromeu, S. Macário, S. Basílio, viveram de ervas, de côdeas secas, que alguns salpicavam de cinza, e outros, como S. Lourenço, arcebispo de Dublin, mergulhavam para mais funda humildade na água suja dos porcos. Outros desdenhavam soberbamente estas côdeas de Epicuro. Santo Onofre comeu cem anos de uma palmeira que crescia junto à sua caverna. Durante quarenta anos um molho de ervas, borrifadas de vinagre, bastou ao grande S. Conrado; S. Gezolino, de rastos pelos sombrios bosques de carvalhos, roía as bolotas que apanhava,

cantando a magnanimidade do Senhor!

E agora, recordada a áspera abstinência destes homens, recordai as suas obras sublimes! Mais mal alimentados que os bichos das matas em tempo de neve, eles possuíram uma energia e uma largueza de actividade, que por vezes, de repente, mudava o feitio moral do mundo. Certo alegre esfarrapado, que trincava os agriões do seu jantar conversando com os passarinhos – foi S. Francisco de Assis! Um monge que só comia, numa tigela de pau, a sopa de folhas de faia por sua magras mãos cozinhada, foi S. Bernardo, em Claraval. E o macilento espanhol que se nutria de umas vagas folhas de couve – foi Santo Inácio de Loiola. S. Mauro, vrlhíssimo, sustentado com três favas por dia, estendeu à hora de adormecer no Senhor, no seu catre de trapos e cinzas, os descarnados braços, e abençoou os cento e vinte mosteiros de que fora fundador. E S. Bento, que raramente juntava algumas ervilhas ao seu pão, pôde depois, através de séculos, no Céu, correr cada alvorada às portas do Céu, que se abriam, e se abriam, e se abriam, para receber cinco mil santos, que eram todos da sua Regra!

Mas que valem estas obras do mundo, e perecíveis? Contemplai antes os portentos da Vontade super-humana! S. Romualdo, que escarnecia o vinho, escarnecia também a carne – e só consentia em raízes amargas. Pois um dia S. Romualdo, caminhando para a Itália, atravessava os Alpes num rude carro, pesadamente puxado por dois bois da Camarga. Numa volta de cerro parou e desceu, afastando os passos nus através da neve densa, para rezar retidamente no abrigo de uma gruta. E eis que, ao voltar, encontra os seus bois devorados por dois terríficos ursos, que, por sobre as carnes rasgadas e os ossos, ainda grunhiam, com o focinho babado de sangue! Então S. Romualdo cravou nos ursos um olhar de tão sublime mando, tão radiantemente descido das maiores alturas divinas a que se pode erguer uma alma humana, que as duas feras, com as patas dóceis, desatrearam as carcaças sangrentas dos bois, e a tremer, submissamente, se engataram à pesada canga... E S. Romualdo, direito no carro, com o capuz aberto, a testa reluzente no reluzir da manhã, penetrou nas planícies da Lombardia puxado por dois grandes ursos.

E tal energia, Santíssimo Padre, fora estimulada com raízes amargas! Mas que vale o raio dardejante deste olhar onnipotente – perante o familiar, fácil, distraído, risonho aceno de S. Macário? Este delicioso santo, quando habitava na margem líbica do Nilo e queria atravessar para a margem arábica, ou descer às santas cidades de Ptolemais e de Antínoo, caminhava para a beira da água, procurava entre o bando de crocodilos que boiavam ou se aqueciam ao sol algum de dorso bem largo e bem cómodo – e risonhamente movia o dedo num aceno risonho. Imediatamente o monstro fendia a corrente até à areia lisa, onde se arrimava como um barco se arrima a um cais. S. Macário saltava para o dorso do crocodilo; e sentado, afagando mesmo distraidamente a grossa crosta rugosa, atravessava ou descia o velho rio, estrada real do Egipto, com a face envolta na luminosa doçura do ar tebano, a alma erguida às deslumbradoras esperanças do Céu.

Onde existe feito de energia moral, comparável a este quieto domínio sobre a Natureza bravia? Só talvez o feito de governar homens superiores, porque esse demanda certamente uma mais intensa irradiação de força espiritual do que atrelar ursos a carros ou navegar sobre crocodilos! Pois bem! Muitos destes santos, que se sustentavam de ervas secas, mal amolecidas em água salobra, governavam as grandes *lauras* do deserto, conventos contendo um povo ardente de monges, dois e três mil monges, e todos eles tão santos, e férteis em milagres, e predilectos de Deus como o abade que os governava! E como louvaremos outros que, quando se construíam essas vastas *lauras* e a pedra faltava para claustros e celas, desciam à orla do Nilo, a algumas das poderosas ruínas dos tempos faraónicos, fitavam os muros rígidos, as enormes pilastras caídas, e

murmuravam num sopro brando: «Vinde!» E atrás do santo, a caminho do mosteiro em construção, mais doces que anhos, os muros marchavam sulcando o deserto, os pilares logo erguidos seguiam, direitos na aragem, como os mastros de uma armada. Estes eram na verdade homens! E, só de os nomear, os joelhos se vergam de deslumbrada adoração!

Pois para viverem assim, tão sobrenaturalmente fortes, não se nutriam desses ovos, e mel do Himeto, e galinha, e vitela, e couve saborosa, e pêssego rubicundo, e quentes vinhos – que Nosso Santo Padre, com tão meiga solicitude pelos seus filhos em Cristo, nos prescreve em lustrosos versos latinos. Ao contrário! Por lhes faltarem os gordos capões, e as vitelas tenras, e os cálidos falemos que, engordando a carne, pesam na alma, a oprimem, a amolentam, a retardam, a escurecem – é que a alma deles reinou sobre o mundo tão rija, liberta, rápida, clara e triunfadora.

Nem esse confortável regímen, Santíssimo Padre, prolonga a vida! Nunca a efémera vida humana atingiu tão descomedidas cifras de anos, como nesse deserto do eterno jejum! Um pontífice de setenta anos passaria aí por um moço tenro, frágil, inexperiente, incapaz de se livrar dos assaltos, já não do grande Satanás, mas dos mafarricos, dos diabinhos de chavelho curto e curta malícia, que apenas sabiam arranhar os pés dos cenobitas, ou entornar as bilhas de água, ou meter entre os dentes da caveira da meditação algum gordo chouriço mal fingido e pueril. A idade madura de um monge da Tebaida começava aos cem anos. Aos cento e trinta ainda muitos, cada dia, durante doze horas, cavavam, sob o duro sol, o seu duro horto, cantando os Salmos com tão potente voz que espantava as águias. Alguns houve de quem se não sabia a idade e apenas se reconhecia serem velhos, muito velhos, por já não andarem, apenas engatinharem, com as rugosas mãos sobre as pedras, emaranhando a cada esforço os joelhos despelados entre as nevadas, imensas barbas. Outros tanto viveram que transpuseram o período consciente da santidade, e recaíram no pecado pelas fraquezas e birras da decrepitude. Assim aquele extraordinário Santo Áspar, que se não movia, agachado à porta da sua toca, todo encarquilhadinho, todo mirradinho, e que, quando, com os seus olhinhos sempre curiosos e rebrilhantes, avistava as filas de peregrinos que avançavam para o admirar, lhes fazia horrendas carantonhas e lhes atirava pedras, assanhado e a baba a escorrer... E estes portentosos velhos nunca conheceram carne, ou galinha, ou vinho, ou a fruta cheirosa, senão quando o negro Tentador lhas apresentava, em sorrateiro e pérfido silêncio, sobre mesas decorosas e asseadas – estranhamente semelhantes a esta que o Vigário de Cristo tão bem ornou e forneceu para gosto e proveito de Fabrício Rufo...

Ousarei ainda desenrolar a minha surpresa perante os versos da epístola em que o Santo Padre recomenda o café, com bondoso fervor, insistindo mesmo que o tomemos de Moca e o saboreemos lentamente, em regalados goles? O café! Mas o café foi logo, desde a sua aparição, a bebida dilecta, quase oficial do racionalismo! Estimulando a imaginação e a razão indagadora – ele implicitamente dissolve o respeito pela regra e pelo dogma imutável. O café, mais que a «Enciclopédia», fomentou a Grande Revolução. Bebido, com o alvoroço da sensação nova, por Buffon, Diderot, D'Alembert, Rousseau, ele aqueceu mais aquelas almas calorosas, aguçou mais aqueles espíritos penetrantes: e Michelet não duvida afirmar, com gongorismo, mas com rigor histórico, que essa geração forte descobriu no fundo das chávenas, através da negra e perfumada bebida, o luminoso raio de 89! Os ímpios do século XVIII foram insaciáveis bebedores de café – e, na primeira mesa do botequim do Procópio onde ele se bebeu, se improvisaram decerto as primeiras pilhérias sobre Jeová. Voltaire tirou da cafeteira toda a sua obra demolidora. Esse diabólico rei da Prússia, Frederico, o *Grande*, que morreu dos excessos de café, e que se regalara de não acreditar nem em Deus nem na Vida

Eterna, exclamava, moribundo: «Já não sou nada, já não bebo café! O café, a quem devo tanta ideia!... Agora ao almoço só sete chávenas e ao jantar apenas catorze!» Voltaire, Frederico da Prússia!... Estes dois únicos homens deviam tornar para sempre suspeitos à Igreja os escuros grãos donde eles tiraram a força, o ardor, a petulância e «as ideias». E agora Nosso Santo Padre, num largo e doce gesto, *urbi et orbi*, chama a Cristandade ao café!

Mas por fim o que mais nos surpreende e perturba é que tão doce e humano Papa, de génio tão espiritual, e Papa que tanto amamos, levante assim nos cimos da Igreja uma tão apetitosa mesa, e a alastre de galinha, de vitela, de vinhos suaves e de frutas rubicundas, e a ela se sente risonhamente conversando com um pagão – enquanto em redor arregalam os olhos tristes tantas criancinhas famintas, e por trás delas as mães pálidas apertam aos farrapos do seio outras criancinhas ainda mais pálidas, e para além os pais sem trabalho e sem lenha no lar enrugam a face sombria, e mais longe os velhos de secular miséria murmuram amargamente...

Na verdade, na verdade! Grande é a certeza do Papa e larga a sua ternura! Mas não penso que, diante desta esfaimada e rota plebe, nem S. Bento, nem o pobrezinho de Assis, nem o bom senhor S. Vicente de Paulo, nem esse tresloucado S. João de Deus, nem o nosso velho Santo António, nem S. Gregório ou Pio V que eram também papas e devotos das letras antigas, se entregassem ao regalo de compor, sobre a arte de bem comer, uma honesta epístola horaciana, de elegante latinidade.

Revista Moderna, 20 de Outubro de 1897

O MARQUESINHO DE BLANDFORD

Bem sei, meu Deus, que nem todas as crianças podem nascer sobre as palhas de um curral, entre a vaquinha e o burrinho, com uma grande estrela espreitando, deslumbrada, através das vigas rotas do telhado! Muitas crianças têm necessariamente de nascer num quarto aconchegado, bem tapetado, onde as fraldinhas finas aquecem diante de um lume alegre, e a gorda ama espera, risonhamente desabotoada, sustentando o peito enorme, tímida promessa de todas as abundâncias. Outras mesmo, e numerosas, são forçadas a encetar a vida com tradicional sumptuosidade, logo lavadas em velhas e pesadas bacias de prata, deitadinhas logo, sob preciosas rendas, em berços de mais rico lavor que uma alfaia de altar... Assim o determina a lei imutável e rígida das desigualdades humanas. Mas realmente este recente e pobre marquesinho de Blandford, filho primeiro do duque de Marlborough, entrou no mundo entre pompas e riquezas de uma excessiva, quase inumana severidade. Todos os jornais da Europa e da América, em fila pasmada, e o velho «Times» na frente deles gaguejando de emoção, desenrolam reverentemente a lista desses terríveis esplendores: e essa lista, na verdade arrepiada! Para criar e realizar, com um luxo inédito na História do Luxo, o enxoval deste pobre marquesinho, sua avó venerável abriu um concurso de arte entre todos os artistas de raça anglo-saxónia: e assim tal ilustre pintor de história sacra velou meses para conceber o feitio sublime de um cueiro; tal arquitecto, interrompendo uma catedral, espremeu todo o seu génio nos ornatos de um sapatinho... Mas também que maravilhas! Uma das colchas do seu berço absolutamente ofusca, pela nobre elegância e imaginosa invenção dos bordados em relevo de ouro, as portas do Baptistério de Florença. Nalgumas das toucas há ornamentações subtis, gracilidades rebrilhantes de gemas entrelaçadas, que os nossos velhos ourives do século XVI não sonharam ao trabalhar na custódia de D. Manuel feita com as páreas do Oriente.

Mas, como a beleza puramente estética deste enxoval não impressionaria a alma das nossas democracias utilitárias, todos os jornais, na frente deles o «Times» com as folhas a palpitar de orgulho, proclamaram o preço minucioso, em divina moeda sonante, de todos estes prodígios. Assim sabemos, louvado Deus! que cada cueiro (e o marquesinho de Blandford muito providentemente possui doze dúzias) custou a soma de quinze mil réis em bom papel de Portugal, que correspondem, em papel também bom do Brasil, a uns cinquenta ou sessenta mil magnificientíssimos réis. Despesa, de resto, perfeitamente discreta; – apenas, em moeda portuguesa, dois contos de réis de cueirinhos. As camisinhas são cinquenta – e destas há vinte e cinco muito singelas, muito despretensiosas, bocadinhos de cambraia leve e frágil como um floco de neve de Abril, destinadas pudicamente à intimidade materna, que valem cada uma cinquenta mil réis. Para uma camisa de criancinha, que terá a deliciosa responsabilidade de roçar caminha divinamente inocente, não é um preço impudente. As outras vinte e cinco camisas, essas sim, foram pagas, cada uma, segundo confirmam os jornais de New York com um justo rubor de glória, a cento e cinquenta e mesmo duzentos mil réis! Mas quê! São camisinhas de gala, para os dias nobres em que um imperador, ou um Rothschild, ou mesmo talvez um poderosíssimo fabricante de chouriços de Chicago, tome nos seus braços augustos por um momento, com inquietação e afastando as calças, o herdeirinho da Casa de Marlborough. Todavia, relativamente mais sumptuosos me parecem os babeiros, onde se desenrolam, por entre os bordados que grandes artistas desenharam, dísticos galantes e piedosos que finos poetas rimaram. Cada um, sem contar o preço do verso e do debuxo, só pelo tecido e renda que o orla, ficou pela soma já empertigada e ducal de vinte mil réis... Os jornais sérios de Londres divergem dos jornais sérios de

New York sobre o número exacto destes babeiros. Eu pendo (e os historiadores do século XX penderão comigo) para a versão dos Ingleses, sempre mais rigorosos em matéria de investigação histórica, que afirmam serem os babeiros trezentos e oitenta – quinze mais, portanto, do que os vestidos que possuía a grande rainha Isabel, quando, destruída a Grande Armada, ela tomou o ceptro dos mares. Em quanto às capas, toda a Imprensa harmoniosamente concorda: são quarenta; a raridade preciosa das peles luta nelas com a preciosa antiguidade das rendas: e as mais simples e lisas custaram entre formosos quatrocentos e formosíssimos quinhentos mil réis. Dos vestidos porém não vos posso contar, oh mães atónitas de aquém e de além-mar, porque os jornais de New York e de Londres, tão rijamente habituados às emoções da história ambiente, ao atacar este capítulo dos vestidos do marquesinho de Blandford, apenas balbuciam, deslumbrados, com as letras todas a arfar: – *Um prodígio! Um sonho! Uma vertigem!*... Quanto teriam custado estas dúzias de vertigens? Meu Deus! ponhamos uns delgados sessenta contos – e passemos, respeitosa.

Todo este temeroso enxoval, de que o marquesinho de Blandford é o inconsciente manequim, está marcado com o seu brasão, a sua coroa, o seu mote. Assim, escudo de armas, em arrogante relevo, sobre as toucas, sobre cada sapatinho, entre os bordados das meias, na frente dos babeiros que tomam a rijeza heráldica de dalmáticas de arautos! Assim, escudo de armas nas fraldas, nos cueirinhos... E aqui me toma uma inquietação, considerando que um brasão de armas (e de armas tão engrossadas pelas alianças com as dos Marlborough), mesmo bordado com sedas ténues, formará sobre os linhos finos uma saliência dura – e que muitas vezes o marquesinho de Blandford berrará, roxo e perro, entre os carinhos inúteis de toda a Casa de Marlborough, e será simplesmente porque o escudo da sua raça ilustre lhe está trilhando as nadegazinhas tenras, cor da açucena e da rosa! E sinto ainda outra inquietação ante estas fraldinhas carregadas de brasões gloriosos, inquietação que comigo partilhará todo o Colégio Heráldico do Reino Unido, pensando, que, a dormir ou a mamar, não só no macio segredo do seu berço, mas diante das nações atentas, o herdeiro dos Marlborough constantemente fará chichi sobre as armas dos Marlborough!

Felizmente, para o enxugar logo, impedir que o seu brasão ensopado se resfrie e incomode a doce criaturinha, dez aias o velam com ansiada solicitude! E este número, ainda que generoso, não parece extravagante, pois que o marquesinho de Blandford (conforme nos informam ainda os jornais com embevecida ternura) tem quatro amas, para poder, em tardes de fastio, escolher entre os quatro leites, depois de palpar, com mãozinha entendedora, a tumidez e o calor dos oito seios. Mais profuso se me afigura o número das governantas, que são três – duas a mais do que tinham os Filhos de França no Grande Século, em Versailles, quando a Europa não distinguia bem se a majestosa luz que caía sobre ela irradiava do Sol ou de Luís XIV.

Mas que são estas magnificências de fraldas, esta vasta camarilha de aias, perante as riquezas, as propriedades soberbas, os dinheiros estonteadores de que o marquesinho se apossou apenas o envolveu o ar deste mundo, para ele especialmente aquecido, purificado e embebido de aromas? Logo que as comadres, os médicos (e creio que os repórteres) verificaram que era um varão, e que o era com energia – a criancinha ficou virtualmente dona desse palácio de Blenheim que a Inglaterra deu como recompensa nacional ao primeiro Marlborough, ao galante e amável John Churchill, com os seus trezentos quartos mobilados, os seus parques de sete mil hectares, os seus rios, os seus lagos, e a grossa estátua do herói, já de bronze, numa. excelsa coluna, trajando de imperador romano!... Mas o mesmo sucede a todos os primogénitos da Casa de Marlborough. E de resto outras crianças, ao entrar na vida, chupam, através da primeira gota de leite, um castelo de muitos quartos com um parque de muitos hectares. O caso

especialmente grave deste pobre marquesinho de Blandford (e que nunca sucedera a nenhum Marlborough) foi que, apenas o lavaram, entrou na tremenda posse de duzentos milhões de dólares, de duzentos mil contos de réis!... Quando o tiraram da bacia vinha todo a pingar ouro! Depois, bem sequinho, bem polvilhadinho, embrulhadinho nas suas flanelas de duzentos mil réis, preparado portanto a descansar num soninho tépido – imediatamente recebeu, para que esse descanso fosse bem seguro, um palacete em New York que as gazetas, num gesto largo, avaliam em quinze milhões. Assim, com o seu tecto bem garantido para bem o abrigar, esse tecto que o Filho do Homem outrora, numa estrada solitária de Galileia, se lamentava de não possuir, o filho dos Marlborough foi maciamente aconchegado no seu berço sublime. Mas, ainda a sua cabecinha mole e penugenta se não sumira entre o esplendor das rendas, já lhe fora entregue, para os vagares do Verão, outro palacete à beira-mar, Marble Hall, solar de mármore, mas realmente de ouro, porque, segundo o brado dos repórteres, vale catorze milhões. Habitar junto do mar com tanto esplendor, e não o navegar com esplendor paralelo, seria bem humilhante para um anglo-saxónio; e antes pois que adormecesse, recebeu o pobre marquesinho um iate de recreio, muito famoso, chamado «Valente», não pelas suas valentias, mas pelos doze milhões que o pagaram! Tem palácio na cidade, palacete nas areias de Newport, o «Valente» sobre as águas – e todavia o marquesinho de Blandford mexe e geme...

*Dorme, dorme, meu menino
Que a tua mãe foi à fonte...*

À fonte?... Sim, à Fonte do Ouro Perene, porque aí trazem ao pobre menino, não um cântaro de fresco barro, mas um cofre de negro ferro, contendo todas as jóias que ele já possui por ter nascido, e que, em roda do seu berço, os repórteres, estranhando que não venha também a mirra e o incenso, avaliam excitadamente em sete milhões! Enfim o marquesinho, derreado, imobilizado sob esta espantosa carga de milhões, sossega, vai adormecer!...

Não! Pois que um carteiro esbaforido, acompanhado de outro tropel de repórteres, se acerca alvoroçadamente do berço, estendendo à criancinha a sua primeira carta registada! Quem escreve já ao marquesinho, que ainda agora desceu do Céu dentro do seu açafate de rosas? Alguém decerto que amorosamente o esperava, que se apressa em lhe mandar a palavra que lhe explicará a vida, e lhe ensinará o que na vida superiormente vale, e lhe apontará o fim a que tende a vida. Com efeito! É do avô, do enternecido avô, a carta que se abre, e que os repórteres lêem com a face esgazeada, e que copiam sofregamente, e que contém esta profunda linha: – «Meu neto. marquês de Blandford, aí te remeto essa quantia para teu dinheiro de algibeira!» – E pregado à carta com alfinete de ouro, um cheque, um cheque sobre o Banco de Inglaterra, um cheque de um milhão de dólares, um leve cheque de mil contos! Quem é esse avô? Céus piedosos, que tudo sabeis, quem é este avô? Quem assina este terno cheque, de ricacíssima ternura? O bom avô, que assina o bom cheque, é Vanderbilt, o milionário Vanderbilt, o milionaríssimo Vanderbilt, o americano mais milionarizante da América milionarizadora!

E agora, amigos, - compreendeis! Sim, perfeitamente... O duque de Marlborough casou com uma senhora Vanderbilt, goza por sogro o velho Vanderbilt, trata por cunhados os moços Vanderbilt, e ele mesmo está todo vanderbiltizado! E daí os cueiros bordados a ouro, e os babeiros de quinhentos mil réis, e os centos de milhões, e o palacete de New York, e a casa de mármore, e o «Valente» sobre as águas, e as jóias, e os mil contos para a algibeira da fraldinha, e toda esta portentosa pecúnia estendida

diante da porta do velho castelo de Blenheim, bem espalhada ao sol, mostrada estridentemente a todos os repórteres anglo-saxónios, e empurrada para diante da gente distraída que passa e a quem se grita com delirante orgulho: «Olhai, admirai os milhões de Vanderbilt!»

Estampido horrendo de milhões remexidos, que te não deixam dormir o teu primeiro sono da vida, marquesinho de Blandford! Ah! meu doce menino, se teu pai, esse gentil duque de Marlborough, tivesse desposado (como podia, apesar da vossa delgada nobreza, de raiz magra e curta) uma senhora da grande casa de Northumberland que reinou na Nortúmbria, ou uma das Cecil que tão belas são e tantos homens fortes têm dado à pátria, ou uma Arundel, dessa raça de Norfolk, onze vezes secular, onde já el-rei D. João I de Portugal se honrava de casar uma filha amada, decerto, gordo anjinho, não possuirias um iate antes de engatinhares, nem mil contos para a algibeira antes de usares algibeira – mas, deitadinho num confortável berço, entre uma velha, elegante e calada riqueza, brandamente dormirias, sem que o teu soninho fosse estragado e a tua candura quase maculada com este brutal, insolente fragor de milhões revolvidos, alardeados, tilintados através dos jornais. para que o mundo saiba que tu és muito rico e que Vanderbilt é o teu avô!

Porque agora só esse será o teu avô, o teu único e grande avô, aquele que o nosso século conhecerá e admirará, aquele que supremamente te cercará de prestígio, aquele que, pela sua força, absorverá a tua raça enfraquecida, de tal sorte que, quando por teu turno chegares a avô, terás por neto, e neto muito ilustre, o duque de Vanderbilt!

O outro, o que está empoleirado na sua coluna, vestido de imperador romano, dominando os prados e arvoredos de Blenheim, esse não apresenta acções que interessem ou deslumbrem o nosso tempo positivo. Era um mero soldado, bonito e esbelto, mas tão ignaro que apenas sabia assinar o seu obscuro nome de Churchill e lia com uma dificuldade aflitiva. Todavia, assim iletrado, fez dez campanhas triunfais contra todo o poder de Luís XIV. Na primeira desembarca, e, de vitória em vitória, toma as cidades de Venloo, de Ruremonde e de Liège. Depois, na outra Primavera, em poucas semanas, conquista todo o país riquíssimo que se estende entre o Reno e o Mosa. Depois toma Donauwert, passa o Danúbio, e ganha a batalha de Blenheim que fez perder cem léguas de terra aos Franceses. Depois vence em Ramillies, vence terrivelmente em Malplaquet, abala a monarquia de Luís XIV, destrói o prestígio militar da velha França. E, com todas estas glórias, engraçado e alegre, fraternal ao soldado, leal e afável aos vencidos, de uma serenidade corajosa e cheia de elegância que lembrava os heróis gregos! Deslumbrante em manhãs de batalha, com a sua fina espada erguida, a imensa cabeleira a flutuar ao vento – à noite na tenda, entre os canjirões de vinho, ainda deslumbrava, conversando, os generais prisioneiros que vinham de Versailles, onde quando havia sermão era Bossuet que o pregava, e quando havia comédia era Molière que a escrevia. De tal sorte que nunca ninguém conquistou tanto pela força – que depois tanto seduzisse pela graça. Por isso a França, que ele esmagara, o imortalizou numa canção toda cheia de flores:

*Marlborough s'en va-t-en guerre,
Vivent les roses!
Qui soit quand il reviendra...
Vivent les roses et les lilas!*

Esse era o teu outro avô, marquesinho de Blandford! Mas esse partiu para a guerra, *s'en alla-t-en guerre*, e quem sabe quando voltará! Para ti – nunca mais! Já não vivem os lilases, murcharam as rosas. E a linda canção de França risonhamente to diz:

*Mr. de Marlborough est mort,
Vivent les rases!
Bien mort et bien enterré,
Vivent les rases et les lauriers.*

Bem morto e bem enterrado! E agora positivamente é que ele mais se afunda, bem fundo, na sua funda cova! Sobre ele pesam, carregando o seu corpo ligeiro, abafando o seu nome sonoro, os imensos milhões de Vanderbilt! E no fulgor do ouro, irradiado por essa opulenta massa de ouro que atulha a Casa de Marlborough, quem pode ainda enxergar o lampejo fino da fina espada na manhã de Malplaquet? *Mr. de Marlborough est mort!* Não vivem as rosas – menos os louros! O teu verdadeiro avô agora, o único compreensível para o nosso tempo, não é o herói, é o milionário – com grande vantagem do teu crédito, da tua celebridade, da tua autoridade no clube, e da tua influência sobre as mulheres... Não te agites no teu berço, marquesinho de Blandford, descontente, nessa inocência das coisas do Mundo que ainda trazes do Céu! Hoje avô que dê proveito e honra a um neto não é aquele que, ao som áspero dos pífaros, entre os estandartes soltos, entra nas sessenta praças de guerra que o seu génio tomou – mas aquele que, sentado à banca, abre um caderninho, e, com pena larga e fácil, assina um cheque de mil contos. E tu ou não viverás – ou serás exclusivamente o neto de Vanderbilt. Sê pois rendosamente o neto de Vanderbilt!

*Mr. de Marlborough est mort,
Bien mort et bien enterré...*

Os louros secaram – vivam os dólares!

Revista Moderna, 5 de Novembro de 1897

A RAINHA

*Dieu! qu'il la fait bon regarder,
La gracieuse, bonne et belle!
Pour les grands biens qui sont en elle,
Chacun est prest à la louer...*

Assim Carlos de Orleães, poeta e príncipe francês, cantava com enternecida e grave elegância, numa das suas mais puras canções, rimada em louvor de Bonne d'Armagnac, sua mulher, ou talvez daquela filha tão amada, a princesa Joana de Orleães, que, nesse ano de 1241, casara com o duque de Alençon, o desventurado valente da batalha de Verneuil. E em toda a fina canção, depois de jurar aos Céus que não existe dona ou donzela que se compare a essa, aquém ou além-mar (o curto mar do Passo de Calais!), sempre termina por voltar, com admiração, ao dom que ele julga o melhor, o mais suave e o mais poderoso – *qu'il fait bon la regarder!*... Realmente, este dom de uma beleza compreensível e simples, que encanta desde que aparece, sem necessitar mesmo, nesse acto de sedução, o socorro da inteligência ou da virtude, é dom precioso para uma princesa. Outrora Platão ensinou que a beleza é o esplendor da verdade: – e o mundo antigo sempre exigiu que as suas profetisas fossem belas, para que a perfeição da face garantisse a veracidade da inspiração. Depois, através dos séculos maceradamente cristãos, esta ideia de harmonia esmoreceu; e até, na desesperada opressão com que a alma esmagou o corpo, a fealdade, sobretudo acompanhada de tristeza e farrapos, se tornou uma condição de santidade. A sábia Renascença restabeleceu o luminoso ditame platónico. E, hoje, apesar de uma teimosa educação espiritualista, todos tendemos a crer, como os homens da Ática, que as linhas muito puras do rosto traduzem os modos muito puros do espírito, e que Deus, confirmando Platão, carinhosamente aformoseia a morada que destina a uma alma que lhe é cara. Ora, para as rainhas que a etiqueta (sobretudo nestas cortes peninsulares, onde desde Carlos V se entendeu que reclusão imprime majestade) obriga a habitarem numa elevação solitária, sob um dossel, apenas contempladas na rigidez pragmática, sem que a multidão tenha delas mais conhecimento do que aquele, tão exterior, que se tem de uma imagem de altar, cuja túnica resplandecente pode recobrir pinho tosco ou metal precioso, há um proveito superior em possuírem a irrecusável e esplêndida autoridade da beleza. Como observa o prudente Montaigne: *beauté est une pièce de grande recommandation*. De todas as verdades estabelecidas pela Terra, ou ensinadas pelo Céu, só nessa os homens concordam, submissamente, com deslumbrada unanimidade. Cada poeta, desde Orfeu, para lhe exprimir a virtude dominadora e persuasiva, a considerou como uma realeza; e, contra essa realeza, nunca rugiram jacobinos, nem antes, nem depois de Robespierre.

A rainha de Portugal recebeu do Céu favorável este dom de uma beleza adoçada de graça, *qu'il fait bon de regarder*, e que, só porque aparece, governa. E esta qualidade de mulher quase se torna social, quase se torna uma virtude de Estado, entre um povo, como o português, tão prontamente, tão finamente sensível à formosura. Sobretudo quando ao prendedor encanto da presença se junta, como na rainha, para mais lhe alargar a irradiação, o espírito de sociabilidade, que ela herdou da sua raça e que foi sempre uma das elegâncias morais da sua Casa.

Muito subtilmente se tem discutido sobre a qualidade original com que o espírito francês concorre para a grandeza do espírito humano. Uns votam pela finura; outros pela clareza; outros pela ordem. Mas qualquer dessas qualidades, ou todas elas, exerceram sempre a sua influência na Europa através do espírito de sociedade, que no

século XVII se chamou, à maneira romana, *urbanidade*, e depois no século XVIII, quando em França o génio nacional mais perfeitamente se harmonizou com o regime político, se chamou, francamente, *a arte de agradar*. A esta arte, que torna os caracteres macios, arredondados e polidos, como os seixos que um arroio manso envolve e docemente rola, deve a França (mesmo agora que o arroio se desmanchou em torrente turva e brava) o ser a nação onde as relações da vida se conservam mais fáceis, mais comodamente suavizadas, e de uma harmonia tão tolerante na sua ligeireza que ela concorre para a solidez da sua unidade. Na rainha de Portugal, este encanto de sociabilidade está todo na sua dignidade familiar, repassada de atenção, penetrada de sensibilidade, fácil em docemente se interessar, fácil em discretamente se igualar, mas séria e concertada, e que um poeta um pouco precioso, como Carlos de Orleães, compararia ao arbusto grácil que se debruça, espalha perfume, derrama frescura, e logo formosamente retoma a sua elevação natural! A nós Portugueses, povo de porte taciturno, que, durante longos séculos, se embuçou sempre em grandes capotes, e carregou sobre os olhos largos *sombreros*, esta fácil, ridente, aberta e desembuçada sociabilidade desconcerta; e mesmo lhe impusemos outrora, no começo do século, quando de França só conhecíamos, por um lado os dançarmos e por outro os terroristas, o nome desdenhoso e desconfiado de *francesismo*. O nosso velho escarpamento moral quase nos impossibilitava de compreender que uma afabilidade sempre activa e difusa, um interesse atento que todo se alvoroça, uma efusão em que se entrega a alma no lampear de um sorriso, não proviessem do esforço da astúcia, para captar perfidamente a clientela dos simples... E, certamente, a simplicidade conversável da rainha, a sua afluência de simpatia, a graça acolhedora da sua expressão surpreenderam, quase inspiraram desconfiança a este povo habituado, desde o estabelecimento da monarquia absoluta, a não separar majestade de imobilidade. E data este sentimento do «Portugal Restaurado», porque então se cimentou entre nós a hirta pragmática cesariana, deixada em Lisboa pela realza de Espanha, que a herdara da Casa de Áustria. No tempo dos nossos velhos reis, ao contrário, todos os educadores de príncipes lhes ensinavam o alto dever real de comunicar docemente com o povo. Na sua «Doutrina ao Infante D. Luís» o douto humanista Lourenço de Cáceres gravemente lhe recomenda «que se não aparte da afabilidade nem dê pouca parte de si ao, povo, pois que não há erro mais nocivo para quem haja de senhorear ânimos portugueses!» e D. Aleixo e Meneses, na sua fala e despedida sublime a el-rei D. Sebastião, lança estas grandes palavras: – «O excesso de afabilidade, senhor, não compromete a autoridade do príncipe... Mas muitos príncipes, relaxando a sua autoridade com os validos, e conservando trato altivo para o seu povo, vieram a ser aborrecidos de uns e desestimados de outros.» Hoje, Deus louvado, na nossa sociedade tão igualada como um campo de restolho, já não existe possibilidade para reis «de trato altivo»: como na nossa mudada Lisboa já não existem ruas por onde um D. Pedro 1 dançasse, metido com os mesteirais, ao clarão festivo das tochas, ao clangor das longas de prata. Todavia, ainda compreendemos mal o imperador da Alemanha, derradeira encarnação filosófica do direito divino, trajando uma farda esbelta e simples, e jantando, com intimidade alegre, em casa de um poeta ou de um sábio. E, só recentemente, esta amenidade francesa da rainha começou a ser entendida na sua exacta essência, como a irradiação muito natural de uma bondade muito culta. Desde então, porém, e com essa bondade acariciadora, que ela, como dizia o velho Cáceres, «senhoreia os ânimos portugueses». Sob a nossa casca fusca e rugosa, nós somos, realmente, um povo doce, que adora a doçura; e apenas este povo descobriu que esta afabilidade da rainha não era um artifício de corte, mas uma expressão de alma, logo, entre rainha e povo, se estabeleceu essa simpatia que se alarga, e que talvez constitua, insensivelmente, uma força social... Sim, uma força, pois que só agora, que se estudou

tão penetrantemente a psicologia das multidões, se compreendeu quanto num velho trono vale um brando gesto.

Esta afabilidade transparente da rainha permite que se distingam alguns modos do seu pensar e modos do seu sentir, sempre tão difíceis de perceber em príncipes, pois que três opacas muralhas os dissimulam: – a etiqueta, o resguardo contra a familiaridade, e a timidez, inconveniente tão congénere em príncipes, que não faltou a Luís XIV nem a Augusto! Ora, de muitas mulheres, sobretudo de muitas rainhas, apenas se relatou a sua elegância e a sua gentileza – logo se findou a sua curta e mundana história. Na rainha, porém, para além do brilho visível, existe ainda um harmonioso conjunto de ideias e de sentimentos, interessantes de estudar pela sua elevação e rectidão – e ainda porque, pertencendo a uma rainha de Portugal, esses pensamentos e esses sentimentos, beneficentemente reverterão, como diz a nossa velha lei, *a prol do comum e aproveitança da terra*.

O que logo surpreende e cativa na rainha é a sua completa e carinhosa nacionalização portuguesa; e, no entanto, bem sabemos nós todos que lidamos com a história, quanto a flor-de-lis é flor difícil e rara de enxertar! Mas aqui o lírio de França mergulhou tão profundamente a raiz no torrão português e tão gratamente absorveu a sua substância, que, hoje, na forma, na cor, no aroma, já se não diferencia de qualquer fresca e genuína rosa de Portugal. A rainha ama a nossa terra como se dela houvesse brotado. Um tal amor era sempre instintivo numa rainha da Meia Idade ou ainda da Renascença – porque a realeza se compunha então de paternidade e de posse. O rei governa e protege como pai e dono. Não há vila, cabana, ovelha ou árvore a que ele não deva cuidado paternal e em que não exerça domínio senhorial – que os costumes lhe continuam mesmo quando as leis lho arrebatam. A ternura pelo povo e pela terra é ampliação natural da ternura pelo filho e pelo património. Como não amaria de resto um rei dos séculos XIV ou XV, numa terra toda sua, uma turba humana toda sua, dócil e filial, que para ele lavra, para ele edifica, para ele combate, para ele ergue as mãos, mesmo antes de as erguer para Deus? Mas uma rainha, hoje, sabe que o povo que a aclama lhe pertence tanto como a qualquer outra mulher, que passe ao lado, com o seu cântaro, para a fonte. O título que ela conserva e que outrora lhe conferia, espiritualmente, um direito positivo, hoje só lhe confere, socialmente, uma função cerimonial. E nem o patriotismo mais ciumento poderia reclamar que uma senhora de terra alheia, desde que entregou a mão, numa igreja, diante de um bispo, a um príncipe nosso, logo entregasse o coração todo, sentidamente, ao povo e à terra de que um contrato a ergueu rainha. Mas, realmente, a rainha, desde que a lei a tornou portuguesa, logo se desejou portuguesa. Juntando inteligência e sentimento, alargou os seus belos olhos, avisou o coração, tentou compreender e estimar. A terra logo a enlevou pela sua maravilhosa graça rural. Depois, conheceu a gente, o seu labor paciente, a sua robusta sobriedade, o seu carinho do lar, a sua reverência meiga e sem adulação, a risonha simplicidade com que acolhe a ventura, a tocante conformidade com que aceita a desventura. E desde que tudo compreendeu, tudo amou. Esta afeição, pois, da rainha por Portugal, é não só de simpatia, mas de raciocínio. Pôs nela toda a sua sensibilidade, mas também toda a sua vontade. E bem podemos, pois, louvar nesta rainha, como consciente virtude, o que noutra rainha, Isabel de Portugal, uma grande santa, de grande altar, não passaria de inconsciente instinto...

De muitos modos, todos inteligentes e úteis, a rainha nutre e aviva esse seu amor por Portugal. Sem que o crespo e seco dizer dos nossos cronistas a assuste, ela mergulha piedosamente nas nossas crónicas. As nossas velhas indústrias caseiras são um dos seus ternos cuidados. Não podendo restaurar todos os monumentos decaídos, a todos estuda, desenha e indaga a história, para se penetrar da robusta alma que os criou. E o seu

entusiasmo não cessa de estimular a inesperada e prometedora renascença do nosso nacionalismo.

Uma das feições mais tocantes da sua alma portuguesa e a admiração pelos homens fortes que fizeram o reino forte. Filha de França, terra de tão alta valentia que Deus a escolheu para seu soldado e por ela fez os seus grandes feitos, *gesta Dei per Francos*; princesa de uma Casa onde os heróis decerto não escasseiam, pois que quarenta e nove dos seus antepassados morreram soberbamente em combate – a rainha, hoje, sem abandonar a sua afeição filial pelos paladinos da França, sente uma admiração talvez mais enternecida pelos de Portugal, ou por compreender já que eles mais concorreram para a grandeza da humanidade, ou porque, pertencendo ela mesma à história de Portugal, se afeiçoou por aqueles que tornaram essa história tão poética e tão heróica. Talvez esse Bertrand du Guesclin, de quem, na sua infância, tanto lhe contariam, se ande já desvanecendo no seu espírito, ante a sombra mais vasta e nobre do nosso Afonso de Albuquerque; – e receio mesmo que o puro dos puros, a flor de toda a cavalaria feudal, o bom senhor de Bayard, seja esquecido por aquela maior pureza e melhor flor de cristandade, o santo e grão Condestável! Mesmo na sua preferência pelas residências históricas, ela mostra esta religião do velho Portugal. Em Vila Viçosa, que contém tão curioso pedaço da nossa história, desejaria ela decerto que a corte permanecesse, com o seu antigo estado paternal e solarengo, entre um povo amável e familiar, para quem fosse menos a rainha do que a «boa senhora». Ou então, ditosamente, habitaria esse Castelo da Pena, que, sobre a fresca serra, revive, na nossa idade, um castelo de lenda, semiencantado, com moiras nas fontes, todas as tardes misteriosamente embrulhado entre nuvens, e pelas nuvens levado, e nas nuvens desfeito... De resto Portugal inteiro a encanta e a retém, como sua – e onde esta princesa de França agora se sente estranha, e vagamente exilada, é na terra de França!... Oh! decerto a ama – porque não é esta pátria que se esqueça, sobretudo quando se vem dos reis que a criaram. Mas, mesmo neste velho Paris, entre o Louvre e Notre-Dame, tão cheios dos seus, talvez ela se surpreenda a pensar saudosamente naquela quieta, e simples, e assoalhada calçadinha que sobe para as Necessidades...

A rainha, como a sua graça afável o anuncia, possui a bondade nas suas formas amáveis, a tolerância, a bem-querença, a doçura com os humildes, a piedade de todo o mal. Mas na sua alma portuguesa, a bondade floresce principalmente sob uma forma toda nossa e do nosso povo – a caridade. Oh, bem sei! A caridade pertence a todas as terras, porque a todas, com um fulgor mais intenso ou mais ténue, penetra o espírito de Deus. Há caridade entre os homens peludos e quase inumanos da Terra do Fogo e entre os Inóitos das últimas neves que nunca conheceram relvas ou flores – porque a há entre os bichos, onde os naturalistas, sem se surpreender, descobriram associações de beneficência. No entanto, a sua expressão é diferente nas sociedades, e de desigual beleza. Enquanto que a caridade, na Inglaterra, reveste um carácter todo social, e se exerce para manter a grandeza harmoniosa do Estado, e em França toma um carácter todo racional, e se professa para adiantar a igualdade jurídica – entre nós, ela é simplesmente emocional, brotando dos impulsos do coração, sem considerações pela sociedade, sem submissões ao raciocínio, arremessada difusamente, apaixonadamente, na pressa de um enternecimento, que, ante qualquer miséria, só anseia por que ela se alivie, ante qualquer pranto, só deseja que ele se enxugue, mesmo sem gratidão. Por isso, a sua forma corredia e fácil é a esmola – a esmola que os economistas condenam como imoral, porque, calmando a necessidade, protege a ociosidade, e que os socialistas combatem como funesta, porque, adiando a revolta, prolonga a injustiça. Portugueses não se enredam nestas subtilezas de doutrina. Perante a mão que suplica, não paramos a desejar que ela agarrasse antes uma ferramenta para obter a abundância individual, ou

que empolgasse antes uma arma forte para impor a igualdade social. – Não, muito candidamente, escandalizando o economista e o socialismo – palpamos o bolso, com viveza amorável, e damos. A rainha tem esta expressão sentimental e antidoutrinária da caridade portuguesa. É uma senhora de grande e delicada esmola. E a sua esmola não baixa majestosamente do trono, numa salva, entre alabardeiros. Ela própria a leva, sob um véu espesso, a todos os recantos, onde pressinta uma lareira apagada, farrapos tão rotos que já nem se remendam, a enxerga pisada pelo lento sofrer. Mas, ao mesmo tempo, como francesa, ama a caridade racional, que se organiza, se arma em. instituição, derrama o bem por estatuto. Dessa nasceu, o seu Dispensário admirável. E, assim, a senhora excelente dá com a razão, dá com o coração; dá calculadamente, por livros bem escriturados, e dá compassivamente, ao acaso da sua sensibilidade, talvez errando pelo lado da ciência, mas acertando pelo lado de Deus. Virtude transcendente e inédita? Oh! não! Todas as rainhas professam a caridade, porque a regra monárquica, copiando a tradição feudal, lhes destinou essa suave função no Estado: e, modernamente, em Portugal, que as rainhas nos venham da Alemanha, de Itália ou de França, todas, na doce continuidade de um encargo santo, encham o seu regaço com os pães de Santa Isabel. O encanto especial da esmola da rainha está no silêncio abafado com que a espalha. E não pelo receio de que a sua esmola pareça, aos que a testemunham, o preço tortuoso da sua popularidade – mas pelo desejo que a esmola chegue àqueles que a recebem como o escondido quinhão da sua fraternidade. E o outro encanto ainda reside nesse complemento da caridade que os Santos Padres tanto exaltam, a avareza para connosco, bem apertada, acompanhando a liberalidade para os outros, bem solta! A rainha, moça, bela, mas não rica, poupa no seu luxo para esbanjar na sua beneficência; e a sua simplicidade é mais que uma escolha de gosto – é uma imposição do Dever.

Conta uma lenda antiga que, no Céu, ao lado do Senhor, num escabelo de ouro, um anjo arrola, num fólio, felizmente imenso, as esmolos que se espalham na Terra. Este pobre anjo, por vezes, suspende a diamantina pena e hesita e suspira, ao inscrever certas liberalidades que avançam faustosamente pela rua, entre pregões e tambores atroantes. Mas a coluna da rainha deve andar toda esparrinhada de coruscante tinta, pelo alvoroço ditoso com que o anjo, decerto, marca esmolos dadas com tão gentil piedade e discreta emoção.

Uma bondade assim forte e activa, nos limites em que a encerram a etiqueta e os costumes reais, já denota um espírito sério. Mas toda a vida da rainha constitui uma manifestação perene dessa seriedade desejável. Se percorrermos a história íntima dos estados, observamos logo, com tristeza ou com malícia, que o mal da frivolidade grassa fundamente nas rainhas, e que, ou se ocupem de luxo, ou de sentimentalidade galante, ou de intrigas dinásticas, ou de enredos de corte, ou de parcialidades de religião, ou de tramas políticas, as suas vidas se resumem em confusão e ruído estéril. Ditosa ainda a nação, quando, à poeira que elas ergueram, se não mistura sangue! Neste século, porém, mesmo sem aludir à triunfal soberana que o enche, e que, como Augusto, criou uma era, a Era Vitoriana, abundam rainhas estimáveis pelo carácter, pela inteligência, pela compreensão da dignidade real, pelo fecundo emprego da existência. A rainha de Portugal pertence a essas soberanas bem louvadas, que, por lhes faltarem já tantos direitos e não desejando definhar na inutilidade, através das frias salas dos paços, se impõem muitos e graves e laboriosos deveres. E. a dois desses deveres se aplica a rainha com tocante atenção, ao dever Intimo, e *teologal*, como lhe chamaria um padre da Igreja, do aperfeiçoamento próprio; e ao dever público, nacional, da educação dos príncipes.

No aperfeiçoamento próprio, a rainha conserva sempre presente, além da necessidade superior de ornar o espírito, a obrigação de se abastecer, de se completar

para a sua missão real. As suas leituras, copiosas e cuidadas, todas se concentram sobre as memórias que oferecem ainda o mais seguro caminho de se penetrar nas almas e nos motivos humanos. Mesmo as artes, que ama com uma fidelidade fina, sobretudo a pintura, em que revela observação e a certeza fácil do traço expressivo, ela as aproveita para mais e melhor se impregnar das feições, dos costumes, dos aspectos do povo e da terra de que é rainha. Na música, a sua afeição vai para as cantigas populares deste velho Portugal que galanteia cantando, trabalha cantando, fala a Deus cantando, e, cantando, embala a morte. E, mesmo nesse robustecimento do corpo que a Antiguidade estabeleceu como um dever religioso e que nós estamos, felizmente, organizando como um dever social, a rainha prefere a todos os exercícios de um cunho rija e velhamente português; e, se a sei apaixonada da «Nobre e Liberal Arte de Cavalgar Toda a Sela», não a suponho menos afeiçoada a toda essa destra, valente e salutar campanha que Portugal mantém com o touro, desde a ferra até à lide!

Assim, além da larga porção do cerimonial de estado que a Constituição lhe impõe (e que a nós, solitários trabalhadores da pena, parece tio acabrunhadora) a rainha passa uma vida de labor intelectual, esmerado, fecundo e patriótico. Mas o seu trabalho genuinamente patriótico é o da educação dos príncipes. E não porque ela se esforce em os tornar dois *príncipes*, no rígido sentido monárquico, mas porque aspira a que neles cresçam dois *homens*, no mais vasto e nobre sentido humano. A educação de um príncipe! Ponderoso problema filosófico de todo o erudito século XVII e ainda do ligeiro e generoso século XVIII! Nenhum tema, como este, afiou a sagacidade dos moralistas. Quantos suculentos é majestosos programas! Quantos tratados facundos, embebidos de todas as preciosidades da ética, de toda a experiência do classicismo, de toda a comentação da Natureza! E o resultado desta tão repleta pedagogia do Estado, para que concorriam prelados, humanistas, magistrados, filósofos, poetas, marechais, era, quase sempre, em toda a pobre Europa, uma série de príncipes detestáveis ou risíveis.. Todavia, em obediência ao exemplo sublime de Alexandre, o maior dos príncipes, educado por Aristóteles, o maior dos homens, sempre os reis deram aos filhos, como preceptores, os personagens superiormente ilustres do reinado. Debalde! Fénelon transformou o duque de Borgonha, que *nascera terrível*, como afirma Saint-Simon, num filósofo cheio de dignidade e mansidão; mas todos os preceptores famosos falhavam, e, das suas lições doutíssimas, dos seus cuidados piedosos, surdia ora um insignificante, ora um burlesco, ora um monstro! Porquê, severos Céus? Porque os nobres preceptores já recebiam os principezinhos do escuro fundo dos paços, com a natureza irremediavelmente estragada pela camarilha interesseira de saias e de librés!

Para além dos Pirenéus, só uma casa real, a Casa de Orleães, ao findar o século XVIII, educava os seus príncipes com verdadeiro amor pelo carácter e pela inteligência. Então aparecera, sem a virtude e a beleza moral de Fénelon, mas com uma visão talvez mais segura dos destinos da realeza, a ideal educadora de príncipes, Madame de Genlis. Dessas educações fortes, claras, profundamente humanas, vieram esses príncipes cultivados, valentes, brilhantes, superiormente franceses, em quem os pensadores deste século, os mais descontraídos, desde Metternich, o estreito estadista do direito divino, até Vítor Hugo, o enternecido lírico da democracia, admiraram «homens como há poucos, e príncipes como nenhuns há». A uma princesa dessa Casa cabe hoje educar dois filhos, príncipes de Portugal. E, nesta missão, ao que parece, os seus cuidados tendem, menos a ensinar prendas do que a criar virtudes. Neste singelo programa de pedagogia maternal, vede já que fecunda revolução! E, quando a rainha a tiver realizado, se a realizar com ventura, terá cumprido esplêndido feito. Branca de Castela quase ficou santa de calendário, por ter guiado, para a santidade, S. Luís, rei de França. A sua glória reluz também, na história, por ter feito de Luís, não o doce santo, mas o

nobre rei. Todavia, mais a eleva entre as mulheres, e lhe rende os corações, o ter formado, em Luís, aquele perfeito espelho de doçura, demência, renunciamento, misericórdia, e quase divina amizade pelos homens.

S. Luís é uma encantadora imagem, para que eu me detenha junto dela, nestes pensamentos sobre a sua neta excelente. De resto, antes esta princesa *qu'il fait si bon regarder*, graciosa, boa e bela, tão portuguesa, tão humana, tão doce de emoções, tão recta de instintos, desejosa de bem-fazer, atenta a bem pensar, leal e amena, corajosa com a serena coragem da sua raça, toda penetrada dos seus deveres reais, alvoroçada pelos seus deveres maternos, de uma dignidade benigna, de uma seriedade carinhosa – eu não tentei compor um retrato, como eles se usavam e estimavam nas polidas letras do século XVIII. E como poderia? E como saberia? Sempre a obscuridade e a sorte me trouxeram alheio à corte. Na minha terra, onde nem vivo, eu sou apenas um cansado e velho fazedor de livros, que passa. Só raramente penetro no Paço, por aquela grata escada que em Versailles se chama *l'escalier des Poètes*, e por onde se sobe, menos à presença do rei, do que ao trato interessante do erudito e do artista que é rei. De príncipes, só conheço o coração àqueles, tão raros, que foram poetas, como o meu gentil Charles de Orléans, e que puseram todo o seu coração em rondós e vilancetes. Depois, a presença angustiosa das misérias humanas, tanto velho sem lar, tanta criancinha sem pão, e a incapacidade ou indiferença de monarquias e repúblicas para realizar a única obra urgente do mundo, «a casa para todos, o pão para todos», lentamente me tem tornado um vago anarquista entristecido, idealizador, humilde, inofensivo... Anarquismo, mesmo vago; tristeza, mesmo filosófica; idealização, mesmo escondida não compõem um bom cortesão. Mas, uma rainha *gracieuse, bonne et belle*, certamente me encanta. E, pois que o nosso pobre Mundo tanto necessita de doçura e bondade, sinceramente creio na vantagem social de que, por vezes, uma rainha irradie um pouco da sua doçura, da sua bondade, da sua beleza, sobre os costumes, os espíritos e as leis. Assim eu tivera a fina arte de tornar esta, que é rainha de Portugal, bem clara, e bem compreensível... Não tenho – porque, «pássaro solitário e humilde», como diz Camões, mal posso eu mesmo compreender quem se move em paragem tão complicada e remota da minha «riba solitária e simples...»

*Et, pour ve, Princesse,
Quand ainsi devant vous seray,
Veuillez, par votre grant humblesse,
Me pardonner se je ne sçay
Parler de vous comme devrays...*

Revista Moderna, 15 de Janeiro de 1898

EDUARDO PRADO

A qualidade dominante de Eduardo Prado, a sua *qualité maîtresse*, segundo o termo escolar da velha psicologia francesa, a qualidade motora da sua vida pensante, e mesmo da sua expressão social, é certamente a curiosidade. A curiosidade, instinto de complexidade. infinita, leva por um lado a escutar as portas e por outro a descobrir a América: – mas estes dois impulsos, tão diferentes em dignidade e resultados, brotam ambos de um fundo intrinsecamente precioso, a actividade do espírito. Um espírito indolente não se arremessa com magnificência para os mares desconhecidos: também não se arrasta mesquinhamente para as fendas das portas: imóvel, como uma árvore sobre as raízes, ondula e rumoreja, dá a sua folha ou o seu fruto, derrama a sua curta sombra sobre o seu curto chão, e na mesma imobilidade, direito sobre as raízes, murcha, caduca e perece. O espírito porém que incita o homem a deixar a quietação do banco do seu jardim, a trepar a um muro escorregadio, a espreitar o jardim vizinho, possui já uma estimável força de vivacidade indagadora: – e a tendência que o moveu é essencialmente idêntica à tendência que, noutro tempo, levava outro homem a subir às rochas de Sagres, para contemplar, com sublime ansiedade, as neblinas atlânticas. Ambos são dois espíritos muito activos, almejando por conhecer o mundo e a vida que se estendem para além do seu horizonte e do seu muro. O valor tão violentamente discordante das obras dependerá apenas do quilate dos dois espíritos, e das condições em que se exerçam, largas aqui com toda a largueza da onnipotência, mais estreitas além do que a choça de um servo. Um, nascido com aladas aspirações de conquista e de fé, trabalhando sobre as energias novas de um povo forte, revelará aos homens o segredo da Terra: – o outro, de índole peca, enlevado na importância da comadre e da couve, não cessará de esfolar os joelhos, no esforço de trepar aos muros para espiolhar as vidas e as couves alheias. Depois um, ao acompanhamento das líras épicas, penetra na imortalidade: o outro não passa do canto do muro, onde certamente o apedrejarão. Mas ambos eles, o criador de civilização e o criador de escândalo, obedeceram à mesma energia íntima de iniciativa descobridora. São dois espíritos governados pela curiosidade, a *vil curiosidade*, como lhe chama Byron, com romântica ignorância... E de resto, sem essa qualidade vil, nunca o primitivo Adão teria emergido da caverna primitiva, e todos nós, mesmo o curiosíssimo Byron, permaneceríamos, através dos tempos, solitários e horrendos trogloditas.

As fadas benéficas que rodearam o berço de Eduardo Prado, dançando levemente, carregadas de dons, também lhe trouxeram na almofada mais rica esse dom fecundo da curiosidade. As qualidades primaciais são precoces: – o divino Hércules, apenas embrulhado nos seus cueiros pelas luminosas mãos de Alcmena, estrangulou logo, como risonho ensaio de mais altos trabalhos, duas serpentes terríficas. Eduardo Prado começou seguramente por desmanchar e remexer o seu berço, no apetite de conhecer bem o arranjo e a espessura das penas. Afirma Carlyle que o período da curiosidade passou como o período da cavalaria – e que no homem se não mantém, puro e afiado, aquele belo instinto que impele a criança a arrombar s tambores para descobrir o esconderijo do som. Carlyle denegriu sempre o seu tempo... Ainda surgem entre nós alguns magníficos curiosos – como ainda pelas ruas perpassam paladinos, cuja bengala é realmente uma lança disfarçada. Eduardo Prado conservou esplendidamente o instinto: na sua mocidade, como já outro descobrira a América, não sei se escutou muito às portas do saber: mas, concluído aquele bacharelato que nos países latinos se tornou um complemento do baptismo, logo anelou por escutar e olhar, para além do seu bocado de América, a Terra toda, em toda a sua falada redondeza. Este desinquieto desejo não

escasseia entre os civilizados – agora que percorrer o mundo já não é, como no século XV, empreendimento de grande confusão, alarido e dano. Com todos os nossos mares aclarados, nenhum tenebroso, e divertidos hotéis boiantes para os atravessar, providos de adega, de inglesas sensíveis, – milhares de sujeitos, constituindo já uma classe, possuindo já um rótulo, *globetrotters* (trotadores do globo), trotam, assobiam, dão vivamente a volta ao Mundo, com a facilidade, se não com a filosofia, do fino De Maistre dando a volta ao seu quarto. Mas estes sujeitos trotam pelo gosto corporal de trotar, «para se dissiparem, não para se acrescentarem», segundo a forte expressão eclesiástica – e no seu trote continuo através dos continentes vão assobiando, porque não vão pensando. Na realidade são vagabundos. Prado foi um viajante, do tipo pensativo de Anacársis (sem a sua austeridade e a sua facúndia, louvado Deus!) Viajou vastamente, viajou intensamente: não como vagabundo, mas como filósofo, para quem o mundo constitui aquele livro que louva Descartes, o mais proveitoso de folhear, ainda que o mais dificultoso de compreender, porque esse vive, e os outros livros são almas embalsamadas. Toda a Europa, a Arábia, a Palestina, o Egipto, a Índia, a Austrália, as duas Américas, as ilhas do Pacífico, terras fortemente estudadas, finamente assimiladas, lhe penetraram no espírito para sempre: – e, corno aquele de quem cantou o Poeta, também ele traz «o mundo em si com as cidades e os homens...»

Ora, tendo recebido simultaneamente das fadas benéficas o dom inestimável de se interessar – Prado, no seu correr do mundo, não se limitou a contemplar «as faces dos homens e as pedras das cidades». Espíritos que o século aclama, espíritos diligentes e inventivos, se contentaram com esse exame, ligeiro e tão fácil, dos trajes, das arquitecturas, das paisagens, visitando as nações como museus, para gozar formas e cores. Mestre Gautier, um crítico, trilhou a Espanha com amorosa curiosidade sem reparar numa alma – notando apenas pregas de estofos, labores de pedras, belezas de céus... Prado, ao contrário, com a sua activa simpatia humana e social, desejou penetrar, penetrou no viver dos homens e no organismo das sociedades. E, pela força dessa simpatia, não resvalou no erro hereditário de viajantes muito ilustres e muito doutos – não desdenhou nunca costumes ou ideias simplesmente porque eles divergiam do tipo genérico e mediano da civilização francesa, em que o seu espírito crescera e se formara. Toda a sociedade do século XVIII, composta dos D'Alembert, dos Chamfort, dos Fontenelle, das Madame Geoffrin, das Madame de Tencin, exclamava com elegante espanto: – «Que esquisitice, haver Persas!» Era esse o tempo em que a França (e com ela a Europa deslumbrada) não compreendia que se fosse humano, não se sendo francês. Hoje a Europa já admite que existam Persas e índios – sobretudo para lhes sugar a substância valiosa. Eduardo Prado, porém, pertence àqueles que não só consideram muito racional, em tão vário universo, a existência dos Persas –mas que sustentam que os Persas podem ser amados desde que sejam compreendidos. E fervorosamente procurou compreender, e, através dessa compreensão, amar todos os povos a que aportava – estudando em cada um a virtude, ou a beleza, ou a energia próprias, enternecido aqui pela doçura rural, impressionado além pelo fragor industrial, igualmente partidário do beduíno no seu deserto e do construtor de Glasgow nos seus estaleiros, romano em Roma como manda Santo Anselmo e tanto deleita, mas hindu na Índia, e tão harmonicamente congénere entre os monges de algum sumido e secular mosteiro do Líbano, como entre os faustosos negociantes de lã nos clubes de Melbourne. Para conversar afectuosamente com as nações, como deseja Montaigne – não se importou jamais que elas fossem amarelas, ou cor de breu, que vestissem cabaia ou jaquetão de cheviote cortado na City, ou nem jaquetão nem cabaia, e apenas um colar e uma lança aguda. E, assim, de todas as sociedades em que mergulhou, recebeu um ensino inestimável, o mais fecundo e o mais puro, o ensino de que todo este largo

mundo é uma pequena cidade, a verdadeira cidade entrevista por Epicteto, onde a diversidade dos hábitos esconde a identidade das almas, e onde Deus só espera que todos os que a habitam verdadeiramente se entreamem, para então a tornar celeste e a habitar Ele também. Se as viagens a todos trazem riqueza intelectual – a Eduardo Prado deram riqueza moral. E eis a vantagem, quando se trota no globo, de ir mais pensando do que assobiando.

Este mesmo impulso de curiosidade e rápida simpatia humana, que espalhou Eduardo Prado através dos continentes, o concentrou no estudo apaixonado da história. – E, nesta outra peregrinação, não se contentou também em observar a fachada monumental dos tempos, feita de reinados, de leis, de tratados, de núpcias, de rebeliões, de guerras, toda salpicada de nomes e datas, com semblantes de heróis em gesso ou mármore: mas penetrou para além da fachada sintética, no esforço de conhecer sobretudo o pensar, o sentir, o viver costumário, o ser moral, a alma palpitante dos tempos. De resto a história, nessa forma externa, e apenas um seco e sombrio registo de crimes, desvarios, misérias. Toda ela se compõe, na realidade, das más acções dos grandes homens. Os destruidores, os opressores, os enganadores, os malfeitores, todos «grandes homens», atravancam a superfície da história, bem juntos, a couraça de um roçando na simarra do outro, de modo que o passado inteiro aparece apenas como um grupo das suas desconformes figuras, coroadas, mitradas, inchadas de orgulho. E a história, assim feita, assim lida, é simplesmente uma sátira da humanidade... Ora Eduardo Prado é sobretudo um amigo dos homens. Por isso na história procurou sempre aquele coração íntimo das multidões, que nunca se mostra nos anais e às vezes surge nas anedotas, e que, com a sua eterna mistura de credulidades, desalentos, terrores, sacrifícios, cóleras, êxtases, mortificações, nos faz fundamente sentir a funda unidade humana, renova através dos séculos a fraternidade das gerações, e me torna, a mim que escrevo, um contemporâneo moral dos remotos escribas que gravavam as lendas de Izdubar sobre os tijolos duros da Assíria.

A leitura da história, assim dirigida, desenvolveu nele um dos seus fortes sentimentos inatos – o amor do passado. Eduardo Prado permanece com efeito um devoto das idades antigas – devoção esmorecida, quase desaparecida, neste nosso século XIX que por ter surripiado casualmente três ou quatro segredos à Natureza, e saber manejar com mais destreza a matéria, e conseguir alguma aceleração de movimento por meio da água a ferver, e alguma rapidez de transmissão por meio de uma força que não compreende nem domina, se considera excelsamente superior a todos os tempos em que os povos não conversavam por meio de fios de arame. Ah! No século XVII, quando trovejava a contenda sonora «dos Antigos e dos Modernos» – com que ardor e afã ele correria a proclamar a superioridade dos Antigos, apesar de os Modernos de então serem Molière, La Fontaine, Bossuet e Corneille! Ainda hoje o julgo capaz de afirmar que o homem de tudo pode rir, pois que «rir é próprio do homem», – excepto dos Gregos e dos Romanos. E, segundo Goethe, nunca um homem revela mais o seu carácter e a sua inteligência – do que por aquilo que ele considera risível. Mas o seu culto da Antiguidade não se confina, como o de um velho humanista, nas letras clássicas – antes abrange toda a vida antiga, em todas as suas expressões, intimas ou cerimoniais, desde o gineceu até ao Forum. À maneira de S. Gregório, ele pede certamente a Deus a salvação da alma de Virgílio (que decerto está salva): mas sobretudo lamenta, como Santo Agostinho, que Deus o não destinasse a assistir, misturado entre os senadores, ou mesmo suando com a plebe nalguma esquina do Velabro, ao esplendor de um triunfo romano. E um dia me confessava que a sua emoção mais sinceramente intelectual a sentira diante de um bronze: – mas esse bronze era a estátua aos pés da qual tombara, nas pregas bem arrançadas da sua toga, César, apunhalado.

Este culto do passado não só actua sobre o desenvolvimento incansável da sua cultura – mas dirigiu docemente a evolução da sua consciência. E a ele talvez, mais que às influências de educação (e mais decerto que às desilusões do mundo) deve o seu catolicismo, forma em que cristalizou, com solidez, e muita transparência, e vigor de detalhes, a religiosidade errante que lhe bastara nos anos de errante mocidade. Como Chateaubriand, que insaciadamente relê e absorve, o que o atraiu no catolicismo foi a sua «beleza» inefável, a graça das suas criações celestes, a transcendente ternura das suas lendas, o fausto do seu rito, a harmonia das suas hierarquias, a nobreza da sua unidade, a majestade da sua duração... Decerto não pretendo que Eduardo Prado seja católico – por gosto de antiquário... E de resto outras razões, de temperamento, de cultura, de opinião social, o governam – pois que, dentro da Igreja, mesmo para as necessidades espirituais, sempre prefere, sempre procura, na parte mais rica e mais forte da Igreja, o ministério das congregações militantes. Mas sem dúvida a Beatriz teológica que no meio da sua «estrada» (porque todos a têm, mesmo no *boulevard*) o tomou pela mão, o iniciou, era a criatura toda de beleza – e a augusta poesia do passado cantava na sua voz persuasiva. Ele mesmo reconhece que esta foi a envolvente atracção. E ainda recordo a sua impressão assustada, quando, uma noite em que conversámos destes altos interesses da consciência, ele, tomando ao acaso a «Imitação de Cristo», deparou com esta linha, que lhe pareceu um aviso repreensivo mandado de cima: «Escuta a palavra de Deus pela verdade, não pela beleza! *Veritas est in Scripturis Sanctis quaerenda non eloquentia.*» Agora está tranquilo e confiado – porque a beleza confortavelmente o conduziu à verdade. Mesmo sem a doçura das amoráveis lendas, sem a majestade secular dos ritos, ele consideraria ainda a Igreja Católica como o mais salutar, mais amável, mais fresco asilo da alma, doente ou sã. E, todavia, se o dogma da Santíssima Trindade, ou Outro tão essencial, fosse decretado agora, neste mês de Agosto, em concílio ecuménico, e lhe chegasse de Roma, num mandamento, com a tinta mal seca, os carimbos do correio ainda frescos, ele acolheria o grande dogma sem entusiasmo, como concepção desautorizada, quase deselegante, por ser tão contemporânea!

A este amor do passado se pode ainda ligar a sua ruidosa cólera, quando o Brasil consumou a revolução a que ele meses antes estudara as causas com tanta serenidade e filosófico desinteresse. Sem estimar consideravelmente os métodos do Império, Prado amava o trono imperial pela antiguidade que lhe davam, não os anos, mas a hereditariedade, a continuidade histórica, como ramo mais poderoso e mais frutífero do velho tronco colonial que apodrecera. Era para ele uma instituição de raiz, de comprida raiz, funda e largamente mergulhada no solo moral da nação, que ela tornava mais consistente, e a que comunicava, como as raízes de um velho roble ao chão em que se cravam, um aspecto de duração e venerável repouso. E quando a soube desarraigada bruscamente, numa madrugada de Novembro (e pela ferramenta menos limpa e destra para desarraigar instituições, uma espada), todos os seus fortes sentimentos de patriota, de legista, de intelectual, mesmo de artista, se rebelaram, escandalizados. Com o desaparecimento do Império ele temia o desaparecimento do velho Brasil, da sua sociedade esmerada e culta, dos seus costumes graves e doces, da sua disciplina social, da sua segurança legal, da sua harmonia económica, da sua autoridade entre as nações, de toda aquela ordem formosa que o erguia na América como o representante mais alto da civilização latina. E a este desaparecimento desastroso, ainda acrescia, para o indignar e aterrar, o advento do jacobinismo. Um dos espíritos mais profundos, e decerto o mais lógico da revolução, o homem que na Igreja socialista tem a proeminência simultânea de um S. Tomás e de um Santo Agostinho, P. J. Proudhon, encontrara, no jacobinismo (através de longos anos de observação experimental) tanta carência de conceito filosófico, tanta hostilidade ao espírito crítico, tanta incompreensão

da justiça, tanta desconfiança da liberdade, tanta intolerância terrorista, tanta malícia inquisitorial, tanta tendência a governar por meio dos instintos e grosseiras paixões, tanto zelo em estreitar e retesar as fórmulas autoritárias, tanta confusão de ciência e consciência, tanto imobilismo intelectual, tanta inconsistência agitadora, tanta garrulice, tanta futilidade – que terminou por considerar seriamente o jacobinismo, não como uma doutrina, mas como uma doença maligna do coração e do cérebro! Mas a estes desagradáveis vícios que lhe analisou, com tristeza e tédio, o grande lógico da Revolução, ainda o jacobinismo junta um outro, abominável para um espírito tradicionalista como o de Prado – a violência iconoclasta. O jacobinismo possui, por único princípio, um quiproquó – a substituição da soberania do rei pela soberania do povo. Vive de uma impudente escamoteagem de coroas, do salto de uma ficção, de uma mudança de absolutismo – e desastrosa, porque sempre o absolutismo impessoal da multidão será mais rude, fantasista e cruel do que o autoritarismo de um homem, peado pelas considerações de dinastia e de sociedade, e acessível às influências do terror, quando o não seja às da justiça. O jacobinismo, portanto, também se reclama de um direito divino – que ele denomina direito popular: é o concorrente nato da realeza: e, desde que governa, procede logo, mais por instinto do que por sistema, a destruir toda a obra secular da monarquia. Para ele não há tradição nacional – pois que a nação só legitimamente data do dia em que ele se coroou e reinou! O seu desejo e interesse seriam anular toda a história. Mas a história é tão indestrutível como o solo; e assim se abaixa o jacobino, na plena força do poder, a derrubar crucifixos, a apear estátuas, a raspar coroas na fachada dos palácios, a mudar nomes nas esquinas das ruas, com aquele fanatismo e zelotismo empolado e minucioso que exasperava Proudhon, e o levou a alcunhar esses sectários amargos de *fariseus da Revolução*! A tal seita julgou Prado que ia pertencer a sua pátria, que cinquenta anos de ordem, de trabalho, de cultura, de paz, tinham elevado no mundo. E correndo à «Revista de Portugal», a denunciar o atentado, obedeceu a um puro instinto... Obedeceu ao instinto de um fino amante de arte que, avistando um bando bárbaro, em torno de um monumento que honra a cidade, com os camartelos erguidos para o destruir – corre à janela, e braceja, e grita, não somente para assustar o bando funesto, mas para despertar a resistência da cidade ultrajada.

Também o culto do passado se revela, em Eduardo Prado, pelo seu carinho quase filial ao velho torrão lusitano. Poucos portugueses amarão Portugal com um amor tão inteligente e crítico, em que não entra sentimento atávico, e que todo ele nasce da observação, da comparação, de um estudo atento feito por meio de jornadas, depois completado por meio de leituras, duas fontes do saber de limpidez desigual, mas ambas agradáveis e recomendadas por Aristóteles. Sólido conhecedor da nossa história, mesmo da história anterior às primeiras colonizações do Brasil (porque sobre aquela, que se desenrolou depois a sua erudição faz autoridade), tudo o que a ela se prende, como tudo o que se prende à etnografia portuguesa, tradições, lendas, superstições, festas, cantigas, anexins, costumes populares representando estados sociais, velhos casos da vida cerimonial, enredadas genealogias de uma família histórica, o encanto, o apaixona. E a mesma sedução o leva, sempre que aporta à Europa, a percorrer as nossas províncias, familiarmente, de carruagem, como quem visita terra sua, espalhando a atenção com zelo igual pelos monumentos e pelos homens, pelo que se semeia e pelo que se pensa, tão contente de espírito quando, entre eruditos, consulta os velhos pergaminhos de uma colegiada, como contente de corpo quando entre camponeses, à volta de uma romaria, bebe o fresco vinho verde sob as ramadas do Minho. Rico de amigos, em Lisboa, por Portugal inteiro, todo o movimento da corte, da sociedade, da política, o interessa – como as oscilantes manobras de um barco onde os seus amigos navegam, uns confiados,

outros inquietos... Prado, esse, não receia pelo barco! Especialmente para Portugal, Prado é um imenso optimista, não de um optimismo indulgente e bonacheirão à Pangloss, mas de um optimismo raciocinado, deduzido da história. Ele pretende que Portugal, sempre, desde Afonso Henriques, viveu enredado em dificuldades – que sempre invariavelmente venceu pela tenacidade, pela coragem, pela destreza, pela adaptação muito elástica a todas as renovações sociais, e também pelo favor da Providência que, desde a planície de Ourique, o vela e o ama. Desta teoria optimista da imortalidade de Portugal, tira ele a certeza de ser a nossa terra. além da mais doce e livre, a mais segura de habitar. Mas rio seu desejo, agora renovado, de habitar uma quinta em Portugal, entra muito o gosto moral de colocar, de ano a ano, a sua vida harmoniosamente num meio onde ele já fixou muito do seu espírito, e, pelas simpatias dadas e recebidas, já colocou uma- parte do seu coração. E de resto talvez o que o chama assim a Portugal, seja esse conjunto de crenças e costumes, que em nós persiste porque condiz com o nosso génio nacional, onde ele encontra os moldes ancestrais do seu Brasil, e que do seu Brasil receia desapareçam rápida e tumultuariamente.

Porque a afeição de Prado por Portugal é o complemento natural do seu amor pelo Brasil. E nele esse amor patriótico nunca sofreu diminuição, nem degeneração, bem sólido, bem alto, rijamente cimentado nas profundidades mesmas do seu ser. Há talvez, agora, por vezes, um ténue arrufo, quando a sua pátria se abandona ligeiramente a braços que ele imagina não possuírem nem robustez, nem perícia. E quando desconfia que esses braços de mau amparo, de guia incerta, a deixaram tropeçar, rasgar um pouco a túnica frígia, também o atravessa o curto gosto de murmurar: «Ai está! Desgraçadamente eu bem dizia!...» Mas são fugidias sombras... Na realidade, ele permanece o puro e forte patriota que traz sempre da pátria, consigo, não só o espírito, mas a imagem. As dilatadas viagens, as residências nas capitais de mais sedução, as afeições floridas longe da pátria, têm encontrado nele uma natureza magnificamente impermeável, não já ao cosmopolitismo, incompatível com individualidade tão acentuada – mas mesmo àquela influência das civilizações muito fortes, muito criadoras, muito rebrilhantes, que actuam no espírito como o sol dos países de grande sol actua sobre a pele, tornando uma rósea e nívea filha da Escócia, depois de três anos de Índia, mais morena e mais lânguida que as *bayaderas* do Nepal. Este homem, que há vinte anos trilha o *boulevard*, não tem, louvado ele seja, e por tal louvar louve ele a Deus, um traço mínimo de bulevarismo. E o seu espírito, sempre em movimento dentro do movimento intelectual da França, permanece tão livre e próprio da sua raça, como se sobre ele nunca pousasse sequer a sombra amável de uma ideia francesa... Sim, talvez o anti-semitismo! Mas o anti-semitismo é uma ideia neogótica, ressuscitada em França, e pintada de cores novas, de vermelhões infinitamente artificiais, para - ajudar ao assalto do capitalismo. Ora Prado, nos judeus não detesta o despotismo financeiro – apenas o advento social... Detesta que eles tenham surgido da sordidez do *ghetto*, que não usem sobre a roupa as infamantes rodela cor de açafrão, e que nunca morram em fogueiras cristãs. O seu anti-semitismo não o aprendeu com os Franceses, depois da Exposição de 1889: – mas no século XIV, com os Dominicanos. Não! não há nele nenhum francesismo – todo ele se apresenta moralmente vernáculo. Até esta civilização, sempre em fermento, o fatiga. E quando mais rebrilha a actividade social de Paris ou Londres, mais ele lamenta, com fina saudade, o verde-negro sossego do seu Bregão. Talvez mesmo agora nunca deixasse a sua pátria, se, de ano a ano, franzindo o sobrolho, a sua pátria o não sacudisse para as pátrias alheias. Atravessa então os sertões, sulca três mil léguas de mar incerto, remergulha no bulício europeu, e ao cabo de seis meses recomeça sorrateiramente a refazer as malas para se escapar com delícias para o silêncio dos cafezais.

É que na Europa sobretudo lhe falta terra sua, terra em que brotem frutos seus, terra em que pastem gados seus. Porque este homem de biblioteca e também essencialmente um homem da Natureza: – e a ciência formosa «de produzir as risonhas messes, de remexer a terra sob o signo favorável, de multiplicar o sarmento, de cuidar da abelha próspera» não tem mais sincero, reverente amador. Ama à terra não somente pela sua beleza, pela inocência das suas tarefas salutaras, pela quietação que ela verte na alma – mas sobretudo pela sua acção libertadora, pois que bem sabe que só vive livre quem dela vive. O fado irónico dispôs que ele habitasse cidades, se enfonhasse em livros, se votasse a teorias económicas, pelejasse por instituições políticas: mas ele paga ao fado irónico com redobrada ironia, cumprindo muito intermitentemente, muito negligentemente, esta missão imposta – e reservando toda a solicitude e continuidade de aplicação para as coisas amadas da Natureza e da terra. É possível que Eduardo Prado esqueça, ou mesmo abandone, com risonho e leve gesto, o jornal que fundou, o comício que convocou: mas, à planta que ele plantar, não faltará nem adubo, nem sacha, nem rega, nem ternos cuidados!

Estas qualidades, a não ser à do patriotismo, não influenciaram, nem se mostram nos seus livros. É que, além de uma «Viagem ao Oriente» (repassada de verdade, interessante saber, vigor luminoso) Prado concebeu e trabalhou todos os seus livros num momento de urgência, por Impulsivo patriotismo, para atacar ideias ou homens de quem receava a desorganização do Estado, ou para animar aqueles que reagiam contra essa desorganização pela força latente de alguma virtude social. Assim, a vitória do jacobinismo político e do fanatismo positivista determinaram essas veementes «Crónicas de Frederico de S.», os «Fastos da Ditadura», que acompanharão, ria história, a ditadura, com um silvar, decerto amortecido, mas perenemente desagradável de látego. Assim as tendências norte-americanistas da república provocaram esse esplêndido libelo, a «Ilusão Americana», o mais forte que se tem construído contra a raça neo-anglosaxónia, tal como a moldou na América um solo novo, o uso muito duro da escravatura, o contacto violento com raças bárbaras, o excesso de democracia utilitária, e a carência de uma tradição. E quando por outro lado, agora que a nação reentra com segurança na normalidade da vida, ele pressente um salutar retrocesso ao idealismo religioso., logo reúne e fortifica as almas, contando ardentemente a alma de um doce santo, o padre José Anchieta.

Sempre toma a pena num momento de pressa social ou moral, – como se agarra uma espada que rechaça ou conduz. Todos os seus livros políticos (desde os «Destinos do Brasil», perfeito estudo de psicologia social) são pois panfletos, ainda que não se compõem de uma «folha ou folha e meia de papel, repleta de veneno», segundo a famosa definição que deu de panfleto o lendário Arthur Bertrand, livreiro, jurado, capitão da Milícia Nacional e homem excessivamente bem.pensante... E pertencem, portanto, a um «género» superiormente nobre, porque dele se serviram, para grandes feitos, Proudhon, Pascal, Cícero, S. Basílio, Tertuliano, S. Paulo, e até Isaías e Ezequiel. Se não cabem na definição do ilustre Arthur os livros de Prado – certamente - realizam, e com singular rigor, a definição de panfleto formulada pelo mestre panfletário deste século, P. L. Courier. O que é um panfleto? «Uma ideia muito clara, saída de uma convicção muito forte, rigorosamente deduzida em termos curtos e límpidos, com muitas provas, muitos documentos, muitos exemplos...» Este é, segundo P. L. Courier, um panfleto – e também «a mais corajosa, mais útil, mais pura acção que um homem pode praticar no seu tempo, porque se a ideia é boa derrama verdade, e se é má logo aparecerá quem a corrija, e a correcção produzirá exame, comparação, contraprova, e portanto aproximação da verdade!» Ora, pelo ditame de P. L. Courier, Eduardo Prado é um incomparável mestre do panfleto. Antes de tudo, possui sempre uma convicção

forte, de boa raiz, raiz que ora mergulha na razão, ora apenas no sentimento, mas suga sempre num solo vivo. Sem diletantismos letrados, sem necessidade profissional (de resto enleado sempre numa certa indolência contemplativa), ele só se acerca do trabalho por dever, a uma solicitação urgente da consciência. Candidamente e tenazmente julga então possuir a verdade: e, como nos domínios da inteligência, junta muita probidade a muita temeridade – a sua verdade não a vela, nem a limita, nem a adoça, nem lhe mostra só os lados mais amáveis e macios. E a verdade rompe dele como habita no seu poço, nua, com uma corajosa nudez de selvagem ou de deusa. Depois as suas ideias são muito claras, de uma clareza seca de cristal bem talhado, com finas arestas onde a luz refulge. Confuso nos desejos, nos planos e nos modos, Eduardo Prado é, quando pensa, um lúcido – e não de uma lucidez esparsa, alumando amplos espaços com tenuidade, mas concreta, por isso mesmo ricamente intensa, como um fino dardo que vara horizontes. A esta clara visão ele junta um raro poder de deduzir, de desfiar, de subtilmente desfiar, e de ligar depois os fios subtis numa trama miúda e resistente que, quando combate, se torna aquela rede de ferro com que os gladiadores no circo imobilizavam para a morte os contendores – e, quando solicita ou propaga, aquela doce rede de seda aconselhada pelos Santos Padres para docemente pescar as almas... A todas estas superiores potências junta a potente paciência de esquadrihar os textos, desenterrar os documentos, amontoar os exemplos, percorrer toda a história e toda a Natureza para recolher um facto, um precedente, uma analogia – de sorte que a sua lógica, bem armada e destra, sempre combate sobre uma maciça, formidável muralha de prova. E, em todo este esforço, ajudado por uma memória de prodigiosa diligência e segurança. Ora a memória é a décima musa – ou talvez a mãe das musas.

A sua maneira de utilizar estes dons, o seu estilo, é o melhor, o mais adequado a um publicista – e participa superiormente da natureza desses dons. É limpo, transparente, seco, quase nu, sem roupagens roçagantes e bordadas que lhe embarquem a carreira destra ou deformem as linhas puras do raciocínio. Não há nele molezas, repousos, tendências a vaguear e a cismar – mas sempre o mesmo ímpeto elástico o anima e arremessa. Ainda menos tenta essas fugas vistosas, de foguete que estala nos ares – cuidadoso em nunca perder o solo maciço da realidade que a todos, como a Ateneu, comunica força invencível: e quando por vezes atinge essa plenitude é abundância sonora que se chama a eloquência, é porque inesperadamente o exaltou a grandeza da verdade entrevista, um arranque generoso de indignação, alguma brusca emoção de piedade, ou aquela segura proximidade do triunfo que solta todo o som aos clarins. Dentro de um tal estilo toda a expressão cabe, porque a sua ductilidade se presta tanto à grossa risada como ao soluço lírico. E Eduardo Prado para tudo o faz servir: lutando ou doutrinando, segundo a necessidade da causa santa, ele emprega a ironia alada, o sarcasmo estridente, a prédica catedrática e de toga, a murmuração familiar em chinelos, a rápida e remexida rebusca dos factos, e mesmo a compassada e ponderosa procissão das teorias.

A este estilo falta naturalmente aquela luminosa e ondulosa harmonia, que os Gregos amavam e chamavam *euritmia*. Porquê? Porque todos os seus livros são guerras – e ele, intelectualmente, um guerrilheiro. Logo, desde a primeira página, ao primeiro frémito, as ideias alçam o seu pendão, as ironias despedem a sua flecha, os argumentos brandem a sua dava, as citações clamam, as cifras silvam – e na pressa e excitação da lide tudo rompe, um pouco tumultuariamente, numa arranque para avante, contra a coisa detestada que urge demolir!... E mesmo, quando em dias de paz, recolhido e quase ajoelhado, glorifica, como na «Apologia do Padre Anchieta», ainda alguma confusão se estabelece no seu estilo – mas docemente alvoroçada e enternecida, como a de turba piedosa que se empurra para um altar amado. É que os seus livros são sempre actos

intensamente vivos – ora uma hoste em marcha, ora um povo em prece.

Não contei, depois de tanto contar, o seu mais cativante dom – o seu espírito de sociabilidade. Eduardo Prado é uma alma superiormente sociável. E decerto esta superioridade ressalta com brilho inegável de sol, pois que os amigos, os indiferentes, os que o praticam desde longos anos, os que o conheceram durante uma curta tarde, os que ele favoreceu, os que ele despeitou, os que só dele colheram carinho, os que só dele receberam sarcasmo, todos se juntam para afirmar que – pela inata alegria, pela vivacidade inventiva, pela veia ricamente cómica, pela abundância e delicioso humorismo da anedota, pela simplicidade que se pueriliza permanecendo fina, pelo elegante desdém da ostentação, pela bendita facilidade em se interessar, pela prontidão do entusiasmo, pela inteligente mansidão, pelo apego afectivo, não há mais desejável companheiro! Meu Deus! Bem sei que tal elogio se tem gravado sob a imagem de muitos ilustres malfeitores. Mas vede! A qualidade sociável, que merecera o louvor, esbateu, recuou para um piedoso esquecimento os malefícios ilustres, e só ela ficou gravada e lembrada. É que as grandes virtudes, como nos ensinou Platão, são para os grandes dias – e uma doce sociabilidade serve para todos os pequenos dias, neste nosso pequeno mundo, e de cada dia pequeno faz uma larga doçura.

Eis aqui pois um brasileiro, singularmente interessante, que na verdade honra o Brasil. E eu, meramente arrolando, sem as estudar, algumas das qualidades, doces ou fortes, que ele herdou da sua raça, e a que deu relevo e rebrilho todo seu, sinto a dupla felicidade de louvar, através de homem que tanto prezo, terra que tanto amo!

Revista Moderna, Julho de 1898

ALMANAQUES

(INTRODUÇÃO AO 1º VOLUME DO *ALMANAQUE ENCICLOPÉDICO*)

Conta uma velha lenda talmúdica que, nas vésperas do Dilúvio, dois sábios, dois videntes, que eram filhos de Seth e conheciam as tenções de Deus, descendo por um caminho da Mesopotâmia, numa tarde triste, naquela imensa tristeza das últimas tardes do Mundo, estremeceram. pararam, ao avistar por trás dos montes Górdios as nuvens que subiam, tenebrosas, enroladas, já carregadas da chuva suprema e vingadora. E o que então os contristou não foi a destruição dos rebanhos, das fortes cidades muradas, de tantos povos dóceis, pois bem sabiam os dois videntes que, retiradas as águas, encalhada a Arca nas colinas moles, em breve outros homens, pais de outros povos, pastoreariam rebanhos mais densos através de prados mais férteis, e ergueriam novamente cidades com vigias nas torres e o incenso fumegando nas aras. Não! o que os angustiou foi pensar que a ciência, a ciência tão penosamente adquirida e acumulada desde o Paraíso, pereceria com os homens sapientes que a possuíam, de repente, como se evapora a essência rica do nardo quando o vaso fino se quebra: – e que as raças, renascidas sobre a terra renascida, deveriam recomeçar a áspera aprendizagem, e por longos tempos errar de rio a monte numa apagada e muda simplicidade de espírito, não sabendo mais que matar a caça com uma lasca de rocha, e ao desdobrar da sombra buscar o refúgio de alguma toca, com medo da noite e dos seus astros incompreendidos.

Então, naquele caminho perdido da Mesopotâmia, sob a tristeza imensa da tarde, os dois sábios, filhos de Seth, determinaram arquivar, escrevendo em matéria imperecível, a ciência que possuíam. que era a ciência total daquela primeira humanidade. Durante três dias, durante três noites, num vale onde acendiam fogos, à beira de uma fonte que rugia, inchada com a cólera que Deus já comunicara a todas as águas – os dois sábios, sem repouso, ansiosamente, espreitando as nuvens, gravaram sobre o granito e gravaram sobre o tijolo o livro de todo o saber. Depois, na derradeira madrugada, finda a obra, estendidos como páginas, pelo vale, os tijolos e os granitos onde ficava inscrita toda a ciência inicial, os dois sábios, levantando as faces cansadas, louvaram o Senhor que lhes concedera tempo de cumprirem, para com os homens- da outra humanidade, aquele dever final de fraternidade magnífica: – e do céu caíram lentamente, sobre as faces erguidas dos dois filhos de Seth, as primeiras gotas, pesadas e mudas, da grande chuva de Deus.

Que continham, gravados pelo cinzel generoso dos dois filhos de Seth, esses tijolos, esses granitos, páginas imperecíveis do livro de todo o saber, enterradas há 4240 anos num vale da Mesopotâmia? – Certamente nas suas primeiras linhas o livro revelava o começo e a idade do Mundo. (Dois sábios antediluvianos, filhos de Seth, não deixariam de registrar esta augusta cronologia.) Depois, sem dúvida, ensinava a jornada que o Sol faz no zodíaco, as inconstâncias da Lua, as influências dos ventos, a previsão das borrascas pela forma das nuvens que o Senhor na sua cólera enegrece, e doura na sua alegria. Como a ciência de propiciar Deus é a mais útil ao homem que começa a sua carreira terrestre, necessariamente o livro indicaria as épocas em que convém subir aos montes para adorar a divindade, e os carmes rituais que melhor a glorificam, e as oferendas votivas de animais, frutas ou essências com que ela mais se deleita. Escrevendo para seres tão noviços como fora Adão na semana genesíaca, o livro incontestavelmente instruía esses simples nas artes de cardar a lã, torcer a corda, forjar o feno, amassar o barro. Logo adiante, começaria o bom ensino rural, as sementeiras, as

vindimas, e como se atrai o enxame das abelhas, como se espreme a azeitona no lagar, como se alternam as pastagens dos rebanhos. Longos tijolos seriam dedicados aos segredos de curar as feridas da flecha, a mordedura das serpentes, os arrepios e suores que vêm da passagem de ventos malignos, e as chagas que tornam inúteis as pernas dos velhos. Também o bom livro marcaria as estradas que levavam à Fenícia, à Bactriana, ao Egito, mostrando como se percorre o deserto sob a guia doce das estrelas, e como, pela cor da terra, se descobre a água escondida. Um tijolo com certeza daria a velha tabela mesopotâmica dos pesos e medidas. E outro talvez ao lado arquivasse a filiação dos grandes chefes cananeus, e a sua riqueza em gados, armas, escravos e vasos de ouro... Que direi? O livro de todo o saber, gravado para a humanidade vindoura, sobre o tijolo e o granito, nas vésperas do Dilúvio, por dois sábios, filhos de Seth, era na realidade e simplesmente – um «almanaque».

É que o almanaque contém essas verdades iniciais que a humanidade necessita saber, e constantemente rememorar, para que a sua existência, entre uma Natureza que a não favorece e a não ensina, se mantenha, se regularize, e se perpetue. A essas verdades, chamam os Franceses, finos classificadores, *verdades de almanaque*. São as altas verdades vitais. O homem tudo poderia ignorar, sem risco de perecer, excepto o mês em que se semeia o trigo. E se os livros todos desaparecessem bruscamente, numa fogueira atizada pelo Senhor, restando apenas entre o montão de cinzas um almanaque inocente, a civilização, guiada pelas indicações genéricas que ele desse sobre a cronologia, a religião, o estado, a lavoura, o direito, poderia continuar, sem esplendor e requinte, mas com fartura e com ordem, a sua marcha de caravana para a sua ignorada Meca. Por isso os homens se apressaram a arquivar essas *verdades de almanaque*, – antes mesmo de fixar em livros duráveis as suas leis, os seus ritos, os seus anais. O almanaque antecedeu o código, a cartilha e a história.

Entre os lixos pré-históricos que cada dia se desenterram, muitas vezes se encontra um pedaço de dente de mamute, onde algum ousado artista, que floresceu há duzentos mil anos, gravou uma imagem da Lua, ora redonda como um escudo, ora arqueada como um batei. São rudimentos de almanaques. É o homem hirsuto, ainda sem alfabeto, quase sem linguagem, que do fundo da toca onde come crua, como uma fera, a carne das feras, observa espantado as viagens dos astros, e com uma lasca de pedra tenta fazer o seu almanaque. Depois, passados centos de mil anos, quando se abrem as portas já sólidas da História, em que ocupação surpreendemos os primeiros povos, os Caldeus, os Assírios? Nos altos terraços dos templos, observando os eclipses, dividindo pensativamente o ano e o mês, calculando os pesos e as medidas, regrando a colheita do bálsamo, regulando a data das feiras, – compondo almanaques.

O almanaque, com efeito, é o livro disciplinar que coloca os marcos, traça as linhas, dentro das quais circula, com precisão, toda a nossa vida social. O tempo, essa impressão misteriosa a que chamamos tempo, é para o homem como uma planície, sem forma, sem caminho, sem fim, sem luz, onde ele transita guiado pelo almanaque, que o segura pela mão, o vai puxando e a cada passo murmurando: – «Aqui, estás em Setembro!... Além finda a semana!... Em breve alcanças o 28... Hoje é sábado...» Se o almanaque de repente, por facécia ou perfídia, lhe soltasse a mão, o abandonasse, o homem vaguearia, irremissivelmente confuso e perdido, dentro da vacuidade e do não-ser do tempo. Sumida a noção do ano, do mês, do dia, ele não poderia mais cumprir, com ordem proveitosa, os actos da sua vida urbana, rural, religiosa, política, social – e logo se arriscaria àqueles dois erros, de que galhofava o provérbio antigo, a semear o seu trigo em Julho e a celebrar a sua Páscoa em Novembro. Só com o almanaque, sempre presente e sempre vigilante, pode existir regularidade na vida individual ou

colectiva: – e sem ele, como numa feira, quando se abatem as barreiras e - se recolhem as cordas divisórias, o que era uma sociedade seria apenas uma horda e o que era um cidadão seria apenas um trambolho.

Por isso cada povo que se organiza, e se prepara para a História, imediatamente redige o seu almanaque, com o cuidado e a previsão com que traça as ruas da sua cidade. De facto, ainda Roma é um terreno mal arruado, mal murado, com barracões rudes para os homens, e estacadas para os gados – e já Rómulo ansiosamente, recolhendo, através de velhos augures sabinos, as tradições dos magos caldaicos, se ocupa em organizar o ano, arranjar dez meses que o encham harmoniosamente, distribuir por eles os dias, fixar o calendário, estabelecer o almanaque romano. Mas o rude fundador, que mamara os peitos da loba, não tinha a fina arte do almanaque. Guiada pelo «Almanaque de Romulus», Roma começa a hesitar, a tropeçar na sua vida civil e sacra, errando lamentavelmente, ora na celebração dos ritos, ora na reunião dos comícios... Então Numa, o prudente Numa, tudo abandona, a construção do Forum e do Aqueduto, a organização dos sacerdócios e das milícias, para acudir à necessidade suprema, e, sob o bafo e inspiração das sibilas, refazer o almanaque, criar um almanaque que conduza Roma, com segurança, aos seus altos destinos. Assim, Roma ainda não tem um livro – e já possui dois almanaques, e um deles velho, atirado para entre o cascalho e o lixo do Capitólio que se ergue. Para evitar estes erros, funestos à República, e dar à veracidade do almanaque uma sanção religiosa, a redacção do livro vital foi confiada, como um rito, aos pontífices. E como os pontífices não saíam de uma casta sacerdotal, mas eram anualmente escolhidos entre os personagens do Estado superiormente magníficos (os imperadores, mais tarde, exerceram o pontificado), não houve em Roma patrício de grande nome e de grande clientela que se não tivesse ocupado, durante o período augusto da sua existência cívica, em redigir, com estilete de marfim ou ouro, o almanaque do ano. César, através da conquista do mundo, incessantemente pensa em reformar o calendário, refazer o almanaque romano, em harmonia com a sociedade romana que ele vai refazer. No Egipto as suas noites pertencem, *sicut licet*, à maravilha do Egipto, a Cleópatra: mas os seus dias são dados ao velho e hirsuto Sosígenes, astrónomo muito- famoso do Serapeum, com quem o vencedor das Gálias colabora no grande Almanaque Juliano. – E os papas, que tanto herdaram dos Césares, herdaram também este cuidado, tenazmente se esforçam por harmonizar o ano da Terra com o ano do Céu, até que um, Gregório XIII, melhor jurista, melhor teólogo, vendo no seu pontificado a Páscoa a correr, aflita, esguedelhada, sem encontrar o seu dia, decreta este calendário, estabelece este almanaque que, em alegria ou em tristeza, nos vai conduzindo através do tempo e da sorte.

Já então o almanaque, além da sua imensa importância civil, tem uma profunda importância religiosa – porque, a cada dia do ano, a Igreja adjudicou a festa e a adoração de um santo. Mas o ano oferece apenas trezentos e sessenta e cinco escassos dias – e no Céu vivem decerto milhares de santos: só a Irlanda, a verde Erin, a esmeralda céltica, produziu três mil, e dos melhores, uns reis, outros porqueros, mas todos fortes vencedores do Demónio. Roma, pois, suspirando, teve de fazer uma selecção, separar uns quatrocentos santos, mais mártires ou mais doutos, sobretudo mais latinos, que ela distribuiu pelos dias do ano – empurrando às vezes dois e três, com reverência mas com força, para dentro do mesmo dia. Esses formam a aristocracia celeste. Os outros milhares constituem uma divina plebe, que está no Céu sem estar no calendário, que nós ignoramos, que Deus conhece, e a quem talvez redobradamente ama pela sua obscuridade tocante. O almanaque era assim, para os santos, o que era para os fidalgos o «Livro de Ouro da Nobreza». Por isso, durante toda a Meia Idade, ele anda colado aos livros de horas e de orações. Pelo seu carácter santificado quase se confunde

então com o Breviário. E a sua leitura não só interessava os homens na Terra, mas os santos no Céu – pois que cada um podia aí encontrar o seu nome, com gosto, na aureolada lista da nobreza divina, e verificar risonhamente o dia em que, por escolha da Igreja, os homens lhes deviam incenso, sermões, fogueiras, cantos e ramalhetes. Decerto no Céu (pelo menos durante a Meia- Idade) os santos tinham um almanaque. Na biblioteca do Paraíso não havia livro mais pedido, nem mais folheado. Que outras imaginações humanas podem prender os santos a não ser o culto vistoso e amoroso que nós lhes votamos, e que é na verdade a mais linda e genial das nossas concepções? E é doce pensar que nas coruscantes manhãs da bem-aventurança eterna, nos inefáveis ócios daquelas manhãs que não têm tarde, os santos se juntam, se recostam sobre uma fresca nuvem, folheiam curiosamente um almanaque, já luminoso de ter sido tão manejado por luminosas mãos, e seguem, com olhares húmidos de gosto e riso, as linhas d& calendário... Então S. João Nepomuceno exclama, com encantada surpresa: – *Começa amanhã a minha novena!* – E S. Camilo de Lelis, cofiando a barba perfumada, calcula e murmura deleitado: – *Faltam três dias para a minha festa, com música, na Madalena!*...

Mas pelos santos ou pelos pecadores o almanaque foi sobretudo lido com afeição, e amor, depois da invenção da imprensa, quando ele deixou de ser o custoso e fidalgo manuscrito, em pergaminho, rebrilhante de iluminuras e iniciais floridas, e se popularizou, se tornou o folheto de papel pardo, de grossas letras negras, que todos os anos, aos primeiros frios, antes do Natal, entrava pelos castelos, rompia alegremente pelos casebres, ainda húmido do tempo e da tinta gorda, e à noite, ao serão, acabava de secar diante da lareira, contando as grandes cousas do Céu e da Terra. Já então o bom almanaque se despegara dos livros de orações e dos Breviários – e não se contentava em desfiar, de mãos postas, o devoto calendário. A humanidade, saindo do fundo da Meia-Idade e passeando ao sol da Renascença, descobrira uma inesperada maravilha, a Natureza, andava toda no deslumbramento e na paixão da Natureza; – e o almanaque, que depende da humanidade, imediatamente se fez naturalista. Vivera até aí nas igrejas com os padres – agora não sai dos laboratórios, de entre os sábios. Se volta ainda cada ano à igreja, não passa da porta da sacristia, onde consulta o sacristão e toma uma nota concisa das novenas e dos lausperenes. Mas, alinhavado o calendário (porque o mundo, mesmo sob os papas pagãos, ainda é católico) todo o seu volume, já grosso, o entrega aos sábios com quem vive, com quem se deleita, para que eles o encham, lhe dêem a dignidade apetecida de manual do saber. E quem são esses sábios? No alvorecer da Renascença são simplesmente os astrólogos e os médicos. O almanaque constitui então, para estes dois facundos personagens, uma forma de publicidade inesperada e preciosa. Só dois livros se vendem, penetram nas massas humanas – a Bíblia e o almanaque. Mas a Bíblia é um livro definitivo, fechado, pois que o Céu o ditou e depois de o ditar emudeceu. O almanaque, esse, engrolado o calendário que a tradição lhe impõe, tem largas páginas brancas. Nelas se instalam, para longos séculos – o médico e o astrólogo. Eis o almanaque – que os Caldeus, e os Etruscos, e depois Rómulo, e depois César, tinham procurado ansiosamente tornar o «Livro de Verdade» – cheio de horóscopos, de vaticínios, de prognósticos, de oráculos, de revelações, de encantamentos, de micromancias, de terrores! É o astrólogo que pontifica, com o seu negro funil sobre a guedelha, o óculo de papelão inspirado para o alto, a simarra negra salpicada de meias-luas caindo em pregas fatídicas, as barbas a esvoaçar. E logo adiante surge o médico, de óculos redondos na ponta do bico, sobraçando a seringa imensa. Esse traça os récipes, lança os aforismos, estabelece os ditames, desenrola as virtudes dos simples e dos metais, e revela misericordiosamente os grandes segredos – desde o raminho de cinco-em-rama, trazido sobre o peito, que faz secar as almorreimas, até às pílulas de azebre e mirabolanos que, tomadas em sumo de couve, aumentam a memória e os poderes do

raciocínio. O ano de 1550 é a data gloriosa para este novo almanaque secularizado, convertido em fonte de saber – porque nesse ano, o ilustre, o tremendo Nostradamus, à astrologia venerado de Carlos IX e de Henrique II, o mestre das Grandes-Artes, o adivinhador da História, o confidente dos astros, vota toda a sua ciência espagírica, toda a sua experiência dos quatro elementos à redacção de um almanaque. Desde então o almanaque fica uma obra extremamente nobre, a que se pode atrelar com honra um génio, um vidente, um profeta. O bom folheto de papel pardo imediatamente se incha com esta consagração quase pontifical, – e a sua voz retumba como a dos velhos oráculos. Já não se contenta em predizer ao varão nascido sob o signo do Touro que «viajará em países estrangeiros, e aos quarenta anos, por causa do fígado, se tornará taciturno»: – mas, mergulhando o óculo astrológico na densa treva do futuro, anuncia os destinos dos reis e dos povos. E todavia, meus irmãos, com esse óculo de que hoje nos rimos viu ele, o astuto almanaque do século XVI, catástrofes, ruínas nossas! É no seu almanaque que Nostradamus vaticina as matanças de padres e fidalgos na Revolução de 93. É noutro almanaque que o monge Orval prediz a guerra da França e da Alemanha em 1870, duas províncias levadas, e Paris incendiado.

Talvez por tanto esticar os olhos, e de tão longe, para o futuro, é que o almanaque chegou a não compreender, a quase ignorar, o esplêndido presente que o cercava; – e assim, durante todo o século XVII, ele se torna, no meio da fértil corrente das ideias e das ciências, uma verdadeira rocha, onde se isola e se agarra, como uma tartaruga, com a sua velha casca, a pesada e chata rotina. Entre o novo saber que se constitui e se abastece pela observação dos fenómenos, o almanaque - fica como o refúgio derradeiro das fórmulas escolásticas. Já a maçã (essa medíocre fruta que tanto tem feito pela ciência desde os dias do Paraíso) revelara a Newton a gravitação dos corpos, e já Newton morrera deixando a astronomia constituída – e ainda o almanaque, fiel a Ptolomeu, ou com medo do defunto cardeal Bellarmín, ensina aos camponeses e à fidalguia de província que a Terra está fixa, e em volta dela, numa marcha respeitosa, gira o Sol com todos os seus astros, e o Céu com todos os seus santos. Já Torricelli descobrira o barómetro e a pressão do ar, e Hígens formulara a teoria da luz com movimento – e ainda o nosso querido almanaque teimava numa vetusta física do tempo de Arquimedes, explicava que *a água sobe nas bombas porque a Natureza tem horror do vácuo*, e forçava povos estimáveis a viver no constante horror deste vácuo de que até se horrorizava a Natureza! Já Harvey achara a circulação do sangue e a medicina se ia metendo pelas estradas do raciocínio – e ainda o bom almanaque corre todos os anos, alvoroçado, pela cidade e pelo campo, a espalhar a certeza imensa de que doença e saúde dependem de termos o fígado de compleição quente, de compleição fria, de compleição seca ou de compleição húmida... Assim disserta o almanaque, no século XVIII, nas vésperas da Enciclopédia! Que digo eu? Em 1815, quando este nosso século XIX já é um moço prodigioso que conhece o vapor e medita no telefone, puxando o buço, – ainda por toda a terra de Espanha circula com grande autoridade um almanaque, impresso em Valência, cheio de «coisas notáveis e de grande utilidade», onde se populariza uma astronomia anterior a Ptolomeu, uma física anterior a Arquimedes, uma medicina anterior a Galeno e uma botânica anterior a Adão.

Pobre e descuidado almanaque! Bom risco corria ele de se tornar perfeitamente desprezível, quando Franklin lhe estendeu a mão amorável, lhe limpou o bolor da rotina, e o tornou «raciocinado e científico» com o seu esperto «Almanach du Bonhomme Richard». Era esse o curioso momento do século XVIII em que as ciências naturais, as ciências económicas, as ciências políticas, toda a ciência e com ela a filosofia estavam «em moda», constituíam o regalo e o cuidado mundano da sociedade, que então se chamava a «boa companhia». Todo o salão de Paris, verdadeiramente

superior e bem formado, devia ter os seus filósofos, os seus economistas, os seus matemáticos; – e a conversa preferida, a mais picante, à ceia, quando se serviam os vinhos do Tokai, preconizado, através de D'Alembert, por Frederico, rei da Prússia, era sobre zoologia ou sobre química. À cabeceira de todo o leito, mesmo dos mais levianos, havia um grosso tomo da Enciclopédia. Em cartas, ou passeando no Cours-la-Reine, os namorados discutem as questões da filosofia, uns sendo pelo deísmo dos Escoceses, outros, naturalmente, pelo sensualismo de Condillac. E as damas correm de Versailles em coche, e decotadas, para ouvir um novo opúsculo de economia política de Mr. de Quesnay. A ciência e as suas teorias eram para - esta boa companhia do século XVIII (fina-flor do género humano, como afirma Voltaire), o que a religião e as suas controvérsias tinham sido, no tempo de Port Royal, para a, sociedade do século XVII, que então se chamava «a gente do belo ar». De facto, a religião agora, a única que tinha fanáticos, era a ciência. O «Almanach du Bonhomme Richard» foi o seu catecismo popular. Aí a ciência, sem o aparato das escolas e sem o requinte oratório das salas, vestida de briche e com a cabeleira despolvilhada, como o próprio Franklin (que tinha também a alcunha de «Bonhomme»), ia contar caseiramente, pelas vilas e pelas aldeias, as maravilhas do Universo.

Tão popular em - toda a Europa se tornou este almanaque, que a literatura teve pungentes ciúmes da propaganda que ele fazia a ciência. E a poesia, que era a grande forma literária do século XVIII, inventou para seu uso o «Almanaque das Musas». Nesse, nem astronomia, nem física, nem medicina, nem mesmo economia política apesar de tão mundana, tão patrocinada pelas damas. Apenas um calendário seco, em letrinha miúda, quase sem santos – e depois trezentas páginas de cançonetas, quadrinhas, élogos, ditirambos, epicédios, epigramas, epitalâmios. elegias, fábulas, sátiras, epístolas, e madrigais em flor. O «Almanaque das Musas» foi o grande viveiro dos vates do século XVIII. Por vezes mesmo, Mr. de Voltaire, velhíssimo, mirrado, em *robe-de-chambre*, com uma perna metida na sepultura e com a outra atirando piruetas, vinha aí trautear, em falsete rachado, alguma quadra, maligna ou terna, de verso falsete e também rachado. Mas que êxito incansável, o deste «Almanaque das Musas», de bordas douradas! Nascido sob Luís XV, viu Luís XVI; viu Robespierre e o Terror; viu o Directório; viu Napoleão; viu os Aliados em Paris; viu Luís XVIII; viu Carlos X... E sempre poetando! Alguém houve pois que rimou galanteios a Clóris durante as matanças de Setembro! Alguém houve que fez espumar um ditirambo e gritou «Evohé!» enquanto a Guarda morria em Waterboo! Caduco, caquético, com caruncho nas rimas, o «Almanaque das Musas» morreu, enfim, quando Vítor Hugo já escrevera os «Burgraves», já era par de França!

Assim o almanaque propagava pelas cortes a poesia galante de Paris, ou derramava, pelas pequenas vilas adormecidas, o gosto da ciência raciocinada. Mas uma missão mais ruidosa lhe restava ainda, nos fins desse século XVIII, – a de vulgarizar a revolução, denunciar «os velhos abusos», ensinar «os novos princípios». Desde 1787 é o «Almanach du Père Girard» que vai por todas as aldeias de França, se senta às lareiras, conversa das - geadas e dos ventos, e depois, quando todos esses olhos tristes de aldeões famintos estão cravados nele, volta sorrateiramente a folha, e começa a ensinar que a nação é soberana, que todos os cidadãos nascem iguais e livres, que os direitos feudais devem findar, e que no mundo, tornado justo, vai reinar a fraternidade...

Proudhon conta orgulhosamente que seu pai, durante o longo e terrível Inverno que precedeu a Revolução, ia através da França, com grossos tamancos sobre a neve dura, espalhando o «Père Girard», que ele levava dentro de um alforge, e que deixava sobretudo nas residências dos curas, para que o lessem aos fiéis como um novo e melhor evangelho.. E esta tradição de utilizar os almanaques como agentes formigueiros

da Revolução persiste em França, onde, de 1830 a 1850, aparecem, sucessivamente mais radicais, mostrando como a Revolução se alastra das estreitas fórmulas políticas para as vastas transformações sociais – o «Almanaque dos Amigos do Povo», o «Almanaque do Verdadeiro Republicano», o «Almanaque Democrático», o «Almanaque do Trabalhador Emancipado», o «Almanaque do Socialismo», o «Almanaque da Ideia Comunista». Um dos primeiros cuidados de Napoleão III, antigo conspirador que conhecia as boas armas, foi mandar calar os almanaques. Eis o nosso brilhante amigo, depois de funções tão intelectuais e cívicas, reduzido humildemente a anunciar eclipses e marés. Mas não lhe convém perder esse hábito que o torna tão querido e necessário – o doce hábito de conversar ao serão com o seu leitor do campo e da vila, que tem nele o conversador mais instruído de quantos lhes batem à solitária porta. Em França era nesse momento proibido pensar – mas era permitido rir. Até mesmo o riso, como clássico espalhador de males, agradava a César. Então o almanaque, astuto, desata a rir. Dai nasceram esses almanaques, imitados por toda a Europa e que também floresciam em Portugal – o «Almanaque para Rir»; o «Almanaque Cómico»; o «Almanaque Satírico»; o «Almanaque das Cem Pilhérias»; o «Almanaque das Gargalhadas...» Uma atroante hilaridade, patrocinada benignamente por um imperador taciturno, de fígado congestionado, que nunca ria – e que ignorava que o riso é um rude demolidor de instituições. Nesse tempo, desgraçadamente, andavam muito atrasadas as ciências psicológicas – sobretudo a psicologia das multidões, sem o conhecimento da qual não pode haver estadista nem mesmo estado que sejam estáveis. Não se tinham também interpretado – veridicamente os grandes símbolos históricos: – e ainda se ignorava, mesmo na Academia das Inscrições, que se Jericó caiu tão facilmente é porque Josué, que chegava do deserto e da verdade das cousas naturais e livres, fez girar em torno àquelas muralhas, onde se abrigava o bolorento anacronismo das ideias cananeias, o triplo som de gargalhadas heróicas. A Bíblia diz «trombetas» – porque os Orientais, em matéria de religião ou de negócio, que são os supremos interesses da sua vida, se exprimem sempre por parábolas e emblemas.

Rindo, cheia de «Almanaques para Rir», e com aquele olhar vagamente obscurecido de quem muito ri – a França esbarrou em Sedan. Nação de guerra, «soldado de Deus», e tendo até aí posto toda a sua honra nas armas, não quis confessar que fora vencida pela espingarda do soldado alemão: – e imaginou, ou pelo menos afirmou, que fora vencida pelo compêndio do professor alemão. Com efeito o professor lá estava também, nos altos de Sedan, de óculos, de grossas barbas uivas – mas sem compêndio, com uma espingarda; e quem comandava era Moltke e não Hegel. Na realidade não vencera nem o compêndio, nem a espingarda; – mas a forte alma germânica, a alma submissa e séria que estava no soldado e estava no professor. Ao fim da batalha, os Franceses, encurralados no vale de Sedan, choravam, clamavam, injuriavam o imperador, desabafavam em blasfémias, tentavam arremetidas furiosas... E no entanto, sobre as colinas, os exércitos alemães, trezentos mil homens, com uma só grande voz, uma lenta e grave voz, repassada de reverência e crença, cantavam, na sombra crepuscular, o Coral de Lutero. Este Coral cantado em Sedan por um exército, numa tarde de batalha, explica, melhor que todos os relatórios do Estado-Maior, as vitórias da Alemanha – as que passaram e as que virão.

Mas a França estabelecera, como consolação ou como esperança, que a Ciência vencia, *in hoc signo*, como outrora a Cruz, pela sua própria virtude – e começou a prestar à Ciência um culto exclusivo e magnífico. Ao contrário dos tempos ligeiros de César, já não era permitido rir – só era permitido saber. Logo no seu primeiro ano, a República gasta centos de milhões em escolas – e toma por padroeira Nossa Senhora da Erudição. Mas não é a ciência do século XVIII, elegante, embelezada pela oratória, toda

em nobres teorias, que as damas de Versailles debicam, por entre «sonhos de ananás», sorrindo meigamente aos zoólogos e aos químicos. É uma ciência positiva, experimental, toda em factos, que não vem para ornar a inteligência, mas para enriquecer a bolsa, e por isso indiferente aos sistemas, só atenta às aplicações. Todas as formas da actividade intelectual se reclamam logo desta ciência experimental. A crítica pretende ser equiparada à botânica. O romance exige que o considerem como um ramo da fisiologia. O almanaque imediatamente se. tornara também científico. Não o fora ele sempre desde Nostradamus até Franklin? E como esta ciência nova e, por natureza, especialista – ele se encarrega de a vulgarizar, nas suas especialidades, através das artes e dos ofícios.

Então aparece o «Almanaque do Químico»; o «Almanaque do Construtor»; o «Almanaque do Destilador»; o «Almanaque do Vinhateiro»; o «Almanaque do Mestre de Forja»; o «Almanaque do Mineiro»; o «Almanaque do Cervejeiro», que sei eu?... Até ocupações que andavam abandonadas à direcção do instinto procuram a garantia da observação, e pedem regras, bem experimentadas, bem comprovadas, que o bom almanaque, logo, serviçalmente, se presta a codificar: e assim temos o «Almanaque do Caçador»; o «Almanaque do Remador»; o «Almanaque do Pescador à Linha»; o «Almanaque do Biciclista»; o «Almanaque do Valsista»!

Ora, sempre que se acentua um fenómeno de especialização muito disseminada, surge logo, sobretudo no espírito latino, amador teimoso de simetria e de unidade, uma tendência a generalização bem concentrada, bem apertada. Assim desabrochou naturalmente a ideia lucrativa de estabelecer um almanaque genérico, que, abrangendo todas as especialidades. atraísse todas as clientelas, fosse tão prestante ao mineiro como ao ciclista, e realizasse na ordem das informações o que, na ordem das provisões, tão inesgotavelmente realizam certas armazéns de Londres (como o Whiteley), onde se pode obter, indiferentemente, só com mudar de balcão, um chapéu, um elefante, um trombone, um bote ou o osso de um mártir... E aqui está este almanaque, por cujas primeiras páginas vamos andando e conversando, que é simplesmente *enciclopédico*.

Ideia subtil e fértil. As enciclopédias, tais como elas se edificam, desde a Grande, a do século XVIII, a de Diderot e D'Alembert, são obras aterradoras. Compridas como a curiosidade humana, construídas de in-fólios que pesam cinco e sete quilos, elas atravancam as nossas livrarias que tornam massudas e tristes, empolgam o lugar devido aos poetas e aos filósofos, esbarrondam as soalhos, e pelas suas alterosas proporções desanimam o espírito investigador como uma enorme, sombria montanha assusta e desalenta o peregrino. Ah! realmente nesta nossa atulhada Europa, onde já há tantos homens que se entressufocam, não resta espaço para as conhecimentos, desde que eles se materializem e se encarnem em tomas mais grossos que os homens. Em Paris, onde mesmo os palácios são estreitos, como o génio da raça que os edifica (nenhuma senhora, em Portugal, alojaria as suas criadas nos cubículos que Marie Antoinette ocupava em Versailles), não existe casa, por mais estudiosa, que se resigne a conter a nova «Enciclopédia Universal», dirigida por Berthelot, – e ainda essa torre augusta da sapiência vai nos primeiros andares, na letra C. A «Enciclopédia Britânica» já não cabe em Londres, onde todavia cabem seis milhões de seres – dos quais três são mulheres, e usando essas mangas tufadas que tiram ao civilizado o espaço que lhe pertence na civilização, e o impelem a emigrar para a Austrália e África. Assim, que providencial invenção, o editar todo o saber em volumes portáteis, fáceis, que um erudito anémico possa manejar, que não tirem lugar à imaginação e à razão criadora, que possam dormir connosco na alcova com os livros de rezas, e que nos ofereçam as noções facilmente, e tão fáceis de colher, como flores de um canteiro baixo! Preciosa ideia, sobretudo, não

arremessar sobre nós toda a ciência bruscamente, num só baque; em pedreira que desaba, mas espalhar discretamente, suavemente, por cada ano um pedaço da «Re Scibile», de modo que ela seja como um magnífico país onde pelo Outono, quando vem o almanaque, empreendemos uma bela excursão, ora para ver os seus frescos vergéis, ora as suas eruditas cidades... Assim em 1896 andamos pelo céu, com a meteorologia, observando divertidamente como se formam as nuvens, e como os flocos de neve se aligeiram e se vestem de gaze branca para a sua dança pensativa e muda. Em 1897 desceremos talvez, com a geologia, ao centro da Terra, para contemplar da borda negra das rochas o vasto mar do fogo central rolando e rugindo. O ditoso leitor do «Almanaque Enciclopédico» é assim, cada ano, nas férias, procurado pela ciência, uma ciência moça, de roupagens ligeiras, ágil e familiar, que o toma pela mão, o conduz alegremente, sem soalheiras e sem estalagens, a um dos seus maravilhosos domínios. Vai levado como se o ar o levasse – e não tem ele de se erguer num esforço, de se vestir todo de sisudez, de marchar pensabundamente, e de procurar a ciência.

Ninguém de resto, nesta nossa idade leviana, a procura. nos seus domínios especiais e alcantilados, a não ser os que dela comem profissionalmente, ou os que nela se perdem todos, corpo e alma, como num amor sublime. Onde houve aí homem resolutivo, que, sem essa grossa urgência da profissão, ou esse impulso de alta voluptuosidade intelectual, desvie os passos do seu prazer ou do seu negócio, os endireite bem firmes a uma biblioteca, para sinceramente e fundamente se iniciar nos costumes e instituições dos Egípcios do tempo de Ramsés II?

Nunca houve! Houve Décio, que em Roma, por amor de Roma, se arrojou vivo a um sorvedouro que é perfeitamente lendário. Mas nunca houve o outro, o homem que se erguesse e marchasse para o Egito de Ramsés. Para tão temerosas jornadas, é necessário que sejamos docemente arrastados por algum velho e sociável amigo, que nós sabemos não ser pedante, nem massudo, nem pastoso, e que na sua convivência sempre nos habituou a horas festivas e amáveis. O Almanaque é esse amigo sociável e fiel. Bem o conhecemos, desde os primeiros serões da nossa mocidade, que ele encheu e maravilhou. As suas histórias eram tão risonhas! Quanta agudeza nos seus logogrifos! Quadras que ele nos cantou ainda nos repicam na alma! Será certamente de boa aventura a estrada por onde ele nos leve... E lá vamos confiados, lentamente avançamos, escutando o bom «almanaque», que nos ensina uma data, nos revela uma receita frutuosa, nos murmura maliciosamente uma picante estatística, até que nos encontramos muito longe, a beira de um grande rio: – e é o velho Egito, por Deus! Estamos justamente entre os Egípcios do tempo de Ramsés II!

Ah! almanaque, almanaque, nunca nós treparíamos a esta remota Antiguidade, se não fora a tua sedução, companheiro de palestra douda e fácil! E agora, que de tão longe viemos, será divertido percorrer este vale do Nilo de há quatro mil anos, e observar este povo polido, silencioso, vestido de linho branco, docemente caturra, que traz uma flor na mão, e saúda com reverência os gatos. Como vão e vêm nobremente, sobre o rio sagrado, as vistosas barcas de vela escarlate, com a sua alta popa que é o loto desabrochado! Olá! bem gráceis e moreninhas e tenras são as duas harpistas, que cantam agachadas, acolá. à porta da taberna, rente ao caramanchão de grades douradas, onde dois homens, um escriba e o outro, de simarra bordada, certamente mercador de Susa, bebem um vinho cor-de-rosa desmaiado, e tão leve, e tão fresco, que me está doidamente tentando! Oh! o curioso pátio, e o tanque imenso de granito verde, e os dois sacerdotes lançando bolos de mel, devotamente, a um velho crocodilo sagrado que tem as patas medonhas carregadas de manilhas de ouro! Decerto, além, na margem arábica, passa um chefe, um príncipe, porque pontas de lanças faíscam entre leques de plumas, e um carro lento que rebrilha, esmaltado, toldado de sedas finas, rola com majestade na

estrada que airoas núbias, de véus amarelos, vão regando, perfumando e juncando de anêmonas. Esta cidade, que se estende até ao deserto líbico, cheia de obeliscos, de pilones, de esfinges, de palácios, de jardins, de piscinas, com avenidas areadas de azul, é decerto Tebas. Já o Sol vem rompendo dos lados do mar. E eis justamente o Grande Pontífice, esguio e pálido como um círio, que surge, entre as cortinas desfranzidas do pórtico de Ámon, e ergue as mãos espalmadas para o astro, e murmura num êxtase: «Oh verídico, oh benéfico, oh bem desejado dos homens, oh senhor radiante dos dois horizontes!... » Linda prece, e deliciosa foi esta jornada, meu bom «Almanaque»! Para o ano, se voltares, irei contigo a Atenas, quando o lance for mais interessante, e o Persa numeroso vier marchando da Dórida, e Ésquilo velho, e Sófocles moço, e os poetas divinos se estejam armando para se baterem em Salamina!

Mas não é certamente por esta ciência fácil que o almanaque me encanta: – e se ainda o desejo louvar, é pelo incomparável benefício de nos tornar o tempo visível e como palpável. Consideremos que um dia esquecido, não registado no almanaque, seria absolutamente como um negro pedaço de não-ser por onde um pedaço da nossa vida se afundaria, se iria em nada. Só o almanaque verdadeiramente nos penetra da realidade da nossa existência, porque a circunscreve, a divide em talhões regulares, curtos, compreensíveis, fáceis de desejar e depois fáceis de recordar por terem nome e quase terem forma, e onde se vão depondo, e onde vão ficando, os factos da nossa feliz ou desgraçada história. As datas, e só elas, dão verdadeira consistência à vida e à morte. Um bem que nos veio *no dia 17 de Agosto, que era uma quarta-feira*, fica alumando a nossa alma com uma claridade muito diferente do bem que nos sucedesse, incertamente, no tempo, sem dia e sem data. Quando em Roma mais confuso se tornara o calendário antes do almanaque de César, os cônsules, comandando as legiões, ganhavam batalhas – mas nunca se podia inscrever com exactidão nos fastos o dia certo das vitórias. E era um deles, o velho Pansa ou Caio Metelo que exclamava uma tarde no Senado: – «Que valem triunfos que não têm data?» Que valem, na verdade? É a certeza da data que imprime realidade às coisas que, sem essa certeza encarnadora, apenas passadas, se desfariam na diafaneidade e impalpabilidade do tempo. Todo o nosso viver consiste num rolo de sonhos que se vão desprendendo de nós, fugindo para trás como o fumo de uma tocha que corre, depressa adelgaçados, logo esvaídos. São as datas que prendem, retêm esses sonhos: nelas ficam imóveis, em torno delas se condensam, por elas ganham forma e duração.

Foi entrevendo esta verdade que Bossuet, numa grande imagem, comparou os dias felizes de uma existência a pregos de ouro cravados numa parede escura. Esses pregos eram as datas, onde as venturas dessa existência, que já voavam, se iam dissipar na eternidade, ficaram presas, imóveis, resplandecendo como pontos de ouro. Mas as nossas dores são da mesma essência e vão pelo caminho das nossas alegrias. E que vantagem tiramos de que as nossas dores fiquem retidas e vivendo na ponta de uma data, e dela dardejem periodicamente o seu dardo, e não se desfaçam na vacuidade do tempo? A vantagem de permanecerem, e sobre nós renegrejem, e dentro em nós redolorirem – pois que é só relembrando, revivendo, ressofrendo as suas dores que a alma se corrige, se liberta, se aperfeiçoa, se torna mais própria para Deus.

E mesmo nesta aproximação do Céu, quanto ainda, de outro modo, devemos ao almanaque! É ele que, retomando as meigas funções do Anjo da Guarda, constantemente nos avisa e nos avizinha dos deveres que salvam. Com que desvelo nos empurra ele para a convivência dos santos! E sem capciosas e subornantes promessas de bem-aventurança – sem impertinentes e descortesias ameaças de fogo eterno! Não!

Muito simplesmente, muito discretamente, lembrando cada manhã o santo que devemos adorar, ou na capelinha do nosso coração, ou na. boa igreja da freguesia onde essa adoração esteja preparada de véspera, com sanefas e órgão. E isto sem insistir, cheio de confiança na prontidão da nossa fé, murmurando apenas, ao passar, com um leve murmúrio de folha roçada: – *Hoje, quarta-feira... S. José... Cardais da Graça!*...

Assim o bom almanaque se torna o cicerone adoravelmente zeloso das estradas que levam ao Céu. Que digo? Ele arranja, na realidade, que essas estradas, tão várias, umas lajeadas de obras, outras de pensamentos, desemboquem todas na nossa vida; – e cada fresca manhã, por uma dessas luminosas estradas, nos traz um santo que connosco fique durante o dia festivo em salutar convivência, e nos console, e nos fortaleça, e nos agasalhe sob o seu doce manto para nos contar a sua doce história... Daqui resulta a frequência incessante dos pecadores e dos santos, tão útil para ambos – pois que por ela uns são remidos, e os outros justificados. Desatentos e envolvidos no fragor e rolar do mundo, enfronhados em manejar a matéria, vagamente familiarizados com o Demónio, nunca nós correríamos voluntariamente ao encontro de S. Ciríaco – nem mesmo saberíamos onde o encontrar nesse infinito Céu, tão atulhado de santos que as Onze Mil Virgens e as suas vinte e duas mil asas não são mais que um pontinho de luz, muito cândido, que palpita nas profundidades. É o almanaque que, pontualmente, sem jamais olvidar, no dia 8 de Agosto, logo de manhã, nos traz S. Ciríaco, que, inefavelmente bom, se deixa trazer e escuta com paternal riso e favor esses complicados empenhos que um pecador tem sempre a pedir a um santo... Na antiguidade pagã os deuses viviam mais na Terra do que no Céu: – e era fácil de noite, nas vielas escuras de Atenas, esbarrar num deus, de cujo corpo ressaltava, com o choque, um fulgor sublime entre um perfume. Para se conversar pessoalmente com Apolo bastava alugar uma mula por um dracma e trotar para Delfos. Vénus era certa em. todo o vale onde mais densamente florisse o tomilho, nua e séria, farejando os pastores formosos. Em qualquer mata propicia à lebre se encontrava Diana com o seu arco de ouro... O Cristianismo, esse, arremessou os santos tutelares para alturas abstractas – e aqui deixou, sobre este grão de terra, o homem abandonado, sem ter, para se alçar ao Céu, onde habitam os seus padroeiros, outra escada além do pensamento, e sempre portanto no inextricável embaraço de atingir o que é infinito por meio do que é finito. Mas o «almanaque» chega, corrige o Concílio de Trento, e sem alarde, muito comezinhoamente, mistura a Terra e o Céu.

E não só na nossa vida religiosa o almanaque nos guia, mas também na nossa vida civil, com o desejo carinhoso de que, além de bons católicos, sejamos bons cidadãos. Quanto devemos ao almanaque! Não será por culpa dele que descuraremos os nossos deveres cívicos – pois que incansavelmente ele se debruça sobre o nosso ombro, lembrando o acto que nos cumpre executar para bem do Estado, e que nós, ávidos de individualismo, cada vez mais desapegados do Estado, já contaminados de anarquia, nunca cumpriríamos se não fossem as súplicas do almanaque, paternas e graves. A sociedade tem nele um poderoso promotor da Ordem. Sem ele, sobretudo nestas terras distraídas e irreverentes da vinha e da oliveira, só haveria indisciplina e todos os despeitos que ela gera. E não há outro livro que preste tal serviço público. O código, impassível, imóvel no alto do seu Sinai, define os direitos, regra os deveres, abstractamente, com os olhos mergulhados nos princípios, sem mesmo entrever os homens. O almanaque, esse, corre atarefadamente pela casa dos cidadãos, cada manhã, a gritar: – «Acorda, hoje é o dia do recenseamento dos jurados! Deixa o passeio, vai à recebedoria, declara o teu prédio que é a formação da matriz! já namoraste bastante, trata de pagar a contribuição!» – Quanta solicitude! Quanto amor do nosso bem, através do bem da Nação! Assim duplamente o almanaque nos leva, com irresistível

insinuância, a dar a Deus o que é de Deus e a César o que é de César. E esta, segundo o ensino de um Mestre sublime, é a suprema lei do bem viver.

E não só nos habilita a que vivamos bem, na larga vida social e espiritual, mas a que vivamos bem, com doces facilidades, na vida pequenina e caseira. – Vede simplesmente a abundância, a diversidade, a magnífica utilidade das receitas que ele nos ensina, em cada página generosa. É talvez por esta ciência que eu o louvo com redobrado enternecimento. Quanto mais vantajosa e necessária, na sua humildade, ela se torna ao homem, através da sua carreira terrestre, do que a altiva ciência das escolas! Consideremos que todo o homem pode percorrer uma farta, saudável, próspera, venerada existência. até à velhice, sem nunca, num só dia, ter necessitado conhecer o sistema filosófico de Descartes ou a história dos deuses fenícios; mas que nunca houve um homem que, numa longa vida, não precisasse, durante um momento e urgentemente, saber como se tira uma nódoa de azeite numa fazenda de lá ou como se desenferruja uma chave velha... E como esta ciência de almanaque excede no engenho a ciência das escolas! Uma noção só vale pela quantidade de certeza que encerra; só por essa certeza se mantém e dura; e a prova do génio daquele que a formulou está unicamente nessa duração. Ora sistemas de filosofia, teorias do Universo, concepções da sociologia, sínteses da História, duram geralmente cinquenta anos: uma geração as ergue, outra geração as derruba. Mas a receita de matar moscas, por meio de quássia, é eterna: e enquanto houver quássia e houver moscas, ambas, uma matando, as outras morrendo, provarão triunfalmente a genialidade da invenção. Ciência certa, ciência útil, que outra se lhe compara?

E sobretudo ciência adoravelmente prestável e serviçal! A soberba ciência das escolas transpõe a minha morada, nalgum grave e gordo tomo, sobe à estante como a um sólio, e ali espera, em majestosa inércia, que eu lhe entreabra reverentemente as folhas para lhe admirar a profundidade e o rigor. A boa ciência do almanaque, essa, rompe pela minha casa, arregaça as mangas, e imediatamente, cantarolando, esfrega os tachos, limpa os candeeiros, reaviva as pinturas antigas, reverdece as flores murchas, emudece as portas que rangem, recola o verniz que lascou... Se eu, vermelho, ofegante, curvado sobre um velho pergaminho, me esforço por limpar a nódoa de gordura que o maculou e o avilta, bem pode jazer ao lado, sobre a mesa, um ponderoso volume de química, da melhor ciência de Tyndall ou de Berthelot, que se não moverá, não emergirá da sua mudez soberana para me aconselhar, salvar o meu pobre pergaminho engordurado. gozando mesmo, malignamente, no seu orgulho doutoral, a miséria do meu engenho! Mas a amorável ciência de almanaque correrá logo, com as saias a bater alegremente as portas, gritando: – «Mistura pedra-ume queimada e flor de enxofre em pó! Molha o teu pergaminho! Esfrega com o dedo, de leve!» Oh! a boa dona, resplandecente de sapiência e bondade! E todavia esta ciência do almanaque, tão dada e fraternal, de grossos braços úteis, que me lustra os tachos e me cola os vernizes, é de uma nobreza bem mais alta, oh, quanto mais alta, que a empertigada ciência das escolas. Porque essa é a vaga filha bastarda de uns alquimistas e astrólogos, que se entregaram a práticas tenebrosas nos começos rasteiros do século XV, e acabaram na fogueira ou na forca. E a outra, a franca, sadia, caseira e natural ciência do almanaque, descende, numa linha muito pura, daquele muito grão-senhor que se chamou Aristóteles!

Mas basta... já este bom «Almanaque Enciclopédico» se prepara a partir, lançando sobre a lombada a sua vistosa capa, onde refulge um grande Sol. Com boa razão tomou ele este emblema, um Sol de ouro sobre um céu de azul – pois que, fixando as datas e espalhando as noções, verdadeiramente regula e alumia... Em boa aurora te ergue pois,

bom almanaque, e rebrilha com modéstia, que és ainda um Sol muito cheio de manchas. Vai porém sinceramente, como és, porque já nos homens, já nos livros, a sinceridade resulta em força. E por votos de boa jornada, como te reclamas do Sol, retomarei para ti as invocações que há pouco, no velho Egipto de Ramsés, indiscretamente ouvimos ao grande pontífice de Ámon, no seu templo de Tebas, imóvel e com as mãos espalmadas para o divino astro que subia: – «Sê verídico! sê benéfico! sê bem desejado dos homens! e indo de entre mis, que vemos a Estrela Polar, para aqueles outros irmãos nossos que vêem o Cruzeiro do Sul, domina radiantemente nos dois horizontes!...»

A CRÍTICA A OS MAIAS

(CARTA A FIALHO DE ALMEIDA)

Os Franceses falam do espalhafato que faz Satanás. quando o mergulham *dans un bénitier*. Eu nunca assisti a esta escandalosa afronta feita ao venerável Pai da Mentira; nem V. também, suponho eu. No entanto imagina V. bem como Belzebu berrará e escoucinará, ao sentir o contacto untuoso do detestado liquido. Pois, querido amigo, assim eu escoucinei e berrei, enquanto V., com mio dura e forte. me estava mergulhando na água benta da sua crónica sobre «Os Maias».

V. concordará que esta analogia é rigorosa. Eu, com efeito. represento para V. Satanás, o pai de toda a falsidade. Eu sou aquele mafarrico que escolhe, para personagens do seu livro, não sei que janotas petulantes e estrangeirados, em vez de dar, nessas páginas, o lugar proeminente ao marques da Foz, aos empreiteiros das obras do porto de Lisboa, aos rapazes beneméritos que foram premiados na escola, aos construtores do bairro Estefânia, ao Conselho de Estado, etc., etc. Eu sou aquele porco-sujo que pretende que as mulheres de Lisboa têm amantes, e que, nos jantares de sociedade, em vez de discutirem Hegel, o positivismo, e a psicologia das religiões, falam de criadas e de cabeleireiros! Eu sou aquele génio da maledicência, que afirma que os esplendores da Avenida são talvez inferiores aos da Via Ápia, e que a sociedade que a frequenta não é talvez nem a mais culta nem a mais original do Universo, etc., etc., por aí além.

Por outro lado a sua crónica, meu caro Fialho, é uma bela pia de mármore, cheia a trasbordar de água benta da virtude, do patriotismo, e da fé em Lisboa como *capital da civilização*. E. portanto, o que V. fez, com a sua costumada veemência, foi *plonger le diable dans un bénitier*. Dai os berros e os couces.

Couces e berros, sobretudo de espanto. Porque enfim, eu tudo podia esperar do seu espírito, tão impressionável e ardente, menos essa atitude de pudicícia ofendida e de magoado patriotismo. O que era com efeito de esperar, dada a sua índole e os seus escritos, era que V. criticasse o livreco, sob o ponto de vista do próprio livreco: e que, como legionário da mesma legião, ocupado também neste belo trabalho da literatura contemporânea, que consiste em fazer o inquérito experimental das sociedades, me censurasse só por os meus, golpes não serem bem destros, nem bem certos, nem bem úteis, nem bem claros, nem bem eficazes. Mas vê-lo de repente surgir no campo inimigo, com uma sobrecasaca séria de conselheiro de Estado, gritando: – «Em Lisboa não se deve tocar! Tudo aqui é puro, belo, e grande! Vergonha ao maldizente que ouse rir da cidade incomparável, *perfectissima Urbs!*» – eis o que verdadeiramente me assombrou! Porquê tão singular mudança? Ó Fialho, foi V. eleito director-geral de um banco? É V. o inspirador de um sindicato? Recebeu V., das mãos do monarca, a Grã-Cruz de Sant'Iago? Está você director-geral de uma grande repartição do Estado? Que interesse supremo o faz aliar-se ao conselheiro Acácio? Está V., por acaso, apaixonado pela mulher de Acácio, e finge-se assim pudico, ordeiro e patriota, para lisonjear o benemérito e cornudo homem?... *Sapristi, je crois que j'ai touché juste!* Nessa sua crónica sobre «Os Maias», Fialho, há uma mulher!!! Se assim é (e estou certo que é assim), como V. deve ter sofrido, pobre amigo! Conheço essa situação, é medonha!... É ela ao menos bonita e *cochonne*?

Sério, sério – a sua crónica, escrita com a sua costumada *verve*, espantou-me. Que V. fizesse ao calhamaço um *enterrement* de primeira classe, bem está! O grosso cartapácio, com mil bombas, fervilha de defeitos! As duas próprias cenas que V.

incondicionalmente louva, estio bem longe de me agradar! Mas que V. fizesse a vista grossa sobre esses defeitos, para se lançar sobre mim com indizível fúria e acusar-me de falta de respeito pelas nossas *virtudes*, pela nossa *elevação moral*, pela grandeza da nossa civilização, e pelo esplendor de Lisboa *como capital* – é forte! Coisa espantosa ver o meu velho e rebelde Fialho repetir, quase *ipsis verbis*, um grande rasgo patriótico do Tomás Ribeiro, há anos, nas amaras, declarando «traidores os que faziam, em escritos públicos, a crítica dos nossos costumes»! O Ramalho fez, sobre essa saída do lírico da «Judia», um artigo extraordinário nas «Farpas».

Esta carta já vai longa. E não me alongo por isso mais. além deste ponto de vista da sua «crónica» – que foi o que me impressionou. Havia, porém, nela, ainda outros detalhes, que eu desejaria discutir com Você, violentamente. Assim, diz V. que os meus personagens são copiados uns dos outros. Mas, querido amigo, numa obra que pretende ser a reprodução de uma sociedade uniforme,, nivelada, chata, sem relevo, e sem saliências (como a nossa incontestavelmente é) – como queria V., a menos que eu falseasse a pintura, que os meus tipos tivessem o destaque. a dissemelhança, a forte e crespa individualidade, a possante e destacante *pessoalidade*, que podem ter, e têm, os tipos de uma vigorosa civilização como a de Paris ou de Londres? V. distingue os homens de Lisboa uns dos outros? V.. nos rapazes do Chiado, acha outras diferenças que não sejam o nome e o feitio do nariz? Em Portugal há só *um homem* – que é sempre o mesmo ou sob a forma de *dandy*, ou de padre, ou de amanuense. ou de capitão: é um homem indeciso. débil, sentimental, bondoso, palrador, *deixa-te ir*; sem mola de carácter ou de inteligência, que resista contra as circunstâncias. É o homem que eu pinto – sob os seus *costumes* diversos, casaca ou batina. E é o português verdadeiro. É o português que tem feito este Portugal que vemos.

Outra coisa bem singular é V. duvidar da exactidão de certos detalhes, traços de sociedade, como as senhoras *falando de criadas* ou *apostando dez tostõezinhos* nas corridas, etc. Oh homem de Deus, onde habita V.? Em Lisboa ou em Pequim? Tudo isso é visto, notado em flagrante, e por mim mesmo aturado *sur place*!

Mas não palremos mais. Vocês, em todo o caso, hão-de findar por me fazer zangar. O Carlos Valbom acusa-me de escrever à francesa, e com *galicismos* que *o arrepiam*: e diz isto em períodos absolutamente construídos à francesa, e metendo em cada dez palavras cinco galicismos! V., por outro lado, nunca tomou a pena que não fosse para cair sobre os homens e as coisas do seu tempo, com um vigor, uma veia, um espírito, um *éclat* que fazem sempre a minha delícia. E quando eu faço o mesmo, com mais moderação, infinitas cautelas, *et une touche très juste* – você aparece-me, e grita: «Aqui d’el-rei patriotas!» É escandaloso. Para Vocês tudo é permitido: galicismos à farta, pilhérias à Pátria, à *bouche que veux-tu*? A mim, nada me é permitido! Ora sebo!

Positivamente, basta de cavaqueira.

Diga ao Oliveira Martins que eu lhe mando, por este correio, mais *fradiquice*. E Você, caro Fialho, creia sempre na sincera estima e verdadeira admiração, com que lhe aperta a mão o seu muito amigo.

Bristol, 8 de Agosto de 1888

Eça de Queirós

TRÊS AMERICANOS

Três. Três americanos completos, desde os chapéus até ao génio. Direitos, secos, hirtos, firmes, com o seu andar recto e rijo, o peito saliente, como uma proa segura que corta o destino, os pés largos e vastamente pousados, o ar serio e apressado. Vêm de desembarcar do paquete. É em Lisboa. Só aqui, entre estas figuras incaracterísticas e banais, que amolecem as ruas, as suas pessoas originais têm o relevo pitoresco, e o destaque especial.

Donde vêm? De toda a parte. Para onde vão? Para o dinheiro. Tudo na sua figura revela este caminhar resoluto e direito para o ganho; no rosto, nos gestos, na *toilette*, nas rugas, nas barbas, sente-se a grande vontade americana – lucrar depressa. O nariz erguido fareja subtilmente o metal. O olho firme olha para a frente magneticamente. Os lábios finos contraídos, económicos de palavras, parecem secos da quantidade de cifras, que têm pronunciado. Os fatos são curtos, cortados, fatos de agilidade e de movimento, que indicam a pressa, a áspera carreira atrás do dólar. Poucas malas que embarquem e retenham a actividade. Um bom *reflard* para as chuvas, um chapéu-capacete para o sol. Como a vida é uma guerra, a *toilette* torna-se uma armadura. Mas sobretudo o andar. É ele que revela o homem de lucro: nada é indolente, distraído, *flaneur*, naquele andar mecânico, conciso e sôfrego: cada passada é um acto de tomar posse, as solas rangem de impaciência. Para que a articulação esteja mais livre põem polainas de linho. as biqueiras arreganhadas têm um ar orgulhoso, por serem as primeiras que chegam. As correntes de relógio tilintam de alegria, e a gaze que lhes flutua no chapéu acena vitoriosamente. como a bandeira da agiotagem. Vejam-nos bem. O primeiro, é dos estados do Sul, da Carolina ou da Luisiana. O sol deu-lhe mais a ênfase meridional, é o mais rápido, o mais flexível, o mais pomposo: vai como a coberta de um paquete: os braços parecem duas velas suplementares, e o charuto fumeja-lhe como um cano. Tem o chapéu-capacete da índia e da Austrália. É o mais seco, o mais febril, o mais ardente. Prefere os altos negócios, as empresas de caminho de ferro, a mina de ouro. Vem decerto da Califórnia ou da planura do México, onde há a prata: com a sua saúde elástica e de caucho, dá-se tão bem nas febres da Bolívia como no sereno ar de Florença. O Sul pôs-lhe no cérebro uma ponta de febre. Como prefere os negócios violentos e aventureiros, quer as orgias desesperadas. Precisa gastar-se. prodigalizar-se, espalhar-se, exalar-se. É ele que dá nos teatros os pequenos gritos agudos, como ganidos. É ele que ama os concertos onde se pontua a música com tiros. É ele o violento: quando o não servem a tempo no restaurante, crava uma navalha nas costas de «Werther». É ele que canta estranguladamente as canções retalhadas e metálicas, que parecem um tilintar de libras, seco, musculoso, duro, esguio, adunco. quando não tem uma companhia a fundar, um preto a espancar, uma floresta a devassar, vai para casa desesperado, toma uma cadeira e corta-a aos bocados com um canivete.

O outro é do Norte – grosso, vermelho, forte, leva em si todo o orgulho da América. Sente-se cheio de honra de ser um cidadão dos Estados Unidos. É por isso que entende que se deve dar a todos os deveres civis da união: é bruceiro, fundou uma escola ou um clube, odeia a Inglaterra, masca o inglês. vota por Grant, que se embebeda, e detesta Greeley, que só bebe água. julga-se obrigado a amar fraternalmente o Negro, mas, se o encontra no alto de um ónibus ao pé de si. atira-o nobremente ao lajedo; sente-se ainda nele o *yankee* mal desbastado, tem orgulho nisso, acentua a sua espessura, e põe pontos e vírgulas na brutalidade; se lhe pisam um pé no estrangeiro, pede seis mil libras de indemnização; traz a Bíblia no bolso, tendo à margem apontamentos de negócios e fileiras de cifras; usa chapéu de cortiça por ser mais

prático, mas entende, à americana, que deve parecer bem, e põe-lhe uma pena de pavão. Joga. a luta, é casado, tem a especialidade dos ventos, é ele que leva nas noites de eleições a bandeira em que vai o nome de *Sumner*, e, para mostrar bem que descende do primitivo *yankee*, traz uma argola na orelha.

O outro, de barbas grandes, cabelo comprido e caído em roda da cabeça, como a aba de um capacete, é do Canadá; raça que pretende ter teorias: é dissidente no protestantismo, mas espalha Bíblias. Ocupa-se sobretudo de estatística. Vejam: vai em redor observando. Olha para trás. Os outros, que são da América, arrastam-no na sua carreira para o dinheiro, mas ele demora-se, observando: quereria tomar apontamentos, conta o número dos trens, quantas lojas há de máquinas de costura, e estuda os costumes. É ele que se interessa pela descoberta de Livingstone. É ele que tem uma fábrica de cerveja, que tem por fora o aspecto de uma capela gótica. É ele que ao domingo, sob a chuva miúda do norte, trepa a um banco, a uma esquina, e com o guarda-chuva aberto, gravemente, explica uma passagem da Bíblia, e no fim distribui anúncios de uma fábrica de fundição.

É cauteloso, sempre vestido de flanela, é da sociedade para animar a salvação dos afogados. É casado, e todos os dias à noite faz o seu diário. Um dia escreveu-lhe: hoje, dez horas, adquiri a certeza de que minha mulher me trairia. Um *lunch*, 5. leitura de um «Tratado sobre a Moralização dos Pequenos Peles-Vermelhas».

Três são. Uma coisa têm de comum – a individualidade, o *myself*. Eu mesmo, eu cidadão americano, de resto nada. Outro ponto de contacto: nunca se espreguiçam. De resto, com toda a sua civilização, a sua riqueza, o seu ouro, o seu *myself*, o seu ruído sobre o planeta, a sua intimidade com Deus, não seriam capazes, todos juntos, desde o Canadá até Filadélfia, desde o presidente Grant até ao Negro, que agora geme atrelado ao algodão, de fazer um verso de Musset, ou um desenho de Delacroix. E têm outra desgraça: assoam-se muito.

De resto, magníficos.

Obra digitalizada e revista por Deolinda Rodrigues Cabrera a partir da edição de 1909. Actualizou-se a grafia.

© Projecto Vercial, 2000

<http://www.ipn.pt/literatura>
